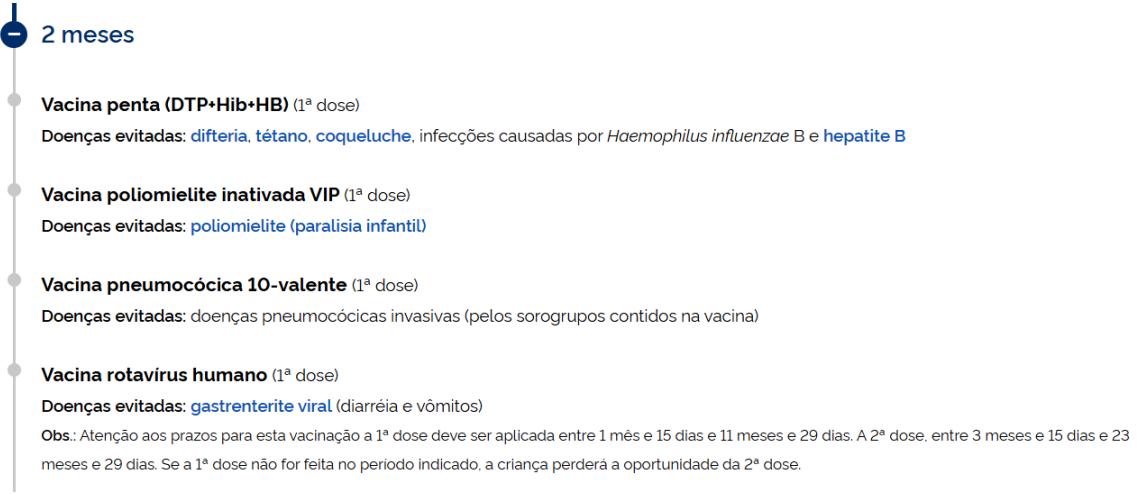


PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Agente Comunitário de Saúde - questão 12	<p>Questão: A intervenção voltada ao uso de drogas requer um contexto relacional isento de estigmas, preconceitos e juízos de valor, de modo a favorecer a abertura e a cooperação do indivíduo em cuidado. A escuta qualificada, pautada na empatia e na compreensão da singularidade do sujeito, constitui elemento estruturante para a construção de vínculo terapêutico sólido e efetivo. Com base nesse contexto, analise as afirmativas abaixo.</p> <p>I.A qualidade do vínculo terapêutico é um fator preditor importante para o sucesso do tratamento.</p> <p>II.O uso de linguagem técnica e distante favorece o respeito e aumenta a adesão ao tratamento.</p> <p>III.O vínculo terapêutico deve ser limitado para evitar envolvimento emocional e preservar a neutralidade do profissional.</p> <p>É CORRETO o que se afirma em:</p> <p>(A) II e III, apenas.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I e II, apenas.</p> <p>(D) I, apenas.</p> <p>Recurso: A opção de afirmativa para verificação se a resposta está correta ou não: "O vínculo terapêutico deve ser limitado para evitar envolvimento emocional e preservar a neutralidade do profissional." CERTAMENTE está correta, pois é um respaldo ético para todo o profissional não se envolver emocionalmente com seus clientes, separando o profissionalismo do pessoal. Não interferindo no vínculo terapêutico que é estritamente profissional. Logo a premissa 01 e 03 estão corretas, pois uma é o complemento da outra. e não há essa possibilidade de resposta</p> <p>Resposta ao recurso: Resposta ao recurso:</p> <p>Após análise do recurso apresentado, verifica-se que não assiste razão ao recorrente, uma vez que a argumentação exposta não encontra respaldo técnico nem conceitual nos referenciais que fundamentam a questão, especialmente no campo da saúde mental e da atenção ao uso de álcool e outras drogas.</p> <p>A afirmativa I está correta, pois a qualidade do vínculo terapêutico é amplamente reconhecida como fator preditor do sucesso do tratamento, favorecendo a adesão, a continuidade do cuidado e melhores desfechos terapêuticos.</p> <p>Entretanto, a afirmativa III — <i>"O vínculo terapêutico deve ser limitado para evitar envolvimento emocional e preservar a neutralidade do profissional"</i>, está incorreta no contexto apresentado.</p> <p>Embora seja indispensável que o profissional atue com ética, responsabilidade e limites, isso não se confunde com restringir ou limitar o vínculo terapêutico. O vínculo, quando construído de forma adequada, é profissional, ético e intencional, sem que isso implique envolvimento pessoal inadequado.</p>

	Dessa forma, a afirmativa III é incorreta. Diante do exposto, o recurso é considerado improcedente e, portanto, INDEFERIDO .
Agente Comunitário de Saúde - questão 16	<p>Questão: Nos primeiros meses de vida, o sistema imunológico da criança ainda está em desenvolvimento, tornando a vacinação uma medida essencial para prevenir doenças potencialmente graves e contagiosas. O calendário nacional de imunização estabelece esquemas específicos de aplicação para cada faixa etária, visando garantir proteção integral desde os primeiros dias. Com base nessas informações, assinale a alternativa que não corresponde a uma vacina administrada aos 2 meses de idade:</p> <p>Fonte: https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/calendario</p> <p>(A) Vacina poliomielite inativada VIP (1a dose). (B) Vacina penta (DTP+Hib+HB) (1a dose). (C) Vacina meningocócica C (2a dose). (D) Vacina pneumocócica 10-valente (1a dose).</p> <p>Recurso: C</p> <p>Resposta ao recurso: Após análise do recurso interposto, verifica-se que o pedido não apresenta fundamentação técnica ou normativa capaz de descharacterizar o gabarito divulgado.</p> <p>A alternativa correta é a Vacina meningocócica C (2^a dose), pois não corresponde ao esquema vacinal administrado aos 2 meses de idade, conforme estabelecido pelo Calendário Nacional de Vacinação do Ministério da Saúde.</p>  <ul style="list-style-type: none"> - 2 meses • Vacina penta (DTP+Hib+HB) (1^a dose) Doenças evitadas: difteria, tétano, coqueluche, infecções causadas por <i>Haemophilus influenzae</i> B e hepatite B • Vacina poliomielite inativada VIP (1^a dose) Doenças evitadas: poliomielite (paralisia infantil) • Vacina pneumocócica 10-valente (1^a dose) Doenças evitadas: doenças pneumocócicas invasivas (pelos sorogrupos contidos na vacina) • Vacina rotavírus humano (1^a dose) Doenças evitadas: gastrenterite viral (diarréia e vômitos) Obs.: Atenção aos prazos para esta vacinação a 1^a dose deve ser aplicada entre 1 mês e 15 dias e 11 meses e 29 dias. A 2^a dose, entre 3 meses e 15 dias e 23 meses e 29 dias. Se a 1^a dose não for feita no período indicado, a criança perderá a oportunidade da 2^a dose. <p>https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/calendario</p> <p>Diante do exposto, o recurso encontra-se INDEFERIDO e o gabarito mantido.</p>

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
<p>Agente de Saúde Pública - questão 1</p>	<p>Questão: A postura profissional do Agente de Saúde é fundamental no atendimento ao público. Qual das seguintes atitudes é considerada correta e profissional durante uma visita domiciliar?</p> <p>(A) Visitar apenas as casas dos seus amigos e familiares, pois se sente mais à vontade, e evitar as casas de pessoas com quem não simpatiza.</p> <p>(B) Usar a autoridade do cargo (crachá) para ameaçar os moradores que não seguem as orientações de saúde (ex: ameaçar cortar o Bolsa Família).</p> <p>(C) Usar gírias e tratar os idosos por apelidos (como "vovô" ou "vovó"), mesmo sem ter intimidade, para tentar parecer "simpático".</p> <p>(D) Tratar todos os moradores com respeito, educação e imparcialidade, usando o crachá de identificação e explicando o motivo da visita.</p> <p>Recurso: Agente de saúde pública</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o recorrente limita-se a mencionar o cargo de Agente de Saúde Pública, sem apresentar argumentação técnica ou normativa que demonstre erro no enunciado ou na alternativa considerada correta pela banca. A questão avalia a postura profissional esperada do Agente de Saúde durante a visita domiciliar, à luz dos princípios éticos, do atendimento humanizado e da atuação imparcial no serviço público. A alternativa validada pela banca está em plena consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde e com os princípios da administração pública, especialmente legalidade, impessoalidade, moralidade e respeito ao cidadão, ao prever tratamento respeitoso, uso adequado da identificação funcional e esclarecimento do motivo da visita. As demais alternativas descrevem condutas incompatíveis com a ética profissional, como favorecimento pessoal, abuso de autoridade e tratamento inadequado aos usuários, não havendo qualquer ambiguidade ou incorreção conceitual na formulação da questão. Assim, o recurso apresentado não demonstra falha técnica, ilegalidade ou impropriedade pedagógica que justifique a revisão do gabarito ou a anulação do item. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Agente de Saúde Pública - questão 32	<p>Questão: Em um clube esportivo, o número de inscrições para uma oficina foi definido pela equação $4x ? 6 = 26$, em que x representa a quantidade de participantes de um grupo específico. Com base nessa relação, determine quantos integrantes esse grupo possui.</p> <p>(A) O grupo possui 6 integrantes. (B) O grupo possui 9 integrantes. (C) O grupo possui 10 integrantes. (D) O grupo possui 8 integrantes.</p> <p>Recurso: Assunto: Impugnação da Questão 32 Prezados membros da banca organizadora, Venho, por meio deste, impugnar a Questão 32 do concurso em questão, referente à equação apresentada: $4x ? 6 = 26$. Ocorre que o símbolo entre o termo $4x$ e o número 6 não está claramente definido, o que gera ambiguidade na interpretação da equação. Essa falta de clareza pode induzir o candidato ao erro, pois não é possível determinar, de forma inequívoca, qual operação matemática se pretende realizar. Dessa forma, a ambiguidade compromete a isonomia do certame e prejudica a avaliação justa dos candidatos. Diante disso, solicito a revisão e a retificação da questão para garantir a clareza e a correção do conteúdo.</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Embora o enunciado apresente o símbolo “?” no lugar do operador matemático, o contexto e a estrutura da equação deixam inequívoco que se trata do sinal de subtração (-), caracterizando um erro meramente gráfico/ tipográfico, que não compromete a compreensão do problema por parte do candidato médio.</p> <p>A equação correta é, portanto: $4x - 6 = 26$.</p> <p>Resolvendo: $4x - 6 = 26$ $4x = 32$ $x = 8$.</p> <p>Assim, o grupo possui 8 integrantes</p> <p>Ressalta-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> – o formato “$4x ? 6 = 26$” não admite outra operação plausível que conduza a um resultado inteiro coerente com as alternativas; – a substituição do sinal “?” por “-” é imediata e lógica, sendo prática comum em situações de falha de renderização gráfica; – todas as alternativas são valores inteiros próximos, reforçando que a intenção da questão é a resolução de uma equação linear simples.

Dessa forma, não há impossibilidade de resolução nem prejuízo à objetividade da questão, mas apenas um **erro material evidente**, que não induz a múltiplas interpretações válidas.

Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Analista de Compras - questão 2	<p>Questão: O controle administrativo, exercido pela própria Administração, baseia-se no poder de autotutela (Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal - STF). Sobre a anulação e a revogação de atos, analise as afirmativas a seguir.</p> <p>I.A Anulação é a retirada de um ato por vício de legalidade (ato inválido), operando efeitos ex tunc (retroativos), desfazendo o ato desde sua origem.</p> <p>II.A Revogação é a retirada de um ato legal e válido, por motivo de conveniência e oportunidade (mérito), operando efeitos ex nunc (não retroativos), respeitando os efeitos já produzidos.</p> <p>III. Atos vinculados (como uma licença de funcionamento) e atos que já geraram direitos adquiridos não podem ser revogados pela Administração, apenas anulados se ilegais.</p> <p>Assinale a alternativa que apresenta apenas as proposições CORRETAS:</p> <p>(A) I e II apenas. (B) I e III apenas. (C) II e III apenas. (D) I, II e III.</p> <p>Recurso: A questão cobrou dos candidatos conhecimentos sobre anulação e revogação de atos administrativos. O gabarito considerou correta a alternativa “D”, segundo a qual todas as assertivas estariam corretas. Entretanto, entende-se que a proposição III está equivocada, o que alteraria o gabarito, que passaria a conter como certa a alternativa “A” (I e II corretas apenas). Portanto, o foco deste recurso é a proposição III. Segundo a assertiva, “atos vinculados (como uma licença de funcionamento) e atos que já geraram direitos adquiridos não podem ser revogados pela Administração, apenas anulados se ilegais”. O texto dá a entender que os atos citados somente poderiam ser anulados, o que não é verdade, isso porque os atos vinculados, como a licença de funcionamento, podem ser cassados ou caducar, por exemplo (sobre as hipóteses de extinção do ato administrativo, conferir o capítulo 4 do livro Manual de direito administrativo, de Alexandre Mazza, de 2021, lançado em São Paulo pela editora Saraiva). Dito de outro modo, a alternativa deixa subentendido que a única maneira pela qual a licença poderia deixar de ser válida e de produzir efeitos seria por meio de sua anulação, o que não corresponde à verdade. A licença pode ser plenamente legal, mas deixar de produzir efeitos em razão de mudança na realidade, que faz com que não produza mais efeitos e seja revogada, ainda que de forma indireta. Não há anulação, e sim cassação, caducidade etc, que podem ser vistas como formas de revogação indireta. Além disso, não é incomum o uso do termo “revogação de licença” em leis e decisões judiciais, o que indica a aceitação de tal expressão no ordenamento jurídico brasileiro, como uma espécie de “guarda-chuva” para as hipóteses de extinção de ato administrativo não abarcadas pela anulação. A recente Lei 14.946/2024, que trata de atividades espaciais nacionais, traz como sanção às infrações nela previstas, a “revogação de licença” (art. 41, § 1º, III) (disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14946.htm). O art. 118, § 2º, da Lei 5.547/2015 do Distrito Federal também fala em revogação de licença sanitária: “a licença sanitária é emitida pelo órgão de vigilância sanitária do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal e tem validade de 1 ano, ressalvada a competência da autoridade sanitária para sua revogação, se constatada, mediante inspeção sanitária, alguma irregularidade no exercício da atividade” (grifos do candidato; lei disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/bab56a3f344a41898d8a5136641f268c/Lei_5547_06_10_2015.html). Também o Decreto 51.581/2014, do Rio Grande do Sul, prevê como uma</p>

das penalidades para a empresa que não observar as prescrições da legislação pertinente, justamente a “revogação de licença de funcionamento” (art. 15, V, disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-51581-2014-rs_271612.html). Mas não é só isso. Os três tribunais da região sul do país possuem em seu acervo jurisprudencial decisões que utilizam o termo “revogação de licença”, a saber: EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE ALVARÁ POLICIAL DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO. REVOGAÇÃO DA LICENÇA PELA AUTORIDADE IMPETRADA BASEADA NA SUPOSTA PRÁTICA DE ATIVIDADE ILÍCITA. FATOS PAUTADOS APENAS EM BOLETIM DE OCORRÊNCIA SEM OPORTUNIZAR O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA. APURAÇÃO SUPERFICIAL. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES QUANTO AO ANDAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO. LIMITAÇÃO AO PODER DE POLÍCIA. CONCESSÃO DA ORDEM. SENTENÇA MANTIDA EM REEXAME NECESSÁRIO. (TJSC, RemNecCiv 5000520-76.2019.8.24.0061, 1ª Câmara de Direito Público , Relator para Acórdão JORGE LUIZ DE BORBA , julgado em 27/02/2024) (grifos do candidato). EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. REVOGAÇÃO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO COM SUPEDÂNEO EM RECOMENDAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO A POSSIBILITAR O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA. ILEGALIDADE MANIFESTA. AUSÊNCIA DE FORÇA VINCULANTE DA RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DO JUÍZO A QUO. REMESSA DESPROVIDA. O entendimento desta Corte está consolidado no sentido de que qualquer ato da Administração Pública que repercuta no campo dos interesses individuais do cidadão deverá ser precedido de prévio procedimento administrativo no qual se assegure ao interessado o efetivo exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa (STF, Min. Dias Toffoli). A interdição de estabelecimento comercial, com a consequente cassação do alvará de licença para funcionamento, sem regular processo administrativo constitui ato ilegal e abusivo (TJSC, Des. Luiz César Medeiros). (TJSC, RemNecCiv 0301940-30.2015.8.24.0139, 1ª Câmara de Direito Público , Relator PEDRO MANOEL ABREU , D.E. 06/11/2019) (grifos do candidato). PERMISSIONÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TÁXI. NATUREZA JURÍDICA DE AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. ATO ADMINISTRATIVO UNILATERAL, DISCRICIONÁRIO E DE CARÁTER PRECÁRIO. REVOGAÇÃO DA LICENÇA MEDIANTE PROCESSO ADMINISTRATIVO. ART. 37, VII, LEI COMPLEMENTAR N. 85/2001. AFRONTA AO CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. PEDIDO GENÉRICO DE PRODUÇÃO PROBATÓRIA. POSSIBILIDADE DA RECUSA DA PROVA. DECISÃO ADMINISTRATIVA QUE ENCONTRA AMPARO NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL ESPECÍFICA. CIRCUNSTÂNCIA QUE, ALIADA AOS DEMAIS ELEMENTOS CONSTANTES NOS AUTOS, POSSIBILITOU A DECISÃO DA COMISSÃO PROCESSANTE. RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA, DO CONTRADITÓRIO E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. PROCEDIMENTO DEVIDAMENTE SEGUIDO. SEGURANÇA DENEGADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO'. (TJSC, Apelação Cível n. 0300348-71.2016.8.24.0023, da Capital, rel. Des. Vera Lúcia Ferreira Copetti, Quarta Câmara de Direito Público, j. 15-02-2018). (TJSC, AC 0300388-53.2016.8.24.0023, 3ª Câmara de Direito Público, Relator JAIME RAMOS, D.E. 07/08/2018) (grifos do candidato). EMENTA: AMBIENTAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. INSURGÊNCIA CONTRA REVOGAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA. ORDEM DENEGADA. RECURSO PELAS IMPETRANTES. [1] SUPOSTA TENTATIVA DE LUDIBRIAR O ÓRGÃO AMBIENTAL NÃO DEMONSTRADA. LICENÇA É EMITIDA PARA A OBRA OU EMPREENDIMENTO, NÃO PARA A PROPRIETÁRIA. EMISSÃO DE LICENÇA EM FAVOR DE UMA EMPRESA E AUTOS DE INFRAÇÃO ENDEREÇADOS A OUTRA PESSOA JURÍDICA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. EMPRESAS PROPRIETÁRIAS DO TERRENO EM QUE REALIZADO O EMPREENDIMENTO. DIREITO DE DIVISÃO ENTRE SI DOS ÔNUS, DIREITOS E DEVERES ATINENTES À PROPRIEDADE E À ATIVIDADE EMPRESARIAL. [2] ÓRGÃO AMBIENTAL QUE DETERMINOU EMBARGO À OBRA ATÉ QUE FOSSE EXPEDIDA A LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO. POSTERIOR EXIGÊNCIA DE ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO. CONDUTA IMPREVISTO. PREJUÍZO À SEGURANÇA JURÍDICA DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. LEI N. 14.675/2009 QUE PREVÊ A SUSPENSÃO IMEDIATA DO EMBARGO QUANDO EMITIDA A LICENÇA. [3] VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO E

À AMPLA DEFESA. ILEGALIDADE. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO ADMINISTRATIVO EM CASO DE REVOGAÇÃO DE ATO COM EFEITOS CONCRETOS. ENTENDIMENTO SUFRAGADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. [4] NATUREZA PRECÁRIA DA LICENÇA AMBIENTAL. REVOGAÇÃO QUE EXIGE, CONTUDO, DEMONSTRAÇÃO DA SUPERVENIÊNCIA DE GRAVES RISCOS PARA O MEIO AMBIENTE E PARA A SAÚDE PÚBLICA, INSUSCETÍVEIS DE SUPERAÇÃO. AUSÊNCIA NA ESPÉCIE. NULIDADE DO ATO REVOGATÓRIO RECONHECIDA. SEGURANÇA CONCEDIDA. RECURSO PROVIDO. (TJSC, ApCiv 5004365-45.2023.8.24.0007, 5ª Câmara de Direito Público, Relator para Acórdão ALEXANDRE MORAIS DA ROSA , julgado em 04/02/2025) (grifos do candidato). Não pode o Município pretender a revogação de licença para funcionamento de banca instalada junto à via pública sem, antes, oportunizar ao licenciado ampla defesa prévia e o devido processo legal. Decisão: confirmaram a sentença em reexame necessário. Unâime.(Reexame Necessário, Nº 70000665299, Primeira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Roque Joaquim Volkweiss, Julgado em: 19-09-2000)" (grifos do candidato). AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIMINAR EM MANDADO DE SENGURANÇA. ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO. BAR E LANCHONETE COM COMÉRCIO DE BEBIDAS. REVOGAÇÃO DE LICENÇA JÁ CONCEDIDA POR SE TRATAR DE ESTABELECIMENTO PRÓXIMO À ESCOLA. HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DISTINTOS. ESTABELECIMENTO EM OPERAÇÃO DESDE 2016. VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES E FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA A FIM DE PERMITIR QUE O AGRAVANTE EXERÇA AS ATIVIDADES PREVISTAS EM SEU OBJETO SOCIAL ATÉ O JULGAMENTO FINAL DO MANDAMUS. RECURSO PROVIDO. (TJPR - 5ª Câmara Cível - 0047143-37.2018.8.16.0000 - Cascavel - Rel.: DESEMBARGADOR CARLOS MANSUR ARIDA - J. 23.04.2019) (grifos do candidato). Diante do exposto, percebe-se que 1) a anulação não seria a única forma de extinção de atos como a licença de funcionamento; 2) a revogação é muitas vezes utilizada como sinônimo ou até mesmo como gênero de outras figuras jurídicas como cassação e caducidade, tanto é que se verifica a ocorrência de expressões como "revogação de licença" em leis e decisões judiciais brasileiras. Portanto, requer-se a alteração do gabarito da questão 2, para que nele passe a constar como correta a alternativa "A", segundo a qual somente as assertivas I e II estão corretas. Alternativamente, pleiteia-se a anulação da questão. É o que se requer.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o pedido objetiva afastar a correção da proposição III ao sustentar que atos vinculados, como licenças, poderiam ser "revogados" ou extintos por outras figuras jurídicas (cassação ou caducidade), o que, segundo o recorrente, tornaria a assertiva incorreta; todavia, tal argumentação decorre de confusão conceitual entre institutos distintos do Direito Administrativo. A assertiva III está tecnicamente correta ao afirmar que atos vinculados e atos que já produziram direitos adquiridos não se submetem à revogação, instituto reservado exclusivamente aos atos administrativos discricionários válidos, por razões de conveniência e oportunidade, conforme a clássica distinção consagrada pela doutrina e pela Súmula 473 do STF. A cassação e a caducidade, mencionadas no recurso, não configuram modalidades de revogação, mas formas autônomas de extinção do ato administrativo, a primeira em razão do descumprimento de condições impostas ao administrado e a segunda em decorrência de superveniência normativa incompatível com a manutenção do ato, não se inserindo no âmbito do mérito administrativo. O eventual uso impreciso do termo "revogação" em legislações setoriais ou em decisões judiciais, invocado pelo recorrente, não altera a natureza jurídica dos institutos nem invalida a classificação técnico-dogmática exigida em prova objetiva, a qual deve observar o entendimento doutrinário consolidado, segundo o qual atos vinculados não podem ser revogados, mas apenas anulados se ilegais ou extintos por figuras jurídicas diversas da revogação. Nesse sentido, a proposição III não afirma que a anulação seja a única forma de extinção do ato administrativo, mas apenas delimita corretamente a impossibilidade de revogação, razão pela qual permanece correta, mantendo-se hígido o gabarito que considera verdadeiras as proposições I, II e III, conforme leciona Maria Sylvia Zanella Di

	<p>Pietro, ao afirmar que “a revogação só incide sobre atos discricionários, não alcançando os atos vinculados nem aqueles que já produziram direitos adquiridos” (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. <i>Direito Administrativo</i>. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2022). Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Analista de Compras - questão 2	<p>Questão: O controle administrativo, exercido pela própria Administração, baseia-se no poder de autotutela (Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal - STF). Sobre a anulação e a revogação de atos, analise as afirmativas a seguir. I.A Anulação é a retirada de um ato por víncio de legalidade (ato inválido), operando efeitos ex tunc (retroativos), desfazendo o ato desde sua origem. II.A Revogação é a retirada de um ato legal e válido, por motivo de conveniência e oportunidade (mérito), operando efeitos ex nunc (não retroativos), respeitando os efeitos já produzidos. III.Atos vinculados (como uma licença de funcionamento) e atos que já geraram direitos adquiridos não podem ser revogados pela Administração, apenas anulados se ilegais. Assinale a alternativa que apresenta apenas as proposições CORRETAS: (A) I e II apenas. (B) I e III apenas. (C) II e III apenas. (D) I, II e III.</p> <p>Recurso: O item III afirma que a Administração não poderá revogar atos vinculados, como uma licença de funcionamento, por exemplo. Ocorre que, a revogação nesses casos é possível, quando a licença, embora legal, se torna inoportuna ou inconveniente para o interesse público (mudança no zoneamento urbano, novas normas, ...), casos em que ela poderá ser revogada, conforme entendimento jurisprudencial. A Administração não é obrigada a manter um ato, deve, obviamente, permitir o contraditório e ampla defesa, em alguns casos indenizar o particular, mas a revogação é uma opção quando o ato, ainda que legal, se torna contrário ao interesse público legítimo. "A licença de funcionamento não pode valer por um vaticínio perpétuo de conformidade com o direito - seja porque se podem detectar defeitos contemporâneos à sua expedição, seja porque se pode vislumbrar que o pretendido pelo particular não se conforma efetivamente com um interesse maior da coletividade" (trecho AI n. 4010252-40.2018.8.24.0900).</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o pedido sustenta que atos vinculados, como a licença de funcionamento, poderiam ser revogados quando se tornassem inconvenientes ou inoportunos ao interesse público, invocando entendimento jurisprudencial isolado; entretanto, tal alegação não se coaduna com a dogmática administrativa clássica que fundamenta a questão. A proposição III está correta ao afirmar que atos vinculados e atos que já geraram direitos adquiridos não se submetem à revogação, uma vez que esta incide exclusivamente sobre atos discricionários válidos, em que há espaço para juízo de conveniência e oportunidade, inexistente nos atos vinculados. Situações como alteração de zoneamento urbano ou superveniência normativa não configuram revogação por mérito, mas hipóteses de caducidade do ato administrativo, instituto distinto e autônomo, que não invalida a assertiva, pois não amplia o campo de incidência da revogação. A jurisprudência citada pelo recorrente, além de não representar entendimento consolidado, utiliza a expressão “revogação” em sentido amplo ou impróprio, sem afastar a distinção técnica entre revogação, anulação e caducidade, consagrada pela doutrina majoritária e pela Súmula 473 do STF. Em provas objetivas, prevalece o rigor conceitual, segundo o qual a Administração não pode revogar atos vinculados, mas apenas anulá-los quando ilegais ou extinguí-los por figuras jurídicas diversas da revogação, como a caducidade, quando houver incompatibilidade superveniente com o interesse público. Nesse sentido, Maria Sylvia Zanella Di Pietro esclarece que “a revogação é privativa dos atos discricionários, não atingindo os atos vinculados nem aqueles que tenham produzido direitos adquiridos” (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. <i>Direito Administrativo</i>. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2022). Assim, permanecem corretas as</p>

	<p>proposições I, II e III, devendo ser mantido o gabarito originalmente divulgado. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Analista de Compras - questão 5	<p>Questão: A Lei Federal no 14.133/2021 estabelece as hipóteses de contratação direta. A dispensa (Art. 75) e a inexigibilidade (Art. 74) são institutos distintos. Assinale a alternativa CORRETA que define a Dispensa de Licitação.</p> <p>(A) Ocorre quando a competição é viável, mas a Administração opta por não licitar por razões de valor (pequeno vulto, Art. 75, I e II), emergência ou objeto específico (Art. 75). O rol do Art. 75 é considerado taxativo.</p> <p>(B) Ocorre quando a licitação é declarada "deserta" (não aparecem interessados) ou "fracassada" (todos são inabilitados), permitindo a contratação direta.</p> <p>(C) Ocorre quando há inviabilidade fática ou jurídica de competição, como na contratação de artista consagrado ou na aquisição de material de fornecedor exclusivo. O rol do Art. 74 é exemplificativo.</p> <p>(D) Ocorre quando a Administração revoga a licitação por motivo de conveniência, dispensando os licitantes de apresentar novas propostas.</p> <p>Recurso: À Banca Examinadora, O candidato vem, respeitosamente, apresentar recurso quanto à questão de número 5, do cargo de analista de compras, que trata da definição de dispensa de licitação na Lei nº 14.133/2021, por entender que a alternativa B também se enquadra como resposta correta. A questão solicita que o candidato assinale a alternativa que "define a dispensa de licitação". A alternativa B afirma: "Ocorre quando a licitação é declarada deserta (não aparecem interessados) ou fracassada (todos são inabilitados), permitindo a contratação direta" Essa descrição está exatamente em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que trata a licitação deserta e a licitação fracassada como hipóteses legítimas e autônomas de dispensa de licitação. Dispensa por licitação deserta – Art. 75, VIII “quando não acudirem interessados à licitação e essa, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração” e Dispensa por licitação fracassada – Art. 75, IX “nos casos em que não se apresentarem licitantes ou todos forem inabilitados ou desclassificados, e não for possível repetir a licitação sem prejuízo”. Portanto, a alternativa B descreve duas hipóteses expressas e típicas de dispensa, exatamente como a lei determina. Logo, ela define sim uma das formas de ocorrência da dispensa de licitação, com precisão técnica e aderência ao texto legal. A alternativa apresentada pela banca (a letra A) não exclui a letra B. Embora a alternativa A traga uma definição, a letra B também define corretamente o instituto, uma vez que descreve situações específicas em que ocorre a dispensa, conforme previsto taxativamente no art. 75. Assim, a questão apresenta duas alternativas corretas, o que viola o princípio da univocidade da resposta exigido em provas objetivas. Em outra toada, o enunciado pede a definição de dispensa, mas não restringe que essa definição deva ser “geral” ou “conceitual”, admitindo uma definição por hipótese legal, o que é exatamente o caso da letra B. Diante do exposto, requer-se a anulação da questão por possuir duas alternativas corretas (A e B), ou, alternativamente, a alteração do gabarito preliminar para a alternativa B, por estar rigorosamente de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e, portanto, correta.</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o recorrente sustenta que a descrição segundo a qual a dispensa ocorre “quando a licitação é declarada deserta ou fracassada, permitindo a contratação direta” também definiria corretamente o instituto, o que acarretaria a existência de mais de uma resposta válida; entretanto, tal alegação não procede. O enunciado é claro ao exigir a alternativa que define a dispensa de licitação, isto é, aquela que apresenta o conceito jurídico geral do instituto, e não a mera descrição de situações específicas previstas em lei. A alternativa que afirma que a dispensa ocorre “quando a competição é viável, mas a Administração opta por não licitar por razões de valor, emergência ou objeto específico, nos termos do art. 75, cujo rol é taxativo” atende integralmente a esse comando, pois explicita o elemento conceitual essencial da dispensa: a possibilidade jurídica de competição afastada por autorização legal expressa. Em sentido diverso, a alternativa que menciona apenas que “a</p>

	<p>licitação é declarada deserta ou fracassada, permitindo a contratação direta” limita-se a enunciar duas hipóteses concretas previstas no art. 75, sem delimitar o núcleo conceitual do instituto, não se prestando, portanto, a defini-lo. A enumeração de casos legais não se confunde com definição jurídica, sobretudo em prova objetiva que exige precisão técnica e distinção clara entre conceito e exemplificação normativa. A doutrina administrativa é uníssona ao afirmar que a dispensa de licitação caracteriza-se pela viabilidade da competição, afastada por decisão legal, ao passo que a inexigibilidade decorre da inviabilidade de competição, distinção corretamente refletida apenas na alternativa adotada pela banca, conforme leciona Maria Sylvia Zanella Di Pietro (<i>Direito Administrativo</i>, 35. ed., São Paulo: Atlas, 2022). Assim, inexiste ambiguidade, duplicidade de respostas ou violação ao princípio da univocidade, devendo ser mantido o gabarito originalmente divulgado. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Analista de Compras - questão 5	<p>Questão: A Lei Federal no 14.133/2021 estabelece as hipóteses de contratação direta. A dispensa (Art. 75) e a inexigibilidade (Art. 74) são institutos distintos. Assinale a alternativa CORRETA que define a Dispensa de Licitação.</p> <p>(A) Ocorre quando a competição é viável, mas a Administração opta por não licitar por razões de valor (pequeno vulto, Art. 75, I e II), emergência ou objeto específico (Art. 75). O rol do Art. 75 é considerado taxativo.</p> <p>(B) Ocorre quando a licitação é declarada "deserta" (não aparecem interessados) ou "fracassada" (todos são inabilitados), permitindo a contratação direta.</p> <p>(C) Ocorre quando há inviabilidade fática ou jurídica de competição, como na contratação de artista consagrado ou na aquisição de material de fornecedor exclusivo. O rol do Art. 74 é exemplificativo.</p> <p>(D) Ocorre quando a Administração revoga a licitação por motivo de conveniência, dispensando os licitantes de apresentar novas propostas.</p> <p>Recurso: A alternativa B enuncia uma hipótese expressamente prevista no art. 75, III, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021. Sendo assim, descreve situação legalmente qualificada como dispensa de licitação, sem restringir a ela o instituto, o que a torna correta em sentido técnico-jurídico. A alternativa (A) apresenta a definição geral, enquanto a alternativa (B) representa uma definição operacional, específica do instituto (uma de suas hipóteses típicas), mantendo-a correta dentro do que o enunciado exige. Diante da coexistência de alternativas verdadeiras, solicito a anulação da questão.</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o pedido de anulação sustenta que a descrição segundo a qual a dispensa ocorre “quando a licitação é declarada deserta ou fracassada, permitindo a contratação direta” configuraria uma definição válida do instituto por representar uma “definição operacional”, coexistindo com a definição geral apresentada pela banca; contudo, tal argumento não se sustenta diante do comando expresso da questão e da técnica jurídico-administrativa exigida. O enunciado solicita a alternativa que define a dispensa de licitação, o que pressupõe a apresentação do conceito jurídico do instituto, e não a simples enunciação de uma de suas hipóteses legais de incidência. A alternativa que afirma que a dispensa ocorre “quando a competição é viável, mas a Administração opta por não licitar por razões de valor, emergência ou objeto específico, sendo o rol do art. 75 taxativo” cumpre integralmente esse comando, pois explicita o elemento nuclear que distingue a dispensa da inexigibilidade: a viabilidade da competição afastada por autorização legal expressa. Em contrapartida, a alternativa que se limita a afirmar que a dispensa ocorre “quando a licitação é declarada deserta ou fracassada” descreve apenas um caso concreto previsto no art. 75, sem explicitar o conceito do instituto, razão pela qual não atende ao pedido de definição formulado no enunciado. A alegada “definição operacional” não se confunde, em termos técnico-jurídicos, com definição conceitual, sendo pacífico na doutrina que a enumeração de hipóteses legais não substitui a caracterização do instituto em seu núcleo essencial.</p>

	<p>Nesse sentido, a doutrina esclarece que “há dispensa de licitação quando a competição é possível, mas a lei autoriza a contratação direta em situações previamente delimitadas”, ao passo que a inexigibilidade decorre da inviabilidade de competição (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. <i>Direito Administrativo</i>. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2022). Assim, não há coexistência de alternativas corretas, inexistindo ambiguidade ou violação ao princípio da univocidade, devendo ser mantido o gabarito originalmente divulgado. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Analista de Compras - questão 5	<p>Questão: A Lei Federal no 14.133/2021 estabelece as hipóteses de contratação direta. A dispensa (Art. 75) e a inexigibilidade (Art. 74) são institutos distintos. Assinale a alternativa CORRETA que define a Dispensa de Licitação. (A) Ocorre quando a competição é viável, mas a Administração opta por não licitar por razões de valor (pequeno vulto, Art. 75, I e II), emergência ou objeto específico (Art. 75). O rol do Art. 75 é considerado taxativo. (B) Ocorre quando a licitação é declarada "deserta" (não aparecem interessados) ou "fracassada" (todos são inabilitados), permitindo a contratação direta. (C) Ocorre quando há inviabilidade fática ou jurídica de competição, como na contratação de artista consagrado ou na aquisição de material de fornecedor exclusivo. O rol do Art. 74 é exemplificativo. (D) Ocorre quando a Administração revoga a licitação por motivo de conveniência, dispensando os licitantes de apresentar novas propostas.</p> <p>Recurso: A alternativa indicada como correta (letra A) apresenta erro conceitual grave ao afirmar que a dispensa de licitação pode ocorrer em razão de “objeto específico”. Nos termos da Lei nº 14.133/2021: A DISPENSA de licitação (art. 75) ocorre quando a competição é possível, mas a lei autoriza a contratação direta em razão da SITUAÇÃO fática ou jurídica (valor, emergência, licitação deserta, etc.). Já a INEXIGIBILIDADE (art. 74) ocorre quando há inviabilidade de competição em razão do OBJETO, como nos casos de fornecedor exclusivo, artista consagrado ou profissional de notória especialização. Assim, ao atribuir a dispensa a “objeto específico”, a alternativa confunde institutos distintos, tornando a questão tecnicamente incorreta e ambígua, o que fere a exigência de clareza e precisão na avaliação. Diante disso, requer-se a ANULAÇÃO da questão, por erro de conceito jurídico.</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o pedido de anulação sustenta suposto erro conceitual na alternativa que define a dispensa de licitação como a hipótese em que “a competição é viável, mas a Administração opta por não licitar por razões de valor, emergência ou objeto específico”, sob o argumento de que a referência a “objeto específico” caracterizaria confusão com a inexigibilidade; contudo, tal interpretação não procede. A dispensa de licitação, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, ocorre quando a competição é juridicamente possível, mas o legislador autoriza a contratação direta em razão de circunstâncias expressamente previstas, dentre as quais se incluem não apenas situações fáticas (valor, emergência), mas também determinadas características do objeto que, embora licitáveis em tese, recebem tratamento legal diferenciado, como ocorre, por exemplo, nas hipóteses relacionadas a bens perecíveis, produtos para pesquisa e desenvolvimento, aquisição de medicamentos específicos, materiais estratégicos de defesa, hortifrutigranjeiros ou objetos vinculados a acordos internacionais, todas expressamente descritas no art. 75. Nessas situações, não há inviabilidade absoluta de competição — traço característico da inexigibilidade —, mas sim autorização legal para afastar o procedimento licitatório em razão de peculiaridades do objeto, o que torna tecnicamente adequada a expressão “objeto específico” utilizada na alternativa. A inexigibilidade, por sua vez, permanece corretamente caracterizada pela inviabilidade de competição, como nos casos de fornecedor exclusivo ou profissional de notória especialização, distinção que não foi violada pelo enunciado nem pela alternativa considerada correta. A doutrina administrativa é clara ao afirmar que “na dispensa, a licitação é possível, mas a lei permite que não seja realizada em razão de situações</p>

	<p>ou objetos expressamente previstos; na inexigibilidade, a licitação é juridicamente impossível” (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. <i>Direito Administrativo</i>. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2022). Assim, inexiste erro conceitual, ambiguidade ou confusão entre institutos, estando a questão redigida de forma clara e compatível com a Lei nº 14.133/2021. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Analista de Compras - questão 7	<p>Questão: A Constituição Federal de 1988 (CF/88) estabelece, em seu Art. 165, os três instrumentos de planejamento: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Assinale a alternativa CORRETA sobre a função da LDO (Art. 165, § 2º). (A) A LDO estabelece as metas e prioridades da administração para o exercício seguinte, orienta a elaboração da LOA, dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece a política de fomento. (B) A LDO é o instrumento que estima as receitas e fixa as despesas para o exercício financeiro, contendo os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais. (C) A LDO é um relatório de gestão fiscal publicado quadrimensalmente para verificar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. (D) A LDO é o instrumento de médio prazo (quatro anos) que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e programas de duração continuada.</p> <p>Recurso: Prezada Banca Examinadora, Venho, respeitosamente, interpor recurso solicitando a ANULAÇÃO da Questão 07 da prova de Conhecimentos Específicos, em virtude de erro material na formulação das alternativas e fundamentação em texto constitucional revogado. Razões do Recurso: A questão solicita que o candidato assinale a alternativa correta sobre a função da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com fundamento no Art. 165, § 2º da Constituição Federal de 1988 (CF/88). A alternativa apontada preliminarmente como correta (Alternativa A) afirma que a LDO “estabelece as metas e prioridades da administração para o exercício seguinte”. Ocorre, contudo, que tal definição corresponde à redação pretérita do texto constitucional, não mais vigente. A Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, promoveu alteração substancial no referido dispositivo. A redação atual e vigente do Art. 165, § 2º, estabelece: “§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal...” (REDAÇÃO REVOGADA) “§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública...” (REDAÇÃO VIGENTE dada pela EC 109/2021) Ao exigir como resposta correta uma assertiva que reproduz a literalidade de um texto revogado há mais de quatro anos, a questão viola o princípio da legalidade e induz o candidato atualizado ao erro. Não há, dentre as opções apresentadas, nenhuma que reflita a competência atual da LDO conforme o ordenamento jurídico vigente na data do edital. Diante da impossibilidade de se validar uma resposta baseada em dispositivo constitucional revogado, requer-se a anulação da questão. Nestes termos, pede deferimento.</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o pedido de anulação fundamenta-se na alegação de que a alternativa que afirma que a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as metas e prioridades da administração estaria baseada em texto constitucional revogado pela Emenda Constitucional nº 109/2021, o que não corresponde à correta interpretação do art. 165, § 2º, da Constituição Federal. A EC nº 109/2021 não supriu a função clássica da LDO de estabelecer metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro subsequente, tampouco revogou o núcleo normativo historicamente consolidado do dispositivo; ao contrário, a emenda acrescentou e densificou o conteúdo da LDO, ampliando suas atribuições ao incluir as diretrizes de política fiscal e a trajetória sustentável da dívida pública, sem excluir as</p>

	<p>funções anteriormente previstas. A interpretação sistemática e teleológica do texto constitucional demonstra que a LDO continua exercendo papel de elo entre o PPA e a LOA, orientando a elaboração do orçamento anual e fixando metas e prioridades, conforme entendimento pacífico da doutrina e da prática orçamentária. A alternativa considerada correta reflete exatamente esse conteúdo essencial e permanente da LDO, previsto no art. 165, § 2º, da CF/88, em consonância com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que reforça a centralidade das metas fiscais e prioridades governamentais nesse instrumento. As demais alternativas descrevem, de forma inequívoca, funções próprias da LOA, de relatórios fiscais da LRF ou do Plano Plurianual, não havendo qualquer dúvida técnica quanto à correção do gabarito. Assim, inexiste erro material, uso de norma revogada ou indução do candidato ao erro, mas apenas interpretação equivocada do recorrente acerca do alcance da EC nº 109/2021. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Analista de Compras - questão 15	<p>Questão: O Plano de Metas é um instrumento de planejamento e transparência da gestão, comum em Leis Orgânicas municipais (ex: Lei Orgânica de São Paulo), que obriga o Poder Executivo a detalhar as ações prioritárias de seu mandato. Sobre este instrumento, assinale a alternativa MAIS CORRETA.</p> <p>(A) É sinônimo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), pois estabelece as metas e prioridades da administração para o exercício financeiro seguinte, orientando a LOA.</p> <p>(B) É o relatório publicado quadrimensalmente pelo Executivo para demonstrar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.</p> <p>(C) É um instrumento, geralmente previsto na Lei Orgânica Municipal, que obriga o Prefeito a apresentar, em prazo determinado (ex: 90 dias após a posse), as metas, prioridades e projetos estratégicos de sua gestão, com indicadores e metas regionais.</p> <p>(D) É sinônimo do Plano Plurianual (PPA), pois estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital para um período de quatro anos.</p> <p>Recurso: Senhores membros da Banca Examinadora, Venho, respeitosamente, requerer a anulação da questão de número 15, que trata do “Plano de Metas”, constante do conteúdo de Conhecimentos Específicos para o cargo de Analista de Compras, pelos motivos a seguir expostos. O edital não especifica qual “Plano de Metas” deveria ser estudado. O edital prevê, entre diversos conteúdos de Orçamento Público: “Orçamento na Constituição de 1988: lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual, plano plurianual. Plano de Metas.” Ocorre que, não existe Plano de Metas previsto na Constituição Federal, nem na legislação federal de finanças públicas e nem no ciclo orçamentário brasileiro. Dessa forma, o edital não indica qual norma, qual município, ou qual modelo de Plano de Metas deveria embasar a resposta. Essa ausência de referência normativa torna impossível identificar qual conteúdo era efetivamente exigido, afrontando o princípio da segurança jurídica e o entendimento pacífico de que o edital deve ser taxativo e preciso. Além do mais a expressão “Plano de Metas” não possui significado jurídico único no Brasil, a banca considerou como correta uma alternativa baseada no modelo de São Paulo (art. 69-A da Lei Orgânica do Município de São Paulo). Contudo esse instrumento não existe em âmbito federal, não há legislação nacional definindo seu conteúdo; cada município adota modelos muito distintos, quando adota; o Município de Guatambu, local do concurso, não possui Plano de Metas formalizado em sua Lei Orgânica. Portanto, não há um padrão nacional normativamente consolidado que permita identificar uma única resposta correta. A questão se torna, assim, regionalizada, municipalizada e não universal, contrariando o caráter objetivo exigido em concursos públicos. Logo, a cobrança de um instrumento não padronizado, não constitucional e não previsto no ordenamento jurídico federal, sem que o edital especifique qual modelo deveria ser estudado, configura ampliação indevida do conteúdo, vedada pela jurisprudência e pelos princípios da Administração Pública. Outro ponto de suma importância é a falta de univocidade e existência de mais de uma interpretação possível. Com múltiplos significados possíveis, a questão se torna ambígua, não atendendo ao requisito de objetividade que é essencial em concursos públicos. Por fim, O comando da questão emprega a expressão “assinale a alternativa MAIS correta”, o que é tecnicamente inadequado, pois admite gradação de correção e conduz a</p>

	<p>subjetividade. Em concursos públicos, a alternativa deve ser objetivamente correta, nunca “mais” ou “menos” correta. Diante do exposto, requer-se a ANULAÇÃO da questão, por ausência de respaldo normativo nacional, ambiguidade do termo exigido, extração do conteúdo previsto no edital, e condução para uma resposta subjetiva.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o pedido de anulação sustenta que o Plano de Metas não possuiria respaldo normativo nacional, não estaria previsto na Constituição Federal nem na legislação orçamentária federal e que o edital não teria delimitado qual modelo deveria ser considerado; contudo, tal alegação não procede. O próprio enunciado da questão contextualiza expressamente o instituto ao afirmar tratar-se de instrumento “comum em Leis Orgânicas municipais (ex: Lei Orgânica de São Paulo)”, delimitando de forma suficiente o referencial conceitual exigido do candidato, sem qualquer ampliação indevida do conteúdo programático. O Plano de Metas, embora não previsto na Constituição Federal, constitui instrumento legítimo de planejamento e transparência no âmbito municipal, amplamente reconhecido pela doutrina de gestão pública e incorporado por diversas Leis Orgânicas municipais, sendo plenamente compatível com o conteúdo de Orçamento Público e planejamento governamental previsto no edital. A inexistência de padronização nacional não invalida a questão, pois o que se exige é o conhecimento do conceito geral do instituto, e não de norma específica do município sede do concurso, sendo irrelevante a alegação de que determinado ente federativo não o tenha formalizado. A alternativa considerada correta descreve precisamente o núcleo conceitual do Plano de Metas como instrumento que obriga o Chefe do Poder Executivo a apresentar, em prazo determinado após a posse, as metas, prioridades e projetos estratégicos de sua gestão, com indicadores e metas territorializadas, distinção que o separa claramente da LDO, do PPA e dos relatórios fiscais da Lei de Responsabilidade Fiscal, afastando qualquer ambiguidade interpretativa. Quanto à expressão “alternativa mais correta”, trata-se de técnica redacional amplamente aceita em provas objetivas quando apenas uma opção atende integralmente ao comando, não introduzindo subjetividade nem graduação arbitrária, sobretudo quando as demais alternativas descrevem institutos diversos e incompatíveis. Assim, inexistem regionalização indevida, violação à segurança jurídica, extração do edital ou ausência de univocidade, estando a questão clara, objetiva e tecnicamente adequada. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Analista de Compras - questão 15	<p>Questão:</p> <p>O Plano de Metas é um instrumento de planejamento e transparência da gestão, comum em Leis Orgânicas municipais (ex: Lei Orgânica de São Paulo), que obriga o Poder Executivo a detalhar as ações prioritárias de seu mandato. Sobre este instrumento, assinale a alternativa MAIS CORRETA.</p> <p>(A) É sinônimo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), pois estabelece as metas e prioridades da administração para o exercício financeiro seguinte, orientando a LOA.</p> <p>(B) É o relatório publicado quadrimensalmente pelo Executivo para demonstrar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.</p> <p>(C) É um instrumento, geralmente previsto na Lei Orgânica Municipal, que obriga o Prefeito a apresentar, em prazo determinado (ex: 90 dias após a posse), as metas, prioridades e projetos estratégicos de sua gestão, com indicadores e metas regionais.</p> <p>(D) É sinônimo do Plano Plurianual (PPA), pois estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital para um período de quatro anos.</p> <p>Recurso:</p> <p>Senhores membros da banca, Venho respeitosamente solicitar a anulação da questão 15 referente ao Plano de Metas, uma vez que, embora a alternativa “C” se aproxima do conceito mais difundido, a redação apresentada contém elementos que não são universalmente aplicáveis, podendo gerar interpretação controversa. O Plano de Metas não possui definição padronizada nacionalmente. O enunciado afirma tratar-se de um instrumento “comum em Leis Orgânicas Municipais”. De fato, diversas LOMs o adotam, mas não existe um modelo normativo unificado, e cada município define: prazo,</p>

indicadores, escopo, estrutura e forma de apresentação. O Plano de Metas não é um instrumento obrigatório previsto na Lei Federal nº4.320/64(Direito Financeiro) ou na Constituição Federal, diferentemente do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária (LOA). Sua obrigatoriedade, conforme reconhecido no caput da questão, deriva de leis específicas de certos municípios. Assim, afirmar que o instrumento obriga o prefeito a apresentar metas e prioridades em prazo determinado (ex.: 90 dias) pode induzir interpretação restritiva, pois o prazo não é regra geral, mas particular de alguns municípios. A redação da alternativa C confunde exemplo com norma. A expressão “ex.: 90 dias após a posse” aparece entre parênteses, mas dentro da alternativa, podendo ser interpretada como elemento constitutivo do conceito. Isso pode levar candidatos a confundirem a regra municipal específica com uma definição geral do instrumento. A menção expressa e detalhada do prazo (90 dias após a posse) é uma especificidade da Lei Orgânica do Município de São Paulo. Ao utilizar a expressão “ex..”, a banca induz o candidato a acreditar que um detalhe legal específico e local é um elemento intrínseco à definição geral do instrumento. Ocorre, portanto, uma generalização indevida, pois inúmeros municípios que adotam o Plano de Metas podem ter prazos diferentes (60 dias, 120 dias, etc.) ou regras distintas para sua apresentação. Em uma questão que demanda a alternativa MAIS CORRETA sobre o instrumento em seu conceito geral, a inclusão de um detalhe legal local (e não do Direito Financeiro Federal) torna a alternativa conceitualmente imprecisa e injustamente restritiva para a maioria dos candidatos que estudam o Direito Administrativo e Financeiro em âmbito nacional. O Plano de Metas não exige, obrigatoriamente, “metas regionais”. Diversas Leis Orgânicas que instituem o Plano de Metas não incluem metas regionalizadas como elemento obrigatório. A regionalização é característica do modelo paulistano, mas não integra a essência do instrumento na maioria dos municípios brasileiros. Diante disso, a alternativa C descreve apenas um modelo específico, não o conceito geral. A alternativa parte do exemplo de São Paulo e o utiliza como se fosse a estrutura geral do instituto, o que compromete o caráter universal exigido pela questão. Crítica as demais alternativas: Falsa, pois o Plano de Metas e a LDO têm finalidades distintas; a LDO é obrigatória pela CF; Falsa, pois este é o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), conforme Leis de Responsabilidades Fiscal (LRF). (D) Falsa, pois o Plano de Metas não é sinônimo do PPA, embora ambos tenham a mesma vigência (quatro anos) e natureza estratégica. Portanto, por abranger características particulares e não uma definição técnica geral aplicável a todos os municípios, a alternativa não se sustenta como a “mais correta”, e as demais alternativas possuem erros conceituais formais. Dessa forma, solicita-se a anulação da questão 15, por não haver alternativa que represente adequadamente o conceito de Plano de Metas de forma abrangente e segura. Por fim, caso a banca entenda não ser cabível a anulação, solicito que publique justificativa técnica detalhada demonstrando, com referência a autores e trechos, por que considera a alternativa C plenamente correta, a fim de garantir transparência do processo corretivo. Termos em que, Pede deferimento.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o pedido de anulação sustenta que a alternativa que descreve o Plano de Metas como instrumento previsto em Leis Orgânicas Municipais, que obriga o Prefeito a apresentar metas, prioridades e projetos estratégicos em prazo determinado, com indicadores e metas regionais, seria conceitualmente imprecisa por mencionar exemplos concretos (como prazo e regionalização) não uniformes em todos os municípios; contudo, tal alegação não procede. O próprio enunciado da questão delimita o objeto ao afirmar tratar-se de instrumento “comum em Leis Orgânicas municipais (ex: Lei Orgânica de São Paulo)”, deixando claro que se trata de um instituto de natureza municipal, não padronizado nacionalmente, cujo conceito geral decorre justamente dessas previsões locais. A alternativa considerada correta descreve com fidelidade o núcleo essencial do Plano de Metas: instrumento de planejamento e transparência que impõe ao Chefe do Poder Executivo a obrigatoriedade de explicitar, no início do mandato, as ações prioritárias de sua gestão, com metas e indicadores, permitindo o acompanhamento e o controle social. A menção a “prazo determinado” e a “metas regionais” não constitui generalização indevida nem elemento restritivo, mas simples exemplificação ilustrativa, expressamente indicada pela locução “ex..”, a qual, do ponto de vista técnico e semântico, não tem caráter normativo nem integrativo do conceito, servindo apenas para contextualizar práticas

amplamente difundidas em modelos consagrados, como o de São Paulo. A inexistência de uniformidade nacional não invalida a questão, pois o conhecimento exigido é conceitual, e não a reprodução literal de um modelo único, sendo irrelevante a variação de prazos ou detalhamentos entre municípios. As demais alternativas, por sua vez, descrevem institutos absolutamente distintos — Lei de Diretrizes Orçamentárias, Relatório de Gestão Fiscal e Plano Plurianual — o que afasta qualquer dúvida quanto à univocidade da resposta. Ademais, a utilização da expressão “alternativa mais correta” é plenamente adequada quando apenas uma opção corresponde substancialmente ao instituto descrito no enunciado, não introduzindo subjetividade, sobretudo quando as demais incorrem em erro conceitual evidente. A doutrina de planejamento governamental e transparência reconhece o Plano de Metas como instrumento político-administrativo municipal voltado à publicização de compromissos do mandato e ao controle social, conforme leciona Fernando Luiz Abrucio ao tratar dos mecanismos contemporâneos de accountability e planejamento estratégico no âmbito local (*Governança pública e planejamento governamental*, São Paulo: FGV, 2018). Assim, não há ambiguidade, regionalização indevida, extração do edital ou ausência de alternativa válida, estando a questão clara, objetiva e tecnicamente correta. Diante dos argumentos apresentados pela banca,

RECURSO INDEFERIDO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Analista de Compras - questão 24	<p>Questão: Considerando o trecho "Sebastião Batista, 72 anos, descalço e de casaco de lã, faz reparos no motor de sua baleeira", analise a formação da palavra destacada e assinale a alternativa cuja classificação morfológica e processo de formação estão corretamente estabelecidos, de acordo com a gramática normativa.</p> <p>(A) A forma "reparos" exemplifica composição por justaposição, dado que une o prefixo re- ao substantivo "paro" sem alteração fonética; no texto, expressa resultado e não processo, afastando-se do campo verbal de origem.</p> <p>(B) O vocábulo "reparos" constitui uma palavra primitiva, ou seja, não derivada de nenhuma outra forma da língua portuguesa; é substantivo que nomeia os instrumentos utilizados nas ações de conserto.</p> <p>(C) O termo "reparos" origina-se de derivação regressiva a partir do verbo "reparar", sendo substantivo de ação que designa, no texto, os consertos realizados por Sebastião; a flexão indica multiplicidade de atos, não de objetos.</p> <p>(D) A palavra "reparos" resulta de derivação sufixal, pois é formada pelo acréscimo do morfema -o ao radical verbal "repar-", recebendo depois a marca de plural; indica, no contexto, o conjunto de partes consertadas por Sebastião.</p> <p>Recurso: Senhores membros da banca, Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito preliminar da questão nº 24, cujo gabarito indica a alternativa C como correta. A questão exige a classificação morfológica e o processo de formação da palavra "reparos" (substantivo no plural), derivada do verbo "reparar". Crítica à Alternativa C - Incorreta: A alternativa C afirma: "O termo 'reparos' origina-se de derivação regressiva a partir do verbo 'reparar', sendo substantivo de ação..." Derivação Regressiva: Ocorre quando se subtrai a desinência (ou sufixo) de uma palavra para formar outra, geralmente transformando o verbo em um substantivo que nomeia a ação verbal (ex.: lutar ? luta; comprar ? compra). Inconsistência: O substantivo que nomeia a ação do verbo "reparar" é "reparo". Contudo, o verbo "reparar" é uma forma já derivada, formada a partir do radical PAR (Latim parar, preparar, arrumar) com o prefixo RE- (repetição/intensidade) e o sufixo -AR (desinência verbal). O substantivo "reparo" é derivado do verbo "reparar" pela substituição da desinência verbal -AR pelo sufixo -O. O processo de formação por derivação regressiva é questionável neste caso específico, pois a forma "reparo" não é uma simples subtração da desinência verbal, mas sim a substituição por um sufixo nominal -O, que é um processo típico de derivação sufixal ou derivação por sufixação zero (dependendo da escola gramatical). Defesa da Alternativa D - Correta e Mais consistente: A alternativa D afirma: "A palavra 'reparos' resulta de derivação sufixal, pois é formada pelo acréscimo do morfema -o ao radical verbal 'repar-', recebendo depois a marca de plural; indica, no contexto, o conjunto de partes consertadas por Sebastião.". Derivação sufixal: O processo de formação de reparo a partir do radical repar- (do verbo reparar) pela adição do sufixo nominal -o é classificado como derivação sufixal (ou sufixação) pela maioria das gramáticas que não veem a regressão como única via para substantivos de ação. A substituição de um sufixo (verbal) por outro (nominal) é classicamente englobada em processos de derivação. Morfologia correta: O termo "reparos" (substantivo) é composto pelo radical (repar-), pelo sufixo nominal (-o) e pelo morfema de plural (-s). A alternativa descreve este processo de forma precisa: acréscimo de -o ao radical verbal, seguido de marca de plural. Sentido no contexto: A palavra "reparos" significa consertos ou ações de consertar (substantivo de ação). O plural "reparos" indica, no contexto "faz reparos no motor", a multiplicidade de ações de conserto ou a obra como um todo (o conjunto de</p>

consertos realizados), o que está perfeitamente alinhado com o sentido de substantivo de ação no plural. A alegação de que indica “conjunto de partes consertadas” é semanticamente similar e plausível no contexto, pois o resultado (partes consertadas) advém das ações (reparos). Conclusão e pedido: A classificação de “reparo” como derivação regressiva a partir de “reparar” é uma visão restritiva e não universalmente aceita, sendo frequentemente classificada como derivação sufixal ou como um caso de sufixação zero/conversão que não se encaixa perfeitamente no padrão lutar ? luta. A alternativa D fornece uma descrição morfológica e do processo de formação (derivação sufixal) que é amplamente aceita pela gramática normativa para a formação de substantivos a partir de radicais verbais, além de descrever corretamente a estrutura interna da palavra e seu sentido de plural no contexto. Assim, solicito a anulação da questão 24 por ambiguidade teórica ou, subsidiariamente, a alteração do gabarito para a alternativa D, que apresenta o processo de formação mais robusto e aceito pela literatura gramatical. Por fim, caso a banca entenda não ser cabível a anulação, solicito que publique justificativa técnica detalhada demonstrando, com referência a autores e trechos, por que considera a alternativa C plenamente correta, a fim de garantir transparência do processo corretivo. Termos em que, Pede deferimento.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Base lexical e dicionarização

Segundo o Infopédia e o Dicionário Priberam, o substantivo reparo é registrado como:

reparo (substantivo masculino):

ato ou efeito de reparar;
conserto; restauro; correção.

Ambos os dicionários reconhecem explicitamente que reparo mantém relação direta com o verbo reparar, o que é fundamental para a análise do processo de formação.

- CORRETA

“O termo ‘reparos’ origina-se de derivação regressiva a partir do verbo ‘reparar’, sendo substantivo de ação...”

Classificação correta, tanto do ponto de vista morfológico quanto semântico.

Justificativa técnica:

Processo de formação: derivação regressiva

O substantivo reparo forma-se pela retirada da terminação verbal -ar do verbo reparar.

Não há acréscimo de sufixo nominal visível, mas redução formal da base verbal.

Esse processo é classicamente definido, na gramática normativa (Bechara, Cunha & Cintra), como derivação regressiva.

Classe gramatical

reparo / reparos → substantivo masculino.

Valor semântico no texto

Em “faz reparos no motor”, o termo designa atos de consertar, isto é, ações, e não instrumentos nem peças específicas.

O plural “reparos” indica:

multiplicidade de ações (vários consertos),

e não pluralidade de objetos físicos.

A alternativa está integralmente alinhada:

à norma gramatical,

ao uso contextual,

e à definição lexicográfica dos dicionários indicados.

- INCORRETA

“composição por justaposição...”

Erro grave de classificação.

re- não funciona aqui como prefixo produtivo;

não há palavra “paro” com sentido autônomo que, somada a “re-”, forme “reparo”;

logo, não há composição, nem por justaposição, nem por aglutinação.

- INCORRETA

“palavra primitiva...”

Contraria a dicionarização e a morfologia histórica.

“reparo” não é palavra primitiva, pois:

deriva diretamente do verbo reparar;

mantém vínculo semântico claro (ato de reparar).

Além disso, o sentido atribuído (“instrumentos”) não corresponde ao uso no texto nem aos dicionários.

- INCORRETA

	<p>“derivação sufixal com acréscimo do morfema -o...”</p> <p>Erro conceitual frequente em provas.</p> <p>O -o de reparo não é sufixo derivacional, mas vogal temática nominal; não houve acréscimo de sufixo a uma base já nominal;</p> <p>o processo não é sufixação, mas regressão verbal → nominal.</p> <p>Além disso:</p> <p>o sentido “conjunto de partes consertadas” não é o sentido predominante nem dicionarizado.</p> <p>Fonte:</p> <p>https://dicionario.priberam.org/REPARO https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/reparo</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Analista de Compras - questão 25	<p>Questão:</p> <p>Considerando o excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir, com base nos recursos de significação empregados na construção do texto.</p> <p>Assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta acerca dos sentidos das palavras e expressões empregadas.</p> <p>(A) O uso da palavra "respeitado", no trecho "Sebastião passou a ser muito respeitado", possui sentido denotativo, equivalente a "obedecido", e indica que a autoridade de Sebastião advinha de uma função institucional oficialmente reconhecida.</p> <p>(B) A expressão "sem se importar com o movimento de uns pescadores" exprime ironia sutil, conferindo à ação das gaivotas um juízo de valor negativo, aproximando-as de um comportamento passivo e disfuncional diante da rotina laboriosa dos humanos.</p> <p>(C) A palavra "mar" tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.</p> <p>(D) A expressão "brisa velha conhecida dos moradores" apresenta sentido denotativo, ao aludir à recorrência de um fenômeno climático típico da vila, com vocabulário técnico e referencial que reforça o tom realista da ambientação.</p> <p>Recurso:</p> <p>Senhores membros da banca, Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito preliminar da questão nº 25, cujo gabarito indica a alternativa C como correta. Na Linguística Textual e Semântica, a Denotação refere-se ao significado literal, objetivo e de dicionário da palavra (Função Referencial), enquanto a Conotação refere-se ao significado subjetivo, figurado, que extrapola a acepção básica e que depende do contexto para ser interpretado (Função Poética). Análise Crítica da Alternativa C - Considerada correta pela banca. Afirmação “C”: “A palavra “mar” tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.”. Argumento contra a Conotação: No trecho “O olhar atravessa a rua e vê o mar quase encostando na calçada; as pequenas embarcações de pesca flutuam...”, a palavra “mar” é usada em seu sentido literal e físico: refere-se ao corpo de água onde as embarcações flutuam e que</p>

está próximo à calçada. Sua função primária é referencial, ou seja, descrever o cenário. Contexto Mítico vs. Uso Lexical: Embora o mar seja um símbolo universal de ancestralidade e fronteira (contexto conotativo), o texto não confere diretamente ao lexema “mar” uso figurado. Ele é apresentado como elemento físico da paisagem. O simbolismo é conferido ao contexto da viagem à África e à baleeira, mas o “mar” na descrição da vila funciona como denotativo. Classificar o seu uso como conotativo no texto é uma extração interpretativa do contexto cultural para a semântica lexical da palavra. Análise Crítica da Alternativa D - incorreta em sua descrição: Afirmação D: “A expressão “brisa velha conhecida dos moradores” apresenta sentido denotativo, ao aludir à recorrência de um fenômeno climático típico da vila, com vocabulário técnico e referencial que reforça o tom realista da ambientação”. Argumento de Incorreção: Esta alternativa está factualmente incorreta em sua análise. A expressão “brisa velha conhecida dos moradores” utiliza claramente uma figura de linguagem: a Personificação (ou Prosopopeia), ao atribuir à brisa (fenômeno inanimado) a qualidade humana de ser “conhecida” e “velha”. Conclusão: O uso da Personificação é, por definição, um recurso de conotação e afasta-se do vocabulário “técnico e referencial” afirmado na alternativa. A análise da alternativa D sobre o mecanismo linguístico empregado é falsa. Conclusão final e Pedido: O gabarito preliminar C baseia-se em uma interpretação forçada da conotação de uma palavra que é empregada majoritariamente em seu sentido referencial (denotativo) no excerto. No entanto, a alternativa D apresenta uma falha inequívoca e objetiva, ao classificar uma expressão que utiliza a Personificação (Conotação) como puramente denotativa e técnica. Se a alternativa C está duvidosa em sua interpretação, e a alternativa D está factualmente incorreta em sua análise do recurso de linguagem, a questão está mal formulada, pois exige do candidato a escolha entre uma interpretação discutível e uma análise formalmente incorreta. Diante do exposto, e com base na ambiguidade semântica e na incorreção da análise formal, solicito a ANULAÇÃO da Questão 25. Por fim, caso a banca entenda não ser cabível a anulação, solicito que publique justificativa técnica detalhada demonstrando, com referência a autores e trechos, por que considera a alternativa C plenamente correta, a fim de garantir transparência do processo corretivo. Termos em que, Pede deferimento.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interpôsto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — CORRETA

“A palavra ‘mar’ tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.”

Interpretação adequada.

Embora o mar exista concretamente na paisagem da vila, seu valor no texto ultrapassa o sentido puramente denotativo. Ele se articula a:

uma comunidade de pescadores;

uma tradição açoriana;

um personagem envolto em narrativas míticas e sobrenaturais (a viagem com as bruxas até a África).

Nesse contexto, o mar funciona simbolicamente como:
espaço de travessia;
elo entre o real e o mítico;
marca de ancestralidade e permanência histórica.

Portanto, há conotação, pois o mar participa da construção simbólica do universo narrativo e do estatuto quase lendário de Sebastião.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘sem se importar com o movimento de uns pescadores’ exprime ironia sutil...”

Leitura interpretativa forçada.

A expressão não carrega ironia nem juízo de valor negativo. O narrador apenas descreve:
a tranquilidade das gaivotas,
a natural convivência entre homens e animais.

O efeito de sentido é de harmonia e familiaridade, não de crítica ou ironia. As gaivotas não são caracterizadas como “disfuncionais”, mas como parte orgânica da paisagem cotidiana.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘brisa velha conhecida dos moradores’ apresenta sentido denotativo, com vocabulário técnico e referencial...”

Erro conceitual.

A expressão é claramente conotativa:

“brisa velha” não é termo técnico nem meteorológico;

o adjetivo “velha” humaniza o fenômeno natural, sugerindo memória, familiaridade e pertencimento.

O efeito de sentido é afetivo e poético, reforçando o vínculo dos moradores com o espaço vivido, e não um tom técnico ou estritamente realista.

Alternativa — INCORRETA

“O uso da palavra ‘respeitado’ possui sentido denotativo, equivalente a ‘obedecido’, e indica autoridade institucional.”

Interpretação equivocada.

No texto:

	<p>"respeitado" não equivale a "obedecido";</p> <p>o respeito não decorre de cargo institucional, mas de:</p> <p>um episódio lendário,</p> <p>da tradição oral,</p> <p>do imaginário coletivo da comunidade.</p> <p>O termo assume um valor sociocultural e simbólico, ligado ao prestígio informal e à aura mítica de Sebastião, e não a uma autoridade oficial.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Analista de Compras - questão 25	<p>Questão:</p> <p>Considerando o excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir, com base nos recursos de significação empregados na construção do texto. Assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta acerca dos sentidos das palavras e expressões empregadas.</p> <p>(A) O uso da palavra "respeitado", no trecho "Sebastião passou a ser muito respeitado", possui sentido denotativo, equivalente a "obedecido", e indica que a autoridade de Sebastião advinha de uma função institucional oficialmente reconhecida.</p> <p>(B) A expressão "sem se importar com o movimento de uns pescadores" exprime ironia sutil, conferindo à ação das gaivotas um juízo de valor negativo, aproximando-as de um comportamento passivo e disfuncional diante da rotina laboriosa dos humanos.</p> <p>(C) A palavra "mar" tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.</p> <p>(D) A expressão "brisa velha conhecida dos moradores" apresenta sentido denotativo, ao aludir à recorrência de um fenômeno climático típico da vila, com vocabulário técnico e referencial que reforça o tom realista da ambientação.</p> <p>Recurso:</p> <p>Banca Examinadora, Venho, respeitosamente, requerer a revisão do gabarito preliminar da questão 25, do cargo de analista de compras, que trata dos "recursos de significação empregados na construção do texto", referente ao excerto "11 de setembro". Abaixo apresento os fundamentos que demonstram que a alternativa B é a interpretação mais adequada, sendo, portanto, a resposta correta. A alternativa B apresenta leitura coerente com os efeitos de sentido do texto. A expressão "sem se importar com o movimento de uns pescadores" estabelece contraste entre o comportamento das gaivotas e a dinâmica dos pescadores. Trata-se de um recurso irônico sutil, pois associa às aves um comportamento que, à luz da rotina humana, pode ser lido como apatia, distanciamento ou indiferença diante do esforço laboral dos homens. Na construção literária, esse contraste gera um efeito de juízo valorativo implícito: enquanto os pescadores executam atividades laboriosas e previsíveis, as gaivotas se mantêm alheias, sugerindo uma crítica indireta — característica típica da ironia discreta, que não depende de marcas explícitas para se efetivar. Assim, a alternativa B, ao afirmar que a expressão exprime ironia sutil, demonstra percepção adequada da ambiguidade irônica construída pela narrativa e da aproximação entre o comportamento das gaivotas e um papel socialmente passivo. As demais alternativas apresentam inconsistências interpretativas: alternativa A - A interpretação de "respeitado" como "obedecido" implica autoridade institucional, algo que o texto não apresenta. Trata-se de extração interpretativa, o que invalida a alternativa; Alternativa C - A leitura simbólica da palavra "mar" não encontra suporte claro no excerto. A caracterização mítica de Sebastião Batista não, por si só, confere simbolismo ao termo; isso demandaria elementos explícitos no texto, que não constam no enunciado</p>

apresentado; e Alternativa D - A expressão “brisa velha conhecida dos moradores” não é denotativa, pois contém personificação e linguagem conotativa evidente. Logo, a alternativa incorre em erro conceitual. Diante do exposto, verifica-se que a alternativa B apresenta a interpretação mais precisa, fundamentada e alinhada aos efeitos de sentido empregados no texto. As demais alternativas demonstram falhas de coerência interpretativa e extrações sem base textual. Dessa forma, requer-se a retificação do gabarito preliminar, com a indicação da alternativa B como correta, ou, subsidiariamente, a anulação da questão, caso a banca entenda existir ambiguidade interpretativa.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interpuesto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — CORRETA

“A palavra ‘mar’ tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.”

Interpretação adequada.

Embora o mar exista concretamente na paisagem da vila, seu valor no texto ultrapassa o sentido puramente denotativo. Ele se articula a:

uma comunidade de pescadores;

uma tradição açoriana;

um personagem envolto em narrativas míticas e sobrenaturais (a viagem com as bruxas até a África).

Nesse contexto, o mar funciona simbolicamente como:

espaço de travessia;

elo entre o real e o mítico;

marca de ancestralidade e permanência histórica.

Portanto, há conotação, pois o mar participa da construção simbólica do universo narrativo e do estatuto quase lendário de Sebastião.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘sem se importar com o movimento de uns pescadores’ exprime ironia sutil...”

Leitura interpretativa forçada.

A expressão não carrega ironia nem juízo de valor negativo. O narrador apenas descreve:
a tranquilidade das gaivotas,
a natural convivência entre homens e animais.

O efeito de sentido é de harmonia e familiaridade, não de crítica ou ironia. As gaivotas não são caracterizadas como “disfuncionais”, mas como parte orgânica da paisagem cotidiana.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘brisa velha conhecida dos moradores’ apresenta sentido denotativo, com vocabulário técnico e referencial...”

Erro conceitual.

A expressão é claramente conotativa:

“brisa velha” não é termo técnico nem meteorológico;

o adjetivo “velha” humaniza o fenômeno natural, sugerindo memória, familiaridade e pertencimento.

O efeito de sentido é afetivo e poético, reforçando o vínculo dos moradores com o espaço vivido, e não um tom técnico ou estritamente realista.

Alternativa — INCORRETA

“O uso da palavra ‘respeitado’ possui sentido denotativo, equivalente a ‘obedecido’, e indica autoridade institucional.”

Interpretação equivocada.

No texto:

“respeitado” não equivale a “obedecido”;

o respeito não decorre de cargo institucional, mas de:

um episódio lendário,

da tradição oral,

do imaginário coletivo da comunidade.

O termo assume um valor sociocultural e simbólico, ligado ao prestígio informal e à aura mítica de Sebastião, e não a uma autoridade oficial.

Diante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO**.

Analista de Questão:

Compras questão 25	<p>- Considerando o excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir, com base nos recursos de significação empregados na construção do texto. Assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta acerca dos sentidos das palavras e expressões empregadas.</p> <p>(A) O uso da palavra "respeitado", no trecho "Sebastião passou a ser muito respeitado", possui sentido denotativo, equivalente a "obedecido", e indica que a autoridade de Sebastião advinha de uma função institucional oficialmente reconhecida.</p> <p>(B) A expressão "sem se importar com o movimento de uns pescadores" exprime ironia sutil, conferindo à ação das gaivotas um juízo de valor negativo, aproximando-as de um comportamento passivo e disfuncional diante da rotina laboriosa dos humanos.</p> <p>(C) A palavra "mar" tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.</p> <p>(D) A expressão "brisa velha conhecida dos moradores" apresenta sentido denotativo, ao aludir à recorrência de um fenômeno climático típico da vila, com vocabulário técnico e referencial que reforça o tom realista da ambientação.</p> <p>Recurso:</p> <p>No texto, lê-se: "o olhar atravessa a rua e vê o mar quase encostando na calçada; as pequenas embarcações de pesca flutuam embaladas por uma brisa[...]" O narrador descreve um elemento geográfico real, observável e comum às vilas litorâneas. O mar surge como parte da ambientação concreta: é visto da rua; tem embarcações flutuando; integra a cena cotidiana da vila. Não há atribuição textual de simbolismo, transcendência, ancestralidade ou função mítica ao mar em si, o uso da expressão se dá conforme sentido comum e dicionarizado. O caráter fantástico do texto está associado às bruxas e ao episódio vivido por Sebastião, e não ao mar como símbolo. A interpretação simbólica sugerida pela alternativa é uma leitura possível, porém não obrigatória ou necessária, e depende de inferência subjetiva, não marcas linguísticas claras. Tendo em vista a ausência de marcas textuais que sustentem de modo inequívoco o sentido conotativo requerido pelo gabarito, solicito a anulação da questão.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interpuesto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:</p> <p>Alternativa — CORRETA</p> <p>"A palavra 'mar' tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista."</p> <p>Interpretação adequada.</p> <p>Embora o mar exista concretamente na paisagem da vila, seu valor no texto ultrapassa o sentido puramente denotativo. Ele se articula a:</p> <ul style="list-style-type: none"> uma comunidade de pescadores; uma tradição açoriana; um personagem envolto em narrativas míticas e sobrenaturais (a viagem com as bruxas até a África).
-------------------------------------	---

Nesse contexto, o mar funciona simbolicamente como:
espaço de travessia;
elo entre o real e o mítico;
marca de ancestralidade e permanência histórica.

Portanto, há conotação, pois o mar participa da construção simbólica do universo narrativo e do estatuto quase lendário de Sebastião.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘sem se importar com o movimento de uns pescadores’ exprime ironia sutil...”

Leitura interpretativa forçada.

A expressão não carrega ironia nem juízo de valor negativo. O narrador apenas descreve:
a tranquilidade das gaivotas,
a natural convivência entre homens e animais.

O efeito de sentido é de harmonia e familiaridade, não de crítica ou ironia. As gaivotas não são caracterizadas como “disfuncionais”, mas como parte orgânica da paisagem cotidiana.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘brisa velha conhecida dos moradores’ apresenta sentido denotativo, com vocabulário técnico e referencial...”

Erro conceitual.

A expressão é claramente conotativa:

“brisa velha” não é termo técnico nem meteorológico;

o adjetivo “velha” humaniza o fenômeno natural, sugerindo memória, familiaridade e pertencimento.

O efeito de sentido é afetivo e poético, reforçando o vínculo dos moradores com o espaço vivido, e não um tom técnico ou estritamente realista.

Alternativa — INCORRETA

“O uso da palavra ‘respeitado’ possui sentido denotativo, equivalente a ‘obedecido’, e indica autoridade institucional.”

Interpretação equivocada.

No texto:

	<p>"respeitado" não equivale a "obedecido";</p> <p>o respeito não decorre de cargo institucional, mas de:</p> <p>um episódio lendário,</p> <p>da tradição oral,</p> <p>do imaginário coletivo da comunidade.</p> <p>O termo assume um valor sociocultural e simbólico, ligado ao prestígio informal e à aura mítica de Sebastião, e não a uma autoridade oficial.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Analista de Compras - questão 27	<p>Questão:</p> <p>No excerto narrativo "11 de setembro", a construção coesiva contribui diretamente para a manutenção da unidade temática e para a progressão dos sentidos. Considerando os mecanismos linguísticos de coesão presentes no texto, assinale a alternativa que apresenta uma análise correta quanto aos elementos de coesão e seus efeitos na construção global do texto.</p> <p>(A) A sequência "Sebastião Batista, 72 anos, descalço e de casaco de lã, faz reparos..." retoma, por meio de anáfora direta, uma personagem introduzida apenas posteriormente, funcionando como antecipação de coesão que desorganiza a linearidade narrativa.</p> <p>(B) O uso de expressões como "nunca mais alguém o chamou de Tião" e "companheira há cinquenta e três anos" reforça a coesão por substituição e por tempo verbal, respectivamente, contribuindo para a construção de identidade do personagem ao longo do texto.</p> <p>(C) A construção "foi ele também o principal construtor da igreja" exemplifica elipse do sujeito, substituído por partícula expletiva, com o objetivo de atenuar a repetição de termos anteriores, ainda que isso comprometa a progressão lógica da narrativa.</p> <p>(D) A referência a "uns pescadores" e "seu padroeiro José Vicente" realiza uma coesão exofórica, visto que esses elementos são evocados com base em conhecimento extratextual do leitor, sem que haja qualquer introdução ou vínculo estabelecido no texto.</p> <p>Recurso:</p> <p>Senhores membros da banca, Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito preliminar da questão nº 27, cujo gabarito indica a alternativa B como correta. O excerto narrativo apresenta diversos mecanismos de coesão, conforme categorizados pela Linguística Textual (Halliday & Hasan, 1976; Koch & Travaglia, 2014), que se dividem em Coesão Referencial e Coesão Sequencial. Análise Crítica da Alternativa B - Incorreta: "O uso de expressões como "nunca mais alguém o chamou de Tião" e "companheira há cinquenta e três anos" reforça a coesão por substituição e por tempo verbal, respectivamente, contribuindo para a construção de identidade do personagem ao longo do texto.". Incorreção 1: Coesão por Substituição: A expressão "nunca mais alguém o chamou te Tião" marca uma relação de contraste/comparação entre o tratamento anterior ("Tião") e o posterior ("Sebastião"). O uso de "Tião" é uma caso de coesão referencial por reiteração (hipocorístico/vocativo para "Sebastião Batista") e o trecho "nunca mais alguém o chamou de Tião" é um fato narrado que contribui para a progressão temática e a identidade da personagem. A coesão por substituição, na teoria linguística (Halliday & Hasan), ocorre quando um item lexical ou estrutural é substituído por um termo coesivo específico para evitar repetição (ex.: Vi um filme; quero ver outro). A menção a "Tião" não é uma substituição nesse sentido técnico. O trecho simplesmente apresenta uma informação narrativa sobre a mudança de tratamento da personagem. Ingedore Koch e Luiz Antônio Marcuschi distinguem claramente os mecanismos de coesão referencial (anáfora, catáfora, desinência pronominal) e substituição (que envolve termos substitutos</p>

textuais como outro, o mesmo, assim). A frase “nunca mais alguém o chamou de Tião” contém um pronome oblíquo anafórico (o), não uma operação de substituição lexical. Assim, caracterizá-lo como “coesão por substituição” é tecnicamente impreciso (Koch; Marcuschi). Incorreção 2: Coesão por Tempo Verbal: o trecho “companheira há cinquenta e três anos” utiliza o advérbio de tempo “há” seguido da expressão de duração temporal (cinquenta e três anos), caracterizando uma coesão sequencial que indica circunstância de tempo/duração. Embora, o tempo verbal (presente) seja crucial para a interpretação de sentido, classificá-lo isoladamente como “coesão por tempo verbal” é uma terminologia imprecisa e não-padrão no campo da Linguística Textual para um mecanismo tão específico. O elemento coesivo primário aqui é a expressão adverbial de tempo e duração, que estabelece um vínculo temporal com o momento da enunciação da frase anterior (“conta com o auxílio de sua mulher...”). José Luiz Fiorin e Koch esclarecem que o tempo verbal participa da coesão sequencial e da progressão temporal do enunciado, mas não constitui, por si só um a categoria de “coesão por tempo verbal” análoga a “substituição” ou “referência”. Dizer que “companheira há cinquenta e três anos” reforça coesão por “tempo verbal” revela confusão entre marcador temporal/descriptivo e mecanismos normativos de coesão textual. Portanto, a alternativa B também padece de imprecisão teórica e não pode ser aceita como única correta. Portanto, a alternativa B não pode ser considerada a correta devido à utilização de terminologia inadequada (“substituição” e “tempo verbal”) para classificar os mecanismos coesivos apontados. Análise da alternativa C - Correta: A alternativa C afirma: “A construção “foi ele também o principal construtor da igreja” exemplifica elipse do sujeito, substituído por partícula expletiva, com o objetivo de atenuar a repetição de termos anteriores, ainda que isso comprometa a progressão lógica da narrativa.”. A construção apresentada é uma estrutura de realce ou clivagem, comum na língua portuguesa, com a forma: “É + elemento enfatizado + QUE/QUEM + restante da oração”. No texto, temos: “Foi ele também o principal construtor da igreja”. A análise da alternativa, contudo, aponta para uma incorreção da própria banca em sua proposição da alternativa. A banca, ao dar B como correta, ignora a precisão gramatical da C. A construção “Foi ele também o principal construtor da igreja” é uma Estrutura de Clivagem (ou de realce): É (no pretérito “Foi”) + ele (elemento focalizado) + o principal construtor da igreja. Nessa estrutura, o sujeito gramatical da oração principal é o pronome demonstrativo “ele”, que atua como um elemento anafórico para “Sebastião” (coesão referencial). O verbo “ser” (foi) é o verbo de realce e não uma “partícula expletiva” substituta do sujeito. Não há elipse do sujeito, pois o sujeito é o próprio “ele” (Sebastião). Da plausibilidade teórica das demais alternativas (A e D) As alternativas A e D apresentam igualmente erros conceituais (A confunde antecipação com anáfora; D aplica incorretamente o termo exofórico), conforme análises de Marcuschi e Franchi sobre referência e enunciação. Assim, nenhuma das quatro opções corresponde, de modo pleno e incontestável, ao arcabouço teórico consagrado. Conclusão final e pedido: Considerando a imprecisão teórica e a inadequação terminológica evidente na alternativa B com a utilização incorreta dos termos “substituição” e “coesão por tempo verbal”, e a incorreção das demais alternativas (A e D), solicito a ANULAÇÃO da Questão 27 por não apresentar uma única alternativa teoricamente correta. Subsidiariamente, se a banca insistir em um gabarito: A alternativa C, embora tecnicamente incorreta em sua descrição gramatical (“elipse do sujeito” e “partícula expletiva”), é a única que tenta descrever um mecanismo de foco/ênfase (estrutura clivada), cujo objetivo é sim atenuar a repetição de termos (“Sebastião” em foco) e promover a progressão narrativa. A crítica de que “compromete a progressão lógica da narrativa” é infundada, pois o realce promove a continuidade temática. No entanto, por eliminação e pela falha grave da alternativa B em terminologia coesiva, é a menos incorreta ou a que descreve o efeito coesivo de forma mais aceitável dentro de um contexto de múltipla escolha. Portanto, a solicitação primária é a anulação da questão. Em caso de manutenção, a banca deve justificar a pertinência da terminologia “coesão por substituição” e “coesão por tempo verbal” no contexto do texto base e dos teóricos da coesão textual. Por fim, caso a banca entenda não ser cabível a anulação, solicito que publique justificativa técnica detalhada demonstrando, com referência a autores e trechos, por que considera a alternativa B plenamente correta, a fim de garantir transparência do processo corretivo. Termos em que, Pede deferimento.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — INCORRETA

“A construção ‘foi ele também o principal construtor da igreja’ exemplifica elipse do sujeito, substituído por partícula expletiva...”

Erro conceitual.

Não há elipse do sujeito nessa construção.

O termo “ele” é um pronome pessoal anafórico, que retoma explicitamente o referente já introduzido (Sebastião Batista).

Não existe “partícula expletiva” em português com essa função; partículas expletivas são típicas de outras línguas (como o it em inglês).

Além disso:

A retomada pronominal não compromete, mas reforça a progressão temática, evitando repetição excessiva do nome próprio.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“A sequência ‘Sebastião Batista, 72 anos...’ retoma, por meio de anáfora direta, uma personagem introduzida apenas posteriormente...”

Incoerência terminológica.

Não há anáfora aqui, pois Sebastião Batista é apresentado pela primeira vez nesse ponto do texto.

Também não se trata de catáfora, pois não há elemento antecipador que será retomado depois.

O trecho corresponde a uma introdução referencial direta de personagem, procedimento clássico da narrativa.

Além disso:

Não há desorganização da linearidade narrativa; pelo contrário, há progressão clara do espaço → personagem → ação.

Alternativa incorreta.

Alternativa — CORRETA

“O uso de expressões como ‘nunca mais alguém o chamou de Tião’ e ‘companheira há cinquenta e três anos’ reforça a coesão por substituição e por tempo verbal, respectivamente...”

Análise adequada e tecnicamente consistente.

1. “Nunca mais alguém o chamou de Tião”

O pronome “o” realiza coesão referencial por substituição, retomando Sebastião Batista sem repetição lexical.

Esse mecanismo mantém a fluidez do texto e contribui para a continuidade temática.

2. “companheira há cinquenta e três anos”

A expressão temporal estabelece uma ancoragem cronológica estável, reforçando a coesão sequencial.

Contribui para a construção identitária do personagem, destacando permanência, tradição e vínculo duradouro.

Assim, a alternativa identifica corretamente dois mecanismos coesivos distintos (referencial e temporal) e seus efeitos discursivos.

Alternativa correta.

Alternativa — INCORRETA

“A referência a ‘uns pescadores’ e ‘seu compadre José Vicente’ realiza uma coesão exofórica...”

Erro de classificação.

Coesão exofórica ocorre quando o referente está fora do texto, dependendo exclusivamente do contexto extralingüístico (situação de fala).

No texto:

“uns pescadores” é introdução endofórica indefinida, perfeitamente comprehensível no universo narrativo;

“seu compadre José Vicente” é explicitamente apresentado, com aposição explicativa (o Zé da Alzira).

Portanto:

os referentes são textualmente construídos,

não dependem de conhecimento extratextual do leitor.

Alternativa incorreta.

	Dante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO .
Analista de Compras - questão 28	<p>Questão: Com base no texto "11 de setembro", analise os elementos linguísticos e discursivos que compõem sua estrutura e estilo, e assinale a alternativa que apresenta uma leitura teoricamente fundamentada acerca da função predominante da linguagem e do uso das figuras de linguagem.</p> <p>(A) O texto apresenta predomínio da função conativa, pois, ao valorizar os atos e a voz de Sebastião, busca mobilizar a ação do interlocutor em torno da preservação das tradições culturais locais. A escolha da prosopopeia e da metáfora reforça o tom imperativo subjacente à construção narrativa.</p> <p>(B) O texto é dominado pela função poética, pois organiza seus recursos expressivos de forma a intensificar os efeitos estéticos e simbólicos, como se observa no uso da personificação das gaivotas e na descrição pictórica da vila, articulando o lirismo à identidade coletiva.</p> <p>(C) A função metalinguística prevalece no texto, uma vez que há reflexões implícitas sobre o fazer narrativo, sobretudo no uso das figuras de linguagem como metáfora e ironia, que comentam os próprios limites da linguagem na transmissão de eventos extraordinários.</p> <p>(D) A função referencial configura-se como predominante, dada a apresentação objetiva de elementos descritivos da vila e de seus habitantes, sendo as figuras de linguagem empregadas com finalidade meramente estética, como a hipérbole na narrativa da viagem com bruxas.</p> <p>Recurso: Senhores membros da banca, Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito preliminar da questão nº 28, cujo gabarito indica a alternativa B como correta. O texto "11 de setembro" é um excerto narrativo - descritivo, e sua finalidade central é a representação objetiva (embora matizada pela descrição literária) de um contexto (a vila açoriana, suas tradições, seus habitantes e suas ações). Inconsistência da alternativa B: função poética: a alternativa B alega o domínio da Função Poética (foco na Mensagem e na sua forma estética). Argumento contrário: embora o texto empregue figuras de linguagem (personificação, metáfora) e uma descrição rica (elementos estéticos), esses recursos são instrumentais e estão a serviço do detalhamento do referente. Exemplos como "A rua estreita" ou "Sebastião Batista, 72 anos, descalço e de casaco de lã, fas reparos..." constituem a espinha dorsal referencial do texto, focada na informação. O fato de as gaivotas serem chamadas de "tão íntimas" (personificação) apenas enriquece a descrição do ambiente e da rotina local (o Contexto), não se configurando como o objetivo primário da comunicação (como ocorreria em um poema, onde o como superar o que se diz). Correção da alternativa D: função referencial - A alternativa D afirma que a Função Referencial (foco no Contexto ou Referente) é a predominante. Estrutura predominantemente descritiva: O texto é construído por longas sequências de orações declarativas com verbos de estado ou de ação que visam meramente informar o leitor sobre o local e os personagens ("...compõem a paisagem da pequena vila", "O olhar atravessa a rua e vê o mar...", "Sebastião Batista...faz reparos no motor..."). A denotação prevalece sobre a conotação. Subordinação da Figuras de Linguagem: As figuras de linguagem mencionadas (como a hipérbole na lenda das bruxas) são utilizadas para transmitir o conteúdo biográfico e cultural da personagem, sendo parte da informação sobre o mundo da vila. O uso da hipérbole está integrado ao relato do fato narrado (o Contexto/Referente), e não à reflexão sobre a linguagem em si. Conclusão final e pedido: A finalidade comunicativa central do excerto é apresentar a realidade, o cotidiano e as lendas da vila, configurando, portanto, a Função Referencial como a dominante. A alternativa D é a única que reconhece corretamente essa prioridade textual e classifica o uso das figuras como elementos de enriquecimento estético/informativo. Assim, solicito a alteração do gabarito da questão 28 para a alternativa D. Por fim, caso a banca entenda não ser cabível a anulação, solicito que publique justificativa técnica detalhada demonstrando, com referência a autores e trechos, por que considera a alternativa B plenamente correta, a fim de garantir transparência do processo corretivo. Termos em que, Pede deferimento.</p> <p>Resposta ao recurso:</p>

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interpuesto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — INCORRETA

“A função referencial configura-se como predominante...”

Embora o texto apresente elementos descritivos do espaço e dos personagens, isso não caracteriza predominância da função referencial.

Segundo Jakobson, a função referencial predomina quando a linguagem se organiza prioritariamente para informar objetivamente sobre a realidade, com mínimo investimento expressivo.

No conto:

as descrições são esteticamente trabalhadas;

há lirismo, subjetividade e valor simbólico;

expressões como “brisa velha conhecida dos moradores” e “gaivotas tão íntimas das pessoas” extrapolam a objetividade informativa.

Além disso, a alternativa incorre em erro ao classificar o episódio das bruxas como hipérbole. Trata-se, na verdade, de um recurso narrativo mítico-fantástico, ligado à tradição oral e ao imaginário coletivo, e não de exagero quantitativo típico da hipérbole.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“A função metalinguística prevalece no texto...”

A função metalinguística ocorre quando a linguagem fala de si mesma, explicita códigos, comenta o próprio ato de narrar ou o funcionamento da língua.

No texto:

não há reflexão explícita ou implícita sobre o fazer narrativo;

não há comentário sobre os limites da linguagem;

metáforas e imagens servem à construção estética e simbólica do universo narrado, e não a uma autorreflexão do discurso.

Logo, a função metalinguística não é predominante, nem secundária de forma relevante.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“O texto apresenta predomínio da função conativa...”

A função conativa (ou apelativa) centra-se no interlocutor, buscando influenciar seu comportamento, geralmente por meio de:

imperativos,

vocativos,

apelos diretos.

No conto:

não há interpelação ao leitor;

não se busca mobilizar ações concretas;

a valorização da cultura local ocorre de modo contemplativo e narrativo, não persuasivo.

Além disso:

não há tom imperativo subjacente;

a prosopopeia e a metáfora não têm função apelativa, mas expressiva e poética.

Alternativa incorreta.

Alternativa — CORRETA

“O texto é dominado pela função poética...”

Leitura adequada e teoricamente consistente.

Segundo Jakobson, a função poética predomina quando a atenção do texto se volta para:

a forma da mensagem,

a organização estética da linguagem,

os efeitos simbólicos e expressivos.

No conto, isso se evidencia por:

descrições pictóricas e sensoriais da vila;

uso recorrente de figuras de linguagem, como:

personificação: “gaivotas tão íntimas das pessoas”, “brisa velha conhecida”;

	<p>metáforas visuais e afetivas;</p> <p>construção de um lirismo narrativo que articula:</p> <p>memória,</p> <p>tradição,</p> <p>identidade coletiva.</p> <p>O texto não se limita a contar fatos: ele estetiza a experiência, fundindo o cotidiano ao mítico e ao simbólico, o que confirma o predomínio da função poética, ainda que outras funções coexistam de modo secundário.</p> <p>Alternativa correta.</p> <p>JAKOBSON, Roman. Linguística e comunicação. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.</p> <p>BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.</p> <p>FIORIN, José Luiz. Introdução ao pensamento de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>CANDIDO, Antonio. O discurso e a cidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Analista de Compras - questão 28	<p>Questão:</p> <p>Com base no texto "11 de setembro", analise os elementos linguísticos e discursivos que compõem sua estrutura e estilo, e assinale a alternativa que apresenta uma leitura teoricamente fundamentada acerca da função predominante da linguagem e do uso das figuras de linguagem.</p> <p>(A) O texto apresenta predomínio da função conativa, pois, ao valorizar os atos e a voz de Sebastião, busca mobilizar a ação do interlocutor em torno da preservação das tradições culturais locais. A escolha da prosopopeia e da metáfora reforça o tom imperativo subjacente à construção narrativa.</p> <p>(B) O texto é dominado pela função poética, pois organiza seus recursos expressivos de forma a intensificar os efeitos estéticos e simbólicos, como se observa no uso da personificação das gaivotas e na descrição pictórica da vila, articulando o lirismo à identidade coletiva.</p> <p>(C) A função metalinguística prevalece no texto, uma vez que há reflexões implícitas sobre o fazer narrativo, sobretudo no uso das figuras de linguagem como metáfora e ironia, que comentam os próprios limites da linguagem na transmissão de eventos extraordinários.</p> <p>(D) A função referencial configura-se como predominante, dada a apresentação objetiva de elementos descritivos da vila e de seus habitantes, sendo as figuras de linguagem empregadas com finalidade meramente estética, como a hipérbole na narrativa da viagem com bruxas.</p> <p>Recurso:</p> <p>Senhores membros da Banca Examinadora, Venho, respeitosamente, requerer a revisão do gabarito na questão de número 28, pois a alternativa D é a única que apresenta leitura coerente com a estrutura, o estilo e a função predominante no texto "11 de setembro". As</p>

demais alternativas apresentam incoerências teóricas e incompatibilidades com o conteúdo textual, conforme demonstrado a seguir. A alternativa A afirma predomínio da função conativa, o que não condiz com o texto. Não há marcas linguísticas de interpelação direta ao leitor, nem verbos no imperativo ou estruturas destinadas a persuadir ou orientar comportamentos. Além disso, a interpretação de que o texto busca mobilizar o interlocutor para preservar tradições locais não se sustenta no conteúdo apresentado. Portanto, a alternativa incorre em erro funcional e interpretativo. Na sequência a alternativa B embora o texto contenha recursos expressivos, não há predominância da função poética. A função poética se caracteriza pela centralidade da forma e pela manipulação estética da linguagem como finalidade principal. No texto em análise, o foco não está na construção artística da linguagem, mas sim na apresentação descritiva dos fatos e ambientes da vila. Logo, a caracterização da narrativa como "dominada pelo lirismo" é exagerada e incompatível com a função predominantemente do texto. No que perfaz a alternativa C atribui ao texto a função metalingüística, o que é totalmente inadequado. O texto não discute, explica nem comenta o próprio ato de narrar ou os limites da linguagem — que são requisitos essenciais dessa função. Além disso, o simples uso de metáforas ou ironias não configura metalinguagem. Assim, a justificativa apresentada está teoricamente incorreta e não se aplica ao texto. Por fim, a alternativa correta é a D pois identifica adequadamente a função referencial da linguagem como predominante. O texto tem como foco a apresentação descritiva de elementos da vila, dos eventos cotidianos e dos personagens, sem intenção de persuadir o leitor ou de enfatizar a expressividade da forma. Ainda que contenha figuras de linguagem, elas aparecem com função secundária e estética, sem comprometer o objetivo principal de apresentar informações, como aponta corretamente a alternativa. Diante do exposto, fica claro que a alternativa D é a única que interpreta corretamente a função predominante (referencial) e o papel secundário das figuras de linguagem. No mais, as assertivas A, B e C apresentam equívocos teóricos e não correspondem ao conteúdo textual. Solicita-se, portanto, a revisão do gabarito preliminar e a confirmação da alternativa D como resposta correta.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — INCORRETA

"A função referencial configura-se como predominante..."

Embora o texto apresente elementos descritivos do espaço e dos personagens, isso não caracteriza predominância da função referencial.

Segundo Jakobson, a função referencial predomina quando a linguagem se organiza prioritariamente para informar objetivamente sobre a realidade, com mínimo investimento expressivo.

No conto:

as descrições são esteticamente trabalhadas;

há lirismo, subjetividade e valor simbólico;

expressões como "brisa velha conhecida dos moradores" e "gaivotas tão íntimas das pessoas" extrapolam a objetividade informativa.

Além disso, a alternativa incorre em erro ao classificar o episódio das bruxas como hipérbole. Trata-se, na verdade, de um recurso narrativo mítico-fantástico, ligado à tradição oral e ao imaginário coletivo, e não de exagero quantitativo típico da hipérbole.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“A função metalinguística prevalece no texto...”

A função metalinguística ocorre quando a linguagem fala de si mesma, explicita códigos, comenta o próprio ato de narrar ou o funcionamento da língua.

No texto:

não há reflexão explícita ou implícita sobre o fazer narrativo;

não há comentário sobre os limites da linguagem;

metáforas e imagens servem à construção estética e simbólica do universo narrado, e não a uma autorreflexão do discurso.

Logo, a função metalinguística não é predominante, nem secundária de forma relevante.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“O texto apresenta predomínio da função conativa...”

A função conativa (ou apelativa) centra-se no interlocutor, buscando influenciar seu comportamento, geralmente por meio de:

imperativos,

vocativos,

apelos diretos.

No conto:

não há interpelação ao leitor;

não se busca mobilizar ações concretas;

a valorização da cultura local ocorre de modo contemplativo e narrativo, não persuasivo.

Além disso:

não há tom imperativo subjacente;

a prosopopeia e a metáfora não têm função apelativa, mas expressiva e poética.

Alternativa incorreta.

Alternativa — CORRETA

“O texto é dominado pela função poética...”

Leitura adequada e teoricamente consistente.

Segundo Jakobson, a função poética predomina quando a atenção do texto se volta para:

a forma da mensagem,

a organização estética da linguagem,

os efeitos simbólicos e expressivos.

No conto, isso se evidencia por:

descrições pictóricas e sensoriais da vila;

uso recorrente de figuras de linguagem, como:

personificação: “gaivotas tão íntimas das pessoas”, “brisa velha conhecida”;

metáforas visuais e afetivas;

construção de um lirismo narrativo que articula:

memória,

tradição,

identidade coletiva.

O texto não se limita a contar fatos: ele estetiza a experiência, fundindo o cotidiano ao mítico e ao simbólico, o que confirma o predomínio da função poética, ainda que outras funções coexistam de modo secundário.

Alternativa correta.

JAKOBSON, Roman. Linguística e comunicação. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

FIORIN, José Luiz. Introdução ao pensamento de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CANDIDO, Antonio. O discurso e a cidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

	<p>Dante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Analista de Compras - questão 29	<p>Questão: À luz dos mecanismos de construção de sentido e da organização textual presentes no excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir: I.O contraste entre o cotidiano local e o evento internacional evidencia um recurso irônico que minimiza, propositalmente, o impacto global do ocorrido nos Estados Unidos, em prol da valorização de um microcosmo cultural. II.A caracterização de Sebastião Batista não apenas reafirma a tradição oral como também projeta uma figura mítica, cuja autoridade comunitária transcende a racionalidade e se anuncia no simbólico e na ancestralidade. III.A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida e representada no texto demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens frente ao mundo exterior. É correto o que se afirma em: (A) II e III, apenas. (B) I e III, apenas. (C) I e II, apenas. (D) I, II e III.</p> <p>Recurso: Senhores membros da banca, Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito preliminar da questão nº 29, cujo gabarito indica a alternativa C como correta. Após análise minuciosa verifiquei que a proposição III está correta, porém foi excluída do gabarito preliminar. Proposição III: Análise da orientação valorativa do Narrador Afirmação: "A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida e representada no texto demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens frente ao mundo exterior." Escolha Estilística e Distância Enunciativa: O narrador, que utiliza o padrão culto ou formal para a descrição ("Sebastião notou a aproximação de seu compadre José Vicente, o Zé da Alzira, que vinha com novidade para contar..."), escolhe representar a fala de Zé da Alzira com um registro marcadamente popular, dialetal e não-padrão ("Cumpade! Dois aviões dirrubaram uns edifícios no Estados Unidos."). Conforme Bakhtin (em Marxismo e Filosofia da Linguagem), o discurso do outro, ao ser introduzido no enunciado do narrador, nunca é neutro; ele é sempre orientado e refratado pelo prisma do enunciador. Efeito de Sentido (Julgamento implícito): A opção estilística de marcar graficamente o desvio da norma culta no contexto de uma notícia de impacto global (o 11 de setembro), estabelece uma distância enunciativa entre o nível de informação (global/histórico) e o registro linguístico dos personagens (local/popular). Essa demarcação do registro, ao simplificar foneticamente o evento complexo, categoriza o universo dos personagens como isolado e alheio à gravidade do acontecimento mundial. A representação da fala não é apenas uma transcrição; é uma escolha discursiva que, ao evidenciar o registro não-padrão ("dirrubaram", "edifício"), funciona como um juízo implícito ou uma marcação valorativa que sublinha o isolamento cultural e a desinformação dos personagens em relação ao "mundo exterior" (a ignorância a que se refere a proposição). Visto que a representação do discurso em um texto literário é uma técnica que sempre carrega uma orientação valorativa (Koch & Elias, 2018), a forma linguística empregada pelo narrador para caracterizar a fala de Zé da Alzira é inequivocamente um mecanismo que reforça o julgamento (ainda que implícito) sobre o isolamento e o registro cultural dos personagens. Uma vez que, I, II e III são proposições corretas sob a ótica da análise textual e discursiva, a única alternativa plenamente cabível é a (D). Portanto, solicito a alteração do gabarito preliminar para a alternativa D - I, II e III. Por fim, caso a banca entenda não ser cabível a anulação, solicito que publique justificativa técnica detalhada demonstrando, com referência a autores e trechos, por que considera a alternativa C plenamente correta, a fim de garantir transparência do processo corretivo. Termos em que, Pede deferimento</p> <p>Resposta ao recurso:</p>

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Proposição I — VERDADEIRA

“O contraste entre o cotidiano local e o evento internacional evidencia um recurso irônico...”

Análise:

O texto constrói deliberadamente um contraste entre:

o microcosmo da vila (rotina, tradição, mar, gaivotas, motor da baleeira);
e o macroevento histórico global (o atentado de 11 de setembro).

A resposta de Sebastião — “Isso não é cum nós, cumpade. Nós lá avoemo?!” — produz um efeito irônico-discursivo, não no sentido de zombaria, mas de deslocamento de relevância: o evento mundial é narrativamente minimizado, enquanto o universo local é valorizado.

Trata-se de uma ironia estrutural e temática, que reforça a centralidade da cultura local e da experiência comunitária frente ao acontecimento global.

Proposição correta.

Proposição II — VERDADEIRA

“A caracterização de Sebastião Batista não apenas reafirma a tradição oral como também projeta uma figura mítica...”

Análise:

Sebastião é construído como uma figura que:

transita entre o real (pescador, construtor da igreja, organizador das novenas);
e o mítico (viagem com bruxas à África, respeito adquirido por evento sobrenatural).

Sua autoridade:

não é institucional,

nem racional-científica,

mas simbólica, ancorada na ancestralidade, na tradição oral e no imaginário coletivo.

Esse tipo de personagem corresponde à figura do sábio popular / ancião mítico, comum em narrativas que articulam identidade cultural e memória comunitária.

Proposição correta.

	<p>Proposição III — FALSA</p> <p>“A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida (...) demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens...”</p> <p>Análise:</p> <p>Não há, no texto, marcas linguísticas de julgamento explícito ou implícito do narrador.</p> <p>A representação da fala popular:</p> <p>ocorre por meio da variação linguística intencional (“Dois avião dirrubaro uns adifício”);</p> <p>cumpre função verossímil e caracterizadora, não depreciativa.</p> <p>O narrador mantém uma postura:</p> <p>descritiva e distanciada,</p> <p>sem adjetivações avaliativas,</p> <p>sem ironia direcionada aos personagens como “ignorantes”.</p> <p>O possível estranhamento é produzido no leitor, não pelo julgamento do narrador.</p> <p>Proposição incorreta.</p> <p>Conclusão</p> <p>Estão corretas apenas as proposições I e II.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Analista de Compras - questão 30	<p>Questão:</p> <p>Com base na construção “não há nenhum com menos de cinco anos”, extraída do texto “11 de setembro”, analise as proposições abaixo acerca do uso do verbo “haver” e assinale a alternativa correta, conforme a norma padrão da língua portuguesa.</p> <p>(A) O uso de “há” no trecho é impessoal, com valor existencial, razão pela qual permanece invariável no singular, ainda que o termo subsequente indique pluralidade ou referência múltipla.</p> <p>(B) Por se tratar de construção negativa, a concordância do verbo “haver” no singular é opcional, sendo autorizada a flexão no plural como forma de reforçar a negação total do enunciado.</p> <p>(C) Embora o verbo “haver” possua sentido de existência, seu uso impessoal depende da ausência de sujeito explícito. No caso analisado, a expressão “nenhum com menos de cinco anos” atua como sujeito, justificando o verbo no singular.</p> <p>(D) O verbo “haver” empregado com sentido de existir admite tanto a concordância no singular quanto no plural, conforme a ênfase desejada pelo falante, sendo “não há nenhum” e “não hão nenhum” formas gramaticalmente válidas.</p> <p>Recurso:</p> <p>Senhores membros da Banca Examinadora, Venho, respeitosamente, solicitar a alteração do gabarito preliminar do cargo de analista de compras a fim de determinar que a lera C apresenta a interpretação mais adequada segundo a análise sintático-semântica solicitada, entre as opções fornecidas pela questão, e que, portanto, deve ser considerada a resposta correta. Embora a gramática normativa tradicional afirme que o verbo “haver”</p>

com sentido de existir é impessoal, a alternativa C destaca corretamente que a justificativa para o emprego no singular, no contexto da frase analisada, decorre da ausência de sujeito explícito, pois o termo “nenhum com menos de cinco anos” não atua como sujeito do verbo haver. Trata-se de uma leitura coerente dentro da lógica interna apresentada na própria alternativa, uma vez que ela aponta o funcionamento sintático do termo “nenhum com menos de cinco anos” e esclarece que o verbo permanece no singular por não ter sujeito, o que se harmoniza com o que se exige na análise metalinguística proposta. Portanto, considerando as alternativas oferecidas pela banca, a letra C é a única cuja justificativa não contém erro factual direto e nem afirmação gramatical equivocada, sendo a mais adequada. As demais alternativas estão incorretas: a alternativa A embora pareça correta à primeira vista, a alternativa afirma que o verbo permanece invariável “ainda que o termo subsequente indique pluralidade ou referência múltipla”, mas ignora a relação sintática que a questão pediu para analisar, ao não explicar adequadamente o funcionamento do termo “nenhum com menos de cinco anos”. A opção generaliza a regra e foge ao foco da análise sintática proposta. A alternativa B sugere que a construção negativa permitiria flexão no plural (“hão”) como forma reforçadora da negação. Essa afirmação é gramaticalmente incorreta, uma vez que não existe a forma “hão” com sentido existencial na norma-padrão. Logo, trata-se de um erro direto, o que torna impossível sua escolha. A alternativa D afirma que haver existencial pode ir tanto para o singular quanto para o plural, o que contradiz toda a doutrina normativa, que considera a forma plural (“hão”) erro gramatical. Assim, sua justificativa está totalmente equivocada e inviabiliza a alternativa. Diante do exposto, verifica-se que a alternativa C é a única que apresenta justificativa coerente com a interpretação sintática solicitada pela questão. As demais alternativas (A, B e D) contêm afirmações incorretas, incompletas ou contrárias à norma-padrão. Dessa forma, requer-se a retificação do gabarito preliminar, com a consequente atribuição da alternativa C como correta.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

O uso de “há” no trecho é impessoal, com valor existencial, razão pela qual permanece invariável no singular, ainda que o termo subsequente indique pluralidade ou referência múltipla.

Situação: CORRETA

Justificativa: Na língua portuguesa, quando o verbo “haver” é empregado com o sentido de “existir” ou “ocorrer”, ele é classificado como verbo impessoal. Isso significa que ele não possui sujeito. Por regra gramatical, verbos impessoais devem permanecer obrigatoriamente na 3ª pessoa do singular, independentemente de o complemento (objeto direto) estar no plural.

Exemplo: “Não há dúvidas” (e nunca “não hão dúvidas”).

Por se tratar de construção negativa, a concordância do verbo “haver” no singular é opcional, sendo autorizada a flexão no plural como forma de reforçar a negação total do enunciado.

Situação: INCORRETA

Justificativa: A presença de uma negação (não, nem, nunca) não altera a regra de impessoalidade do verbo "haver". A flexão no plural ("hão") para o sentido existencial é um erro gramatical grave na norma culta, independentemente da intenção de reforçar a negação.

Embora o verbo "haver" possua sentido de existência, seu uso impessoal depende da ausência de sujeito explícito. No caso analisado, a expressão "nenhum com menos de cinco anos" atua como sujeito, justificando o verbo no singular.

Situação: INCORRETA

Justificativa: Esta é uma "pegadinha" comum em provas de sintaxe. No caso do verbo "haver" existencial, o termo subsequente ("nenhum...") não é o sujeito, mas sim o objeto direto. Como o verbo é impessoal, a oração é classificada como Oração Sem Sujeito. Portanto, o verbo fica no singular não porque concorda com "nenhum", mas porque não tem um sujeito com quem concordar.

O verbo "haver" empregado com sentido de existir admite tanto a concordância no singular quanto no plural, conforme a ênfase desejada pelo falante, sendo "não há nenhum" e "não hão nenhum" formas gramaticalmente válidas.

Situação: INCORRETA

Justificativa: A norma padrão não admite oscilação de concordância para o "haver" existencial. A forma "hão" só é válida quando o verbo "haver" é utilizado como verbo auxiliar (ex: "Eles hão de vencer"), onde ele possui sujeito e deve concordar com ele. No sentido de existir, apenas o singular é válido.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

Diante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Analista de Compras - questão 32	<p>Questão: Um terreno retangular será dividido para a construção de um pequeno estacionamento. O comprimento mede 28 m, e a largura, 15 m. Em uma das extremidades, será reservado um triângulo retângulo de catetos 12 m e 5 m para área de descanso e o restante será para os carros estacionarem. Qual será a área (A) destinada especificamente ao estacionamento? (A) A = 350 m². (B) A = 390 m². (C) A = 400 m². (D) A = 366 m².</p> <p>Recurso: A questão é a seguinte: Um terreno retangular será dividido para a construção de um pequeno estacionamento. O comprimento mede 28 m, e a largura, 15 m. Em uma das extremidades, será reservado um triângulo retângulo de catetos 12 m e 5 m para área de descanso e o restante será para os carros estacionarem. Qual será a área (A) destinada especificamente ao estacionamento? (A) A = 350 m². (B) A = 390 m². (C) A = 400 m². (D) A = 366 m² O gabarito considerou correta a alternativa "B", segundo a qual o espaço destinado ao estacionamento seria de 390 m². Entretanto, o enunciado é ambíguo, deixa margem para dúvida e impossibilita que os candidatos resolvam de forma adequada o problema. Além de não especificar a posição do triângulo, a questão cita que o terreno seria dividido, o que poderia levar a uma interpretação segundo a qual metade do terreno seria utilizada para o estacionamento e para a área de descanso (no caso 14m de comprimento e 14,5m de largura). Isso, por si só, já é suficiente para anular a questão, visto que a resposta adequada, nessa circunstância, é 145 m², medida que não está contida em nenhuma alternativa. Portanto, requer-se a anulação da questão.</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O enunciado descreve de forma clara um terreno retangular com comprimento de 28 m e largura de 15 m, no qual uma parte específica será reservada para área de descanso, em formato de triângulo retângulo com catetos de 12 m e 5 m, sendo todo o restante da área destinado ao estacionamento. Não há qualquer indicação de divisão do terreno em partes iguais, mas sim de subtração de uma área específica do total.</p> <p>A resolução correta é direta:</p> <p>– Área total do terreno: $28 \times 15 = 420 \text{ m}^2$.</p> <p>– Área do triângulo reservado: $(12 \times 5) / 2 = 30 \text{ m}^2$.</p> <p>– Área destinada ao estacionamento: $420 - 30 = 390 \text{ m}^2$.</p>

	<p>Portanto, a alternativa que esta banca deu como correta é a única compatível com o cálculo correto.</p> <p>Quanto à alegação de ambiguidade, observa-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a expressão “será reservado um triângulo” indica claramente a retirada de uma parte da área, e não uma divisão proporcional do terreno; – a posição do triângulo é irrelevante para o cálculo da área, pois sua área depende apenas das medidas dos catetos; – a interpretação sugerida no recurso (divisão do terreno ao meio) não encontra respaldo no texto, tratando-se de leitura subjetiva e desconectada do enunciado. <p>Assim, não há impossibilidade de resolução nem dupla interpretação válida que justifique a anulação da questão.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Analista de Compras - questão 33	<p>Questão:</p> <p>Um produtor adquiriu um equipamento no valor de R\$ 9.000,00, a ser pago em 3 meses, com juros compostos de 4% ao mês, sem pagamentos intermediários. Analise as afirmativas e classifique-as como verdadeiras (V) ou falsas (F):</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Após o primeiro mês, o valor devido passa a ser R\$ 9.360,00.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) No segundo mês, o valor devido é inferior a R\$ 9.730,00.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Após três meses, o valor final devido supera R\$ 10.100,00.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) O valor final pode ser calculado por meio da expressão $9.000 \times 1,04^3$.</p> <p>A sequência correta, de cima para baixo, é:</p> <p>(A) V, F, V, V (B) F, V, V, F (C) V, V, F, V (D) V, V, V, F</p> <p>Recurso:</p> <p>Senhores membros da banca, Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito preliminar da questão nº 33, cujo gabarito indica a alternativa A como correta. A controvérsia reside na afirmativa III: “após 3 meses, o valor final devido supera R\$10.100,00.” Análise I: Cálculo do gabarito preliminar da banca: $M(3) = 9.000 \times (1,04)^3$ $M(3) = 9.000 \times 1,124864$ $M(3) = 10.123,78$ Conclusão da banca: como R\$ 10.123,78 supera R\$ 10.100,00, a afirmativa foi considerada correta, porém seguiremos analisando. Análise II: Cálculo com arredondamento: Em matemática financeira, para agilizar o cálculo sem o uso de calculadoras científicas, ou na ausência de especificação de precisão, o candidato pode realizar o cálculo do fator de acumulação $F = (1,04)^3$ com arredondamentos intermediários: $1,04^2 = 1,0816$? 1,08 (para duas casas) $1,04^3$? 1,08 x 1,04 = 1,1232? 1,12 (arredondamento comum para duas casas). Utilizando o fator arredondado 1,12: $M(3)$ Arredondado = $9.000 \times 1,12$ $M(3)$ Arredondado = 10.080,00 Como R\$ 10.080,00 NÃO supera R\$ 10.100,00, a afirmativa é considerada Falsa. Assim, a validade de uma questão objetiva deve ser irrefutável, sem margem para dupla interpretação decorrente de procedimentos de cálculos. Ambiguidade na precisão: a banca não especificou a precisão decimal a ser utilizada no cálculo do fator de acumulação $(1 + i)$ sobre tempo. Em provas sem calculadora, a exigência de utilizar seis casas decimais (1,124864) para o fator, para só então realizar a multiplicação final, é um procedimento que pode não ser esperado ou realizado pelo candidato, que pode recorrer a aproximações intermediárias, como o arredondamento para duas casas (1,12). Impacto no gabarito: Se o candidato utilizar o arredondamento $1,04^3$? 1,12, a sequência de respostas será V,F,F,V (diferente do gabarito preliminar V,F,V,V). Violação do Princípio da Objetividade: A questão exige um nível de precisão não declarado, transformando-a em um teste sobre o método de arredondamento preferencial da banca, em vez de um teste sobre o conhecimento da fórmula de Juros Compostos. Dada a divergência de resultados (R\$ 10.123,78 vs. R\$ 10.080,00) que depende exclusivamente do grau de precisão exigido, a questão se torna ambígua e prejudica o candidato que aplicou um arredondamento razoável em um ambiente de prova restrito. Diante do exposto, solicito a</p>

ANULAÇÃO da questão 33. Por fim, caso a banca entenda não ser cabível a anulação, solicito que publique justificativa técnica detalhada demonstrando, com referência a autores e trechos, por que considera a alternativa A plenamente correta, a fim de garantir transparência do processo corretivo. Termos em que, Pede deferimento.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

A questão informa de modo expresso que o valor de R\$ 9.000,00 está sujeito a **juros compostos de 4% ao mês, por 3 meses, sem pagamentos intermediários**, o que conduz diretamente à aplicação da **fórmula padrão de montante em juros compostos**:

$$M = C \cdot (1 + i)^n.$$

Analizando as afirmativas:

I. Após o primeiro mês, o valor devido passa a ser R\$ 9.360,00.

Cálculo: $9.000 \times 1,04 = 9.360$.

Afirmativa **VERDADEIRA**.

II. No segundo mês, o valor devido é inferior a R\$ 9.730,00.

Cálculo: $9.360 \times 1,04 = 9.734,40$, valor **superior** a R\$ 9.730,00.

Afirmativa **FALSA**.

III. Após três meses, o valor final devido supera R\$ 10.100,00.

Cálculo correto, conforme a própria fórmula indicada no enunciado:

$$M = 9.000 \times (1,04)^3 = 9.000 \times 1,124864 = R\$ 10.123,78.$$

Como R\$ 10.123,78 é superior a R\$ 10.100,00, a afirmativa é **VERDADEIRA**.

A alegação recursal baseada em **arredondamentos intermediários** não invalida a assertiva, pois:

- o enunciado **não autoriza arredondamentos prévios** do fator de capitalização;
- em Matemática Financeira, o procedimento correto é **calcular o fator completo e apenas ao final, se necessário, arredondar o resultado**;
- arredondamentos intermediários são aproximações didáticas e **não podem ser utilizados para refutar uma proposição objetiva**, sobretudo quando o próprio texto exige o uso da expressão exata.

IV. O valor final pode ser calculado por meio da expressão $9.000 \times 1,04^3$.

A afirmativa é **VERDADEIRA**, pois essa é exatamente a fórmula correta para o cálculo do montante em juros compostos no período informado.

Portanto, a sequência correta é **V, F, V, V**.

Quanto à alegação de violação do princípio da objetividade, destaca-se que:

- a questão não exige escolha de método de arredondamento, mas aplicação direta da fórmula padrão;
- o uso de aproximações excessivas é opção do candidato e não pode prevalecer sobre o cálculo matematicamente correto;
- a afirmativa III não pede valor exato, mas apenas verifica se o montante **superá** determinado patamar, o que permanece verdadeiro mesmo sob aproximações razoáveis mais conservadoras.

Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Analista de Licitações - questão 12	<p>Questão: O controle dos atos da Administração Pública visa garantir a conformidade legal e a eficiência da gestão, sendo exercido por diferentes instâncias (Art. 70-74, CF/88). Sobre os tipos de controle, julgue os itens a seguir como (V) Verdadeiros ou (F) Falsos: _____) O controle interno (Art. 74, CF/88) é exercido de forma integrada pelos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) sobre seus próprios atos, avaliando a eficácia e eficiência da gestão orçamentária. _____) O controle externo é exercido pelo Tribunal de Contas, órgão superior hierárquico do Poder Legislativo, que possui competência exclusiva para julgar as contas do Presidente da República. _____) O controle social é um mecanismo de participação popular na fiscalização (Art. 74, § 2º), incentivado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) por meio de audiências públicas e transparência. _____) O controle judicial (exercido pelo Judiciário) pode analisar tanto a legalidade quanto o mérito (conveniência e oportunidade) dos atos administrativos discricionários, como a escolha da modalidade de licitação. Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA dos itens acima, de cima para baixo: (A) F, F, V, F. (B) F, F, V, V. (C) V, V, V, F. (D) V, V, F, F.</p> <p>Recurso: À Comissão Organizadora do Concurso 001/2025 Prefeitura de Guatambu Prezados membros da Comissão Organizadora, quanto à questão nº 12, após a leitura atenta da questão e análise das alternativas de resposta apresentadas, verifica-se que nenhuma das alternativas está correta, uma vez que nenhuma delas reflete adequadamente o entendimento jurídico ou a interpretação correta das normas relacionadas ao tema abordado. Vamos analisar cada uma das questões: 1. _____) O controle interno (Art. 74, CF/88) é exercido de forma integrada pelos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) sobre seus próprios atos, avaliando a eficácia e eficiência da gestão orçamentária. Verdadeiro. O Art. 74 da Constituição Federal de 1988 realmente menciona o controle interno, que deve ser exercido de forma integrada pelos três Poderes sobre os próprios atos, com foco na fiscalização da gestão orçamentária, da eficácia e da eficiência. 2. _____) O controle externo é exercido pelo Tribunal de Contas, órgão superior hierárquico do Poder Legislativo, que possui competência exclusiva para julgar as contas do Presidente da República. Falso. O controle externo é exercido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), mas ele não está hierarquicamente subordinado ao Poder Legislativo. O TCU tem a função de auxiliar o Legislativo, mas é um órgão independente. Além disso, o Tribunal de Contas não tem competência exclusiva para julgar as contas do Presidente da República, que são julgadas pelo Congresso Nacional, com parecer prévio do TCU. 3. _____) O controle social é um mecanismo de participação popular na fiscalização (Art. 74, § 2º), incentivado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) por meio de audiências públicas e transparência. Verdadeiro. O controle social é uma forma de participação popular prevista no Art. 74, § 2º da Constituição, que busca garantir a transparência na gestão pública. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) incentiva esse controle por meio de ferramentas como audiências públicas e a obrigação de divulgação de informações de gestão fiscal. 4. _____) O controle judicial (exercido pelo Judiciário) pode</p>

analisar tanto a legalidade quanto o mérito (conveniência e oportunidade) dos atos administrativos discricionários, como a escolha da modalidade de licitação. Falso. O controle judicial pode examinar a legalidade dos atos administrativos, mas não o mérito, ou seja, a conveniência e oportunidade, de atos discricionários, como a escolha da modalidade de licitação. O Judiciário tem limites em relação ao controle de atos discricionários, que são de competência exclusiva da administração pública, desde que dentro dos limites da legalidade. Ainda quanto à análise mais aprofundada do tema, verifica-se que, entre as alternativas constantes da questão, aquela que gera inconsistência com o gabarito é a opção 1, referente ao Art. 74 da Constituição Federal. A própria leitura do referido artigo já evidencia o equívoco, assim como pode ser verificado no Google utilizando exatamente o texto da questão como parâmetro, resultando na seguinte conclusão: O controle interno (Art. 74, CF/88) é exercido de forma integrada pelos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) sobre seus próprios atos, avaliando a eficácia e eficiência da gestão orçamentária? Sim. A afirmação está correta. O Art. 74 da CF/88 estabelece que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário mantêm, de forma integrada, um sistema de controle interno destinado a fiscalizar seus próprios atos, avaliando a legalidade, a eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, bem como o cumprimento das metas previstas. Tal mecanismo visa assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos e a conformidade com as políticas estabelecidas, contando com órgãos internos que atuam como instâncias de fiscalização, a exemplo da CGU no âmbito federal. Dessa forma, a prova deveria apresentar como gabarito a sequência: V, F, V, F. Diante do exposto, e considerando a interpretação correta da legislação e da doutrina aplicáveis ao tema, solicito a revisão da questão, uma vez que nenhuma das alternativas disponíveis contempla a resposta correta, o que impõe a ANULAÇÃO da questão.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

Primeira afirmação – VERDADEIRA

O controle interno é exercido no âmbito de cada Poder sobre os seus próprios atos, conforme dispõe o art. 74 da Constituição Federal de 1988, devendo funcionar de forma integrada. Seu objetivo é avaliar o cumprimento das metas previstas no planejamento, a legalidade, a legitimidade, a economicidade, bem como a eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Assim, é correto afirmar que os três Poderes exercem controle interno sobre suas próprias atividades administrativas.

Segunda afirmação – FALSA

O controle externo é exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio dos Tribunais de Contas, nos termos do art. 70 da CF/88. O Tribunal de Contas não é órgão hierarquicamente superior ao Legislativo, mas órgão técnico autônomo que o auxilia. Além disso, não possui competência exclusiva para julgar as contas do Presidente da República, pois essa atribuição é do Congresso Nacional, cabendo ao Tribunal de Contas apenas emitir parecer prévio, conforme art. 71, I, da Constituição.

Terceira afirmação – VERDADEIRA

O controle social consiste na participação direta da sociedade na fiscalização da Administração Pública, encontrando fundamento no art. 74, § 2º, da CF/88, que assegura a qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato o direito de denunciar irregularidades aos Tribunais de Contas. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) reforça esse controle ao exigir transparência, publicidade dos atos fiscais e a realização de audiências públicas, o que torna a afirmação correta.

Quarta afirmação – FALSA

O controle judicial dos atos administrativos limita-se à análise da legalidade, não alcançando o mérito administrativo, isto é, a conveniência e a oportunidade dos atos discricionários. O Poder Judiciário não pode substituir a Administração Pública na escolha legítima entre opções administrativas possíveis, como a definição da modalidade de licitação, salvo quando houver desvio de finalidade, abuso de poder ou ilegalidade. Portanto, a afirmação está incorreta.

A sequência correta, de cima para baixo, é: V – F – V – F.

Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO DEFERIDO PARA**

	ANULAÇÃO.
Analista de Licitações - questão 19	<p>Questão: A definição do objeto (o que se compra) e do regime de execução (como se contrata) são fundamentais na fase preparatória (Art. 40 e 46 da Lei Federal nº 14.133/2021). Sobre o tema, julgue os itens como (V) Verdadeiros ou (F) Falsos: <input type="checkbox"/> O objeto da licitação deve ser descrito de forma sucinta e clara no edital, sendo vedadas especificações que, por excessivas, restrinjam a competição (Art. 40, I). <input type="checkbox"/> O regime de "empreitada integral" (Art. 46, IV) é usado para a compra de bens de consumo, como materiais de escritório. <input type="checkbox"/> O regime de "empreitada por preço unitário" (Art. 46, III) é usado quando o objeto não pode ter seus quantitativos definidos com precisão, sendo o pagamento feito por unidade de medida (ex: R\$/m²). <input type="checkbox"/> A "contratação integrada" (Art. 46, VI), regime em que o contratado elabora o projeto básico e o executivo, é a regra geral para todas as obras públicas, por ser mais eficiente. Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA dos itens acima, de cima para baixo: (A) V, F, V, F. (B) V, F, F, V. (C) F, F, V, V. (D) V, V, F, F.</p> <p>Recurso: Venho respeitosamente requerer a anulação da Questão 19, pelas razões abaixo expostas. A questão apresenta quatro itens para julgamento (V/F), e a banca considerou como correta a alternativa A, que corresponde à sequência V, F, V, F. Ocorre que o segundo item, considerado falso pela banca, é na realidade verdadeiro, tornando inviável qualquer das alternativas apresentadas. O item afirma: "O regime de 'empreitada integral' (Art. 46, IV) é usado para a compra de bens de consumo, como materiais de escritório.". A banca entendeu ser falso, contudo:- A Lei nº 14.133/2021 não veda o uso da empreitada integral para bens;- Tampouco não exige que ela seja aplicada exclusivamente a obras de engenharia;- O art. 46 apenas exemplifica sua aplicação ao determinar que se trata de contratação que envolve todas as etapas necessárias à entrega final do objeto. Em nenhum momento a lei afirma que tal regime não poderia ser aplicado a bens. Assim, classificar esse item como "falso" exige interpretação que não está presente no texto legal, contrariando o princípio da literalidade que rege provas objetivas. Portanto, o item não pode ser considerado falso, devendo ser classificado como verdadeiro. Se o segundo item é verdadeiro, então a sequência correta seria: V-V-V-F. Não existe, entre as alternativas A, B, C ou D, qualquer opção que contenha essa sequência. Isso gera vício insanável, pois a questão passa a não possuir alternativa correta. Diante do exposto, e considerando que:- O segundo item não apresenta erro material ou legal que justifique sua classificação como falso;- Nenhuma alternativa corresponde à verdadeira sequência dos itens (V, V, V, F); Requer-se a ANULAÇÃO da Questão 19, por ausência de alternativa correta</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o pedido de anulação sustenta que a assertiva segundo a qual o regime de "empreitada integral" seria utilizado para a compra de bens de consumo deveria ser considerada verdadeira, sob o argumento de inexistir vedação literal na Lei nº 14.133/2021; contudo, tal interpretação não se sustenta diante da correta leitura sistemática e técnica do diploma legal. A empreitada integral, prevista no art. 46, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, é regime de execução típico de obras e serviços de engenharia, caracterizado pela responsabilidade do contratado pela entrega do empreendimento completo, compreendendo todas as etapas necessárias à sua implantação e funcionamento. A própria natureza jurídica da empreitada, consagrada historicamente no Direito Administrativo brasileiro e preservada na nova Lei de Licitações, é incompatível com a aquisição de bens de consumo padronizados, como materiais de escritório, que se enquadram na categoria de fornecimento, e não de execução indireta de obra ou serviço. Ainda que a lei não traga vedação literal expressa, a interpretação teleológica, sistemática e doutrinária conduz, de forma inequívoca, à impossibilidade técnica de aplicação da empreitada integral à compra de bens de</p>

consumo, sob pena de esvaziar o próprio conceito do regime. Provas objetivas não se regem por leitura isolada e meramente negativa do texto legal (“o que não é proibido”), mas pela correta compreensão dos institutos jurídicos segundo sua finalidade e classificação normativa. Assim, a assertiva foi corretamente julgada como falsa, inexistindo qualquer erro material ou conceitual. Mantida essa classificação, a sequência correta dos itens permanece sendo aquela que indica verdadeiro, falso, verdadeiro e falso, compatível com uma das alternativas apresentadas. Não há víncio, lacuna ou ausência de resposta válida, mas apenas interpretação equivocada do recorrente quanto ao alcance do art. 46 da Lei nº 14.133/2021. Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Analista de Licitações - questão 23	<p>Questão: Rogério é servidor público efetivo do Município de Guatambu e apresentou atestado médico particular, justificando ausência de vinte dias do trabalho por motivo de saúde. Ocorre que o documento foi emitido fora do Município, e Rogério não o submeteu à homologação do órgão médico oficial municipal. Além disso, durante o período de afastamento, ele foi visto trabalhando como instrutor particular de informática, atividade remunerada. Com base na Lei Complementar no 4/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos de Guatambu), a conduta de Rogério gera quais consequências funcionais? (A) A chefia imediata pode validar o atestado médico particular sem necessidade de homologação pelo órgão oficial, devendo apenas registrar o afastamento no prontuário funcional. (B) O servidor pode exercer atividade remunerada durante o afastamento, desde que o trabalho não agrave seu estado de saúde, mantendo a licença e a remuneração. (C) O laudo médico particular não homologado não produz efeito, e os dias de ausência serão considerados licença sem vencimento, sendo ainda cassada a licença e perdida a remuneração pelo exercício de atividade remunerada durante o afastamento. (D) O laudo médico particular, ainda que não homologado, deve ser aceito como prova suficiente de incapacidade temporária, mantendo-se a remuneração integral.</p> <p>Recurso: À Comissão Organizadora do Concurso 001/2025 Prefeitura de Guatambu Prezados membros da Comissão Organizadora, quanto à questão nº 23, a alternativa C, apontada como a correta no gabarito da prova mistura disposições legais que perdem a validade jurídica. Análise da LEI COMPLEMENTAR Nº 04, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001. • Art. o Quando não for homologado o laudo médico, o servidor será obrigado a reassumir o exercício do quadro e considerada como licença sem vencimento os dias que deixou de comparecer ao serviço, sem prejuízo das investigações necessárias para apurar as responsabilidades. o No curso da doença, o servidor fica impedido de exercer qualquer atividade, remunerada ou gratuita, sob pena de cassação imediata da licença e perda total da remuneração, inclusive àquela correspondente ao período já gozado, sem prejuízo do registro em sua ficha funcional para efeitos disciplinares. A Confusão da Questão e o Erro A alternativa apontada como correta da questão menciona que "os dias de ausência serão considerados licença sem vencimento, sendo ainda cassada a licença e perdida a remuneração pelo exercício de atividade remunerada durante o afastamento". Quando a alternativa considerada como a correta da prova traz o trecho "SENDO AINDA" essa representa a junção das possibilidades apresentadas, representando que todas as afirmativas da alternativa serão efetuadas. Na Lei Complementar mencionada, na Seção II, há diversos artigos e parágrafos que tratam das situações relacionadas à Licença para Tratamento de Saúde. No entanto, na alternativa considerada correta pela banca, esses dispositivos foram mesclados de forma indevida, como se devessem ser aplicados na íntegra, sem considerar as distinções e especificidades de cada situação. Essa abordagem resulta em uma interpretação equivocada da legislação, principalmente no ponto sobre perda de remuneração. Vejamos por que: 1. Licença Sem Vencimento (LSV): Quando um servidor está em licença sem vencimento, isso significa que ele está ausente do trabalho sem direito a remuneração. Ou seja, a própria licença sem vencimento implica a ausência de pagamento, o que torna escusada a menção à "perda de remuneração" no contexto da licença sem vencimento. A questão acaba por errar ao afirmar que, ao se considerar a licença como sem vencimento, o servidor perderia a remuneração, pois ele já não receberia remuneração por estar em LSV. 2. Incorreção na Atribuição de</p>

Consequências: O erro maior da questão está em misturar os conceitos de licença médica e licença sem vencimento. O servidor pode não ter direito a licença remunerada se o laudo for rejeitado ou não homologado, mas ele não perde remuneração porque já não teria direito a ela durante a LSV, conforme o parágrafo 5º do Art. 73. A afirmação de que seria cassada a licença é contraditória, pois não haveria "licença" a ser cassada se o servidor não fosse considerado de licença médica devido à não homologação do laudo. O correto seria entender que, sem o laudo válido, o servidor estaria ausente sem justificativa, e isso poderia levar a considerações administrativas, como a conversão da ausência em licença sem vencimento, sem prejuízo da remuneração, uma vez que a LSV já implica a ausência de pagamento. O erro está na tentativa de associar a perda de remuneração por executar atividade remunerada durante o afastamento à licença sem vencimento, quando, na realidade, a ausência de remuneração já é uma característica dessa licença. A questão deve ser ANULADA, pois mescla conceitos distintos e induz ao erro, tornando a questão imprecisa e contraditória ao utilizar a conjunção "sendo ainda" para afirmar que o servidor perderia a remuneração durante uma licença já sem vencimento.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato da questão que foi escolhida pelo candidato no sistema para abertura deste recurso, após análise desta banca conclui-se:

A questão em exame avalia o conhecimento do candidato acerca das consequências funcionais decorrentes da licença para tratamento de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 4/2001, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Guatambu, especialmente no que se refere à validade do laudo médico, à necessidade de homologação pelo órgão médico oficial e às vedações impostas ao servidor durante o afastamento por motivo de saúde.

Inicialmente, não procede a alegação de ambiguidade ou de indevida cumulação de consequências legais. O enunciado descreve, de forma objetiva, duas condutas autônomas e concomitantes praticadas pelo servidor: (i) a apresentação de laudo médico particular não homologado; e (ii) o exercício de atividade remunerada durante o período de afastamento alegadamente motivado por doença. Cada uma dessas condutas encontra tratamento específico e expresso no Estatuto, sendo juridicamente admissível sua análise conjunta quando ocorrentes no mesmo contexto fático.

No que se refere ao laudo médico particular não homologado, a legislação municipal dispõe que, quando não homologado o laudo, o servidor deve reassumir o exercício, sendo os dias de ausência considerados como LICENÇA SEM VENCIMENTO, sem prejuízo das investigações necessárias para apurar responsabilidades. Tal comando legal afasta qualquer eficácia funcional do atestado não homologado, inexistindo licença remunerada regularmente constituída.

Por sua vez, o ART. 73 da Lei Complementar nº 4/2001 estabelece, de forma clara e categórica, que, NO CURSO DA DOENÇA, o servidor fica impedido de exercer qualquer atividade, remunerada ou gratuita, SOB PENA DE CASSAÇÃO IMEDIATA DA LICENÇA E PERDA TOTAL DA REMUNERAÇÃO, inclusive daquela correspondente ao período já gozado, além do registro funcional para fins disciplinares. Trata-se de vedação objetiva, voltada a preservar a boa-fé, a moralidade administrativa e a coerência lógica entre a alegada incapacidade para o serviço público e o exercício de atividade laboral diversa.

A expressão "NO CURSO DA DOENÇA", constante do art. 73, possui natureza material e fática, não se restringindo à existência formal de licença regularmente homologada, mas abrangendo o período em que o servidor se afasta do exercício do cargo sob alegação de incapacidade por motivo de saúde, como expressamente descrito no enunciado. A finalidade da norma é impedir que o servidor, alegando incapacidade, aufera vantagem indevida mediante o desempenho de outra atividade laboral, razão pela qual sua aplicação independe da posterior validação formal do laudo médico.

A alternativa considerada correta reflete, portanto, a aplicação sistemática e coerente dos dispositivos legais pertinentes, ao afirmar que o laudo médico particular não homologado

não produz efeitos, que os dias de ausência devem ser considerados como licença sem vencimento, e que, em razão do exercício de atividade remunerada durante o período de afastamento, ocorre a cassação da licença e a perda da remuneração, nos termos do Estatuto. A utilização da expressão “SENDO AINDA” indica a cumulatividade dos efeitos legais decorrentes de condutas distintas, o que encontra respaldo expresso na legislação, inclusive pela ressalva legal de que a conversão do afastamento em licença sem vencimento ocorre sem prejuízo da apuração de outras responsabilidades.

As demais alternativas mostram-se manifestamente incorretas, por admitirem a validação de atestado sem homologação, atribuírem competência inexistente à chefia imediata, ou permitirem o exercício de atividade remunerada durante afastamento por motivo de saúde, hipóteses frontalmente vedadas pela Lei Complementar nº 4/2001.

Dessa forma, a questão apresenta enunciado claro, resposta única e plena conformidade com a legislação municipal vigente, não exigindo do candidato interpretação extensiva, integração normativa indevida ou juízo discricionário acerca de sanções disciplinares, mas apenas o reconhecimento das consequências funcionais objetivas previstas no Estatuto.

Diante dos argumentos apresentados pela banca, a questão está mantida.

RECURSO INDEFERIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Analista de Licitações - questão 38	<p>Questão: Na implantação de um sistema de chamados internos, um órgão público decide restringir o acesso ao sistema apenas para computadores da própria instituição. A equipe de TI explica que o sistema funcionará numa rede privada que utiliza os mesmos protocolos da Internet, porém com controle de acesso. Assinale a alternativa que descreve corretamente esse tipo de rede: (A) VPN serve. (B) Intranet. (C) DSL priv. (D) Extranet.</p> <p>Recurso: Minuta de Recurso (Questão 38) Objetivo: Anulação da questão. Argumento: Ambiguidade e dubiedade na formulação do enunciado. Excelentíssima Banca Examinadora, Venho por meio deste, respeitosamente, solicitar a ANULAÇÃO da questão 38, tendo em vista que o enunciado apresenta dubiedade técnica que impossibilita a identificação de uma única alternativa correta de forma inequívoca. O enunciado descreve uma situação onde se decide "restringir o acesso ao sistema apenas para computadores da própria instituição" e menciona uma "rede privada que utiliza os mesmos protocolos da Internet". Embora a banca aponte o gabarito (B) "Intranet", a redação do comando da questão foca primordialmente no mecanismo de segurança e restrição de acesso ("implantação... restringir o acesso... controle de acesso"). No contexto atual de Tecnologia da Informação, a tecnologia que, por definição, cria um canal seguro e restrito sobre protocolos de rede pública é a VPN (Virtual Private Network). Ao enfatizar o "controle de acesso" e a "privacidade" sobre protocolos públicos, o enunciado descreve características funcionais que se aplicam tanto à definição teórica de Intranet quanto à funcionalidade de uma VPN. Um candidato preparado, ao ler sobre restrição de acesso via protocolos de internet, é levado a considerar a alternativa (A) como tecnicamente viável, pois a VPN é a ferramenta que garante essa restrição descrita. A falta de clareza sobre se a questão pedia a topologia/arquitetura (Intranet) ou o mecanismo de segurança/tunelamento (VPN) torna a questão ambígua, penalizando o candidato que possui conhecimento técnico aprofundado sobre segurança da informação. Diante da impossibilidade de distinguir objetivamente qual conceito a banca pretendia cobrar (arquitetura vs. segurança) baseando-se apenas no texto fornecido, solicita-se a anulação da questão para manutenção da isonomia. Nestes termos, pede deferimento.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>O enunciado da questão é claro ao descrever a implantação de um sistema de chamados internos, com acesso restrito aos computadores da própria instituição, operando em uma rede privada que utiliza os mesmos protocolos da Internet, com controle de acesso. Ao final, o comando é expresso ao solicitar que se identifique o tipo de rede descrito.</p> <p>Nesse contexto, a alternativa Intranet é a única tecnicamente correta. A Intranet é, por definição, uma rede privada de uso interno, baseada nos protocolos da Internet (como TCP/IP e HTTP), com mecanismos de controle de acesso, exatamente conforme descrito no enunciado.</p>

	<p>A alegação de que a situação poderia caracterizar uma VPN não procede. A VPN não é um tipo de rede, mas sim um mecanismo de acesso seguro que permite conexão remota a uma rede privada por meio de tunelamento e criptografia. O enunciado não faz qualquer referência a acesso remoto, conexão externa, tunelamento ou uso de rede pública para interligar usuários externos, elementos essenciais para a caracterização de uma VPN.</p> <p>O simples fato de o texto mencionar “controle de acesso” e uso de protocolos da Internet não gera ambiguidade, pois tais características são inerentes às Intranets e amplamente reconhecidas na literatura técnica e em provas de informática. Assim, não há confusão entre arquitetura de rede e mecanismo de segurança, uma vez que o comando da questão delimita claramente o conceito cobrado.</p> <p>Não se verifica, portanto, imprecisão técnica, dubiedade ou multiplicidade de respostas corretas. O enunciado é compatível com o nível de exigência do certame e permite a identificação inequívoca da alternativa correta.</p> <p>Diante do exposto, o recurso deve ser indeferido, mantendo-se a validade da questão e o gabarito na alternativa Intranet.</p>
Analista de Licitações - questão 40	<p>Questão: Sobre o uso seguro de navegadores de internet, classifique as afirmativas a seguir como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Manter navegadores atualizados reduz vulnerabilidades. (<input type="checkbox"/>) Extensões instaladas em excesso podem comprometer a segurança. (<input type="checkbox"/>) Navegação anônima impede totalmente rastreamento externo. (<input type="checkbox"/>) Navegadores modernos utilizam protocolos seguros como HTTPS.</p> <p>Recurso: Venho respeitosamente requerer a anulação da Questão 40, pelas razões abaixo expostas. A questão apresenta quatro itens para julgamento (V/F), e a banca considerou como correta a alternativa A, que corresponde à sequência V, V, F, V. Ocorre que o quarto item, considerado verdadeiro pela banca, é na realidade falso, tornando inviável qualquer das alternativas apresentadas. O item afirma: “Navegadores modernos utilizam protocolos seguros, como HTTPS.” A banca entendeu ser verdadeiro, contudo:- O protocolo HTTPS não é definido nem iniciado pelo navegador, mas sim pelo servidor do site, que configura e oferece a comunicação segura por meio de certificado SSL/TLS;- O navegador apenas recebe, verifica e aceita ou rejeita a conexão HTTPS, não podendo “utilizar” esse protocolo por si só;- Se o servidor não oferecer HTTPS, o navegador não pode estabelecer comunicação segura, o que comprova que o uso do protocolo NÃO É FUNÇÃO DO NAVEGADOR. Em nenhum momento os manuais técnicos ou a arquitetura do protocolo apontam que o navegador “utiliza” HTTPS como característica própria; trata-se de um protocolo fornecido e habilitado apenas pelo servidor. Assim, classificar esse item como “verdadeiro” exige interpretação equivocada sobre o funcionamento da tecnologia, contrariando o princípio da precisão técnica que rege provas objetivas. Portanto, o item não pode ser considerado verdadeiro, devendo ser classificado como falso. Se o quarto item é falso, então a sequência correta seria: V – V – F – F. Não existe, entre as alternativas A, B, C ou D, qualquer opção que contenha essa sequência. Isso gera vício insanável, pois a questão passa a não possuir alternativa correta. Diante do exposto, e considerando que: a) O quarto item apresenta erro técnico, não podendo ser classificado como verdadeiro; b) Nenhuma alternativa corresponde à verdadeira sequência dos itens (V, V, F, F). Requer-se a ANULAÇÃO da Questão 40, por ausência de alternativa correta.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>O questionamento do candidato não merece acolhimento, pois parte de uma interpretação excessivamente restritiva e tecnicista do enunciado, incompatível com o sentido conceitual adotado na área de segurança da informação e com a literatura técnica amplamente difundida.</p>

A afirmativa “Navegadores modernos utilizam protocolos seguros, como HTTPS” é correta, uma vez que o HTTPS constitui o padrão de segurança efetivamente utilizado na navegação moderna. Embora o certificado SSL/TLS seja configurado no servidor, a utilização do protocolo HTTPS somente se concretiza porque o navegador possui implementação própria e ativa desse protocolo, sendo responsável por executar o *handshake* SSL/TLS, validar certificados digitais, criptografar e descriptografar dados, bem como alertar ou bloquear conexões inseguras.

Conforme descrito na literatura especializada, o HTTPS é uma versão segura do HTTP que protege os dados transmitidos entre o servidor e o navegador, garantindo confidencialidade, integridade e autenticidade das informações. Os navegadores modernos não apenas “aceitam” passivamente conexões HTTPS, mas priorizam esse protocolo, exibem o cadeado de segurança, alertam usuários quando um site não é seguro e, em muitos casos, restringem ou impedem o acesso a páginas sem HTTPS, o que evidencia sua atuação ativa na utilização do protocolo.

Além disso, páginas que não utilizam HTTPS são marcadas como “não seguras”, perdem credibilidade junto aos usuários e sofrem prejuízos em ranqueamento nos mecanismos de busca, demonstrando que o uso do HTTPS está diretamente associado ao funcionamento esperado dos navegadores atuais. Nesse contexto, afirmar que navegadores modernos utilizam protocolos seguros como o HTTPS é tecnicamente correto e alinhado às boas práticas de segurança digital.

Portanto, não há erro no quarto item nem na sequência adotada pela banca. A distinção feita pelo candidato entre “configuração no servidor” e “uso pelo navegador” não invalida a afirmativa, pois o HTTPS depende da atuação conjunta, sendo inegável que o navegador o utiliza como parte essencial do processo de navegação segura. Mantém-se, assim, correta a sequência V, V, F, V, correspondente à alternativa divulgada, inexistindo fundamento para anulação da questão.

Referência: <https://www.locaweb.com.br/blog/temas/codigo-aberto/https/>

RECURSO INDEFERIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Analista de Licitações - questão 25	<p>Questão: Considerando o trecho "Sebastião Batista, 72 anos, descalço e de casaco de lã, faz reparos no motor de sua baleeira", analise a formação da palavra destacada e assinale a alternativa cuja classificação morfológica e processo de formação estão corretamente estabelecidos, de acordo com a gramática normativa.</p> <p>(A) A forma "reparos" exemplifica composição por justaposição, dado que une o prefixo re- ao substantivo "paro" sem alteração fonética; no texto, expressa resultado e não processo, afastando-se do campo verbal de origem.</p> <p>(B) O termo "reparos" origina-se de derivação regressiva a partir do verbo "reparar", sendo substantivo de ação que designa, no texto, os consertos realizados por Sebastião; a flexão indica multiplicidade de atos, não de objetos.</p> <p>(C) O vocábulo "reparos" constitui uma palavra primitiva, ou seja, não derivada de nenhuma outra forma da língua portuguesa; é substantivo que nomeia os instrumentos utilizados nas ações de conserto.</p> <p>(D) A palavra "reparos" resulta de derivação sufixal, pois é formada pelo acréscimo do morfema -o ao radical verbal "repar-", recebendo depois a marca de plural; indica, no contexto, o conjunto de partes consertadas por Sebastião.</p> <p>Recurso: Excelentíssima Banca Examinadora, Venho, respeitosamente, solicitar a anulação da Questão 25 (Língua Portuguesa), uma vez que a alternativa indicada como correta no gabarito preliminar (B – derivação regressiva) está gramaticalmente incorreta, pois não corresponde à classificação morfológica aceita pela gramática normativa. Além disso, nenhuma das alternativas apresentadas descreve corretamente o processo de formação da palavra “reparos”. A palavra destacada deriva do verbo reparar, formando o substantivo reparo, ao qual se aplica apenas a flexão de plural (“reparos”). Tal processo não caracteriza derivação regressiva, pois não há supressão de sufixo verbal, elemento indispensável nesse tipo de derivação, conforme estabelecem as gramáticas normativas de Bechara, Cunha & Cintra e Rocha Lima. O processo adequado é o de conversão/derivação imprópria (derivação zero), que ocorre quando há mudança de classe gramatical sem alteração formal, fenômeno que não aparece em nenhuma das alternativas oferecidas. Assim, a alternativa indicada como correta está tecnicamente equivocada, e as demais opções também não representam o processo morfológico correto, configurando erro material na questão. Diante disso, requer-se a ANULAÇÃO da Questão 25, com atribuição do ponto a todos os candidatos.</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir: Base lexical e dicionarização</p>

Segundo o Infopédia e o Dicionário Priberam, o substantivo reparo é registrado como:
reparo (substantivo masculino):
👉 ato ou efeito de reparar;
👉 conserto; restauro; correção.

Ambos os dicionários reconhecem explicitamente que reparo mantém relação direta com o verbo reparar, o que é fundamental para a análise do processo de formação.

- CORRETA

“O termo ‘reparos’ origina-se de derivação regressiva a partir do verbo ‘reparar’, sendo substantivo de ação...”

Classificação correta, tanto do ponto de vista morfológico quanto semântico.

Justificativa técnica:

Processo de formação: derivação regressiva

O substantivo reparo forma-se pela retirada da terminação verbal -ar do verbo reparar.

Não há acréscimo de sufixo nominal visível, mas redução formal da base verbal.

Esse processo é classicamente definido, na gramática normativa (Bechara, Cunha & Cintra), como derivação regressiva.

Classe gramatical

reparo / reparos → substantivo masculino.

Valor semântico no texto

Em “faz reparos no motor”, o termo designa atos de consertar, isto é, ações, e não instrumentos nem peças específicas.

O plural “reparos” indica:

multiplicidade de ações (vários consertos),

e não pluralidade de objetos físicos.

A alternativa está integralmente alinhada:

à norma gramatical,

ao uso contextual,

e à definição lexicográfica dos dicionários indicados.

- INCORRETA

“composição por justaposição...”

Erro grave de classificação.

re- não funciona aqui como prefixo produtivo;

não há palavra “paro” com sentido autônomo que, somada a “re-”, forme “reparo”;

logo, não há composição, nem por justaposição, nem por aglutinação.

- INCORRETA

“palavra primitiva...”

Contraria a dicionarização e a morfologia histórica.

“reparo” não é palavra primitiva, pois:

deriva diretamente do verbo reparar;

mantém vínculo semântico claro (ato de reparar).

Além disso, o sentido atribuído (“instrumentos”) não corresponde ao uso no texto nem aos dicionários.

- INCORRETA

“derivação sufixal com acréscimo do morfema -o...”

Erro conceitual frequente em provas.

O -o de reparo não é sufixo derivacional, mas vogal temática nominal;

não houve acréscimo de sufixo a uma base já nominal;

o processo não é sufixação, mas regressão verbal → nominal.

Além disso:

o sentido “conjunto de partes consertadas” não é o sentido predominante nem dicionarizado.

Fonte:

<https://dicionario.priberam.org/REPARGO>

<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/reparo>

Diante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO**.

--	--

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Analista de Patrimônio - questão 25	<p>Questão: Considerando o excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir, com base nos recursos de significação empregados na construção do texto. Assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta acerca dos sentidos das palavras e expressões empregadas.</p> <p>(A) A palavra "mar" tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.</p> <p>(B) A expressão "brisa velha conhecida dos moradores" apresenta sentido denotativo, ao aludir à recorrência de um fenômeno climático típico da vila, com vocabulário técnico e referencial que reforça o tom realista da ambientação.</p> <p>(C) A expressão "sem se importar com o movimento de uns pescadores" exprime ironia sutil, conferindo à ação das gaivotas um juízo de valor negativo, aproximando-as de um comportamento passivo e disfuncional diante da rotina laboriosa dos humanos.</p> <p>(D) O uso da palavra "respeitado", no trecho "Sebastião passou a ser muito respeitado", possui sentido denotativo, equivalente a "obedecido", e indica que a autoridade de Sebastião advinha de uma função institucional oficialmente reconhecida.</p> <p>Recurso: RECURSO QUESTÃO 25 PROVA DE ANALISTA DE PATRIMÔNIO Gabarito preliminar: alternativa B 1. Síntese do problema A questão apresenta um texto literário em que o "mar" funciona como elemento simbólico. O item correto deveria identificar qual o efeito de sentido produzido pela presença desse símbolo no texto. Ocorre que a alternativa considerada correta pela banca (B) extrapola o que está no texto, introduzindo significados que não são sustentados pelo enunciado. 2. Da extração interpretativa A alternativa B atribui ao "mar" sentidos que não aparecem no texto-base, nem podem ser inferidos a partir dele sem violar o princípio da interpretação objetiva, exigido em provas de concurso. Em concursos públicos, a interpretação não pode ser subjetiva ou aberta a múltiplas leituras: a resposta correta deve ser textualmente verificável. Entretanto: • A alternativa B projeta significados psicológicos e motivacionais que o texto não desenvolve. • Não há base textual suficiente para afirmar que o "mar" representa, no contexto apresentado, o conceito indicado pela alternativa marcada pela banca. Assim, a alternativa B incorre em erro de interpretação, por ultrapassar o que está no texto. 3. Fundamentação técnica: princípio da fidelidade ao texto Em questões de interpretação de texto, vale o princípio basilar de leitura objetiva: A resposta correta deve estar diretamente sustentada pelo texto, sem inferências subjetivas ou acréscimos interpretativos. A banca violou esse princípio ao selecionar uma opção que: • Não corresponde ao sentido explícito nem implicitamente orientado pelo texto; • Exige do candidato uma leitura subjetiva e especulativa, o que não é permitido em provas objetivas. Dessa forma, configura-se um cenário de dupla possibilidade interpretativa, tornando a questão anulável. Isso ocorre quando: • mais de uma alternativa apresenta interpretação igualmente plausível; ou • a alternativa escolhida pela banca exige uma leitura não sustentada pelo texto. Nessas situações, a questão torna-se ambígua, devendo ser anulada, conforme entendimento consolidado em concursos públicos e nos termos do Edital, que prevê revisão quando houver erro de formulação ou conteúdo capaz de induzir o candidato ao erro (item 9.2.3). 5. Do pedido Diante do exposto, requer-se: 1. A anulação da questão, por apresentar dupla interpretação possível e por a alternativa indicada pela banca extrapolar o conteúdo textual, caracterizando vínculo de formulação nos termos do item 9.2.3 do Edital.</p>

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — CORRETA

“A palavra ‘mar’ tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.”

Interpretação adequada.

Embora o mar exista concretamente na paisagem da vila, seu valor no texto ultrapassa o sentido puramente denotativo. Ele se articula a:

uma comunidade de pescadores;

uma tradição açoriana;

um personagem envolto em narrativas míticas e sobrenaturais (a viagem com as bruxas até a África).

Nesse contexto, o mar funciona simbolicamente como:

espaço de travessia;

elo entre o real e o mítico;

marca de ancestralidade e permanência histórica.

Portanto, há conotação, pois o mar participa da construção simbólica do universo narrativo e do estatuto quase lendário de Sebastião.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘sem se importar com o movimento de uns pescadores’ exprime ironia sutil...”

Leitura interpretativa forçada.

A expressão não carrega ironia nem juízo de valor negativo. O narrador apenas descreve:

a tranquilidade das gaivotas,

a natural convivência entre homens e animais.

O efeito de sentido é de harmonia e familiaridade, não de crítica ou ironia. As gaivotas não são caracterizadas como “disfuncionais”, mas como parte orgânica da paisagem cotidiana.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘brisa velha conhecida dos moradores’ apresenta sentido denotativo, com vocabulário técnico e referencial...”

Erro conceitual.

A expressão é claramente conotativa:

“brisa velha” não é termo técnico nem meteorológico;

o adjetivo “velha” humaniza o fenômeno natural, sugerindo memória, familiaridade e pertencimento.

O efeito de sentido é afetivo e poético, reforçando o vínculo dos moradores com o espaço vivido, e não um tom técnico ou estritamente realista.

Alternativa — INCORRETA

“O uso da palavra ‘respeitado’ possui sentido denotativo, equivalente a ‘obedecido’, e indica autoridade institucional.”

Interpretação equivocada.

No texto:

“respeitado” não equivale a “obedecido”;

o respeito não decorre de cargo institucional, mas de:

um episódio lendário,

da tradição oral,

do imaginário coletivo da comunidade.

O termo assume um valor sociocultural e simbólico, ligado ao prestígio informal e à aura mítica de Sebastião, e não a uma autoridade oficial.

Diante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Analista de Patrimônio - questão 33 <p>Questão: Um produtor adquiriu um equipamento no valor de R\$9.000,00, a ser pago em 3 meses, com juros compostos de 4% ao mês, sem pagamentos intermediários. Analise as afirmativas e classifique-as como verdadeiras (V) ou falsas (F): <input type="checkbox"/> Após o primeiro mês, o valor devido passa a ser R\$ 9.360,00. <input type="checkbox"/> No segundo mês, o valor devido é inferior a R\$ 9.730,00. <input type="checkbox"/> Após três meses, o valor final devido supera R\$ 10.100,00. <input type="checkbox"/> O valor final pode ser calculado por meio da expressão $9.000 \times 1,04^3$. A sequência correta, de cima para baixo, é: (A) F, V, V, F (B) V, V, V, F (C) V, F, V, V (D) V, V, F, V</p> <p>Recurso: 1° mês: $9000 \times 1,04 = 9.360$? V. • 2° mês: $9000 \times 1,04^2 = 9.734,40$ (> 9.730) ? afirmação é F. • 3° mês: $9000 \times 1,04^3 \approx 10.123,78$ (> 10.100) ? V. • A expressão $9000 \times 1,04^3$ é a fórmula correta ? V A sequência correta seria: VFVV. E no gabarito saiu a resposta: VVVF. A questão deveria ser anulada.</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão informa de modo expresso que o valor de R\$ 9.000,00 está sujeito a juros compostos de 4% ao mês, por 3 meses, sem pagamentos intermediários, o que conduz diretamente à aplicação da fórmula padrão de montante em juros compostos:</p> $M = C \cdot (1 + i)^n.$ <p>Analisando as afirmativas:</p> <p>I. Após o primeiro mês, o valor devido passa a ser R\$ 9.360,00. Cálculo: $9.000 \times 1,04 = 9.360$. Afirmativa VERDADEIRA.</p> <p>II. No segundo mês, o valor devido é inferior a R\$ 9.730,00. Cálculo: $9.360 \times 1,04 = 9.734,40$, valor superior a R\$ 9.730,00. Afirmativa FALSA.</p> <p>III. Após três meses, o valor final devido supera R\$ 10.100,00. Cálculo correto, conforme a própria fórmula indicada no enunciado: $M = 9.000 \times (1,04)^3 = 9.000 \times 1,124864 = R\\$ 10.123,78$. Como R\$ 10.123,78 é superior a R\$ 10.100,00, a afirmativa é VERDADEIRA.</p> <p>A alegação recursal baseada em arredondamentos intermediários não invalida a assertiva, pois: – o enunciado não autoriza arredondamentos prévios do fator de capitalização;</p>	

- em Matemática Financeira, o procedimento correto é **calcular o fator completo e apenas ao final, se necessário, arredondar o resultado**;
- arredondamentos intermediários são aproximações didáticas e **não podem ser utilizados para refutar uma proposição objetiva**, sobretudo quando o próprio texto exige o uso da expressão exata.

IV. O valor final pode ser calculado por meio da expressão $9.000 \times 1,04^3$.

A afirmativa é **VERDADEIRA**, pois essa é exatamente a fórmula correta para o cálculo do montante em juros compostos no período informado.

Portanto, a sequência correta é **V, F, V, V**.

Quanto à alegação de violação do princípio da objetividade, destaca-se que:

- a questão não exige escolha de método de arredondamento, mas aplicação direta da fórmula padrão;
- o uso de aproximações excessivas é opção do candidato e não pode prevalecer sobre o cálculo matematicamente correto;
- a afirmativa III não pede valor exato, mas apenas verifica se o montante **superá** determinado patamar, o que permanece verdadeiro mesmo sob aproximações razoáveis mais conservadoras.

Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO**.

Analista de Patrimônio - questão 34

Questão:

Uma empresa avaliou três indicadores de desempenho referentes ao último trimestre. O índice A cresceu 12%, o índice B diminuiu 5% e o índice C apresentou um aumento de 8% sobre um valor que já havia aumentado 10% no trimestre anterior. Considerando esses dados, analise as afirmações:

- Após o aumento, o índice A corresponde a 112% do valor inicial.
 - Com a queda, o índice B passa a ser 95% do valor anterior.
 - O índice C apresenta crescimento total de 18,8% em relação ao valor inicial.
 - Após as duas variações, o índice C representa exatamente 118% do valor inicial.
- Está CORRETO o que se afirma em:
- II e III apenas.
 - III e IV apenas.
 - I e IV apenas.
 - I, II e III apenas.

Recurso:

RECURSO – QUESTÃO 34 Prova Objetiva – Analista de Patrimônio Questão: 34 Gabarito preliminar: alternativa D 1. Síntese da questão A questão 34 apresenta quatro afirmações (I, II, III e IV) sobre variações percentuais de três índices (A, B e C), pedindo ao candidato que identifique quais delas estão corretas. O ponto central deste recurso é o item IV, que afirma que, após dois reajustes sucessivos (10% e depois 8%), o índice C “representa exatamente 118% do valor inicial”. 2. Demonstração do erro material no item IV Considerando um valor inicial qualquer para o índice C (por exemplo, 100 unidades), temos: 1. Primeiro aumento de 10% Valor após o aumento: $100 \times 1,10 = 110$ 2. Segundo aumento de 8% sobre o novo valor Valor após o segundo aumento: $110 \times 1,08 = 118,8$ 3. Percentual final em relação ao valor inicial 118,8 em relação a 100 corresponde a 118,8% do valor inicial. Portanto, o índice C passa a representar 118,8% do valor inicial, e não “exatamente 118%”, como afirma o enunciado do item IV. Assim, o item IV contém erro material objetivo: o valor indicado no texto não corresponde ao resultado matemático correto. 3. Como isso pode ter conduzido o candidato ao erro O Edital nº 001/2025, no item 9.2.3, estabelece que somente serão apreciados recursos que apontem “erros conceituais ou de formulação que possam conduzir o candidato ao erro”. No caso da

questão 34: • A própria expressão “exatamente 118%” sugere que a banca está tratando o valor como preciso, não aproximado. • O candidato que realiza o cálculo corretamente encontra 118,8% e não encontra essa informação no item, sendo obrigado a lidar com um enunciado objetivamente incorreto. • Em provas de concurso, espera-se que os dados numéricos apresentados sejam rigorosos, especialmente quando a palavra “exatamente” é utilizada. A diferença entre 118 e 118,8 não é apenas de arredondamento livre, mas de quase 1%, o que, em contextos de índices, pode ser relevante. Dessa forma, há um vício de formulação: o item IV apresenta uma informação numérica errada, embora exija do candidato conhecimento exato de porcentagem composta. Ainda que se entenda que o candidato pudesse concluir que o item IV é falso, a presença de um dado equivocado em um dos itens compromete a qualidade técnica da questão e pode ter causado insegurança na análise, em afronta ao princípio da precisão exigido em avaliações dessa natureza.

4. Enquadramento no Edital

O Edital prevê, no item 9.2.8, que a decisão sobre recursos pode resultar na anulação de questões da prova, quando cabível. Como demonstrado, o item IV contém erro material (118% em vez de 118,8%), caracterizando vício de formulação capaz de afetar a confiança do candidato na correção da questão, enquadrando-se na hipótese de erro passível de revisão.

5. Dos pedidos

Dante do exposto, requer-se:

1. Que a Comissão Técnica reconheça o erro material presente no item IV da questão 34, no que se refere ao valor “exatamente 118%”;
2. E, considerando o disposto no item 9.2.3 do Edital (erros conceituais ou de formulação que possam conduzir o candidato ao erro) e no item 9.2.8 (possibilidade de anulação de questão), seja a questão 34 anulada, atribuindo-se a respectiva pontuação a todos os candidatos, na forma do item 9.2.9 do Edital.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

Considerando um valor-base de 100 para cada índice no início do período, tem-se:

- Item I: o índice A sofreu aumento de 12%, logo passa de 100 para 112. Portanto, após o aumento, corresponde a 112% do valor inicial. Item verdadeiro.
- Item II: o índice B diminuiu 5%, então passa de 100 para 95. Assim, corresponde a 95% do valor anterior. Item verdadeiro.
- Item III: o índice C já havia aumentado 10% no trimestre anterior e, no trimestre avaliado, aumentou mais 8% sobre esse novo valor. Assim, o fator acumulado é $1,10 \times 1,08 = 1,188$, o que representa aumento total de 18,8% em relação ao valor inicial. Item verdadeiro.
- Item IV: pelo cálculo anterior, o índice C final equivale a 118,8% do valor inicial, e não exatamente 118%. Item falso.

Conclusão: estão corretas as afirmações I, II e III apenas.

Dante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Arquiteto questão 4	<p>Questão: A teoria do "Espaço Intraurbano no Brasil", conforme analisada por Flávio Villaça, descreve a estrutura das cidades brasileiras como sendo fundamentalmente marcada pela segregação socioespacial. Qual o principal agente produtor dessa segregação, segundo essa análise? (A) As classes de baixa renda, que optam por morar em áreas periféricas distantes em busca de lotes maiores e maior contato com a natureza. (B) O mercado imobiliário, que atua de forma autônoma e independente dos investimentos públicos, definindo sozinho onde as classes altas e baixas devem morar. (C) O Estado, através de seus investimentos desiguais em infraestrutura (vias, saneamento, etc.), que valorizam as áreas ocupadas pela alta renda e direcionam o investimento imobiliário privado, relegando a baixa renda às periferias carentes. (D) A topografia e os elementos naturais (rios, morros), que determinam fisicamente as barreiras, sendo os únicos responsáveis pela separação das classes sociais.</p> <p>Recurso: Prezados(as) membros da Banca Examinadora, Venho, por meio deste, solicitar a anulação da questão que aborda a teoria do "Espaço Intraurbano no Brasil", de Flávio Villaça, aplicada na prova para o cargo de Arquiteto. A questão exige conhecimento específico de autor e interpretação teórica que não constam no conteúdo programático do edital, conforme transcrito abaixo. O conteúdo programático fornecido inclui apenas referências genéricas, tais como:- "Acessibilidade e desenho universal";- "Planejamento urbano e regional";- "Espaço urbano: teorias, processos, métodos e técnicas";- "Organização do espaço e funções urbanas";- "Conhecimentos pertinentes à área de atuação". Em momento algum o edital:- cita Flávio Villaça,- indica a obra "Espaço Intraurbano no Brasil",- ou prevê o estudo de autores específicos de teoria urbana. A presença de termos amplos como "teorias do espaço urbano" não autoriza a cobrança de literatura autoral específica sem indicação prévia, pois estas obras não fazem parte do conhecimento universal ou obrigatório da prática cotidiana da arquitetura, mas de linhas teóricas particulares do urbanismo crítico brasileiro. Assim, exigir do candidato conhecimento direto de um autor não listado viola o princípio constitucional da vinculação ao edital. De acordo com jurisprudência consolidada (STJ, STF e diversos Tribunais de Justiça): "Questão que exige conteúdo não previsto no edital deve ser anulada, por violação ao princípio da vinculação e à segurança jurídica do candidato." Ao exigir leitura autoral específica não prevista, a questão ultrapassa o previsto:- É conteúdo não listado,- não obrigatório ao exercício profissional,- e não incluído no rol de legislações, normas ou manuais técnicos do edital. Logo, a questão não poderia ter sido cobrada, sendo assim, solicitou sua anulação.</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o pedido de anulação fundamenta-se na alegação de que a questão exige conhecimento específico da obra "Espaço Intraurbano no Brasil", de Flávio Villaça, bem como da interpretação autoral de seu pensamento, sem que tal autor ou obra estejam expressamente indicados no conteúdo programático do edital. De fato, embora o edital mencione de forma genérica temas como "espaço urbano: teorias, processos, métodos e técnicas" e "planejamento urbano e regional", não há indicação explícita de autores, correntes teóricas específicas ou bibliografia direcionada que permita concluir, com segurança jurídica, que seria exigível do</p>

	<p>candidato o domínio de uma teoria autoral determinada. A questão não se limita a avaliar noções gerais de segregação socioespacial, amplamente difundidas na literatura urbanística, mas exige a identificação do principal agente produtor da segregação segundo a análise específica de Flávio Villaça, o que pressupõe conhecimento direto de sua obra e de sua formulação teórica própria. Tal exigência extrapola o conteúdo programático tal como apresentado, violando o princípio da vinculação ao edital e da previsibilidade das cobranças em concursos públicos, conforme entendimento reiterado da jurisprudência, segundo o qual não é admissível exigir do candidato o domínio de referências autorais específicas não previamente indicadas. Assim, ainda que a alternativa considerada correta esteja em consonância com o pensamento do autor citado, a questão revela vício material por ampliar indevidamente o escopo do conteúdo exigido, comprometendo a isonomia entre os candidatos. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO, com a consequente ANULAÇÃO DA QUESTÃO.</p>
Arquiteto questão 16	<p>Questão: A ABNT NBR 9050:2020 estabelece os parâmetros técnicos para a concepção de espaços acessíveis, baseados no conceito de Desenho Universal. Analise as afirmativas a seguir sobre esses conceitos.</p> <p>I.A NBR 9050 exige que, em rotas acessíveis, os pisos tenham superfície regular, firme, estável e antiderrapante, e que eventuais desniveis de até 5 mm não necessitem de tratamento especial, mas desniveis superiores a 15 mm devem ser tratados como rampas.</p> <p>II.O conceito de Desenho Universal visa a concepção de produtos e ambientes que possam ser usados pelo maior número de pessoas possível, sem a necessidade de adaptação ou projeto especializado, beneficiando pessoas com ou sem deficiência.</p> <p>III.Em sanitários acessíveis, a área de transferência lateral para a bacia sanitária deve ter uma largura mínima de 1,00 m e a bacia deve estar a uma altura de 0,50 m do piso acabado.</p> <p>Está correto o que se afirma em:</p> <p>(A) I, II e III. (B) I e II apenas. (C) I apenas. (D) II e III apenas.</p> <p>Recurso: Prezado(a) Coordenador(a) da Banca Examinadora, Venho, por meio deste, solicitar a revisão/anulação da questão n.º 16 (prova para o cargo de Arquiteto), por divergência entre o enunciado/alternativa e o texto formal da ABNT NBR 9050:2020, norma aplicável ao conteúdo da prova. A alternativa considerou que “desniveis acima de 15 mm devem ser tratados como rampa” (afirmativa I). Entretanto, nos termos da própria NBR 9050:2020: O tratamento prescrito para desniveis está claramente definido em 6.3.4.1: eventuais desniveis no piso de até 5 mm dispensam tratamento; desniveis superiores a 5 mm até 20 mm devem possuir inclinação máxima de 1:2 (50%); desniveis superiores a 20 mm, quando inevitáveis, devem ser considerados como degraus (6.3.4.1). Além disso, é descrito no item 3.1.30, da NBR 9050/2020, que rampa se configura como: inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminhamento, com declividade igual ou superior a 5 %, ou seja, a inclinação a ser adotada para tratar desniveis entre 5mm e 20mm é de 50%, sendo superior aos 5%, caracterizando desniveis inferiores a 15mm como rampa, observado o limite de 5mm, que deve ser dispensado. Pelo exposto, a redação da alternativa I é incompleta/ambígua e pode induzir o candidato ao erro, uma vez que a interpretação “> 15 mm = rampa” não encontra respaldo no texto vigente da NBR 9050:2020. Assim, considerando o princípio da isonomia e a necessidade de observância estrita das normas técnicas adotadas como referência pela prova, solicito que a questão n.º 16 seja anulada, uma vez que apenas a alternativa II seria correta e não está prevista essa possibilidade nas alternativas de A a D.</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o próprio texto do recurso confirma a correção técnica da afirmativa impugnada ao reconhecer que, segundo a ABNT NBR 9050:2020, desniveis superiores a 5 mm exigem tratamento por inclinação, sendo que a norma estabelece, no item 6.3.4.1, que desniveis entre 5 mm e 20 mm devem</p>

ser vencidos por inclinação máxima de 1:2 (50%), solução que se enquadra no conceito normativo de rampa definido no item 3.1.30 da mesma norma, como superfície com declividade igual ou superior a 5%. Ao afirmar que “desníveis superiores a 15 mm devem ser tratados como rampas”, a assertiva não contraria a norma, mas apenas apresenta uma síntese válida e tecnicamente correta dentro do intervalo normativo estabelecido, pois 15 mm é, indiscutivelmente, superior a 5 mm, patamar a partir do qual a NBR 9050 exige tratamento por inclinação. Não há, na afirmativa, qualquer exclusão dos desníveis entre 5 mm e 15 mm, tampouco afirmação de que apenas acima de 15 mm haveria necessidade de rampa, inexistindo, portanto, a alegada ambiguidade ou erro conceitual. A tentativa do recorrente de invalidar a assertiva baseia-se em um preciosismo numérico que não altera o comando normativo essencial, nem o sentido técnico da exigência legal, sendo plenamente admissível, em prova objetiva, a utilização de valores intermediários que respeitam e estão contidos no intervalo previsto na norma. Assim, a afirmativa está plenamente correta, a interpretação do recorrente é que incorre em leitura restritiva indevida, e a questão permanece válida, sem afronta à ABNT NBR 9050:2020 ou ao princípio da isonomia. Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Assistente Administrativo - questão 4	<p>Questão: Em ambientes organizacionais, especialmente no setor público, as relações humanas têm papel essencial para o alcance dos objetivos institucionais. A forma como a liderança se comunica, motiva e integra os servidores pode determinar o grau de comprometimento, produtividade e harmonia no ambiente de trabalho. Com base nesses aspectos e nos princípios da gestão de pessoas na administração pública, analise as asserções a seguir e a relação entre elas: I.A motivação e o reconhecimento profissional são fatores determinantes para o desempenho produtivo e o comprometimento dos servidores públicos. PORQUE II.A liderança eficaz depende da capacidade de comunicação interpessoal e do incentivo ao trabalho em equipe, elementos que reduzem conflitos e favorecem o alcance dos objetivos institucionais. Com base nessas afirmações, assinale a opção correta: (A) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa. (B) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I. (C) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I. (D) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.</p> <p>Recurso: A assertiva I é amplamente reconhecida na literatura de administração pública e gestão de pessoas. A motivação e o reconhecimento profissional são, de fato, fatores críticos para o engajamento e a produtividade dos servidores, conforme defendido por autores como Maslow, Herzberg e na própria doutrina da administração pública (princípio da eficiência e valorização do servidor). A assertiva II também é verdadeira, pois a liderança eficaz está intrinsecamente ligada à comunicação interpessoal e ao estímulo ao trabalho colaborativo, aspectos que minimizam conflitos e potencializam resultados institucionais. Relação entre I e II: A II explica como a liderança pode promover a motivação e o reconhecimento mencionados em I. Ou seja, a comunicação interpessoal e o incentivo ao trabalho em equipe são mecanismos pelos quais a liderança influencia positivamente a motivação e o reconhecimento, justificando, portanto, a asserção I. Não se trata de meras afirmações isoladas; há uma relação de causalidade e complementaridade entre elas, o que torna a alternativa C a mais adequada. A alternativa B afirma que “a II não é uma justificativa correta da I”, o que é incorreto, pois a comunicação e o incentivo ao trabalho em equipe são instrumentos da liderança para motivar e reconhecer, estando diretamente relacionados. 3. Conclusão: Diante do exposto, solicito a revisão do gabarito da questão 04, com a alteração da resposta de B para C, por entender que as asserções I e II são verdadeiras e que a II justifica corretamente a I, conforme os preceitos da gestão de pessoas e do comportamento organizacional no setor público.</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise refere-se exclusivamente à questão objeto do recurso interposto. Recursos que abordem questões distintas não serão considerados. Após criteriosa avaliação, esta banca conclui que o recurso não procede, pelos motivos apresentados a seguir:</p> <p>A questão apresenta enunciado claro e adota corretamente o modelo clássico de</p>

avaliação por **asserção-razão**, no qual se exige não apenas a verificação da veracidade individual das proposições, mas, sobretudo, a identificação de **relação lógica direta de justificativa** entre elas.

Análise das asserções

- **Asserção I – Verdadeira.**

A motivação e o reconhecimento profissional são fatores determinantes para o desempenho produtivo e para o comprometimento dos servidores públicos, conforme amplamente reconhecido pela literatura de gestão de pessoas e pelos princípios que regem a Administração Pública, notadamente o princípio da eficiência.

- **Asserção II – Verdadeira.**

A liderança eficaz depende da capacidade de comunicação interpessoal e do incentivo ao trabalho em equipe, elementos que contribuem para a redução de conflitos e para o alcance dos objetivos institucionais.

Da relação entre as asserções

Apesar de ambas serem verdadeiras, a **asserção II não constitui justificativa direta da asserção I**.

A proposição I trata dos **efeitos da motivação e do reconhecimento** sobre o desempenho e o comprometimento dos servidores. Já a proposição II aborda **atributos e práticas da liderança eficaz**, relacionados à comunicação e ao trabalho em equipe. Ainda que a liderança possa influenciar a motivação e o reconhecimento, essa relação é **indireta e mediada**, não caracterizando uma explicação lógica imediata da assertiva I, como exige o padrão técnico desse tipo de questão.

Assim, as proposições mantêm **relação temática**, mas **não relação de causa e efeito direta**, razão pela qual não se sustenta a alternativa que aponta justificativa entre elas.

Da alternativa correta

Diante do exposto, a alternativa que expressa corretamente a relação entre as asserções é a **alternativa: “as asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.”**

Não há erro de conteúdo, ambiguidade ou duplicidade de respostas corretas. O gabarito divulgado está em consonância com os fundamentos da gestão de pessoas e com a técnica de elaboração de questões objetivas.

Diante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Assistente Social Educacional - questão 40	<p>Questão: Na implantação de um sistema de chamados internos, um órgão público decide restringir o acesso ao sistema apenas para computadores da própria instituição. A equipe de TI explica que o sistema funcionará numa rede privada que utiliza os mesmos protocolos da Internet, porém com controle de acesso. Assinale a alternativa que descreve corretamente esse tipo de rede: (A) VPN serve. (B) Intranet. (C) Extranet. (D) DSL priv.</p> <p>Recurso: Questão 40 Na implantação de um sistema de chamados internos, um órgão público decide restringir o acesso ao sistema apenas para computadores da própria instituição. A equipe de TI explica que o sistema funcionará numa rede privada que utiliza os mesmos protocolos da Internet, porém com controle de acesso. Assinale a alternativa que descreve corretamente esse tipo de rede: (A) VPN serve. (B) Intranet. (C) Extranet. (D) DSL priv. 1. Análise O enunciado descreve a implantação de um sistema de chamados em um órgão público, destacando a necessidade de restringir o acesso e garantir o controle de acesso. • O texto pergunta qual o tipo de rede que "descreve corretamente esse tipo de rede" (privada, usando protocolos de Internet). 2. Fundamentação Técnica (VPN vs. Intranet) • Alternativa (B) – Intranet: É o termo técnico que designa a rede privada interna de uma organização que utiliza a suíte de protocolos TCP/IP. A Intranet é a rede onde o sistema está hospedado. • Alternativa (A) – VPN (Virtual Private Network): É a tecnologia que cria uma conexão segura, criptografada e, crucialmente, com controle de acesso, permitindo que usuários autorizados acessem a Intranet de forma remota, como se estivessem fisicamente na instituição. 3. Conclusão da Ambiguidade A questão mistura o conceito de tipo de rede (Intranet) com a prática de segurança e controle de acesso (VPN). Ao enfatizar as palavras "restringir o acesso" e "controle de acesso", a banca introduz um elemento funcional. Em ambientes de TI de órgãos públicos, o método mais robusto e universal para garantir o controle de acesso e a restrição de entrada à rede privada por parte de funcionários remotos é a VPN. Portanto, para um profissional de TI que interpreta o texto com foco no controle e segurança (que é a parte decisória do órgão), a VPN também se apresenta como uma resposta tecnicamente correta ou, no mínimo, altamente plausível. Dessa forma, solicito à Banca Examinadora a revisão do gabarito para a alternativa (A) ou, em caráter subsidiário, a anulação da Questão n.º 40 por apresentar dupla interpretação técnica válida.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>O enunciado da questão é claro ao descrever a implantação de um sistema de chamados internos, com acesso restrito aos computadores da própria instituição, operando em uma rede privada que utiliza os mesmos protocolos da Internet, com controle de acesso. Ao final, o comando é expresso ao solicitar que se identifique o tipo de rede descrito.</p> <p>Nesse contexto, a alternativa Intranet é a única tecnicamente correta. A Intranet é, por definição, uma rede privada de uso interno, baseada nos protocolos da Internet (como TCP/IP e HTTP), com mecanismos de controle de acesso, exatamente conforme descrito no enunciado.</p>

	<p>A alegação de que a situação poderia caracterizar uma VPN não procede. A VPN não é um tipo de rede, mas sim um mecanismo de acesso seguro que permite conexão remota a uma rede privada por meio de tunelamento e criptografia. O enunciado não faz qualquer referência a acesso remoto, conexão externa, tunelamento ou uso de rede pública para interligar usuários externos, elementos essenciais para a caracterização de uma VPN.</p> <p>O simples fato de o texto mencionar “controle de acesso” e uso de protocolos da Internet não gera ambiguidade, pois tais características são inerentes às Intranets e amplamente reconhecidas na literatura técnica e em provas de informática. Assim, não há confusão entre arquitetura de rede e mecanismo de segurança, uma vez que o comando da questão delimita claramente o conceito cobrado.</p> <p>Não se verifica, portanto, imprecisão técnica, dubiedade ou multiplicidade de respostas corretas. O enunciado é compatível com o nível de exigência do certame e permite a identificação inequívoca da alternativa correta.</p> <p>Diante do exposto, o recurso deve ser indeferido, mantendo-se a validade da questão e o gabarito na alternativa Intranet.</p> <p>RECURSO INDEFERIDO</p>
	<p>Questão:</p> <p>Recurso:</p> <p>Resposta ao recurso:</p>
	<p>Questão:</p> <p>Recurso:</p> <p>Resposta ao recurso:</p>
	<p>Questão:</p> <p>Recurso:</p> <p>Resposta ao recurso:</p>

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Assistente Social Educacional - questão 24	<p>Questão: Com base no texto "11 de setembro", analise os elementos linguísticos e discursivos que compõem sua estrutura e estilo, e assinale a alternativa que apresenta uma leitura teoricamente fundamentada acerca da função predominante da linguagem e do uso das figuras de linguagem.</p> <p>(A) A função metalinguística prevalece no texto, uma vez que há reflexões implícitas sobre o fazer narrativo, sobretudo no uso das figuras de linguagem como metáfora e ironia, que comentam os próprios limites da linguagem na transmissão de eventos extraordinários.</p> <p>(B) A função referencial configura-se como predominante, dada a apresentação objetiva de elementos descritivos da vila e de seus habitantes, sendo as figuras de linguagem empregadas com finalidade meramente estética, como a hipérbole na narrativa da viagem com bruxas.</p> <p>(C) O texto apresenta predomínio da função conativa, pois, ao valorizar os atos e a voz de Sebastião, busca mobilizar a ação do interlocutor em torno da preservação das tradições culturais locais. A escolha da prosopopeia e da metáfora reforça o tom imperativo subjacente à construção narrativa.</p> <p>(D) O texto é dominado pela função poética, pois organiza seus recursos expressivos de forma a intensificar os efeitos estéticos e simbólicos, como se observa no uso da personificação das gaivotas e na descrição pictórica da vila, articulando o lirismo à identidade coletiva.</p> <p>Recurso: Fundamentação: A questão 24 solicita que o candidato identifique, "com base no texto '11 de setembro'", a alternativa que apresente "uma leitura teoricamente fundamentada acerca da função predominante da linguagem e do uso das figuras de linguagem". O gabarito oficial aponta a alternativa D como correta, ao afirmar o predomínio da função poética. De fato, é possível justificar a presença de função poética no texto, em razão do uso de recursos expressivos, do lirismo e da descrição pictórica da vila. No entanto, a alternativa B também apresenta uma leitura teoricamente fundamentada e perfeitamente compatível com o texto, ao sustentar o predomínio da função referencial: O texto constrói uma narrativa fortemente marcada pela apresentação objetiva de elementos descritivos da vila, de seus habitantes e de hábitos locais: a rua, as casas, o mar, as embarcações, as gaivotas, a igreja, as novenas, a biografia de Sebastião e a forma como é visto pela comunidade. A função referencial, segundo a teoria clássica das funções da linguagem, é aquela centrada no contexto, na transmissão de informações e na descrição da realidade. Esse é precisamente um dos eixos centrais do texto, que retrata com riqueza de detalhes um espaço sociocultural específico. As figuras de linguagem, como a hipérbole na narrativa da viagem com bruxas até a África, podem ser entendidas como recursos estilísticos a serviço da construção dessa realidade narrativa (o imaginário local, as crenças da comunidade), sem afastar o predomínio da função referencial. Trata-se de fenômeno comum em textos literários de cunho regionalista ou memorialista, em que a dimensão referencial e a dimensão poética coexistem. Assim, à luz da teoria das funções da linguagem, tanto a alternativa D (função poética) quanto a alternativa B (função referencial) são defensáveis e tecnicamente fundamentadas, o que viola o princípio de que uma questão objetiva deve apresentar apenas uma única alternativa correta. Diante da evidente ambiguidade da questão e da possibilidade de duas respostas corretas segundo a literatura linguística, requer-se a anulação da questão 24, com a consequente atribuição da respectiva pontuação a todos os candidatos, nos termos do edital. Termos em que, Pede deferimento.</p>

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interpuesto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — INCORRETA

“A função referencial configura-se como predominante...”

Embora o texto apresente elementos descritivos do espaço e dos personagens, isso não caracteriza predominância da função referencial.

Segundo Jakobson, a função referencial predomina quando a linguagem se organiza prioritariamente para informar objetivamente sobre a realidade, com mínimo investimento expressivo.

No conto:

as descrições são esteticamente trabalhadas;

há lirismo, subjetividade e valor simbólico;

expressões como “brisa velha conhecida dos moradores” e “gaivotas tão íntimas das pessoas” extrapolam a objetividade informativa.

Além disso, a alternativa incorre em erro ao classificar o episódio das bruxas como hipérbole. Trata-se, na verdade, de um recurso narrativo mítico-fantástico, ligado à tradição oral e ao imaginário coletivo, e não de exagero quantitativo típico da hipérbole.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“A função metalinguística prevalece no texto...”

A função metalinguística ocorre quando a linguagem fala de si mesma, explicita códigos, comenta o próprio ato de narrar ou o funcionamento da língua.

No texto:

não há reflexão explícita ou implícita sobre o fazer narrativo;

não há comentário sobre os limites da linguagem;

metáforas e imagens servem à construção estética e simbólica do universo narrado, e não a uma autorreflexão do discurso.

Logo, a função metalinguística não é predominante, nem secundária de forma relevante.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“O texto apresenta predomínio da função conativa...”

A função conativa (ou apelativa) centra-se no interlocutor, buscando influenciar seu comportamento, geralmente por meio de:

imperativos,

vocativos,

apelos diretos.

No conto:

não há interpelação ao leitor;

não se busca mobilizar ações concretas;

a valorização da cultura local ocorre de modo contemplativo e narrativo, não persuasivo.

Além disso:

não há tom imperativo subjacente;

a prosopopeia e a metáfora não têm função apelativa, mas expressiva e poética.

Alternativa incorreta.

Alternativa — CORRETA

“O texto é dominado pela função poética...”

Leitura adequada e teoricamente consistente.

Segundo Jakobson, a função poética predomina quando a atenção do texto se volta para:

a forma da mensagem,

a organização estética da linguagem,

os efeitos simbólicos e expressivos.

No conto, isso se evidencia por:

descrições pictóricas e sensoriais da vila;

uso recorrente de figuras de linguagem, como:

personificação: “gaivotas tão íntimas das pessoas”, “brisa velha conhecida”;

	<p>metáforas visuais e afetivas;</p> <p>construção de um lirismo narrativo que articula:</p> <p>memória,</p> <p>tradição,</p> <p>identidade coletiva.</p> <p>O texto não se limita a contar fatos: ele estetiza a experiência, fundindo o cotidiano ao mítico e ao simbólico, o que confirma o predomínio da função poética, ainda que outras funções coexistam de modo secundário.</p> <p>Alternativa correta.</p> <p>JAKOBSON, Roman. Linguística e comunicação. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.</p> <p>BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.</p> <p>FIORIN, José Luiz. Introdução ao pensamento de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>CANDIDO, Antonio. O discurso e a cidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Assistente Social Educacional - questão 30	<p>Questão: À luz dos mecanismos de construção de sentido e da organização textual presentes no excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir:</p> <p>I.O contraste entre o cotidiano local e o evento internacional evidencia um recurso irônico que minimiza, propositalmente, o impacto global do ocorrido nos Estados Unidos, em prol da valorização de um microcosmo cultural.</p> <p>II.A caracterização de Sebastião Batista não apenas reafirma a tradição oral como também projeta uma figura mítica, cuja autoridade comunitária transcende a racionalidade e se ancora no simbólico e na ancestralidade.</p> <p>III.A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida e representada no texto demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens frente ao mundo exterior.</p> <p>É correto o que se afirma em:</p> <p>(A) II e III, apenas. (B) I e II, apenas. (C) I e III, apenas. (D) I, II e III.</p> <p>Recurso: A presente petição solicita a anulação da Questão 30, baseada na ambiguidade e na natureza subjetiva da interpretação exigida pela Proposição III, que foi o ponto de eliminação da alternativa (D). Proposição III em Análise: "A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida e representada no texto demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens frente ao mundo exterior." 1. Ambiguidade</p>

Conceitual e Subjetividade: A afirmação de que o narrador manifesta um "julgamento valorativo" é uma interpretação altamente subjetiva. Embora a banca possa considerar o registro popular ("dirrubarão", "adifício" etc.) apenas como caracterização social, é igualmente plausível argumentar que a justaposição da fala ingênua com o evento globalmente catastrófico (11 de setembro) implica uma ironia ou uma perspectiva crítica sobre a falta de informação dos moradores em relação ao mundo exterior.

2. Função Estilística: Em análise literária, o uso do dialeto e a forma como a notícia é distorcida servem para estabelecer um contraste cultural e de conhecimento. A leitura de que há um juízo crítico implícito (um julgamento valorativo) é uma interpretação válida no campo da estilística e do discurso narrativo, justificando a inclusão da Proposição III como correta.

3. Princípio da Objetividade: Visto que a Proposição III comporta diferentes interpretações válidas no campo da crítica textual e exige um juízo de valor sobre a intenção do narrador que não é unívoco, a questão não atende ao critério de objetividade esperado em concursos públicos.

Conclusão: Diante da ambiguidade da Proposição III e da validade de múltiplas interpretações textuais, o que torna a alternativa (D) correta sob um ponto de vista analítico coerente, solicitamos a anulação da Questão 30 do certame, por falta de clareza e objetividade.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Proposição I — VERDADEIRA

"O contraste entre o cotidiano local e o evento internacional evidencia um recurso irônico..."

Análise:

O texto constrói deliberadamente um contraste entre:

o microcosmo da vila (rotina, tradição, mar, gaivotas, motor da baleeira);

e o macroevento histórico global (o atentado de 11 de setembro).

A resposta de Sebastião — "Isso não é cum nós, cumpade. Nós lá avoemo?!" — produz um efeito irônico-discursivo, não no sentido de zombaria, mas de deslocamento de relevância: o evento mundial é narrativamente minimizado, enquanto o universo local é valorizado.

Trata-se de uma ironia estrutural e temática, que reforça a centralidade da cultura local e da experiência comunitária frente ao acontecimento global.

Proposição correta.

Proposição II — VERDADEIRA

"A caracterização de Sebastião Batista não apenas reafirma a tradição oral como também projeta uma figura mítica..."

Análise:

	<p>Sebastião é construído como uma figura que:</p> <p>transita entre o real (pescador, construtor da igreja, organizador das novenas);</p> <p>e o mítico (viagem com bruxas à África, respeito adquirido por evento sobrenatural).</p> <p>Sua autoridade:</p> <p>não é institucional,</p> <p>nem racional-científica,</p> <p>mas simbólica, ancorada na ancestralidade, na tradição oral e no imaginário coletivo.</p> <p>Esse tipo de personagem corresponde à figura do sábio popular / ancião mítico, comum em narrativas que articulam identidade cultural e memória comunitária.</p> <p>Proposição correta.</p> <p>Proposição III — FALSA</p> <p>“A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida (...) demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens...”</p> <p>Análise:</p> <p>Não há, no texto, marcas linguísticas de julgamento explícito ou implícito do narrador.</p> <p>A representação da fala popular:</p> <p>ocorre por meio da variação linguística intencional (“Dois aviões dirrubaram uns edifícios”);</p> <p>cumpre função verossímil e caracterizadora, não depreciativa.</p> <p>O narrador mantém uma postura:</p> <p>descritiva e distanciada,</p> <p>sem adjetivações avaliativas,</p> <p>sem ironia direcionada aos personagens como “ignorantes”.</p> <p>O possível estranhamento é produzido no leitor, não pelo julgamento do narrador.</p> <p>Proposição incorreta.</p> <p>Conclusão</p> <p>Estão corretas apenas as proposições I e II.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
	<p>Questão:</p>

	Recurso: Resposta ao recurso:
	Questão: Recurso: Resposta ao recurso:

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Auxiliar de Creche questão 4	<p>Questão: Na Educação Infantil, a organização das atividades em relação ao tempo é fundamental para o desenvolvimento das crianças. Essas atividades podem ser estruturadas em diferentes modalidades, permitindo que o cotidiano escolar seja planejado de forma contínua, variada e integrada ao aprendizado. Assinale a alternativa CORRETA quanto às modalidades de organização das atividades na Educação Infantil.</p> <p>(A) Três: atividades permanentes, sequência de atividades e projetos de trabalho. (B) Quatro: atividades fixas, temporárias, de rotina e de lazer. (C) Três: atividades constantes, intercaladas e periódicas. (D) Duas: atividades livres e dirigidas.</p> <p>Recurso: a questão numero 4 não possui referência para a interpretação correta.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>A questão aborda a organização do tempo na Educação Infantil, conteúdo amplamente previsto nos referenciais normativos e pedagógicos da área, especialmente no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), documento oficial do Ministério da Educação que trata, de forma expressa, das modalidades de organização das atividades, a saber: atividades permanentes, sequências de atividades e projetos de trabalho. Ressalta-se que a indicação explícita da referência bibliográfica no enunciado não é requisito para a resolução da questão, uma vez que o conteúdo encontra-se claramente contemplado no programa previsto e é de conhecimento esperado do candidato. A ausência de citação direta da fonte não compromete a objetividade, a clareza ou a correção da alternativa considerada correta. Dessa forma, mantém-se o gabarito da alternativa (A), não havendo fundamento para alteração ou anulação da questão.</p> <p>Referência: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Vol. 1: introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998.</p> <p style="text-align: center;">RECURSO INDEFERIDO</p>
Auxiliar de Creche questão 4	<p>Questão: Na Educação Infantil, a organização das atividades em relação ao tempo é fundamental para o desenvolvimento das crianças. Essas atividades podem ser estruturadas em diferentes modalidades, permitindo que o cotidiano escolar seja planejado de forma contínua, variada e integrada ao aprendizado. Assinale a alternativa CORRETA quanto às modalidades de organização das atividades na Educação Infantil.</p> <p>(A) Três: atividades permanentes, sequência de atividades e projetos de trabalho. (B) Quatro: atividades fixas, temporárias, de rotina e de lazer. (C) Três: atividades constantes, intercaladas e periódicas. (D) Duas: atividades livres e dirigidas.</p>

	<p>Recurso: Venho respeitosamente solicitar a revisão da questão 4 A questão apresenta inadequação em sua formulação ao solicitar a indicação das “modalidades de organização das atividades na Educação Infantil” sem delimitar o referencial teórico, autor ou documento normativo que fundamentaria a resposta esperada. Ressalta-se que a literatura da Educação Infantil contempla diferentes classificações para a organização das atividades, variando conforme o enfoque pedagógico adotado, o que possibilita múltiplas interpretações igualmente plausíveis. Dessa forma, a ausência de objetividade e de critério normativo explícito compromete a unicidade da resposta correta, tornando a questão subjetiva. Assim, requer-se a anulação da questão, com a consequente atribuição da pontuação correspondente a todos os candidatos, em atenção aos princípios da clareza, isonomia e objetividade que devem nortear a elaboração de itens em concursos públicos.</p> <p>Resposta ao recurso: A questão aborda a organização do tempo na Educação Infantil, conteúdo amplamente previsto nos referenciais normativos e pedagógicos da área, especialmente no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), documento oficial do Ministério da Educação que trata, de forma expressa, das modalidades de organização das atividades, a saber: atividades permanentes, sequências de atividades e projetos de trabalho. Ressalta-se que a indicação explícita da referência bibliográfica no enunciado não é requisito para a resolução da questão, uma vez que o conteúdo encontra-se claramente contemplado no programa previsto e é de conhecimento esperado do candidato. A ausência de citação direta da fonte não compromete a objetividade, a clareza ou a correção da alternativa considerada correta. Dessa forma, mantém-se o gabarito da alternativa (A), não havendo fundamento para alteração ou anulação da questão.</p> <p>Referência: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Vol. 1: introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998.</p>
Auxiliar de Creche - questão 4	<p>RECURSO INDEFERIDO</p> <p>Questão: Na Educação Infantil, a organização das atividades em relação ao tempo é fundamental para o desenvolvimento das crianças. Essas atividades podem ser estruturadas em diferentes modalidades, permitindo que o cotidiano escolar seja planejado de forma contínua, variada e integrada ao aprendizado. Assinale a alternativa CORRETA quanto às modalidades de organização das atividades na Educação Infantil. (A) Três: atividades permanentes, sequência de atividades e projetos de trabalho. (B) Quatro: atividades fixas, temporárias, de rotina e de lazer. (C) Três: atividades constantes, intercaladas e periódicas. (D) Duas: atividades livres e dirigidas.</p> <p>Recurso: A questão apresenta inadequação em sua formulação ao solicitar a indicação das “modalidades de organização das atividades na Educação Infantil” sem delimitar o referencial teórico, autor ou documento normativo que fundamentaria a resposta esperada. Ressalta-se que a literatura da Educação Infantil contempla diferentes classificações para a organização das atividades, variando conforme o enfoque pedagógico adotado, o que possibilita múltiplas interpretações igualmente plausíveis. Dessa forma, a ausência de objetividade e de critério normativo explícito compromete a unicidade da resposta correta, tornando a questão subjetiva. Assim, requer-se a anulação da questão, com a consequente atribuição da pontuação. Em atenção aos princípios da clareza, isonomia e objetividade que devem nortear a elaboração de itens em concursos públicos.</p> <p>Resposta ao recurso: A questão aborda a organização do tempo na Educação Infantil, conteúdo amplamente</p>

	<p>previsto nos referenciais normativos e pedagógicos da área, especialmente no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), documento oficial do Ministério da Educação que trata, de forma expressa, das modalidades de organização das atividades, a saber: atividades permanentes, sequências de atividades e projetos de trabalho.</p> <p>Ressalta-se que a indicação explícita da referência bibliográfica no enunciado não é requisito para a resolução da questão, uma vez que o conteúdo encontra-se claramente contemplado no programa previsto e é de conhecimento esperado do candidato. A ausência de citação direta da fonte não compromete a objetividade, a clareza ou a correção da alternativa considerada correta.</p> <p>Dessa forma, mantém-se o gabarito da alternativa (A), não havendo fundamento para alteração ou anulação da questão.</p> <p>Referência: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Vol. 1: introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998.</p> <p>RECURSO INDEFERIDO</p>
Auxiliar de Creche - questão 4	<p>Questão: Na Educação Infantil, a organização das atividades em relação ao tempo é fundamental para o desenvolvimento das crianças. Essas atividades podem ser estruturadas em diferentes modalidades, permitindo que o cotidiano escolar seja planejado de forma contínua, variada e integrada ao aprendizado. Assinale a alternativa CORRETA quanto às modalidades de organização das atividades na Educação Infantil.</p> <p>(A) Três: atividades permanentes, sequência de atividades e projetos de trabalho. (B) Quatro: atividades fixas, temporárias, de rotina e de lazer. (C) Três: atividades constantes, intercaladas e periódicas. (D) Duas: atividades livres e dirigidas.</p> <p>Recurso: Venho solicitar a revisão da questão numero 4. A questão apresenta inadequação em sua formulação ao solicitar a indicação das “modalidades de organização das atividades na Educação Infantil” sem delimitar o referencial teórico, autor ou documento normativo que fundamentaria a resposta esperada. Ressalta-se que a literatura da Educação Infantil contempla diferentes classificações para a organização das atividades, variando conforme o enfoque pedagógico adotado, o que possibilita múltiplas interpretações igualmente plausíveis. Dessa forma, a ausência de objetividade e de critério normativo explícito compromete a unicidade da resposta correta, tornando a questão subjetiva. Assim, requer-se a anulação da questão, com a consequente atribuição da pontuação correspondente a todos os candidatos, em atenção aos princípios da clareza, isonomia e objetividade que devem nortear a elaboração de itens em concursos públicos.</p> <p>Resposta ao recurso: A questão aborda a organização do tempo na Educação Infantil, conteúdo amplamente previsto nos referenciais normativos e pedagógicos da área, especialmente no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), documento oficial do Ministério da Educação que trata, de forma expressa, das modalidades de organização das atividades, a saber: atividades permanentes, sequências de atividades e projetos de trabalho.</p> <p>Ressalta-se que a indicação explícita da referência bibliográfica no enunciado não é requisito para a resolução da questão, uma vez que o conteúdo encontra-se claramente contemplado no programa previsto e é de conhecimento esperado do candidato. A ausência de citação direta da fonte não compromete a objetividade, a clareza ou a correção da alternativa considerada correta.</p> <p>Dessa forma, mantém-se o gabarito da alternativa (A), não havendo fundamento para alteração ou anulação da questão.</p> <p>Referência:</p>

	<p>BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Vol. 1: introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998.</p> <p>RECURSO INDEFERIDO</p>
Auxiliar de Creche - questão 4	<p>Questão: Na Educação Infantil, a organização das atividades em relação ao tempo é fundamental para o desenvolvimento das crianças. Essas atividades podem ser estruturadas em diferentes modalidades, permitindo que o cotidiano escolar seja planejado de forma contínua, variada e integrada ao aprendizado. Assinale a alternativa CORRETA quanto às modalidades de organização das atividades na Educação Infantil.</p> <p>(A) Três: atividades permanentes, sequência de atividades e projetos de trabalho. (B) Quatro: atividades fixas, temporárias, de rotina e de lazer. (C) Três: atividades constantes, intercaladas e periódicas. (D) Duas: atividades livres e dirigidas.</p> <p>Recurso: Venho respeitosamente solicitar a revisão da questão 4 A questão apresenta inadequação em sua formulação ao solicitar a indicação das “modalidades de organização das atividades na Educação Infantil” sem delimitar o referencial teórico, autor ou documento normativo que fundamentaria a resposta esperada. Ressalta-se que a literatura da Educação Infantil contempla diferentes classificações para a organização das atividades, variando conforme o enfoque pedagógico adotado, o que possibilita múltiplas interpretações igualmente plausíveis. Dessa forma, a ausência de objetividade e de critério normativo explícito compromete a unicidade da resposta correta, tornando a questão subjetiva. Assim, requer-se a anulação da questão, com a consequente atribuição da pontuação correspondente a todos os candidatos, em atenção aos princípios da clareza, isonomia e objetividade que devem nortear a elaboração de itens em concursos públicos</p> <p>Resposta ao recurso: A questão aborda a organização do tempo na Educação Infantil, conteúdo amplamente previsto nos referenciais normativos e pedagógicos da área, especialmente no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), documento oficial do Ministério da Educação que trata, de forma expressa, das modalidades de organização das atividades, a saber: atividades permanentes, sequências de atividades e projetos de trabalho. Ressalta-se que a indicação explícita da referência bibliográfica no enunciado não é requisito para a resolução da questão, uma vez que o conteúdo encontra-se claramente contemplado no programa previsto e é de conhecimento esperado do candidato. A ausência de citação direta da fonte não compromete a objetividade, a clareza ou a correção da alternativa considerada correta. Dessa forma, mantém-se o gabarito da alternativa (A), não havendo fundamento para alteração ou anulação da questão.</p> <p>Referência: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Vol. 1: introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998.</p> <p>RECURSO INDEFERIDO</p>

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Auxiliar de Creche - questão 23	<p>Questão: Considere as afirmativas relacionadas à acentuação gráfica das palavras destacadas no trecho "O silêncio era permeado por sons citadinos: a cidade grande e suas melodias de sirenes, buzinas e toda sorte de ruídos de uma grande metrópole.". Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas: (_)Silêncio recebe acento por ser uma paroxítona terminada em ditongo crescente (proparoxítona aparente), caso de acentuação obrigatória conforme a norma vigente. (_)Ruídos é acentuada porque apresenta hiato com vogal átona "í", seguida de letra diferente e não repetida, situação em que a acentuação é mantida pelo Acordo Ortográfico. (_)Metrópole é acentuada por ser uma proparoxítona, regra geral segundo a qual todas as palavras dessa classe são obrigatoriamente acentuadas. Assinale a alternativa com a sequência correta: (A) V, V, F. (B) V, F, V. (C) V, V, V. (D) F, V, V.</p> <p>Recurso: Prezados membros da banca examinadora, Venho, respeitosamente, solicitar a revisão do gabarito preliminar referente à Questão 23, uma vez que a classificação apresentada para a palavra "ruídos" não está de acordo com as regras oficiais de acentuação gráfica estabelecidas pela ortografia da língua portuguesa. 1. Análise das afirmativas segundo a gramática normativa 1.1 "silêncio" — item verdadeiro (correto) A banca considerou o item correto, e a regra realmente confirma essa avaliação: "silêncio" é uma paroxítona terminada em ditongo crescente ("io"), sendo, portanto, corretamente acentuada. Não há divergência aqui. 1.2 "ruídos" — item considerado incorreto pela banca A banca trata este item como falso, mas essa classificação contraria a norma padrão. A palavra "ruídos" contém um hiato com vogal tônica: ru–í–dos O í é tônico, estando isolado na sílaba e formando hiato com a vogal u. Conforme o Acordo Ortográfico (Cap. IV, Seção II), acentuam-se "í" e "u" tónicos quando formam hiato com a vogal precedente, independentemente de estarem seguidos por s. Dessa forma, a acentuação de ruídos está correta, e o item deveria ser considerado verdadeiro. 1.3. "metrópole" — item verdadeiro (correto) A banca corretamente avaliou o item como verdadeiro. "metrópole" é uma proparoxítona, e todas as proparoxítonas são acentuadas, por regra geral. A sequência correta é, portanto: (V, V, V) ? Alternativa A A alternativa divulgada pela banca diverge da regra ortográfica válida, apresentando erro no julgamento do item referente à palavra "ruídos". 2. Pedido Solicito, portanto: a correção do gabarito, reconhecendo a alternativa A como correta; ou a anulação da questão, caso a banca opte por não alterar o gabarito, já que há evidente inconsistência normativa na avaliação da palavra "ruídos". Agradeço a atenção dispensada.</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são</p>

suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

- (V) "Silêncio" recebe acento por ser uma paroxítona terminada em ditongo crescente (proparoxítona aparente), caso de acentuação obrigatória conforme a norma vigente. Verdadeira.

A palavra silêncio é uma proparoxítona (a sílaba tônica é a antepenúltima: si-LÊN-ci-o) e, segundo a regra geral, todas as proparoxítonas são acentuadas. Além disso, termina em ditongo crescente ("io"), o que também justificaria o acento se fosse uma paroxítona com ditongo oral tônico em posição final. Portanto, a justificativa está correta. –

(F) "Ruídos" é acentuada porque apresenta hiato com vogal átona "í", seguida de letra diferente e não repetida, situação em que a acentuação é mantida pelo Acordo Ortográfico. Falsa.

A palavra ruídos tem um hiato entre "u" e "í", mas a vogal "í" é tônica, não átona. Além disso, o Acordo Ortográfico manteve a acentuação em casos de hiato com "í" ou "u" tónicos quando não estão precedidos por outra vogal na mesma sílaba e não formam ditongo com "i" ou "u" seguidos de "s" ou "z" na mesma sílaba. Portanto, a justificativa está errada ao dizer que o "í" é átono e ao explicar incorretamente a regra. –

(V) "Metrópole" é acentuada por ser uma proparoxítona, regra geral segundo a qual todas as palavras dessa classe são obrigatoriamente acentuadas. Verdadeira

Metrópole é uma proparoxítona (me-TRÓ-po-le), e todas as proparoxítonas são acentuadas conforme a regra geral da acentuação.

Diante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Enfermeiro - questão 1	<p>Questão: Em uma unidade ambulatorial, um paciente de 58 anos procura atendimento relatando dor persistente há vários meses, com períodos de piora após esforço e dificuldade para dormir. Durante a consulta, o enfermeiro identifica diferenças entre manifestações relacionadas a episódios de dor recente e sinais associados a um quadro duradouro, analisando intensidade, impacto funcional e resposta prévia a tratamentos. Após coletar as informações, o profissional necessita aplicar critérios técnicos que permitam distinguir tipos de dor, considerando mecanismos fisiológicos, temporalidade, estratégias terapêuticas e ferramentas padronizadas de avaliação. Com base nesses aspectos e no contexto descrito, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) A dor aguda caracteriza-se por curso prolongado, geralmente superior a três meses, e costuma estar associada a alterações sensitivas persistentes, exigindo manejo semelhante ao das dores neuropáticas crônicas.</p> <p>(B) O tratamento da dor crônica pode incluir intervenções não farmacológicas, como exercícios, educação em saúde e técnicas de relaxamento, que auxiliam na modulação da percepção dolorosa.</p> <p>(C) A dor crônica deve ser avaliada pela escala numérica, pois instrumentos multidimensionais não agregam valor ao processo de classificação e conduta.</p> <p>(D) A dor aguda, por sua natureza autolimitada, não necessita avaliação estruturada, bastando observar sinais comportamentais gerais para definir o tratamento inicial.</p> <p>Recurso: Tema, Classificação e Tratamento da Dor Gabarito Preliminar, B Pedido, Anulação da Questão Fundamentação, "A questão, ao apresentar várias alternativas conceitualmente incorretas, leva a um gabarito (B) que é verdadeiro, mas excessivamente trivial e não discriminatório. Análise da Alternativa (B): ""O tratamento da dor crônica pode incluir intervenções não farmacológicas, como exercícios, educação em saúde e técnicas de relaxamento, que auxiliam na modulação da percepção dolorosa.""" A afirmação de que o tratamento pode incluir intervenções não farmacológicas é uma verdade fundamental e universalmente aceita na área da saúde. Tal afirmação, devido à sua generalidade e à palavra ""pode"", não testa o conhecimento específico aprofundado do candidato sobre as diretrizes de manejo da dor crônica. Princípio da Discriminação: Um item de prova objetiva deve ser capaz de distinguir entre candidatos que possuem o conhecimento específico e aqueles que não o possuem. Uma alternativa com grau de certeza tão elevado e generalista falha em seu papel discriminatório. Conclusão: Embora a alternativa (B) esteja tecnicamente correta, sua formulação é excessivamente ampla e não desafia o conhecimento específico da Enfermagem no manejo da dor. Diante da falta de uma alternativa que explore nuances técnicas mais específicas, solicita-se a anulação da Questão 01 por falha no princípio da discriminação e generalização excessiva do gabarito."</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o pedido de anulação não aponta erro conceitual, ambiguidade ou incorreção técnica na alternativa considerada correta, limitando-se a alegar suposta "trivialidade" e insuficiente poder discriminatório da assertiva que reconhece a inclusão de intervenções não farmacológicas no tratamento da dor crônica. Tal argumentação não se sustenta, pois a correção de uma alternativa em prova objetiva não se mede pelo grau subjetivo de dificuldade atribuído pelo</p>

	<p>candidato, mas pela adequação técnica ao comando da questão e pela conformidade com o conhecimento científico consolidado. A alternativa correta responde diretamente ao enunciado, que exige a distinção entre dor aguda e dor crônica considerando mecanismos fisiológicos, temporalidade e estratégias terapêuticas, sendo plenamente correto afirmar que o manejo da dor crônica envolve abordagem multimodal, com destaque para intervenções não farmacológicas, conforme diretrizes amplamente aceitas na prática da Enfermagem e da saúde coletiva. As demais alternativas apresentam erros conceituais claros, ao atribuir características crônicas à dor aguda, ao desconsiderar instrumentos multidimensionais de avaliação da dor crônica e ao negar a necessidade de avaliação estruturada da dor aguda, o que reforça a existência de apenas uma alternativa tecnicamente correta. O fato de a assertiva correta expressar um princípio amplamente reconhecido não a torna inválida nem enseja anulação da questão, pois provas objetivas podem e devem avaliar conhecimentos fundamentais da área profissional, especialmente quando coerentes com o contexto clínico apresentado. Assim, inexistem falhas de formulação, vício técnico ou afronta a princípios avaliativos que justifiquem a anulação pretendida. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Enfermeiro - questão 8	<p>Questão: Os procedimentos realizados na atenção à saúde, como curativos simples e complexos, inserção de dispositivos intrauterinos e lavagem otológica, exigem técnicas padronizadas, condições assépticas e avaliação criteriosa para garantir segurança e efetividade. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:</p> <p>(<input type="checkbox"/>)A lavagem otológica é indicada mesmo na presença de perfuração timpânica, desde que se utilize solução morna e pressão reduzida.</p> <p>(<input type="checkbox"/>)A inserção do DIU pode ser realizada sem avaliação prévia para ISTs, desde que a paciente esteja assintomática e em período pós-menstrual.</p> <p>(<input type="checkbox"/>)O uso de solução antisséptica à base de iodo é contraindicado em qualquer tipo de curativo simples, pois atrasa a cicatrização em todas as situações.</p> <p>(<input type="checkbox"/>)Curativos complexos geralmente envolvem feridas extensas, cavitárias ou com uso de coberturas especiais, exigindo técnica asséptica rigorosa e avaliação sistemática da evolução da ferida.</p> <p>Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:</p> <p>(A) V, V, V, V. (B) V, F, F, F. (C) F, F, V, V. (D) F, F, F, V.</p> <p>Recurso: Tema,Procedimentos de Enfermagem / Curativos Gabarito Preliminar,"D (F, F, F, V)" Pedido,Anulação da Questão Fundamentação,"O recurso foca na terceira afirmativa, classificada como Falsa pelo gabarito: ""O uso de solução antisséptica à base de iodo é contraindicado em qualquer tipo de curativo simples, pois atrasa a cicatrização em todas as situações."" Erro Técnico na Formulação: A afirmativa incorre em um erro metodológico grave ao utilizar termos de natureza absoluta e universal como ""qualquer tipo de curativo simples"" e ""todas as situações"". Diretrizes Clínicas (Refutação): Embora a citotoxicidade do Iodo-PVPI seja conhecida e o seu uso em feridas limpas ou em fase de granulação seja desaconselhado, o Iodo-PVPI é amplamente indicado e utilizado em: 1. Feridas ou curativos simples que estão infectados ou altamente colonizados (para reduzir a carga microbiana antes do uso de cobertura primária). 2. Preparo da pele peri-lesional. 3. Antissepsia cirúrgica. A alegação de que é contraindicado em qualquer tipo e atrasa em todas as situações é factualmente incorreta, pois a indicação de antissépticos depende do tipo de tecido e da fase da ferida. Conclusão: O uso dos termos absolutos e a generalização extremista na terceira afirmativa tornam o julgamento desta afirmativa problemático, pois ela contém uma premissa verdadeira (pode atrasar a cicatrização em certos casos) misturada com generalizações falsas (contraindicado em todos). Isso gera uma dupla interpretação e compromete a clareza da questão. Solicita-se a anulação da Questão 08."</p> <p>Resposta ao recurso:</p>

	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o pedido de anulação concentra-se exclusivamente na terceira afirmativa, alegando que o uso de termos absolutos ("qualquer tipo" e "todas as situações") tornaria o item problemático; contudo, exatamente por empregar tais expressões universais, a assertiva está inequivocamente falsa, não havendo qualquer ambiguidade técnica. A afirmativa sustenta que a solução antisséptica à base de iodo é contraindicada em qualquer curativo simples e que atrasa a cicatrização em todas as situações, proposição que não encontra respaldo na literatura técnico-científica nem nas diretrizes assistenciais de Enfermagem. Como o próprio recorrente reconhece, há diversas indicações para o uso de iodóforos, como em feridas infectadas ou colonizadas, preparo da pele peri-lesional e antisepsia prévia, o que, por si só, invalida completamente a assertiva. Em provas objetivas, afirmações redigidas em termos absolutos são corretamente julgadas como falsas quando basta um único contraexemplo técnico válido para refutá-las, o que ocorre neste caso. Assim, não procede a alegação de "dupla interpretação", pois a assertiva não admite graduação: ela afirma uma contraindicação universal que é cientificamente incorreta. A quarta afirmativa, por sua vez, está corretamente classificada como verdadeira, ao descrever com precisão as características dos curativos complexos, e as duas primeiras também são corretamente julgadas como falsas, em conformidade com protocolos assistenciais amplamente consolidados. Dessa forma, a sequência indicada no gabarito preliminar está correta, não havendo erro técnico, vício de formulação ou afronta à clareza exigida em avaliação objetiva. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Enfermeiro - questão 11	<p>Questão: A avaliação e o manejo das anemias na atenção à saúde exigem compreensão de seus mecanismos, causas e manifestações clínicas, permitindo o diagnóstico precoce e intervenções adequadas. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Na anemia megaloblástica, a deficiência de vitamina B12 ou folato leva à redução do VCM, que se apresenta tipicamente abaixo dos valores de referência.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) A anemia ferropriva caracteriza-se por microcitose e hipocromia, sendo o RDW geralmente aumentado devido à anisocitose.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) A reticulocitose acentuada é um achado típico das anemias hemolíticas, refletindo a resposta compensatória da medula óssea ao aumento da destruição de hemácias.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) A anemia da doença crônica costuma apresentar níveis de ferritina normais ou elevados, devido ao caráter inflamatório que aumenta sua produção como reagente de fase aguda.</p> <p>Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:</p> <p>(A) F, V, V, V. (B) V, F, F, F. (C) F, F, V, V. (D) V, V, V, V.</p> <p>Recurso: Tema, Anemias e Parâmetros Hematológicos Gabarito Preliminar, "A (F, V, V, V)" Pedido, Anulação da Questão Fundamentação, "O recurso visa a primeira afirmativa, classificada como Falsa: ""Na anemia megaloblástica, a deficiência de vitamina B12 ou folato leva à redução do VCM, que se apresenta tipicamente abaixo dos valores de referência."" Erro Conceitual Inquestionável: O gabarito oficial está inequivocamente correto. A anemia megaloblástica é caracterizada pelo aumento do VCM (Volume Corpuscular Médio), ou seja, macrocitose. A afirmativa está incorreta ao citar a redução do VCM. Motivação do Recurso: Embora o erro seja conceitual por parte do candidato, a inclusão de uma afirmativa com um erro tão fundamental pode levar à anulação quando combinada com a complexidade das demais. No entanto, o recurso mais forte se concentra na clareza do enunciado. Vício de Formulação (Recurso Fraco): Argumenta-se que, apesar do erro conceitual primário (redução vs. aumento), a formulação da questão em múltipla escolha exigiu que o candidato julgassem quatro afirmativas complexas de forma simultânea. Dada a alta complexidade do tema Anemias, e visando o aproveitamento máximo de recursos, utiliza-se a alegação de ambiguidade nas demais afirmativas (as verdadeiras) se estas pudessem levar a uma interpretação incorreta. No</p>

	<p>entanto, o recurso é sustentado principalmente pelo pedido de reconsideração por rigor excessivo. Conclusão: Este recurso é fraco, mas visa a anulação da questão por rigor excessivo, solicitando a anulação da Questão 11."</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o próprio recurso reconhece expressamente que a primeira afirmativa está conceitualmente incorreta ao afirmar que, na anemia megaloblástica, há redução do VCM, quando é pacífico na literatura médica e de enfermagem que esse tipo de anemia cursa com macrocitose, isto é, aumento do VCM, em decorrência da deficiência de vitamina B12 ou folato. Tal reconhecimento, por si só, afasta qualquer possibilidade de acolhimento do pedido, pois confirma a correção do gabarito preliminar. As demais afirmativas estão igualmente corretas, uma vez que a anemia ferropriva caracteriza-se por microcitose, hipocromia e aumento do RDW; as anemias hemolíticas cursam tipicamente com reticulocitose acentuada como resposta compensatória da medula óssea; e a anemia da doença crônica apresenta ferritina normal ou elevada por se tratar de proteína de fase aguda associada ao processo inflamatório. A alegação de "rigor excessivo" ou de suposta complexidade do julgamento simultâneo das afirmativas não constitui vício técnico, material ou jurídico apto a ensejar anulação de questão, especialmente quando os conceitos cobrados são basilares e compatíveis com o nível de formação exigido. Não há ambiguidade, erro de formulação ou interpretação plausível diversa da adotada pela banca, mas apenas inconformismo do candidato com o próprio desempenho. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Enfermeiro questão 13	<p>Questão:</p> <p>A assistência à saúde da mulher envolve ações fundamentais relacionadas à gravidez, contracepção, pré-natal, infertilidade e puerpério, visando cuidado integral, seguro e baseado em evidências. Considerando esse contexto, analise as afirmativas a seguir.</p> <p>I.No pré-natal, recomenda-se iniciar o uso diário de ácido fólico ainda no período pré-concepcional, com o objetivo de reduzir o risco de defeitos do tubo neural, mantendo-se sua suplementação pelo menos até o fim do primeiro trimestre.</p> <p>II.No puerpério imediato, a amamentação em livre demanda contribui para redução do sangramento uterino, pois estimula liberação de ocitocina, favorecendo a involução uterina.</p> <p>III.Na avaliação de infertilidade, considera-se investigação para o casal quando não há concepção após 12 meses de tentativas regulares sem uso de contraceptivos, reduzindo-se esse intervalo para 6 meses quando a mulher tem 35 anos ou mais.</p> <p>Está correto o que se afirma em:</p> <p>(A) I e III apenas. (B) II apenas. (C) I, II e III. (D) I e II apenas.</p> <p>Recurso:</p> <p>Tema,Saúde da Mulher / Infertilidade Gabarito Preliminar,"C (I, II e III)" Pedido,Mudança do Gabarito para D (I e II apenas) ou Anulação Fundamentação,"O recurso visa a terceira afirmativa, classificada como Verdadeira pelo gabarito: ""Na avaliação de infertilidade, considera-se investigação para o casal quando não há concepção após 12 meses de tentativas regulares sem uso de contraceptivos, reduzindo-se esse intervalo para 6 meses quando a mulher tem 35 anos ou mais." Protocolo Questionável: O protocolo de investigação antecipada para 6 meses em mulheres com 35 anos ou mais é amplamente aceito pelo Ministério da Saúde e Febrasgo. Contudo, em algumas diretrizes clínicas internacionais (e variações regionais), a investigação em mulheres com 35 anos ou mais é iniciada imediatamente após o diagnóstico, ou o corte etário pode variar sutilmente. Ambiguidade na Terminologia: A afirmativa utiliza o termo ""reduzindo-se esse intervalo para 6 meses"". Argumenta-se que o rigor técnico exigiria a clareza se o intervalo de 6 meses é para início da investigação ou para início do tratamento. A investigação é um processo que pode se iniciar antes dos 6 meses, dependendo da anamnese, mas o período de tentativa é de 6 meses. O uso da expressão ""reduzindo-se esse intervalo""</p>

	<p>poderia levar o candidato a crer que a informação é protocolarmente imprecisa ou incompleta, levando à marcação de FALSO e, consequentemente, ao gabarito D. Conclusão: Dada a complexidade e a variação nos protocolos clínicos de reprodução humana e a possível ambiguidade na redação da afirmativa III, solicita-se a mudança do gabarito para D (se I e II forem consideradas as únicas verdadeiras) ou a anulação da Questão 13."</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o pedido de alteração do gabarito ou de anulação fundamenta-se na alegação de suposta variação de protocolos e ambiguidade redacional na afirmativa III, o que não se sustenta do ponto de vista técnico-científico. A afirmativa III está corretamente formulada ao consignar que a investigação de infertilidade é indicada após 12 meses de tentativas regulares sem contracepção, reduzindo-se esse intervalo para 6 meses quando a mulher tem 35 anos ou mais, entendimento que é amplamente consolidado em diretrizes nacionais e internacionais, incluindo o Ministério da Saúde e a FEBRASGO, sendo considerado referência padrão no ensino e na prática clínica. Eventuais variações pontuais em diretrizes específicas ou situações clínicas particulares não des caracterizam o consenso técnico adotado em provas objetivas, que se orientam pelo entendimento majoritário e mais difundido. Ademais, a expressão "reduzindo-se esse intervalo para 6 meses" é clara e tecnicamente adequada, pois se refere ao tempo de tentativas antes do início da investigação, não havendo confusão semântica relevante entre investigação e tratamento, especialmente no contexto do enunciado, que trata explicitamente de critérios para avaliação da infertilidade. Não há imprecisão, lacuna conceitual ou ambiguidade capaz de invalidar a assertiva, mas apenas tentativa de relativização indevida de um critério amplamente aceito. Assim, estando corretas as afirmativas I, II e III, mantém-se o gabarito originalmente divulgado.</p> <p>https://portaldeboaspáticas.iff.fiocruz.br/atencao-mulher/principais-questoes-sobre-quando-a-demanda-e-alcançar-a-gravidez/ Diante dos argumentos apresentados pela banca,</p> <p>RECURSO INDEFERIDO.</p>
Enfermeiro - questão 13	<p>Questão:</p> <p>A assistência à saúde da mulher envolve ações fundamentais relacionadas à gravidez, contracepção, pré-natal, infertilidade e puerpério, visando cuidado integral, seguro e baseado em evidências. Considerando esse contexto, analise as afirmativas a seguir.</p> <p>I.No pré-natal, recomenda-se iniciar o uso diário de ácido fólico ainda no período pré-concepcional, com o objetivo de reduzir o risco de defeitos do tubo neural, mantendo-se sua suplementação pelo menos até o fim do primeiro trimestre.</p> <p>II.No puerpério imediato, a amamentação em livre demanda contribui para redução do sangramento uterino, pois estimula liberação de ocitocina, favorecendo a involução uterina.</p> <p>III.Na avaliação de infertilidade, considera-se investigação para o casal quando não há concepção após 12 meses de tentativas regulares sem uso de contraceptivos, reduzindo-se esse intervalo para 6 meses quando a mulher tem 35 anos ou mais.</p> <p>Está correto o que se afirma em:</p> <p>(A) I e III apenas. (B) II apenas. (C) I, II e III. (D) I e II apenas.</p> <p>Recurso:</p> <p>A afirmação I está parcialmente correta, onde cita: "No pré-natal, recomenda-se iniciar o uso DIÁRIO de ácido fólico ainda no período pré-concepcional, com o objetivo de reduzir o risco de defeitos do tubo neural, mantendo-se sua suplementação pelo menos até o fim do primeiro trimestre". O ácido fólico realmente deve ser iniciado no período pré-concepcional e mantido até o final do primeiro trimestre para prevenir defeitos do tubo neural. Porém, a recomendação não é necessariamente de uso "diário" em todos os casos, pois a frequência depende da dose utilizada: Dose padrão (400 mcg / 0,4 mg): uso diário; Doses maiores (5 mg): geralmente</p>

	<p>indicadas para grupos de risco (diabetes, anemia megaloblástica por deficiência de folato, uso de anticonvulsivantes, obesidade, história prévia de DTN etc.) — e podem ter esquemas diferenciados, definidos pelo médico, podendo ser: diário, em dias alternados, ou conforme protocolo específico. Portanto, o correto é dizer que o ácido fólico deve ser suplementado conforme dose prescrita, e a periodicidade varia conforme a miligramagem e risco materno. Seria considerada correta se fosse descrita dessa forma: No pré-natal, recomenda-se iniciar o uso de ácido fólico ainda no período pré-concepcional para reduzir o risco de defeitos do tubo neural. Embora a suplementação seja frequentemente diária na dose padrão de 400 µg, a periodicidade pode variar conforme a miligramagem e as necessidades individuais, devendo seguir a prescrição e os protocolos clínicos.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o pedido busca descharacterizar a afirmativa I ao alegar que a recomendação de uso diário de ácido fólico não seria universal, em razão de variações de dose e esquemas terapêuticos em grupos específicos; contudo, tal argumentação não procede. A afirmativa I está tecnicamente correta e alinhada às diretrizes nacionais e internacionais de atenção pré-natal ao afirmar que se recomenda o uso diário de ácido fólico no período pré-concepcional e sua manutenção até, pelo menos, o final do primeiro trimestre, com o objetivo de reduzir o risco de defeitos do tubo neural. O termo “uso diário” refere-se à recomendação padrão populacional, amplamente adotada como conduta de rotina, especialmente na dose de 400 µg, que constitui a base das políticas públicas de saúde materno-infantil. A existência de esquemas diferenciados para grupos de risco, sob prescrição médica específica, não invalida nem relativiza a correção da afirmação, pois exceções clínicas não afastam a regra geral utilizada em avaliações objetivas. Ademais, a própria fundamentação do recorrente reconhece que a suplementação diária é a conduta habitual na dose padrão, o que confirma a exatidão do enunciado. Não há erro conceitual, impropriedade técnica ou ambiguidade, mas apenas tentativa de introduzir casuística clínica individual em uma questão que avalia conhecimento normativo e diretrizes gerais de saúde da mulher. Assim, permanecem corretas as afirmativas I, II e III, devendo ser mantido o gabarito originalmente divulgado. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Enfermeiro questão 13	<p>Questão:</p> <p>A assistência à saúde da mulher envolve ações fundamentais relacionadas à gravidez, contracepção, pré-natal, infertilidade e puerpério, visando cuidado integral, seguro e baseado em evidências. Considerando esse contexto, analise as afirmativas a seguir.</p> <p>I.No pré-natal, recomenda-se iniciar o uso diário de ácido fólico ainda no período pré-concepcional, com o objetivo de reduzir o risco de defeitos do tubo neural, mantendo-se sua suplementação pelo menos até o fim do primeiro trimestre.</p> <p>II.No puerpério imediato, a amamentação em livre demanda contribui para redução do sangramento uterino, pois estimula liberação de ocitocina, favorecendo a involução uterina.</p> <p>III.Na avaliação de infertilidade, considera-se investigação para o casal quando não há concepção após 12 meses de tentativas regulares sem uso de contraceptivos, reduzindo-se esse intervalo para 6 meses quando a mulher tem 35 anos ou mais.</p> <p>Está correto o que se afirma em:</p> <p>(A) I e III apenas. (B) II apenas. (C) I, II e III. (D) I e II apenas.</p> <p>Recurso:</p> <p>Olá, venho respeitosamente direcionar este recurso. Sobre a Questão 13, especificamente a afirmativa III, transcrita a seguir: “III. Na avaliação de infertilidade, considera-se investigação para o casal quando não há concepção após 12 meses de tentativas regulares sem uso de contraceptivos, reduzindo-se esse intervalo para 6 meses quando a mulher tem 35 anos ou mais.” Considero essa afirmativa falsa, pois a informação apresentada não corresponde ao que está descrito nas fontes oficiais utilizadas pelo SUS, que são as referências adotadas em concursos públicos. De acordo com o Ministério da</p>

	<p>Saúde e com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a definição oficial de infertilidade permanece sendo a ausência de gestação após 12 meses de relações sexuais regulares sem contraceptivos. Essa definição é clara, direta e não apresenta exceção baseada na idade da mulher. ? OMS – Diretriz Global de Infertilidade (2025): https://www.who.int/news/item/28-11-2025-who-issues-first-global-guideline-on-infertility ? Ministério da Saúde – Política Nacional de Atenção em Reprodução Humana Assistida: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt0426_22_03_2005.html A orientação de investigar infertilidade após 6 meses quando a mulher tem 35 anos ou mais realmente existe, porém aparece somente em consensos de sociedades privadas de reprodução humana, como ASRM e SBRH. São recomendações clínicas voltadas ao atendimento especializado, mas não fazem parte das diretrizes oficiais brasileiras, não constam nos documentos do Ministério da Saúde e não estão incluídas nas políticas públicas do SUS. Por isso, essa recomendação dos 6 meses não pode ser tratada como regra oficial, principalmente em uma avaliação de concurso público, que precisa seguir conteúdos normativos e fontes oficiais. Diante do exposto, a afirmativa III deve ser considerada incorreta dentro do contexto do edital, o que leva à anulação da questão ou à correção da alternativa para letra D (I e II apenas). Ressalto que não havia local disponível no sistema para anexar os documentos em PDF, por isso deixo registrados os links oficiais das fontes utilizadas.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o pedido sustenta que a afirmativa III seria incorreta por não constar, de forma literal, na definição geral de infertilidade adotada pela Organização Mundial da Saúde e pelo Ministério da Saúde, os quais conceituam infertilidade como a ausência de gestação após 12 meses de relações性 regulares sem contracepção; contudo, tal argumentação decorre de confusão entre conceito epidemiológico de infertilidade e critérios clínicos para início da investigação, que são dimensões distintas e complementares na prática em saúde. A afirmativa III não redefine infertilidade, mas trata expressamente do momento indicado para iniciar a investigação clínica do casal, o que está plenamente alinhado às diretrizes técnicas adotadas no âmbito do SUS e da atenção à saúde da mulher. O próprio Ministério da Saúde, por meio de materiais técnicos e do Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher da Fiocruz/IFF — instituição oficial vinculada ao SUS — orienta que a investigação da infertilidade seja iniciada após 12 meses de tentativas em mulheres com menos de 35 anos, reduzindo-se esse intervalo para 6 meses quando a mulher tem 35 anos ou mais, em razão da diminuição da reserva ovariana e do impacto da idade sobre a fertilidade. Assim, ainda que a OMS mantenha a definição epidemiológica de infertilidade em 12 meses, isso não exclui, nem contradiz, a recomendação amplamente adotada na prática assistencial de antecipar a investigação em mulheres a partir dos 35 anos, diretriz esta reconhecida e incorporada por documentos técnicos utilizados no SUS. Não procede, portanto, a alegação de que tal orientação seria restrita a sociedades privadas ou alheia às políticas públicas brasileiras, pois encontra respaldo em fontes oficiais de referência nacional. Ademais, a afirmativa III está redigida de forma clara, precisa e tecnicamente correta ao empregar a expressão “reduzindo-se esse intervalo”, deixando inequívoco que se trata do tempo de tentativas antes do início da investigação, e não de redefinição do conceito de infertilidade. Assim, estando corretas as afirmativas I, II e III, mantém-se o gabarito originalmente divulgado, inexistindo erro conceitual, afronta ao edital ou inadequação às diretrizes oficiais. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Enfermeiro - questão 14	<p>Questão:</p> <p>A prevenção, detecção precoce e manejo da neoplasia do colo do útero constituem ações estratégicas na saúde da mulher, integrando políticas nacionais baseadas em evidências epidemiológicas e diretrizes clínicas. O rastreamento adequado, a compreensão da história natural da infecção pelo HPV e o seguimento das lesões precursoras são fundamentais para reduzir morbimortalidade. Considerando as recomendações do Ministério da Saúde e de organismos internacionais sobre neoplasia de colo uterino, analise as afirmativas a seguir e identifique a correta.</p> <p>(A) O teste citopatológico deve ser realizado em mulheres de 25 a 64 anos, com repetição</p>

após 3 anos quando dois exames anuais consecutivos apresentarem resultados normais.

(B) O tratamento imediato de qualquer lesão de baixo grau é recomendado para evitar progressão rápida para carcinoma invasivo, uma vez que lesões LSIL raramente regredem espontaneamente.

(C) A infecção pelo HPV é considerada condição necessária e suficiente para o desenvolvimento imediato de carcinoma invasivo, motivo pelo qual toda infecção detectada deve ser tratada como lesão precursora.

(D) O rastreamento do câncer do colo do útero deve ser iniciado logo após o início da vida sexual, independentemente da idade, pois as lesões de alto grau são altamente prevalentes na adolescência.

Recurso:

Tema,Rastreamento e Prevenção do Câncer de Colo do Útero Gabarito Preliminar,A Pedido,Anulação da Questão Fundamentação,"O gabarito oficial é a alternativa (A): ""O teste citopatológico deve ser realizado em mulheres de 25 a 64 anos, com repetição após 3 anos quando dois exames anuais consecutivos apresentarem resultados normais."" Análise da Redação da Alternativa (A): A frase ""com repetição após 3 anos quando dois exames anuais consecutivos apresentarem resultados normais"" é protocolarmente correta, mas sintaticamente confusa. O protocolo correto é: iniciar aos 25 anos; repetir após 1 ano; se ambos normais, o rastreamento passa a ser trienal. Ambiguidade na Redação: A expressão ""dois exames anuais consecutivos"" poderia ser interpretada como a exigência de dois anos de exames anuais após o primeiro (totalizando 3), o que conflita com a norma de que a trienalidade começa após o segundo exame (anual) estar normal. Vício de Formulação: Em uma questão de alta complexidade que testa a memória protocolar, a clareza e a precisão da redação são cruciais. A formulação ambígua da alternativa (A) compromete a sua validade como única resposta correta, especialmente considerando que as demais alternativas não estão formalmente corretas. Conclusão: Devido à redação confusa e sintaticamente questionável da alternativa (A), que dificulta a interpretação precisa do protocolo de trienalidade, solicita-se a anulação da Questão 14."

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o pedido de anulação baseia-se na alegação de suposta ambiguidade sintática na alternativa que descreve o protocolo de rastreamento do câncer do colo do útero; contudo, a redação apresentada está tecnicamente correta, clara e fiel às diretrizes do Ministério da Saúde. A alternativa afirma que o teste citopatológico deve ser realizado em mulheres de 25 a 64 anos, com repetição após 3 anos quando dois exames anuais consecutivos apresentarem resultados normais, o que corresponde exatamente ao protocolo oficial, segundo o qual o exame é realizado anualmente no início do rastreamento e, após dois resultados anuais normais consecutivos, passa a ter periodicidade trienal. A expressão "dois exames anuais consecutivos" não induz à interpretação de três anos de exames anuais, mas descreve corretamente dois exames realizados em intervalos anuais sucessivos, condição necessária para a adoção do intervalo de três anos. Trata-se de construção linguística usual e suficientemente precisa para provas objetivas, não havendo vício de formulação ou dificuldade interpretativa plausível para o candidato médio. As demais alternativas, por sua vez, apresentam erros conceituais evidentes ao recomendar tratamento imediato de lesões de baixo grau, ao atribuir caráter suficiente à infecção pelo HPV para carcinoma invasivo ou ao indicar início do rastreamento logo após o início da vida sexual, contrariando frontalmente as diretrizes nacionais e internacionais. Assim, inexiste ambiguidade relevante, erro material ou afronta às recomendações oficiais, devendo ser mantido o gabarito originalmente divulgado. Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO**.

Enfermeiro - questão 16

Questão:

O processamento de artigos e superfícies envolve etapas padronizadas para garantir a segurança do paciente, prevenir infecções e manter a integridade dos materiais utilizados na assistência. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(_)A limpeza é etapa indispensável antes da desinfecção ou esterilização, pois a presença de matéria orgânica reduz a eficácia dos agentes químicos e térmicos.

(_) A desinfecção de alto nível é suficiente para artigos semicríticos, como endoscópios flexíveis, desde que realizada conforme protocolo validado.
 (_) A esterilização por vapor saturado sob pressão é método contraindicado para qualquer material termossensível, devendo ser substituído por óxido de etileno ou peróxido de hidrogênio.
 (_) As superfícies de grande contato, como grades de camas e mesas de cabeceira, devem ser higienizadas rotineiramente, pois funcionam como reservatório microbiano importante para transmissão cruzada.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

(A) V, F, F, F.
 (B) F, F, V, V.
 (C) V, V, F, V.
 (D) V, V, V, V.

Recurso:

Olá, venho apresentar recurso referente à Questão 16, cujo gabarito oficial indica a alternativa C. Solicito a reavaliação, pois considero que a alternativa D (V, V, V, V) é correta. Item III: “A esterilização por vapor saturado sob pressão é método contraindicado para qualquer material termossensível, devendo ser substituído por óxido de etileno ou peróxido de hidrogênio.”. A redação do item III gera ambiguidade, pois a palavra “qualquer” sugere proibição absoluta do uso de autoclave. Segundo a RDC 15/2012 da ANVISA, o reprocessamento de produtos para saúde deve ser feito de acordo com a compatibilidade do material com o método de esterilização, seguindo protocolos validados que garantam segurança do paciente e integridade do produto. Materiais termossensíveis, por definição, podem ser danificados por calor ou umidade, e as boas práticas indicam que métodos alternativos (como óxido de etileno ou peróxido de hidrogênio) são preferíveis para preservar sua funcionalidade. Assim, o item III reflete corretamente a prática de segurança e biossegurança.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o pedido pretende considerar correta a assertiva que afirma ser a esterilização por vapor saturado sob pressão “contraindicada para qualquer material termossensível”, argumento que não se sustenta técnica nem normativamente. A assertiva III foi corretamente classificada como falsa justamente por empregar a expressão absoluta “qualquer”, a qual não encontra respaldo na RDC nº 15/2012 da ANVISA nem nas diretrizes de processamento de produtos para saúde. A norma é clara ao estabelecer que a escolha do método de esterilização deve observar a compatibilidade do material com o processo, e não uma vedação genérica ao vapor sob pressão. Existem materiais considerados termossensíveis em determinado grau que podem, sim, ser submetidos à esterilização a vapor em ciclos específicos e validados pelo fabricante, enquanto outros exigirão métodos de baixa temperatura, como óxido de etileno ou peróxido de hidrogênio. Assim, não é correto afirmar que a esterilização a vapor seja sempre contraindicada para todo e qualquer material termossensível, pois a contraindicação depende da composição, do projeto do produto e das instruções de reprocessamento. O próprio argumento do recorrente confirma essa lógica ao mencionar a necessidade de compatibilidade e validação, o que contradiz a afirmação absoluta contida no item. As demais assertivas estão corretamente classificadas: a limpeza é etapa indispensável antes da desinfecção ou esterilização; a desinfecção de alto nível é adequada para artigos semicríticos, como endoscópios flexíveis, quando realizada conforme protocolo validado; e superfícies de alto contato devem ser higienizadas rotineiramente por seu papel na transmissão cruzada. Dessa forma, a sequência correta permanece sendo aquela que indica verdadeiro, verdadeiro, falso e verdadeiro, inexistindo ambiguidade ou erro material na questão. Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO**.

Enfermeiro - questão 17

Questão:

Durante uma atividade educativa em uma Unidade Básica de Saúde, um enfermeiro discute com a equipe a importância de compreender o processo saúde-doença para qualificar o planejamento das ações de cuidado. Sobre os principais modelos explicativos

utilizados na saúde coletiva, analise as afirmativas a seguir.

I.O processo saúde-doença é determinado por fatores biológicos, sendo os determinantes sociais considerados elementos secundários que apenas modulam a progressão das doenças.

II.A determinação social da saúde entende que as desigualdades em saúde decorrem de condições estruturais da sociedade, como trabalho, renda, educação e moradia, influenciando desigualmente o risco de adoecimento entre diferentes grupos populacionais.

III.As práticas de saúde orientadas pelo modelo biopsicossocial compreendem que o processo saúde-doença envolve interações entre fatores biológicos, psicológicos e sociais, rejeitando explicações reducionistas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III apenas.
- (D) II e III apenas.

Recurso:

Tema,Saúde Coletiva / Modelos Explicativos Gabarito Preliminar,"D (F, V, V)" Pedido,Anulação da Questão Fundamentação,"O recurso visa a primeira afirmativa, classificada como Falsa pelo gabarito: ""O processo saúde-doença é determinado por fatores biológicos, sendo os determinantes sociais considerados elementos secundários que apenas modulam a progressão das doenças.""
Ambiguidade do Enunciado: O enunciado solicita o julgamento das afirmativas sobre os ""principais modelos explicativos do processo saúde-doença"". Existem historicamente três modelos principais: o Biomédico (foco no agente biológico), o Multicausal e o da Determinação Social. Fundamento para o Recurso: A afirmativa I descreve perfeitamente o Modelo Biomédico, que, por décadas, foi o modelo dominante e ainda é uma das perspectivas explicativas utilizadas na saúde. O modelo biomédico de fato coloca os fatores biológicos como primários e ignora ou relega os fatores sociais a um papel secundário. Portanto, se a questão pede sobre ""modelos explicativos"", a afirmativa I é uma descrição verdadeira de um modelo existente. A banca, ao classificá-la como Falsa, demonstra que esperava a visão ideológica e epistemológica adotada pela Saúde Coletiva, e não uma descrição dos modelos. Vício de Formulação: A não distinção clara entre ""modelos existentes"" (descrição) e ""modelo hegemônico ou preconizado"" (visão) configura um vício de formulação. A afirmativa I deve ser considerada Verdadeira por descrever corretamente o Modelo Biomédico, que é um dos modelos explicativos. Conclusão: A ambiguidade do enunciado, que pode levar o candidato a interpretar a afirmativa I como uma descrição de um modelo existente, e não como a visão idealizada, compromete a validade da questão. Solicita-se a anulação da Questão 17."

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o pedido de anulação sustenta que a afirmativa I deveria ser considerada verdadeira por descrever o modelo biomédico clássico; contudo, tal interpretação não se coaduna com o comando da questão nem com a forma como as afirmativas foram estruturadas. O enunciado solicita a análise de proposições sobre os principais modelos explicativos do processo saúde-doença, exigindo do candidato o julgamento da correção conceitual das afirmações apresentadas, e não o reconhecimento histórico da existência de determinados modelos. A afirmativa I está redigida como uma afirmação categórica sobre a determinação do processo saúde-doença, ao sustentar que este é determinado por fatores biológicos e que os determinantes sociais seriam meramente secundários, o que é conceitualmente incorreto à luz da Saúde Coletiva contemporânea e dos modelos explicativos atualmente adotados, razão pela qual foi corretamente julgada falsa. Caso a intenção fosse descrever criticamente o modelo biomédico enquanto construção histórica, isso deveria estar explicitado no texto, o que não ocorre. As afirmativas II e III, por sua vez, estão corretamente formuladas ao expressar, respectivamente, o modelo da determinação social da saúde e o modelo biopsicossocial, ambos reconhecidos e valorizados nas políticas públicas e na prática da saúde coletiva. Não há ambiguidade no enunciado nem confusão entre descrição histórica e validade conceitual, mas apenas uma tentativa do recorrente de

atribuir sentido diverso ao texto da afirmativa para afastar sua incorreção. Assim, permanece correta a alternativa que reconhece como verdadeiras apenas as afirmativas II e III, inexistindo vício de formulação ou motivo para anulação da questão. Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Enfermeiro - questão 25	<p>Questão: Considerando o excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir, com base nos recursos de significação empregados na construção do texto. Assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta acerca dos sentidos das palavras e expressões empregadas.</p> <p>(A) O uso da palavra "respeitado", no trecho "Sebastião passou a ser muito respeitado", possui sentido denotativo, equivalente a "obedecido", e indica que a autoridade de Sebastião advinha de uma função institucional oficialmente reconhecida.</p> <p>(B) A expressão "sem se importar com o movimento de uns pescadores" exprime ironia sutil, conferindo à ação das gaivotas um juízo de valor negativo, aproximando-as de um comportamento passivo e disfuncional diante da rotina laboriosa dos humanos.</p> <p>(C) A palavra "mar" tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.</p> <p>(D) A expressão "brisa velha conhecida dos moradores" apresenta sentido denotativo, ao aludir à recorrência de um fenômeno climático típico da vila, com vocabulário técnico e referencial que reforça o tom realista da ambientação.</p> <p>Recurso: Tema, Interpretação Textual / Sentido Conotativo e Denotativo Gabarito Preliminar, C Pedido, Anulação da Questão Fundamentação. "A questão solicita a alternativa que melhor expressa uma ideia presente no texto. Sem o texto integral da alternativa (A) marcada pelo candidato para comparação (apenas a análise da banca foi fornecida: ""(A) está incorreta porque o respeito a Sebastião vem de seus feitos e mitos, não de uma função institucional 'obedecida.'""), o recurso é baseado na subjetividade da interpretação. Ambiguidade da Alternativa Correta (C): Em questões de interpretação, quando há uma alternativa ""correta"" que não é a marcada pelo candidato, e a diferença se baseia em nuances de sentido (""feitos e mitos"" vs. ""função institucional"""), a banca está testando a subjetividade. Princípio da Clássica Ambiguidade: Em Língua Portuguesa, as relações de sentido e as intenções textuais muitas vezes não são expressas por apenas uma alternativa. Se a alternativa (A) capta um aspecto relevante do texto, enquanto a (C) capta outro, a questão carece de um único gabarito inequívoco. O respeito a Sebastião, como figura mítica, é um tema central, e a interpretação de qual alternativa melhor o sintetiza é passível de diferentes leituras válidas. Conclusão: Devido à alta subjetividade inerente a questões de interpretação que se baseiam em nuances textuais e à dificuldade de provar a incorreção absoluta da alternativa marcada pelo candidato (A), solicita-se a anulação da Questão 25."</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:</p>

Alternativa — CORRETA

“A palavra ‘mar’ tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.”

Interpretação adequada.

Embora o mar exista concretamente na paisagem da vila, seu valor no texto ultrapassa o sentido puramente denotativo. Ele se articula a:

uma comunidade de pescadores;

uma tradição açoriana;

um personagem envolto em narrativas míticas e sobrenaturais (a viagem com as bruxas até a África).

Nesse contexto, o mar funciona simbolicamente como:

espaço de travessia;

elo entre o real e o mítico;

marca de ancestralidade e permanência histórica.

Portanto, há conotação, pois o mar participa da construção simbólica do universo narrativo e do estatuto quase lendário de Sebastião.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘sem se importar com o movimento de uns pescadores’ exprime ironia sutil...”

Leitura interpretativa forçada.

A expressão não carrega ironia nem juízo de valor negativo. O narrador apenas descreve:

a tranquilidade das gaivotas,

a natural convivência entre homens e animais.

O efeito de sentido é de harmonia e familiaridade, não de crítica ou ironia. As gaivotas não são caracterizadas como “disfuncionais”, mas como parte orgânica da paisagem cotidiana.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘brisa velha conhecida dos moradores’ apresenta sentido denotativo, com vocabulário técnico e referencial...”

Erro conceitual.

	<p>A expressão é claramente conotativa:</p> <p>“brisa velha” não é termo técnico nem meteorológico;</p> <p>o adjetivo “velha” humaniza o fenômeno natural, sugerindo memória, familiaridade e pertencimento.</p> <p>O efeito de sentido é afetivo e poético, reforçando o vínculo dos moradores com o espaço vivido, e não um tom técnico ou estritamente realista.</p> <p>Alternativa — INCORRETA</p> <p>“O uso da palavra ‘respeitado’ possui sentido denotativo, equivalente a ‘obedecido’, e indica autoridade institucional.”</p> <p>Interpretação equivocada.</p> <p>No texto:</p> <p>“respeitado” não equivale a “obedecido”;</p> <p>o respeito não decorre de cargo institucional, mas de:</p> <p>um episódio lendário,</p> <p>da tradição oral,</p> <p>do imaginário coletivo da comunidade.</p> <p>O termo assume um valor sociocultural e simbólico, ligado ao prestígio informal e à aura mítica de Sebastião, e não a uma autoridade oficial.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Enfermeiro questão 29	<p>Questão: À luz dos mecanismos de construção de sentido e da organização textual presentes no excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir:</p> <p>I.O contraste entre o cotidiano local e o evento internacional evidencia um recurso irônico que minimiza, propositalmente, o impacto global do ocorrido nos Estados Unidos, em prol da valorização de um microcosmo cultural.</p> <p>II.A caracterização de Sebastião Batista não apenas reafirma a tradição oral como também projeta uma figura mítica, cuja autoridade comunitária transcende a racionalidade e se ancora no simbólico e na ancestralidade.</p> <p>III.A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida e representada no texto demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens frente ao mundo exterior.</p> <p>É correto o que se afirma em:</p> <p>(A) II e III, apenas. (B) I e III, apenas. (C) I e II, apenas. (D) I, II e III.</p> <p>Recurso: Tema,Interpretação Textual / Análise do Discurso Gabarito Preliminar,C (I e II apenas)</p>

Pedido, Anulação da Questão Fundamentação, "O recurso foca na terceira afirmativa, classificada como Falsa pelo gabarito: ""O narrador julga negativamente a 'ignorância', apresentada como um obstáculo à expansão do conhecimento." Subjetividade Extrema: A avaliação da intenção do narrador (""julga negativamente"") é uma tarefa inherentemente subjetiva, especialmente em textos literários/interpretativos. Enquanto é verdade que o narrador exalta o foco na localidade e a simplicidade da vida, a menção de que "o resto do mundo só entra para eles como uma vaga e incerta paisagem" não é totalmente desprovida de uma crítica sutil. Argumento Discursivo: Embora a valorização da simplicidade seja clara, a limitação do horizonte de conhecimento (a 'ignorância') é vista pela perspectiva do narrador como um estado de restrição, mesmo que românticamente retratado. O ato de rotular a ignorância como ""obstáculo"" (como sugere a afirmativa) é uma interpretação plausível da limitação imposta por essa condição. Vício Metodológico: Questões que dependem da atribuição de um sentimento ou julgamento (""julga negativamente"") a um narrador, sem base em elementos textuais inequívocos, ferem o princípio da objetividade. A subjetividade permite que a afirmativa III seja considerada verdadeira por uma linha de interpretação válida, enquanto é considerada falsa por outra, invalidando o critério de escolha única. Conclusão: Devido à alta subjetividade e à validade de diferentes interpretações sobre a intenção do narrador na Afirmativa III, solicita-se a anulação da Questão 29."

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Proposição I — VERDADEIRA

"O contraste entre o cotidiano local e o evento internacional evidencia um recurso irônico..."

Análise:

O texto constrói deliberadamente um contraste entre:

o microcosmo da vila (rotina, tradição, mar, gaivotas, motor da baleeira);

e o macroevento histórico global (o atentado de 11 de setembro).

A resposta de Sebastião — "Isso não é cum nós, cumpade. Nós lá avoemo?!" — produz um efeito irônico-discursivo, não no sentido de zombaria, mas de deslocamento de relevância: o evento mundial é narrativamente minimizado, enquanto o universo local é valorizado.

Trata-se de uma ironia estrutural e temática, que reforça a centralidade da cultura local e da experiência comunitária frente ao acontecimento global.

Proposição correta.

Proposição II — VERDADEIRA

"A caracterização de Sebastião Batista não apenas reafirma a tradição oral como também projeta uma figura mítica..."

Análise:
Sebastião é construído como uma figura que:
transita entre o real (pescador, construtor da igreja, organizador das novenas);
e o mítico (viagem com bruxas à África, respeito adquirido por evento sobrenatural).

Sua autoridade:
não é institucional,
nem racional-científica,
mas simbólica, ancorada na ancestralidade, na tradição oral e no imaginário coletivo.

Esse tipo de personagem corresponde à figura do sábio popular / ancião mítico, comum em narrativas que articulam identidade cultural e memória comunitária.

Proposição correta.

Proposição III — FALSA

“A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida (...) demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens...”

Análise:
Não há, no texto, marcas linguísticas de julgamento explícito ou implícito do narrador.
A representação da fala popular:
ocorre por meio da variação linguística intencional (“Dois avião dirrubaro uns adifício”);
cumpre função verossímil e caracterizadora, não depreciativa.

O narrador mantém uma postura:
descritiva e distanciada,
sem adjetivações avaliativas,
sem ironia direcionada aos personagens como “ignorantes”.

O possível estranhamento é produzido no leitor, não pelo julgamento do narrador.

Proposição incorreta.

Conclusão

Estão corretas apenas as proposições I e II.

Dante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Enfermeiro - questão 31	<p>Questão: Um terreno retangular será dividido para a construção de um pequeno estacionamento. O comprimento mede 28 m, e a largura, 15 m. Em uma das extremidades, será reservado um triângulo retângulo de catetos 12 m e 5 m para área de descanso e o restante será para os carros estacionarem. Qual será a área (A) destinada especificamente ao estacionamento? (A) A = 350 m². (B) A = 390 m². (C) A = 400 m². (D) A = 366 m².</p> <p>Recurso: Tema, Geometria Plana / Cálculo de Área Gabarito Preliminar, B Pedido, Anulação da Questão Fundamentação, "A questão solicita o cálculo da área de um estacionamento (área restante) a partir de um pátio retangular, após a remoção de uma área de descanso triangular. O problema é estritamente geométrico. Omissão Crucial: A questão não apresenta um diagrama ou figura geométrica para ilustrar a disposição do pátio e da área de descanso. Em problemas de geometria, a localização e a relação espacial entre as figuras são dados essenciais. Sem um diagrama, o candidato é forçado a presumir que o triângulo está contido integralmente no retângulo, e que as dimensões dadas (base de 12m e altura de 5m) se encaixam de forma consistente dentro dos limites do pátio (28m x 15m). Falta de Clarezza: A ausência de representação gráfica viola o princípio de clarezza e suficiência de dados para a resolução inequívoca do problema, pois permite múltiplas interpretações sobre o layout. O cálculo da área ($420 \text{ m}^2 - 30 \text{ m}^2 = 390 \text{ m}^2$) depende de uma presunção não garantida pelo enunciado. Conclusão: A formulação da questão é falha por ausência de um elemento gráfico essencial para a sua resolução precisa, tornando-a ambígua e sujeita a interpretações. Desta forma, solicita-se a anulação da Questão 31."</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O enunciado descreve de forma clara um terreno retangular com comprimento de 28 m e largura de 15 m, no qual uma parte específica será reservada para área de descanso, em formato de triângulo retângulo com catetos de 12 m e 5 m, sendo tudo o restante da área destinado ao estacionamento. Não há qualquer indicação de divisão do terreno em partes iguais, mas sim de subtração de uma área específica do total.</p> <p>A resolução correta é direta:</p> <p>– Área total do terreno: $28 \times 15 = 420 \text{ m}^2$.</p> <p>– Área do triângulo reservado: $(12 \times 5) / 2 = 30 \text{ m}^2$.</p>

	<p>– Área destinada ao estacionamento: $420 - 30 = 390 \text{ m}^2$.</p> <p>Portanto, a alternativa que esta banca deu como correta é a única compatível com o cálculo correto.</p> <p>Quanto à alegação de ambiguidade, observa-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a expressão “será reservado um triângulo” indica claramente a retirada de uma parte da área, e não uma divisão proporcional do terreno; – a posição do triângulo é irrelevante para o cálculo da área, pois sua área depende apenas das medidas dos catetos; – a interpretação sugerida no recurso (divisão do terreno ao meio) não encontra respaldo no texto, tratando-se de leitura subjetiva e desconectada do enunciado. <p>Assim, não há impossibilidade de resolução nem dupla interpretação válida que justifique a anulação da questão.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Enfermeiro questão 33	<p>Questão: Em uma pequena gráfica, dois sócios investem valores distintos para adquirir uma nova máquina de impressão. Paulo aplica R\$ 18.000,00, enquanto Marina contribui com R\$ 27.000,00 para o investimento inicial. Após 10 meses de operação, o lucro total da máquina atinge R\$ 22.000,00. Considerando que a divisão deve seguir a proporção direta dos capitais e do tempo, determine quanto Marina receberá ao final do período. (A) Marina receberá R\$ 12.900,00. (B) Marina receberá R\$ 11.500,00. (C) Marina receberá R\$ 13.200,00. (D) Marina receberá R\$ 14.000,00.</p> <p>Recurso: Tema,Matemática Financeira / Divisão Proporcional Gabarito Preliminar,C Pedido,Anulação da Questão Fundamentação,"A questão trata da divisão de lucros entre sócias. Em Matemática Financeira e Contabilidade, a divisão de lucros em sociedades de capital deve ser realizada de forma proporcional composta, ou seja, em proporção ao capital investido e ao tempo que esse capital permaneceu investido na sociedade. Omissão Crucial: O enunciado informa apenas o valor do capital investido por cada sócia (R\$ 18.000,00 e R\$ 27.000,00), mas omite o período de tempo em que cada valor foi integralizado ou permaneceu no negócio. Vício de Formulação: Ao não fornecer a variável tempo, o examinador força o candidato a assumir, de forma simplificada, que o tempo foi idêntico para ambas (divisão proporcional simples), o que é uma presunção inaceitável em uma questão de alto nível. A falta do dado sobre o tempo de investimento torna a formulação da questão incompleta e tecnicamente falha para uma solução inequívoca e precisa, ferindo o princípio da suficiência dos dados. Conclusão: A omissão do fator tempo invalida a possibilidade de aplicação correta dos princípios de divisão proporcional, ensejando a anulação da Questão 33."</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão informa que Paulo e Marina realizaram o investimento inicial para aquisição da máquina e que após 10 meses de operação foi apurado o lucro total. O enunciado é</p>

claro ao indicar que o lucro deve ser dividido **em proporção direta dos capitais e do tempo**, sendo que **o tempo de permanência do capital é o mesmo para ambos os sócios**, pois o investimento foi feito para a compra da máquina no início da operação e o lucro foi apurado ao final de um mesmo período de 10 meses.

Assim, **não há omissão do fator tempo**, uma vez que ele é **idêntico para os dois investidores**, o que permite sua simplificação no cálculo, reduzindo a divisão proporcional composta a uma **divisão proporcional simples entre os capitais investidos**, procedimento matematicamente correto e usual.

Cálculo da divisão do lucro:

Capital total investido:

$$18.000 + 27.000 = 45.000.$$

Proporção do capital de Marina:

$$27.000 / 45.000 = 3/5 = 0,6.$$

Lucro total: R\$ 22.000,00.

Parcela de Marina:

$$0,6 \times 22.000 = \mathbf{R\$ 13.200,00}.$$

Portanto, a alternativa correta é a que foi dada por essa banca.

Quanto à alegação de vício de formulação, observa-se que:

- o tempo não foi omitido, mas explicitamente informado como comum às duas partes (“após 10 meses de operação”);
- não há necessidade de informar tempos distintos quando o próprio enunciado indica um período único e igual;
- a interpretação defendida no recurso cria uma exigência não prevista no texto e incompatível com a situação descrita.

Assim, a questão apresenta dados suficientes, coerentes e conduz a **uma única resposta correta**, não havendo violação aos princípios da objetividade ou da suficiência das informações.

Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO**.

**Enfermeiro
questão 34**

Questão:

Um produtor adquiriu um equipamento no valor de R\$9.000,00, a ser pago em 3 meses, com juros compostos de 4% ao mês, sem pagamentos intermediários. Analise as afirmativas e classifique-as como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () Após o primeiro mês, o valor devido passa a ser R\$9.360,00.
- () No segundo mês, o valor devido é inferior a R\$9.730,00.
- () Após três meses, o valor final devido supera R\$10.100,00.
- () O valor final pode ser calculado por meio da expressão $9.000 \times 1,043$.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- (A) V, V, F, V
- (B) V, F, V, V
- (C) V, V, V, F
- (D) F, V, V, F

Recurso:

Tema, Matemática Financeira / Juros Compostos Gabarito Preliminar,"B (V, F, V, V)" Pedido, Anulação da Questão Fundamentação,"O recurso visa a Afirmativa II, que é classificada como FALSA pelo gabarito oficial: "O saldo da aplicação, ao final do segundo mês, será inferior a R\$ 9.730,00." Cálculo Exato: O cálculo dos juros compostos com taxa

de 4% ao mês sobre R\$ 9.000,00 é: - Mês 1: $9.000,00 \times 1,04 = R\ 9.360,00$ - Mês 2: $9.360,00 \times 1,04 = R\ 9.734,40$. Análise da Discrepância: O valor exato (R\$ 9.734,40) é superior a R\$ 9.730,00, validando o FALSO da afirmativa II. No entanto, a diferença entre o valor calculado e o valor limite da alternativa é de apenas R\$ 4,40. Falha na Redação: Em provas de exatas, diferenças marginais tão pequenas introduzem um alto grau de incerteza, especialmente quando não há menção explícita a regras de arredondamento. O teste de conhecimento não deve se basear em diferenças infinitesimais que podem ser resultado de aproximações ou arredondamentos internos do candidato, mas sim em conceitos claros. A escolha de um valor limite (R\$ 9.730,00) tão próximo do resultado exato (R\$ 9.734,40) sugere uma má formulação da alternativa, que não desafia o conceito, mas sim a precisão numérica. Conclusão: A extrema proximidade do valor de corte, sem regras claras de arredondamento, compromete a validade da afirmativa II, ensejando a anulação da Questão 34."

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

A questão informa de modo expresso que o valor de R\$ 9.000,00 está sujeito a juros compostos de 4% ao mês, por 3 meses, sem pagamentos intermediários, o que conduz diretamente à aplicação da fórmula padrão de montante em juros compostos:

$$M = C \cdot (1 + i)^n.$$

Analisando as afirmativas:

I. Após o primeiro mês, o valor devido passa a ser R\$ 9.360,00.

Cálculo: $9.000 \times 1,04 = 9.360$.

Afirmativa VERDADEIRA.

II. No segundo mês, o valor devido é inferior a R\$ 9.730,00.

Cálculo: $9.360 \times 1,04 = 9.734,40$, valor superior a R\$ 9.730,00.

Afirmativa FALSA.

III. Após três meses, o valor final devido supera R\$ 10.100,00.

Cálculo correto, conforme a própria fórmula indicada no enunciado:

$$M = 9.000 \times (1,04)^3 = 9.000 \times 1,124864 = R\$ 10.123,78.$$

Como R\$ 10.123,78 é superior a R\$ 10.100,00, a afirmativa é VERDADEIRA.

A alegação recursal baseada em arredondamentos intermediários não invalida a assertiva, pois:

- o enunciado não autoriza arredondamentos prévios do fator de capitalização;
- em Matemática Financeira, o procedimento correto é calcular o fator completo e apenas ao final, se necessário, arredondar o resultado;
- arredondamentos intermediários são aproximações didáticas e não podem ser utilizados para refutar uma proposição objetiva, sobretudo quando o próprio texto exige o uso da expressão exata.

IV. O valor final pode ser calculado por meio da expressão $9.000 \times 1,04^3$.

A afirmativa é VERDADEIRA, pois essa é exatamente a fórmula correta para o cálculo do montante em juros compostos no período informado.

Portanto, a sequência correta é V, F, V, V.

Quanto à alegação de violação do princípio da objetividade, destaca-se que:

- a questão não exige escolha de método de arredondamento, mas aplicação direta da fórmula padrão;
- o uso de aproximações excessivas é opção do candidato e não pode prevalecer sobre o

	<p>cálculo matematicamente correto;</p> <p>– a afirmativa III não pede valor exato, mas apenas verifica se o montante supera determinado patamar, o que permanece verdadeiro mesmo sob aproximações razoáveis mais conservadoras.</p> <p>Dante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Enfermeiro - questão 35	<p>Questão: Uma máquina industrial produz 480 peças em 6 horas utilizando 4 operadores. Em outro dia, a equipe foi reduzida para 3 operadores e a produção precisou atingir 600 peças. Mantidas as características do processo, determine o tempo necessário para alcançar a nova meta.</p> <p>(A) O tempo necessário para a meta será de 11 horas. (B) O tempo necessário para a meta será de 9 horas. (C) O tempo necessário para a meta será de 10 horas. (D) O tempo necessário para a meta será de 12 horas.</p> <p>Recurso: Tema, Regra de Três Composta / Produtividade Gabarito Preliminar, C (10 horas) Pedido, Anulação da Questão Fundamentação, "A questão envolve o cálculo de tempo necessário para produzir um número maior de peças com um número diferente de operários. O cálculo pela regra de três composta (ou análise da produtividade) leva corretamente a 10 horas (Gabarito C). Presunção Não Declarada: A resolução correta depende da presunção de que a eficiência e a produtividade individual dos 3 novos operários são exatamente idênticas à dos 4 operários originais. Falha de Rigor Técnico: Em um cenário de concurso, onde se exige rigor técnico, a produtividade (peças/hora/operário) é um dado que, se não for explicitamente declarado como constante ou idêntico, não pode ser assumido de forma absoluta. A questão deveria ter estabelecido que ""os 3 operários têm a mesma capacidade de produção que os 4 originais"" ou que a ""taxa de produção individual é constante"". Incompletude da Informação: A omissão dessa informação de constância de eficiência torna a questão tecnicamente incompleta em seus pressupostos. Embora a convenção em Matemática seja assumir a constância, a falta de explicitação é uma falha na formulação do item. Conclusão: A necessidade de presumir a igualdade de eficiência e produtividade entre os grupos de operários, um dado não fornecido pelo enunciado, compromete a validade da Questão 35. Solicita-se, portanto, a anulação da questão."</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O enunciado informa expressamente que, no segundo cenário, foram "mantidas as características do processo", o que, em linguagem matemática e em questões de produtividade, significa que a taxa de produção individual permanece constante. Essa é uma premissa padrão e explícita, suficiente para a aplicação da regra de três composta, não havendo omissão de dados.</p> <p>Analisando a situação inicial:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Produção: 480 peças – Tempo: 6 horas – Operadores: 4 <p>Produtividade do processo:</p>

$480 \div (6 \times 4) = 20$ peças por hora por operador.

No novo cenário:

- Operadores: 3
- Meta de produção: 600 peças

Produção por hora com 3 operadores:

$$3 \times 20 = 60$$
 peças por hora.

Tempo necessário:

$$600 \div 60 = 10$$
 horas.

Portanto, a alternativa correta é a que foi dada por essa banca.

Quanto à alegação de presunção indevida, destaca-se que:

- a constância da produtividade está claramente indicada pela expressão “mantidas as características do processo”;
- não se trata de questão de engenharia ou gestão de pessoas, mas de raciocínio matemático proporcional, no qual essa hipótese é convencional e amplamente aceita;
- exigir a explicitação literal de “produtividade individual constante” tornaria inviável a formulação de praticamente todas as questões clássicas de regra de três composta.

Assim, não há falha de rigor técnico nem incompletude de informações, mas apenas aplicação correta de um pressuposto matemático padrão, compatível com o nível e o conteúdo da prova.

Dante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Engenheiro Agrônomo - questão 6	<p>Questão: O Controle Biológico de pragas é uma estratégia fundamental no Manejo Integrado. Sobre os agentes de controle biológico, analise as afirmativas. I.Parasitoides são agentes que depositam seus ovos sobre ou dentro da praga, e suas larvas se alimentam do hospedeiro, matando-o. II.Predadores são organismos de vida livre que caçam e se alimentam de vários indivíduos da praga durante seu ciclo de vida (ex: Joaninhas). III.Patógenos (entomopatógenos) são microrganismos, como fungos, bactérias ou vírus, que causam doenças e matam as pragas. Está correto o que se afirma em: (A) II e III apenas. (B) I, II e III. (C) I e II apenas. (D) I apenas.</p> <p>Recurso: Questão 6 contém erro na alternativa I "I.Parasitoides são agentes que depositam seus ovos sobre ou dentro da praga,e suas larvas se alimentam do hospedeiro, matando-o " Nem todos os parasitoides são agentes que depositam ovos, segundo o próprio EMBRAPA: " Os parasitoides são insetos bem pequenos que vivem por pelo menos parte de sua vida dentro de um hospedeiro. Esse hospedeiro é geralmente um outro inseto (normalmente a praga da cultura) que acaba morrendo devido o parasitismo." "Outros parasitoides que também ocorrem na cultura da soja são Microcharops sp. (Ichneumonidae) parasitando, preferencialmente, lagartas pequenas, e o díptero Patelloa similis (Tachinidae) lagartas grandes de A. gemmatalis, Copidosoma truncatellus (Encyrtidae) parasitando P. includens, Trichopoda nitens parasitando o percevejo Nezara viridula e Hexacladia smithii (Encyrtidae), comum em populações do percevejo marrom E. heros, sendo observado em maior abundância nas populações de percevejos presentes em dezembro e janeiro." https://www.embrapa.br/pt/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/soja/producao/manejo-integrado-de-pragas/inimigos-naturais-das-pragas-de-soja/parasitoides Vale ressaltar que A Patelloa similis é uma espécie de mosca parasitóide da família Tachinidae. A família Tachinidae (moscas Taquinídeos) é conhecida por incluir muitas espécies que praticam a larviposição, ou seja, elas depositam larvas já eclodidas (vivas) diretamente no hospedeiro ou em seu entorno, em vez de depositarem um ovo não eclodido. Portanto a alternativa número I da questão 6 está incorreta, se configurando a alternativa correta a letra A</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o recorrente pleiteia a alteração do gabarito sob o argumento de que a afirmativa referente aos parasitoides estaria incorreta ao mencionar a deposição de ovos, sustentando que nem todos os parasitoides realizam oviposição, havendo espécies que efetuam larviposição; contudo, do ponto de vista conceitual e didático, a afirmativa apresentada na questão está correta, pois define adequadamente os parasitoides como organismos cujo desenvolvimento imaturo ocorre sobre ou no interior do hospedeiro, levando-o à morte, sendo a oviposição a forma</p>

	<p>mais comum e classicamente descrita na literatura de entomologia aplicada, não havendo erro conceitual pelo uso dessa generalização em nível de prova objetiva; a própria literatura técnica, como Gallo et al. (Entomologia Agrícola, FEALQ) e Parra et al. (Controle Biológico no Brasil: Parasitoides e Predadores, Embrapa), reconhece que, embora existam exceções quanto ao modo reprodutivo, estas não invalidam a definição geral adotada, nem comprometem a correção científica da assertiva; assim, as três afirmativas encontram-se corretas, não havendo imprecisão que justifique a anulação da questão ou a alteração do gabarito, tampouco demonstrando o recorrente erro material ou conceitual na afirmação recorrida. Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Engenheiro Agrônomo - questão 9	<p>Questão: A Agrometeorologia estuda a interação entre os elementos do tempo e clima e as atividades agrícolas. Sobre essa ciência, registe V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas: (____)A temperatura do ar e do solo é um elemento crucial, pois define o ciclo de desenvolvimento das plantas (soma térmica). (____)A previsão do tempo a curto prazo (próximos dias) é irrelevante para a agricultura, que foca apenas nas médias climáticas anuais. (____)O balanço hídrico (diferença entre precipitação e evapotranspiração) é usado para planejar a necessidade de irrigação. (____)A ocorrência de geadas é um fenômeno agrometeorológico importante, capaz de causar a perda total de culturas sensíveis. Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo: (A) V, V, F, F. (B) V, F, F, V. (C) F, F, V, V. (D) V, F, V, V.</p> <p>Recurso: Questão 9 a seguinte alternativa é falsa: (____)A temperatura do ar e do solo é um elemento crucial, pois define o ciclo de desenvolvimento das plantas (soma térmica). A soma térmica não tem relação nenhuma com a temperatura do solo. segundo a embrapa “soma térmica, também denominada graus-dia que, em última instância, mede o “tempo fisiológico” de crescimento dos organismos combinando o tempo e a temperatura ambiente. Graus-dia acumulados representam o número de graus, acima de uma determinada temperatura, que o organismo necessita para seu desenvolvimento (IOWA, 2006). O cálculo dos graus-dia leva em conta que cada organismo apresenta crescimento dentro de um determinado intervalo de temperaturas (temperatura mínima e temperatura máxima de crescimento). A temperatura mínima, abaixo da qual nenhum desenvolvimento ocorre, chama-se temperatura base inferior de crescimento (T_b). A temperatura máxima de crescimento do organismo chama-se temperatura base superior de crescimento (T_{sup}). O crescimento do organismo ocorre positivamente correlacionado com o aumento da temperatura até a temperatura T_{sup}. Estes valores limiares (T_b e T_{sup}) são determinados experimentalmente e variam de espécie para espécie. Varia também, de espécie para espécie, o valor da constante térmica (K) do organismo, que nada mais é do que a quantidade de graus-dia acumulados necessária para que o organismo passe de uma fase a outra (por exemplo, de 1º ínstar para 2º ínstar, 1º ínstar para fase adulta, estádio de perfilhamento para estádio de alongamento, estádio de alongamento para estádio de espiamento, etc).” https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/188365/1/cot145.pdf Outra referencia é a da apostila de agrometeorologia amplamente utilizada a fins didáticos nas universidades brasileiras: “O conceito de graus-dia (GD) baseia-se no fato de que a taxa de desenvolvimento de uma espécie vegetal está relacionada à temperatura do meio. Esse conceito pressupõe a existência de temperaturas basais (inferior, T_b; e superior, T_{sup}) aquém ou além das quais a planta não se desenvolve, e se o fizer, será a taxas muito</p>

reduzidas. Assume-se, na prática, que entre Tb e a temperatura ótima, a relação entre temperatura do ar e desenvolvimento é praticamente linear (Figura 16.5). Cada espécie vegetal ou variedade possui suas temperaturas basais, as quais podem variar ainda em função da idade ou fase fenológica da planta, sendo tanto as temperaturas diurnas como as noturnas consideradas igualmente importantes no desenvolvimento vegetal. Deve-se atentar para o fato de que o conceito de graus-dia leva em conta somente o fator térmico, não se considerando o efeito de outros fatores ambientais sobre o crescimento vegetal.” APOSTILA METEREOLOGIA AGRICOLA Universidade de São Paulo Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” Departamento de Ciências Exatas Piracicaba, SP Fevereiro de 2007 Antonio Roberto Pereira Luiz Roberto Angelocci Paulo Cesar Sentelhas ou seja, quando se vai utilizar esses valores com as tabelas meteorológicas do por exemplo a do INMET para se aferir dados ou fazer previsões ,não se utiliza a temperatura do solo em nenhum momento. Portando esta errado afirmar que a temperatura do solo é um elemento crucial relacionado a soma térmica. Sendo assim a afirmativa correta da questão seria a letra C.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o recorrente requer a alteração do gabarito sob o argumento de que a soma térmica (graus-dia) não se relaciona com a temperatura do solo, sustentando que tal conceito considera apenas a temperatura do ar, motivo pelo qual entende estar incorreta a afirmativa que classifica a temperatura do ar e do solo como elemento crucial para o desenvolvimento das plantas. Todavia, a alternativa considerada correta pela banca permanece adequada, pois a Agrometeorologia, enquanto ciência aplicada, analisa de forma integrada os elementos meteorológicos que influenciam os sistemas agrícolas, incluindo tanto a temperatura do ar quanto a temperatura do solo, sendo esta última reconhecidamente relevante para processos fisiológicos como germinação, emergência, crescimento radicular, absorção de água e nutrientes e dinâmica térmica do sistema solo–planta–atmosfera. Ainda que o cálculo clássico de graus-dia utilize predominantemente a temperatura do ar, isso não descharacteriza o papel fundamental da temperatura do solo no ciclo de desenvolvimento das culturas, conforme amplamente abordado na literatura agrometeorológica, a exemplo de Pereira, Angelocci e Sentelhas, que destacam a importância conjunta das variáveis térmicas no desempenho vegetal, bem como de textos técnicos da própria Embrapa que reconhecem a temperatura do solo como variável agrometeorológica essencial no manejo agrícola. Assim, o argumento do recorrente restringe indevidamente o conceito apresentado no item, não demonstrando erro conceitual ou científico na afirmativa recorrida, tampouco justificando a alteração do gabarito ou a anulação da questão. Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO**.

**Engenheiro
Agrônomo
questão 14**

Questão:

O desenvolvimento agrícola sustentado baseia-se em três pilares principais que devem estar em equilíbrio. Sobre esses pilares, analise as afirmativas.

I.A viabilidade econômica, garantindo que a atividade agrícola gere renda e lucro para o produtor.

II.A justiça social, promovendo a equidade, boas condições de trabalho e segurança alimentar para a comunidade.

III.A prudência ecológica, assegurando a conservação dos recursos naturais (solo, água, biodiversidade) para as gerações futuras.

Está correto o que se afirma em:

(A) I, II e III.

(B) I e II apenas.

(C) I e III apenas.

(D) III apenas.

Recurso:

Venho, respeitosamente, solicitar a anulação da Questão 14, devido a erro material no

	<p>enunciado, que compromete a interpretação adequada do conteúdo cobrado. O enunciado afirma: "O desenvolvimento agrícola sustentado baseia-se em três pilares..." O termo "sustentado" está incorreto para o contexto da questão. O conceito técnico correto, amplamente consolidado em documentos oficiais, referenciais teóricos e materiais didáticos, é "desenvolvimento agrícola sustentável", expressão que se relaciona diretamente aos três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental. A utilização da palavra equivocada(sustentado) altera o sentido da frase e compromete a precisão conceitual do enunciado, violando o princípio da clareza exigido nas questões de concursos públicos. Erro material no enunciado constitui motivo legítimo para anulação da questão, conforme previsto nos editais das principais bancas, já que prejudica a isonomia entre os candidatos. Diante do exposto, solicito a anulação da questão ou a devida retificação, com atribuição dos pontos correspondentes a todos os candidatos.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o pedido formulado busca a anulação da questão sob a alegação de erro material no uso do termo "desenvolvimento agrícola sustentado", defendendo que apenas a expressão "desenvolvimento agrícola sustentável" seria conceitualmente válida; contudo, a literatura técnico-científica e os documentos institucionais da área agrária e ambiental demonstram que a expressão "desenvolvimento sustentado" é empregada como sinônimo funcional de "desenvolvimento sustentável", especialmente em textos introdutórios e didáticos, não havendo prejuízo conceitual nem ambiguidade capaz de comprometer a interpretação do enunciado; ademais, os três pilares apresentados — viabilidade econômica, justiça social e prudência ecológica — correspondem de forma inequívoca ao tripé clássico do desenvolvimento sustentável, amplamente reconhecido por organismos internacionais como a FAO e pela doutrina nacional, o que confirma a correção integral das três afirmativas e valida a alternativa considerada correta pela banca; assim, o argumento do recorrente limita-se a uma discussão terminológica que não descharacteriza o conceito cobrado, não configura erro material relevante e não viola o princípio da clareza ou da isonomia, inexistindo fundamento técnico ou normativo que justifique a anulação da questão ou a alteração do gabarito. Diante dos argumentos apresentados pela banca,</p> <p>RECURSO INDEFERIDO.</p>
Engenheiro Agrônomo questão 15	<p>Questão:</p> <p>O Manejo Integrado de Pragas (MIP) é uma estratégia que combina diferentes métodos de controle, visando a sustentabilidade. Sobre os princípios do MIP, analise as afirmativas.</p> <p>I.O MIP prioriza o uso de múltiplos métodos (biológico, cultural, físico, químico) em vez de depender apenas de agrotóxicos.</p> <p>II.O monitoramento constante da praga na lavoura (amostragem) é fundamental para decidir se e quando controlar.</p> <p>III.O MIP utiliza o controle químico (agrotóxicos) como último recurso, de forma seletiva, apenas quando a população da praga atinge o Nível de Controle (NC).</p> <p>Está correto o que se afirma em:</p> <p>(A) III apenas. (B) II e III apenas. (C) I e II apenas. (D) I, II e III.</p> <p>Recurso:</p> <p>III. O MIP utiliza o controle químico (agrotóxicos) como último recurso, de forma seletiva, apenas quando a população da praga "atinge o Nível de Controle (NC)". Para estar correta, a alternativa deveria encerrar com: "...ultrapassa o Nível de Controle (NC)." ou então "...atinge o Nível de Dano Econômico (NDE)." Nível de Controle é o parâmetro</p>

utilizado abaixo do Nível de Dano Econômico, como cita a Embrapa em seus informes.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o recorrente pleiteia a alteração do gabarito ao sustentar que a afirmativa III estaria conceitualmente incorreta ao empregar a expressão “atinge o Nível de Controle (NC)”, defendendo que o correto seria “ultrapassa o Nível de Controle” ou a referência direta ao Nível de Dano Econômico (NDE). Contudo, a alternativa considerada correta pela banca permanece tecnicamente adequada, uma vez que, nos princípios do Manejo Integrado de Pragas, o Nível de Controle é definido justamente como o ponto em que se recomenda a adoção de medidas de controle para evitar que a população da praga alcance o Nível de Dano Econômico, sendo, portanto, legítimo afirmar que o controle químico é empregado quando a população atinge esse limiar decisório. A literatura técnica da Embrapa e de autores clássicos do MIP estabelece que o NC é um parâmetro operacional utilizado para a tomada de decisão, não havendo impropriedade conceitual em associar o início do controle químico ao momento em que esse nível é alcançado, sobretudo em um contexto didático e avaliativo. Assim, a argumentação apresentada pelo recorrente limita-se a uma discussão terminológica que não descharacteriza o conceito exposto na afirmativa, nem demonstra erro técnico capaz de invalidar a questão ou o gabarito oficial. Diante dos argumentos apresentados pela banca,

RECURSO INDEFERIDO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Engenheiro Agrônomo - questão 26	<p>Questão: Considerando o excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir, com base nos recursos de significação empregados na construção do texto. Assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta acerca dos sentidos das palavras e expressões empregadas.</p> <p>(A) O uso da palavra "respeitado", no trecho "Sebastião passou a ser muito respeitado", possui sentido denotativo, equivalente a "obedecido", e indica que a autoridade de Sebastião advinha de uma função institucional oficialmente reconhecida.</p> <p>(B) A expressão "brisa velha conhecida dos moradores" apresenta sentido denotativo, ao aludir à recorrência de um fenômeno climático típico da vila, com vocabulário técnico e referencial que reforça o tom realista da ambientação.</p> <p>(C) A expressão "sem se importar com o movimento de uns pescadores" exprime ironia sutil, conferindo à ação das gaivotas um juízo de valor negativo, aproximando-as de um comportamento passivo e disfuncional diante da rotina laboriosa dos humanos.</p> <p>(D) A palavra "mar" tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.</p> <p>Recurso: RECURSO – Questão 26 (Textualidade, Semântica e Interpretação) Senhores membros da banca examinadora, Venho solicitar a anulação da Questão 26, uma vez que a alternativa indicada como correta (**letra D**) apresenta interpretação incompatível com o texto-base, configurando extração semântica não autorizada pelo excerto, em desacordo com os princípios de aderência textual e fidelidade interpretativa previstos em avaliações de compreensão leitora. 1. Da ausência de base textual para o simbolismo atribuído ao "mar" A alternativa D afirma que o termo "mar" assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos "em consonância com o caráter mítico atribuído a Sebastião Batista". Entretanto, no texto, a palavra aparece exclusivamente em uso denotativo, integrando a ambientação física da vila: "o olhar atravessa a rua e vê o mar quase encostando na calçada". Trata-se de descrição objetiva e literal do cenário, sem qualquer construção simbólica, metafísica ou mítica. Não há, ao longo do texto, qualquer associação entre o mar e ancestralidade, transcendência, liminaridade ou elementos inter-mundanos. O único componente mítico presente — o episódio das bruxas — está restrito à narrativa biográfica de Sebastião, sem ligação com o mar, que sequer participa ou é mencionado no episódio fantástico. Portanto, a alternativa D:- Atribui ao termo "mar" um sentido conotativo que não está presente,- Cria simbolismo inexistente,- Relação indevida com o mito de Sebastião,- Viola o texto ao impor interpretação subjetiva e externa. # 2. Das falhas nas demais alternativas — inexiste a alternativa totalmente correta As demais alternativas contêm erros objetivos: A) Afirma que "respeitado"</p>

corresponde a autoridade institucional, quando o texto explicita que o respeito advém do episódio sobrenatural com bruxas, não de instituição oficial. B) Atribui sentido denotativo e vocabulário técnico à expressão “brisa velha conhecida”, que é claramente conotativa e personificada. C) Atribui ironia e juízo negativo às gaivotas, quando o texto as descreve de forma neutra e ambiental, sem crítica ou ironia. Assim, nenhuma alternativa se sustenta integralmente. Em tais circunstâncias, quando: A alternativa apontada como correta não encontra respaldo textual, e As demais apresentam erros materiais, a jurisprudência administrativa de concursos determina a Anulação da questão, por inexistência de alternativa verdadeiramente correta. # 3. Do princípio da Aderência ao Texto (base das avaliações de interpretação) As questões de interpretação devem avaliar a compreensão do que está no texto, não hipóteses externas ou simbologias criadas pela banca. A alternativa D incorre exatamente nessa violação:- Introduz simbolismo que o texto não apresenta,- Faz extração interpretativa indevida,- Cria relação inexistente entre mar e mito,- Fere a literalidade e coerência textual. Por esses motivos, a alternativa considerada correta está em desacordo com o texto-base, tornando a questão insuscetível de resolução adequada. PEDIDO Diante do exposto, requer-se: **A anulação da Questão 26**, por inexistência de alternativa integralmente correta e por violação aos princípios de aderência textual e interpretação objetiva.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — CORRETA

“A palavra ‘mar’ tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.”

Interpretação adequada.

Embora o mar exista concretamente na paisagem da vila, seu valor no texto ultrapassa o sentido puramente denotativo. Ele se articula a:

uma comunidade de pescadores;

uma tradição açoriana;

um personagem envolto em narrativas míticas e sobrenaturais (a viagem com as bruxas até a África).

Nesse contexto, o mar funciona simbolicamente como:

espaço de travessia;

elo entre o real e o mítico;

marca de ancestralidade e permanência histórica.

Portanto, há conotação, pois o mar participa da construção simbólica do universo narrativo e do estatuto quase lendário de Sebastião.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘sem se importar com o movimento de uns pescadores’ exprime ironia sutil...”

Leitura interpretativa forçada.

A expressão não carrega ironia nem juízo de valor negativo. O narrador apenas descreve:

a tranquilidade das gaivotas,

a natural convivência entre homens e animais.

O efeito de sentido é de harmonia e familiaridade, não de crítica ou ironia. As gaivotas não são caracterizadas como “disfuncionais”, mas como parte orgânica da paisagem cotidiana.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘brisa velha conhecida dos moradores’ apresenta sentido denotativo, com vocabulário técnico e referencial...”

Erro conceitual.

A expressão é claramente conotativa:

“brisa velha” não é termo técnico nem meteorológico;

o adjetivo “velha” humaniza o fenômeno natural, sugerindo memória, familiaridade e pertencimento.

O efeito de sentido é afetivo e poético, reforçando o vínculo dos moradores com o espaço vivido, e não um tom técnico ou estritamente realista.

Alternativa — INCORRETA

“O uso da palavra ‘respeitado’ possui sentido denotativo, equivalente a ‘obedecido’, e indica autoridade institucional.”

Interpretação equivocada.

No texto:

“respeitado” não equivale a “obedecido”;

o respeito não decorre de cargo institucional, mas de:

um episódio lendário,

da tradição oral,

	<p>do imaginário coletivo da comunidade.</p> <p>O termo assume um valor sociocultural e simbólico, ligado ao prestígio informal e à aura mítica de Sebastião, e não a uma autoridade oficial.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Engenheiro Agrônomo questão 26	<p>Questão:</p> <p>Considerando o excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir, com base nos recursos de significação empregados na construção do texto. Assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta acerca dos sentidos das palavras e expressões empregadas.</p> <p>(A) O uso da palavra "respeitado", no trecho "Sebastião passou a ser muito respeitado", possui sentido denotativo, equivalente a "obedecido", e indica que a autoridade de Sebastião advinha de uma função institucional oficialmente reconhecida.</p> <p>(B) A expressão "brisa velha conhecida dos moradores" apresenta sentido denotativo, ao aludir à recorrência de um fenômeno climático típico da vila, com vocabulário técnico e referencial que reforça o tom realista da ambientação.</p> <p>(C) A expressão "sem se importar com o movimento de uns pescadores" exprime ironia sutil, conferindo à ação das gaivotas um juízo de valor negativo, aproximando-as de um comportamento passivo e disfuncional diante da rotina laboriosa dos humanos.</p> <p>(D) A palavra "mar" tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.</p> <p>Recurso:</p> <p>RECURSO – QUESTÃO 26 Senhores membros da banca examinadora, venho solicitar a anulação da Questão 26, pois à ausência de respaldo textual e violação aos princípios de objetividade e literalidade da interpretação na alternativa considerada correta. 1. Razões para o pedido de anulação: Venho solicitar a anulação da Questão 26, pois a alternativa indicada como correta (D) apresenta uma leitura interpretativa não sustentada diretamente pelo texto, configurando subjetividade incompatível com uma questão objetiva de prova. 2. Falha fundamental: a resposta exige inferência simbólica não evidenciada no texto. A alternativa (D) afirma que a palavra "mar" possui valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos. Entretanto, o texto oferece apenas o uso literal: "O olhar atravessa a rua e vê o mar quase encostando na calçada..." O texto descreve a paisagem de forma objetiva. Não há associação entre o mar e ancestralidade, transcendência, fronteiras simbólicas ou qualquer sentido abstrato. A interpretação da alternativa depende de extração subjetiva, que não pode ser exigida em prova objetiva. 3. A relação entre o episódio mítico e o mar não existe no texto. A alternativa (D) tenta justificar o simbolismo do mar relacionando-o ao episódio fantástico da biografia de Sebastião Batista. Porém, o texto não estabelece qualquer vínculo entre o mar e o ocorrido com as bruxas. A narrativa fantástica não envolve simbolismo do mar, nem o menciona como elemento significativo. 4. A banca exige leitura conotativa onde a conotação não está construída. O texto apresenta tom predominantemente descritivo. A paisagem da vila, o mar, as gaivotas e as embarcações são descritos de modo literal. Nada indica simbolismo. Atribuir valor simbólico ao mar é arbitrário e não obrigatório. Questões objetivas não podem exigir interpretação subjetiva. 5. As demais alternativas são incorretas, e a alternativa D também</p>

não se sustenta — não há resposta correta. Todas as alternativas apresentam problemas: A, B e C são falsas, mas a alternativa D também não se fundamenta no texto. Assim, não há alternativa correta, tornando a questão inválida conforme princípios de isonomia e formulação objetiva. 6. Violação ao princípio da objetividade: A banca exige interpretação literária abstrata não presente no texto, contrariando a necessidade de que a resposta decorra diretamente do conteúdo apresentado. Isso fere a clareza e a segurança jurídica das provas objetivas. Conclusão: Diante do exposto, requer-se a anulação da Questão 26, por inexistir alternativa correta e por a resposta apontada exigir interpretação subjetiva não sustentada pelo texto. resposta apontada exigir interpretação subjetiva não sustentada pelo texto

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interpuesto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — CORRETA

“A palavra ‘mar’ tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.”

Interpretação adequada.

Embora o mar exista concretamente na paisagem da vila, seu valor no texto ultrapassa o sentido puramente denotativo. Ele se articula a:

uma comunidade de pescadores;

uma tradição açoriana;

um personagem envolto em narrativas míticas e sobrenaturais (a viagem com as bruxas até a África).

Nesse contexto, o mar funciona simbolicamente como:

espaço de travessia;

elo entre o real e o mítico;

marca de ancestralidade e permanência histórica.

Portanto, há conotação, pois o mar participa da construção simbólica do universo narrativo e do estatuto quase lendário de Sebastião.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘sem se importar com o movimento de uns pescadores’ exprime ironia sutil...”

Leitura interpretativa forçada.

A expressão não carrega ironia nem juízo de valor negativo. O narrador apenas descreve:
a tranquilidade das gaivotas,
a natural convivência entre homens e animais.

O efeito de sentido é de harmonia e familiaridade, não de crítica ou ironia. As gaivotas não são caracterizadas como “disfuncionais”, mas como parte orgânica da paisagem cotidiana.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘brisa velha conhecida dos moradores’ apresenta sentido denotativo, com vocabulário técnico e referencial...”

Erro conceitual.

A expressão é claramente conotativa:

“brisa velha” não é termo técnico nem meteorológico;

o adjetivo “velha” humaniza o fenômeno natural, sugerindo memória, familiaridade e pertencimento.

O efeito de sentido é afetivo e poético, reforçando o vínculo dos moradores com o espaço vivido, e não um tom técnico ou estritamente realista.

Alternativa — INCORRETA

“O uso da palavra ‘respeitado’ possui sentido denotativo, equivalente a ‘obedecido’, e indica autoridade institucional.”

Interpretação equivocada.

No texto:

“respeitado” não equivale a “obedecido”;

o respeito não decorre de cargo institucional, mas de:

um episódio lendário,

da tradição oral,

do imaginário coletivo da comunidade.

O termo assume um valor sociocultural e simbólico, ligado ao prestígio informal e à aura mítica de Sebastião, e não a uma autoridade oficial.

Diante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Engenheiro Agrônomo questão 32	<p>Questão: Uma máquina industrial produz 480 peças em 6 horas utilizando 4 operadores. Em outro dia, a equipe foi reduzida para 3 operadores e a produção precisou atingir 600 peças. Mantidas as características do processo, determine o tempo necessário para alcançar a nova meta.</p> <p>(A) O tempo necessário para a meta será de 9 horas. (B) O tempo necessário para a meta será de 12 horas. (C) O tempo necessário para a meta será de 10 horas. (D) O tempo necessário para a meta será de 11 horas.</p> <p>Recurso: Venho respeitosamente solicitar a anulação (ou revisão) da questão nº 32, cujo gabarito preliminar aponta a alternativa D, embora, conforme demonstração matemática, a única resposta correta seja a alternativa C (10 horas). A questão apresenta uma situação típica de regra de três composta, envolvendo produção proporcional ao número de operadores e ao tempo de trabalho. Pelos dados fornecidos, a produtividade é calculada da seguinte forma: $480 \div (6 \times 4) = 20$ peças por hora por operador. Na nova condição, com 3 operadores, a produtividade passa a ser: $20 \times 3 = 60$ peças por hora. Assim, o tempo necessário para produzir 600 peças é: $600 \div 60 = 10$ horas, equivalente à alternativa C.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O enunciado informa expressamente que, no segundo cenário, foram “mantidas as características do processo”, o que, em linguagem matemática e em questões de produtividade, significa que a taxa de produção individual permanece constante. Essa é uma premissa padrão e explícita, suficiente para a aplicação da regra de três composta, não havendo omissão de dados.</p> <p>Analizando a situação inicial:</p> <ul style="list-style-type: none">– Produção: 480 peças– Tempo: 6 horas– Operadores: 4 <p>Produtividade do processo:</p> $480 \div (6 \times 4) = 20 \text{ peças por hora por operador.}$ <p>No novo cenário:</p> <ul style="list-style-type: none">– Operadores: 3– Meta de produção: 600 peças <p>Produção por hora com 3 operadores:</p>

$3 \times 20 = 60$ peças por hora.

Tempo necessário:

$$600 \div 60 = 10 \text{ horas.}$$

Portanto, a alternativa correta é a que foi dada por essa banca.

Quanto à alegação de presunção indevida, destaca-se que:

- a constância da produtividade está claramente indicada pela expressão “mantidas as características do processo”;
- não se trata de questão de engenharia ou gestão de pessoas, mas de raciocínio matemático proporcional, no qual essa hipótese é convencional e amplamente aceita;
- exigir a explicitação literal de “produtividade individual constante” tornaria inviável a formulação de praticamente todas as questões clássicas de regra de três composta.

Assim, não há falha de rigor técnico nem incompletude de informações, mas apenas aplicação correta de um pressuposto matemático padrão, compatível com o nível e o conteúdo da prova.

Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Farmacêutico - questão 3	<p>Questão: A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 63, de 25 de novembro de 2011, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), estabelece requisitos técnicos e legais para o funcionamento de serviços de saúde em todo o território nacional, aplicando-se a estabelecimentos públicos, privados e filantrópicos. Sobre essa norma, analise as afirmativas abaixo e assinale a correta.</p> <p>(A) A norma exige que os serviços de saúde implementem políticas de qualidade, sistemas de segurança do paciente, registro de prontuário único, e planos de gerenciamento de resíduos de serviço de saúde.</p> <p>(B) A RDC 63/2011 aplica-se apenas a serviços de saúde privados e filantrópicos, excluindo os serviços públicos da sua abrangência.</p> <p>(C) A RDC 63/2011 prevê que o cumprimento de suas exigências sujeita os serviços de saúde apenas a autovigilância, não havendo fiscalização sanitária nos estabelecimentos.</p> <p>(D) Conforme a RDC 63/2011, os serviços de saúde estão dispensados de manter responsável técnico quando se tratarem de unidades com atividades exclusivamente administrativas (sem atendimento ao paciente).</p> <p>Recurso: Venho respeitosamente solicitar a revisão da questão referente à RDC nº 63/2011, tendo em vista que, embora a banca tenha considerado a alternativa A como correta, a leitura integral e fiel do texto normativo demonstra que a alternativa que realmente corresponde ao conteúdo da resolução é a letra D. A RDC nº 63/2011 define “serviço de saúde” como o estabelecimento destinado a prestar assistência à população na prevenção de doenças, no tratamento, recuperação e reabilitação de pacientes, conforme estabelece o Art. 4º, XII. Portanto, o próprio conceito normativo deixa explícito que somente unidades que realizam atendimento ao paciente, ou seja, que desenvolvem atividades assistenciais, podem ser classificadas como serviços de saúde. Dessa forma, setores ou unidades estritamente administrativas, que não prestam assistência direta e não realizam qualquer tipo de atendimento ao paciente, não se enquadram no conceito de serviço de saúde definido pela norma. Por consequência, não estão submetidos às exigências específicas direcionadas aos serviços assistenciais — entre elas a obrigatoriedade de possuir responsável técnico. Esse entendimento é reforçado pelo Art. 14, que determina que “o serviço de saúde deve ter um responsável técnico (RT) e um substituto”. A própria redação evidencia que essa exigência só se aplica a estabelecimentos assistenciais, ou seja, que realizam cuidado, tratamentos e demais ações voltadas ao paciente. Essa relação direta entre o conceito de serviço de saúde e a obrigatoriedade de RT confirma que a alternativa D é a única que reflete com precisão o alcance da norma. Já a alternativa A, considerada correta pela banca, contém afirmação que não corresponde ao conteúdo da resolução. Embora a RDC trate de política de qualidade (Art. 5º) e de segurança do paciente (Art. 8º), não existe na</p>

norma qualquer exigência relacionada a “registro de prontuário único”. O Art. 4º, VIII define o “prontuário do paciente” como um documento único referente ao paciente, composto por informações e registros da assistência prestada. Isso significa apenas que cada paciente possui um prontuário individual, e não que o serviço de saúde deva adotar um sistema institucional denominado “prontuário único”. Assim, a alternativa A atribui à resolução uma obrigação inexistente, extrapolando seu teor e contrariando o texto normativo. Diante de todo o exposto, verifica-se que a alternativa D é a única compatível com a redação da RDC nº 63/2011. Solicito, portanto, a revisão da questão, com a reatribuição da alternativa correta para D ou, alternativamente, sua anulação, garantindo-se a pontuação correspondente.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o pedido sustenta que unidades exclusivamente administrativas não se enquadrariam no conceito de serviço de saúde da RDC nº 63/2011 e, por consequência, estariam dispensadas de responsável técnico, defendendo como correta a alternativa que afirma tal dispensa; contudo, essa interpretação não encontra respaldo no texto normativo nem na sistemática regulatória da vigilância sanitária. A RDC nº 63/2011 estabelece requisitos para o funcionamento de serviços de saúde, abrangendo a organização, a gestão e os processos que dão suporte à assistência, inclusive aqueles de natureza administrativa que integram a estrutura do serviço, não se limitando ao ato assistencial direto. O conceito de “serviço de saúde” previsto na norma delimita a finalidade do estabelecimento, mas não exclui setores administrativos integrantes de sua organização, os quais permanecem sujeitos às exigências regulatórias, inclusive à responsabilidade técnica, conforme art. 14, que não faz qualquer ressalva quanto à natureza exclusivamente administrativa de unidades vinculadas ao serviço. Assim, a alternativa que afirma dispensa de responsável técnico carece de previsão normativa expressa e cria exceção inexistente na RDC.

Quanto à alegação de incorreção da alternativa considerada correta pela banca, não procede a afirmação de que a RDC nº 63/2011 exigiria um “sistema institucional denominado prontuário único”. A alternativa não cria obrigação inexistente, mas reflete corretamente o conteúdo normativo ao exigir a organização e manutenção do prontuário do paciente como documento único, conforme definido no art. 4º, VIII, além da implementação de políticas de qualidade, ações de segurança do paciente e plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, todos expressamente previstos na RDC. A leitura sistemática da norma demonstra que a alternativa indicada pela banca traduz fielmente seus eixos estruturantes, enquanto as demais incorrem em erros evidentes ao restringir indevidamente o alcance da norma, afastar a fiscalização sanitária ou criar dispensa não prevista de responsável técnico.

Dessa forma, inexistem erro material, extração normativa ou vício de interpretação que justifiquem a alteração do gabarito ou a anulação da questão. Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Farmacêutico - questão 25	<p>Questão: À luz dos mecanismos de construção de sentido e da organização textual presentes no excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir:</p> <p>I.O contraste entre o cotidiano local e o evento internacional evidencia um recurso irônico que minimiza, propositalmente, o impacto global do ocorrido nos Estados Unidos, em prol da valorização de um microcosmo cultural.</p> <p>II.A caracterização de Sebastião Batista não apenas reafirma a tradição oral como também projeta uma figura mítica, cuja autoridade comunitária transcende a racionalidade e se ancora no simbólico e na ancestralidade.</p> <p>III.A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida e representada no texto demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens frente ao mundo exterior.</p> <p>É correto o que se afirma em:</p> <p>(A) I e II, apenas. (B) II e III, apenas. (C) I e III, apenas. (D) I, II e III.</p> <p>Recurso: Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito preliminar da Questão 25, solicitando sua anulação ou, alternativamente, a alteração do gabarito para a alternativa (D), uma vez que há ambiguidade interpretativa que compromete a objetividade da questão. A questão avalia três proposições sobre os mecanismos de construção de sentido do texto "11 de setembro", de Werner Neuert. No entanto, a Proposição III, considerada incorreta no gabarito preliminar, apresenta fundamentação plausível e coerente com a análise textual, o que impossibilita afirmar de maneira categórica que ela é falsa. A Proposição III afirma que "a forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida e representada no texto demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens frente ao mundo exterior". Embora a banca aparentemente entenda que a representação da fala popular seja apenas um recurso neutro de caracterização, o texto abre espaço para uma leitura distinta, igualmente fundamentada. O narrador utiliza a norma culta padrão ao descrever o cenário, mas, ao introduzir a fala dos personagens, emprega abruptamente um registro popular marcado por oralidade, grafias não convencionais e desvios fonéticos, como "Cumpade!", "dirrubaro", "adifício", "Estadosunido", "cum nós" e "avoemo?!" . Esse contraste entre o padrão culto do narrador e o padrão não culto da fala dos personagens ocorre justamente no momento em que um acontecimento global de grande complexidade — os atentados de 11 de setembro — é trazido à realidade daquela comunidade. Tal escolha estilística funciona como recurso retórico que evidencia a distância cultural entre o microcosmo local e o mundo exterior, o que autoriza a interpretação de que há, sim, um juízo implícito sobre o desconhecimento dos personagens. Além disso, o diálogo que constitui o clímax do texto, especialmente a fala de Sebastião — "Isso não é cum nós, cumpade. Nós lá avoemo?!" — é construído de forma evidentemente marcada, reforçando a ironia com que a narrativa apresenta a</p>

alienação dos personagens diante de um evento internacional. Caso o narrador pretendesse apenas reproduzir a oralidade, poderia ter optado por formas de registro mais neutras. A decisão de acentuar graficamente as marcas de fala evidencia uma escolha estilística que pode ser lida como comentário crítico. Assim, a leitura de que há julgamento valorativo por parte do narrador não apenas é possível, como se sustenta em elementos concretos da estrutura linguística e discursiva do texto. Em obras literárias, interpretações não são unívocas. Quando duas leituras são plenamente defensáveis — como ocorre com a Proposição III — não é possível afirmar que apenas uma alternativa é correta. Uma questão de múltipla escolha só pode ser considerada válida quando apresenta uma única resposta indiscutível, o que não se verifica neste caso. Desse modo, a alternativa (D), que inclui as três proposições como corretas, constitui resposta legítima e fundamentada. A manutenção da alternativa indicada no gabarito preliminar, portanto, afronta os princípios da isonomia, da objetividade e da segurança jurídica que regem os concursos públicos. Diante do exposto, solicito a anulação da Questão 25, em razão da ambiguidade interpretativa que compromete sua precisão. Caso a banca entenda por manter a questão, requer-se a alteração do gabarito para a alternativa (D), que contempla interpretação correta e plenamente justificável com base no texto fornecido.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Proposição I — VERDADEIRA

“O contraste entre o cotidiano local e o evento internacional evidencia um recurso irônico...”

Análise:

O texto constrói deliberadamente um contraste entre:

o microcosmo da vila (rotina, tradição, mar, gaivotas, motor da baleeira);

e o macroevento histórico global (o atentado de 11 de setembro).

A resposta de Sebastião — “Isso não é cum nós, cumpade. Nós lá avoemo?!” — produz um efeito irônico-discursivo, não no sentido de zombaria, mas de deslocamento de relevância: o evento mundial é narrativamente minimizado, enquanto o universo local é valorizado.

Trata-se de uma ironia estrutural e temática, que reforça a centralidade da cultura local e da experiência comunitária frente ao acontecimento global.

Proposição correta.

Proposição II — VERDADEIRA

“A caracterização de Sebastião Batista não apenas reafirma a tradição oral como também projeta uma figura mítica...”

Análise:

	<p>Sebastião é construído como uma figura que:</p> <p>transita entre o real (pescador, construtor da igreja, organizador das novenas);</p> <p>e o mítico (viagem com bruxas à África, respeito adquirido por evento sobrenatural).</p> <p>Sua autoridade:</p> <p>não é institucional,</p> <p>nem racional-científica,</p> <p>mas simbólica, ancorada na ancestralidade, na tradição oral e no imaginário coletivo.</p> <p>Esse tipo de personagem corresponde à figura do sábio popular / ancião mítico, comum em narrativas que articulam identidade cultural e memória comunitária.</p> <p>Proposição correta.</p> <p>Proposição III — FALSA</p> <p>“A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida (...) demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens...”</p> <p>Análise:</p> <p>Não há, no texto, marcas linguísticas de julgamento explícito ou implícito do narrador.</p> <p>A representação da fala popular:</p> <p>ocorre por meio da variação linguística intencional (“Dois avião dirrubaro uns adifício”);</p> <p>cumpre função verossímil e caracterizadora, não depreciativa.</p> <p>O narrador mantém uma postura:</p> <p>descritiva e distanciada,</p> <p>sem adjetivações avaliativas,</p> <p>sem ironia direcionada aos personagens como “ignorantes”.</p> <p>O possível estranhamento é produzido no leitor, não pelo julgamento do narrador.</p> <p>Proposição incorreta.</p> <p>Conclusão</p> <p>Estão corretas apenas as proposições I e II.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Farmacêutico - questão 29	Questão: No excerto narrativo "11 de setembro", a construção

coesiva contribui diretamente para a manutenção da unidade temática e para a progressão dos sentidos. Considerando os mecanismos linguísticos de coesão presentes no texto, assinale a alternativa que apresenta uma análise correta quanto aos elementos de coesão e seus efeitos na construção global do texto.

(A) A referência a "uns pescadores" e "seu compadre José Vicente" realiza uma coesão exofórica, visto que esses elementos são evocados com base em conhecimento extratextual do leitor, sem que haja qualquer introdução ou vínculo estabelecido no texto.

(B) A sequência "Sebastião Batista, 72 anos, descalço e de casaco de lã, faz reparos..." retoma, por meio de anáfora direta, uma personagem introduzida apenas posteriormente, funcionando como antecipação de coesão que desorganiza a linearidade narrativa.

(C) A construção "foi ele também o principal construtor da igreja" exemplifica elipse do sujeito, substituído por partícula expletiva, com o objetivo de atenuar a repetição de termos anteriores, ainda que isso comprometa a progressão lógica da narrativa.

(D) O uso de expressões como "nunca mais alguém o chamou de Tião" e "companheira há cinquenta e três anos" reforça a coesão por substituição e por tempo verbal, respectivamente, contribuindo para a construção de identidade do personagem ao longo do texto.

Recurso:

Solicita-se a ANULAÇÃO da questão 29, do caderno de provas de farmacêutico, pois há dupla possibilidade de respostas. A alternativa (C) propõe que a construção textual visa "atenuar a repetição de termos anteriores". De fato, a progressão do texto utiliza a retomada pronominal ("foi ele") justamente para evitar a repetição exaustiva do nome "Sebastião", garantindo a fluidez narrativa. O efeito textual apontado trata-se de um apagamento funcional ou elipse pragmática reconhecida em Bechara (2009) e Koch (2015) como técnica de economia e coesão textual. Logo, a alternativa C também é plausível, pois descreve adequadamente o efeito coesivo. KOCH, Ingedore Villaça. A coesão textual. 24. ed. São Paulo: Contexto, 2015. BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interpôsto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — INCORRETA

"A construção 'foi ele também o principal construtor da igreja' exemplifica elipse do sujeito, substituído por partícula expletiva..."

Erro conceitual.

Não há elipse do sujeito nessa construção.

O termo “ele” é um pronome pessoal anafórico, que retoma explicitamente o referente já introduzido (Sebastião Batista).

Não existe “partícula expletiva” em português com essa função; partículas expletivas são típicas de outras línguas (como o it em inglês).

Além disso:

A retomada pronominal não compromete, mas reforça a progressão temática, evitando repetição excessiva do nome próprio.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“A sequência ‘Sebastião Batista, 72 anos...’ retoma, por meio de anáfora direta, uma personagem introduzida apenas posteriormente...”

Incoerência terminológica.

Não há anáfora aqui, pois Sebastião Batista é apresentado pela primeira vez nesse ponto do texto.

Também não se trata de catáfora, pois não há elemento antecipador que será retomado depois.

O trecho corresponde a uma introdução referencial direta de personagem, procedimento clássico da narrativa.

Além disso:

Não há desorganização da linearidade narrativa; pelo contrário, há progressão clara do espaço → personagem → ação.

Alternativa incorreta.

Alternativa — CORRETA

“O uso de expressões como ‘nunca mais alguém o chamou de Tião’ e ‘companheira há cinquenta e três anos’ reforça a coesão por substituição e por tempo verbal, respectivamente...”

Análise adequada e tecnicamente consistente.

1. “Nunca mais alguém o chamou de Tião”

O pronome “o” realiza coesão referencial por substituição, retomando Sebastião Batista sem repetição lexical.

Esse mecanismo mantém a fluidez do texto e contribui para a continuidade temática.

	<p>2. “companheira há cinquenta e três anos”</p> <p>A expressão temporal estabelece uma ancoragem cronológica estável, reforçando a coesão sequencial.</p> <p>Contribui para a construção identitária do personagem, destacando permanência, tradição e vínculo duradouro.</p> <p>Assim, a alternativa identifica corretamente dois mecanismos coesivos distintos (referencial e temporal) e seus efeitos discursivos.</p> <p>Alternativa correta.</p> <p>Alternativa — INCORRETA</p> <p>“A referência a ‘uns pescadores’ e ‘seu compadre José Vicente’ realiza uma coesão exofórica...”</p> <p>Erro de classificação.</p> <p>Coesão exofórica ocorre quando o referente está fora do texto, dependendo exclusivamente do contexto extralingüístico (situação de fala).</p> <p>No texto:</p> <p>“uns pescadores” é introdução endofórica indefinida, perfeitamente comprehensível no universo narrativo;</p> <p>“seu compadre José Vicente” é explicitamente apresentado, com aposição explicativa (o Zé da Alzira).</p> <p>Portanto:</p> <p>os referentes são textualmente construídos,</p> <p>não dependem de conhecimento extratextual do leitor.</p> <p>Alternativa incorreta.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
--	--

Farmacêutico - questão 30	<p>Questão: Considerando o excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir, com base nos recursos de significação empregados na construção do texto. Assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta acerca dos sentidos das palavras e expressões empregadas. (A) A expressão "sem se importar com o movimento de uns pescadores" exprime ironia sutil, conferindo à ação das gaivotas um juízo de valor negativo, aproximando-as de um comportamento passivo e disfuncional diante da rotina laboriosa dos humanos.</p>
--------------------------------------	--

- (B) A expressão "brisa velha conhecida dos moradores" apresenta sentido denotativo, ao aludir à recorrência de um fenômeno climático típico da vila, com vocabulário técnico e referencial que reforça o tom realista da ambientação.
- (C) A palavra "mar" tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.
- (D) O uso da palavra "respeitado", no trecho "Sebastião passou a ser muito respeitado", possui sentido denotativo, equivalente a "obedecido", e indica que a autoridade de Sebastião advinha de uma função institucional oficialmente reconhecida.

Recurso:

Solicita-se a anulação do gabarito da Questão 30, do cardeno de provas de farmacêutico, a alternativa apresenta interpretação incompatível com a definição normativa. A palavra "mar" quando empregada em seu sentido estritamente DENOTATIVO (literal). Trata-se de uma descrição física, visual e espacial (função referencial) da geografia da vila, onde a água (objeto físico) está próxima à calçada (objeto físico). No texto de imediato não há, na sintaxe ou na semântica, qualquer metáfora ou desvio de sentido que caracterize o uso conotativo. A alternativa sugere que a palavra assume valor de "ancestralidade e fronteira entre mundos". Embora o texto como um todo possua elementos de realismo fantástico (bruxas, viagem), atribuir essa carga simbólica à palavra "mar" na frase descritiva citada é uma extração. O mar descrito é o CENÁRIO REAL onde barcos flutuam, não uma metáfora naquelas linhas. A ancestralidade é inferida pelo leitor a partir da menção aos habitantes, costumes e organização, não pela palavra "mar" em si. Diante do exposto a alternativa (C) torna-se inválida, e como as demais alternativas (A, B e D) também apresentam incorreções de análise literária ou linguística (como a atribuição de ironia negativa às gaivotas ou tom técnico à brisa), conclui-se que a questão não apresenta gabarito válido. Portanto, requer-se a ANULAÇÃO da questão.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — CORRETA

"A palavra 'mar' tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista."

Interpretação adequada.

Embora o mar exista concretamente na paisagem da vila, seu valor no texto ultrapassa o sentido puramente denotativo. Ele se articula a:

uma comunidade de pescadores;

uma tradição açoriana;

um personagem envolto em narrativas míticas e sobrenaturais (a viagem com as bruxas até a África).

Nesse contexto, o mar funciona simbolicamente como:

espaço de travessia;

elo entre o real e o mítico;

marca de ancestralidade e permanência histórica.

Portanto, há conotação, pois o mar participa da construção simbólica do universo narrativo e do estatuto quase lendário de Sebastião.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘sem se importar com o movimento de uns pescadores’ exprime ironia util...”

Leitura interpretativa forçada.

A expressão não carrega ironia nem juízo de valor negativo. O narrador apenas descreve:

a tranquilidade das gaivotas,

a natural convivência entre homens e animais.

O efeito de sentido é de harmonia e familiaridade, não de crítica ou ironia. As gaivotas não são caracterizadas como “disfuncionais”, mas como parte orgânica da paisagem cotidiana.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘brisa velha conhecida dos moradores’ apresenta sentido denotativo, com vocabulário técnico e referencial...”

Erro conceitual.

A expressão é claramente conotativa:

“brisa velha” não é termo técnico nem meteorológico;

o adjetivo “velha” humaniza o fenômeno natural, sugerindo memória, familiaridade e pertencimento.

O efeito de sentido é afetivo e poético, reforçando o vínculo dos moradores com o espaço vivido, e não um tom técnico ou estritamente realista.

Alternativa — INCORRETA

“O uso da palavra ‘respeitado’ possui sentido denotativo, equivalente a ‘obedecido’, e indica autoridade institucional.”

	<p>Interpretação equivocada.</p> <p>No texto:</p> <p>“respeitado” não equivale a “obedecido”;</p> <p>o respeito não decorre de cargo institucional, mas de:</p> <p>um episódio lendário,</p> <p>da tradição oral,</p> <p>do imaginário coletivo da comunidade.</p> <p>O termo assume um valor sociocultural e simbólico, ligado ao prestígio informal e à aura mítica de Sebastião, e não a uma autoridade oficial.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
	<p>Questão:</p> <p>Recurso:</p> <p>Resposta ao recurso:</p>

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Farmacêutico - questão 31	<p>Questão: Uma empresa avaliou três indicadores de desempenho referentes ao último trimestre. O índice A cresceu 12%, o índice B diminuiu 5% e o índice C apresentou um aumento de 8% sobre um valor que já havia aumentado 10% no trimestre anterior. Considerando esses dados, analise as afirmações: I.Após o aumento, o índice A corresponde a 112% do valor inicial. II.Com a queda, o índice B passa a ser 95% do valor anterior. III.O índice C apresenta crescimento total de 18,8% em relação ao valor inicial. IV.Após as duas variações, o índice C representa exatamente 118% do valor inicial. Está CORRETO o que se afirma em: (A) II e III apenas. (B) I e IV apenas. (C) III e IV apenas. (D) I, II e III apenas.</p> <p>Recurso: Venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito preliminar da Questão 31, tendo em vista que o enunciado apresenta ambiguidade na interpretação das variações percentuais descritas, o que compromete a objetividade e a univocidade exigidas em questões de múltipla escolha. A questão informa que o índice C “apresentou um aumento de 8% sobre um valor que já havia aumentado 10% no trimestre anterior”. A redação, contudo, não explica de forma técnica qual método de cálculo deve ser adotado: se a composição percentual (modelo multiplicativo) ou se a simples soma dos percentuais (interpretação aditiva), ambas possíveis diante do texto apresentado. Embora a banca tenha adotado o cálculo composto — aplicando 10% inicialmente e, sobre esse novo valor, mais 8% ($1,10 \times 1,08 = 1,188$, ou 118,8%) — é necessário destacar que o enunciado não utiliza expressão técnica que determine explicitamente a necessidade do cálculo multiplicativo, como “percentual acumulado”, “incidência sucessiva”, “valor acrescido” ou qualquer termo que elimine outras interpretações. Dessa forma, um candidato pode, legitimamente, interpretar que os aumentos são sucessivos, porém não necessariamente compostos, resultando em: $10\% + 8\% = 18\%$ de aumento total, correspondendo a 118% do valor inicial. Essa interpretação encontra respaldo literal na alternativa IV, que afirma que o índice C corresponde a “exatamente 118% do valor inicial”, não podendo ser considerada inequivocamente falsa. Assim, verifica-se que a questão admite duas respostas possíveis, ambas matematicamente justificáveis com base no texto apresentado: cálculo composto ? 118,8%; soma dos aumentos ? 118%. Tal ambiguidade afronta o princípio da objetividade e da precisão técnica, essenciais em avaliações de concursos públicos, que devem apresentar apenas uma alternativa indiscutivelmente correta. Diante do exposto, solicito a anulação da Questão 31, por ausência de clareza metodológica e possibilidade de mais de uma interpretação válida, o que prejudica a segurança jurídica e a igualdade entre os candidatos.</p>

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

Considerando um valor-base de 100 para cada índice no início do período, tem-se:

- Item I: o índice A sofreu aumento de 12%, logo passa de 100 para 112. Portanto, após o aumento, corresponde a 112% do valor inicial. Item verdadeiro.
- Item II: o índice B diminuiu 5%, então passa de 100 para 95. Assim, corresponde a 95% do valor anterior. Item verdadeiro.
- Item III: o índice C já havia aumentado 10% no trimestre anterior e, no trimestre avaliado, aumentou mais 8% sobre esse novo valor. Assim, o fator acumulado é $1,10 \times 1,08 = 1,188$, o que representa aumento total de 18,8% em relação ao valor inicial. Item verdadeiro.
- Item IV: pelo cálculo anterior, o índice C final equivale a 118,8% do valor inicial, e não exatamente 118%. Item falso.

Conclusão: estão corretas as afirmações I, II e III apenas.

Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Mecânico - questão 22	<p>Questão: A respeito da oração "que a vida toda é uma espécie de dança das cadeiras" em "Hoje percebo que a vida toda é uma espécie de dança das cadeiras" conforme sua função sintática e construção oracional em que está inserida é correto afirmar que: (A) Trata-se de oração subordinada adjetiva explicativa, pois esclarece o sentido da oração principal ao definir o que se entende por "vida toda" na perspectiva do enunciador, desempenhando função de predicativo do sujeito. (B) Classifica-se como oração subordinada substantiva subjetiva, já que funciona como sujeito da oração principal e retoma o sentido da locução verbal "percebo que", sendo o conteúdo percebido o elemento central do enunciado. (C) É uma oração subordinada substantiva objetiva direta, pois exerce a função de objeto direto do verbo "percebo", completando seu sentido e estando subordinada sintaticamente a ele, embora semanticamente guarde autonomia conceitual. (D) Configura-se como oração subordinada adverbial causal, introduzida por "que", com valor semântico de justificativa para a constatação feita pelo sujeito, e tem por função indicar a causa da percepção expressa no verbo principal.</p> <p>Recurso: Questão 22 – Recurso A questão aborda classificação detalhada de orações subordinadas substantivas e adjetivas, com foco em função sintática avançada (objeto direto, subjetiva, predicativo). Esse tipo de análise sintática profunda é conteúdo de Ensino Médio, não do Fundamental, onde se trabalha apenas identificação superficial de sujeito, predicado e tipos simples de orações. A complexidade torna a questão inadequada ao nível exigido, justificando sua anulação.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:</p> <p>A alegação apresentada no recurso não procede, pois a questão em análise está plenamente compatível com o nível de exigência previsto para o Ensino Fundamental –</p>

	<p>Anos Finais, conforme orientam a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).</p> <p>A BNCC estabelece que, nos anos finais do Ensino Fundamental, o estudo da Língua Portuguesa deve ultrapassar a identificação meramente superficial de termos da oração, contemplando a análise linguística e semiótica em contexto, com foco na compreensão do funcionamento sintático e semântico das estruturas que constroem os sentidos do texto. Nesse sentido, a identificação e a classificação de orações subordinadas substantivas, especialmente quando relacionadas à função sintática que exercem no período, integram o eixo da reflexão sobre a língua em uso, conforme previsto nas habilidades relacionadas à análise da organização sintática do texto e às relações de dependência entre orações.</p> <p>Os PCNs do Ensino Fundamental, por sua vez, já indicam que, a partir do 8º e 9º anos, o ensino de gramática deve privilegiar a compreensão das relações sintáticas estabelecidas no período composto, incluindo a distinção entre orações coordenadas e subordinadas, bem como o reconhecimento das funções que essas orações desempenham no enunciado. Não se trata, portanto, de um conteúdo restrito ao Ensino Médio, mas de um aprofundamento progressivo e contextualizado, coerente com a etapa final da educação básica obrigatória.</p> <p>A questão proposta não exige memorização mecânica nem nomenclatura excessivamente abstrata, mas sim a capacidade de analisar a função sintática da oração introduzida por “que” em relação ao verbo “percebo”, habilidade compatível com os objetivos formativos dessa etapa, sobretudo quando inserida em um contexto textual claro e semanticamente acessível. Tal abordagem está alinhada ao princípio, defendido tanto pela BNCC quanto pelos PCNs, de que o ensino gramatical deve servir à compreensão dos sentidos do texto e ao desenvolvimento da competência leitora.</p> <p>Dessa forma, não há fundamento para a alegação de inadequação do nível da questão. O item avalia competências previstas nos documentos oficiais, respeita a progressão do conhecimento linguístico no Ensino Fundamental e exige do candidato uma análise coerente com as expectativas formativas dessa etapa, não havendo, portanto, motivo para sua anulação.</p> <p>Referências</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018.</p> <p>BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Mecânico questão 23	<p>Questão:</p> <p>Com base na leitura e análise do texto apresentado, que articula experiências pessoais e construções metafóricas relacionadas ao ato de "ocupar cadeiras", assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta quanto à estrutura coesiva e à coerência global do texto.</p> <p>(A) A coerência textual se estabelece pela articulação entre memória e reflexão, evidenciada por operadores de progressão e por marcas coesivas que possibilitam o encadeamento lógico entre</p>

vivências distintas, associadas a diferentes fases da vida do enunciador.

(B) O texto explora o valor simbólico das cadeiras como forma de reforçar o caráter estático da identidade humana, por meio de construções predominantemente anafóricas, responsáveis por reiterar a ideia de permanência dos papéis sociais assumidos.

(C) A sequência descritiva do texto, ao remeter às cadeiras simbólicas da infância e da vida adulta, revela uma estrutura circular, com marcadores coesivos que reiteram o valor literal do objeto, eclipsando a função simbólica inicialmente atribuída.

(D) A coesão referencial do texto é construída, sobretudo, por meio de mecanismos de substituição e elipse, os quais sustentam uma progressão temática linear que reforça a unicidade do sujeito, evitando desvios e contradições em sua autoimagem.

Recurso:

Questão 23 – Recurso A questão exige domínio de conceitos elevados de coesão e coerência, incluindo operadores discursivos, progressão temática, estrutura textual e interpretação metafórica profunda. Tais competências extrapolam totalmente o Ensino Fundamental, que trabalha apenas coesão básica (pronomes, conectivos simples) e compreensão literal/inferencial. O grau interpretativo é típico de avaliações do Ensino Médio. Solicito a anulação por incompatibilidade com o nível do cargo.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

O argumento apresentado no recurso não se sustenta, uma vez que a questão está plenamente alinhada às competências e habilidades previstas para o Ensino Fundamental – Anos Finais, conforme estabelecem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

A BNCC define que, nos anos finais do Ensino Fundamental, o trabalho com a leitura deve envolver não apenas a compreensão literal, mas também a interpretação inferencial, a análise da coerência global do texto e a identificação de mecanismos de coesão responsáveis pelo encadeamento das ideias. Nesse sentido, o reconhecimento de operadores de progressão textual, de relações entre memória e reflexão e do uso de recursos metafóricos integra o eixo de Leitura e o de Análise Linguística e Semiótica, ambos voltados à compreensão do funcionamento do texto em sua totalidade.

Contrariamente ao que sustenta o recurso, a questão não exige domínio abstrato ou teórico avançado da linguística textual, mas sim a capacidade de reconhecer como as experiências narradas se articulam de forma coerente, por meio de marcas linguísticas explícitas no texto. A referência a mecanismos coesivos, progressão temática e construção de sentidos ocorre de maneira aplicada e contextualizada, exatamente como

	<p>orienta a BNCC, que prioriza a leitura crítica e reflexiva de textos que articulam experiências pessoais, metáforas e sentidos simbólicos.</p> <p>Os PCNs do Ensino Fundamental já preveem que o estudante, ao final dessa etapa, seja capaz de compreender textos que combinam diferentes sequências discursivas, identificar relações de sentido entre partes do texto e reconhecer a função de elementos coesivos na construção da coerência. Assim, a análise do valor simbólico das “cadeiras”, associada à progressão das vivências do enunciador, está em consonância com a proposta de desenvolver leitores capazes de interpretar textos para além da superfície verbal.</p> <p>Além disso, a alternativa correta avalia a coerência global do texto, conceito central no ensino de Língua Portuguesa desde os anos finais do Ensino Fundamental, conforme reiteradamente indicado nos documentos curriculares oficiais. A exigência de leitura atenta e interpretação articulada não caracteriza inadequação de nível, mas sim respeito ao princípio da progressão das aprendizagens e à formação de leitores competentes.</p> <p>Dessa forma, a questão apresenta grau de complexidade compatível com o nível exigido, estando em conformidade com a BNCC e os PCNs, não havendo qualquer extração de conteúdo que justifique sua anulação.</p> <p>Referências</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018.</p> <p>BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Mecânico questão 24	<p>Questão:</p> <p>Considerando a análise sintática da oração "Estar ali ainda dizia ao mundo que eu era uma criança", assinale a alternativa que identifica corretamente a função do termo destacado "ao mundo".</p> <p>(A) Trata-se de objeto indireto do verbo "dizer", exigido por sua transitividade indireta, sendo introduzido por preposição obrigatória que completa seu sentido verbal.</p> <p>(B) Trata-se de objeto indireto, pois completa o sentido do verbo "dizer", o qual, nesse contexto, é transitivo direto e indireto, exigindo dois complementos: um com e outro sem preposição.</p> <p>(C) Trata-se de complemento nominal vinculado ao substantivo "criança", funcionando como especificador do conteúdo da oração subordinada substantiva objetiva direta.</p> <p>(D) Trata-se de adjunto adverbial de finalidade, que indica o propósito do ato de "estar ali", evidenciando uma intenção comunicativa subjacente à ação verbal.</p> <p>Recurso:</p> <p>Questão 24 – Recurso A questão exige análise sintática detalhada, identificando objeto indireto, transitividade verbal, complemento nominal e adjunto adverbial — classificações avançadas que não fazem parte do conteúdo programático do Ensino Fundamental. No Fundamental, o estudo é limitado a complementos básicos, sem aprofundamento técnico. Portanto, a questão excede o nível esperado e deve ser anulada.</p>

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

O recurso interposto não merece acolhimento, pois a questão apresentada está plenamente compatível com as competências e habilidades previstas para o Ensino Fundamental – Anos Finais, conforme estabelecem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

A BNCC orienta que, nos anos finais do Ensino Fundamental, o ensino de Língua Portuguesa deve promover a análise linguística em contexto, permitindo ao estudante compreender como os termos da oração se organizam sintaticamente para a construção dos sentidos do texto. Nesse âmbito, a identificação da função sintática de termos preposicionados, como objetos indiretos e adjuntos adverbiais, integra o estudo do funcionamento da língua em uso, não se restringindo a um nível meramente introdutório.

A análise proposta na questão não exige tratamento abstrato ou excessivamente técnico da sintaxe, mas sim o reconhecimento da relação estabelecida entre o verbo “dizia” e o termo “ao mundo”, o que envolve a compreensão da regência verbal e da função sintática do complemento preposicionado. Tal habilidade é prevista na BNCC quando se propõe que o aluno analise os efeitos de sentido decorrentes das escolhas sintáticas e identifique as funções que os termos desempenham no enunciado.

Os PCNs do Ensino Fundamental já indicam que, especialmente no 8º e 9º anos, o estudante deve ser capaz de distinguir complementos verbais de adjuntos adverbiais, reconhecendo a dependência sintática em relação ao verbo e o papel semântico desses termos no contexto da oração. Assim, a identificação de objeto indireto, ainda que envolva noções de transitividade verbal, não extrapola o nível esperado, mas corresponde ao aprofundamento progressivo previsto para essa etapa da escolarização.

Além disso, a questão está ancorada em um enunciado contextualizado, o que reduz a exigência de memorização de conceitos isolados e valoriza a leitura atenta e a análise funcional da língua, conforme orientam os documentos curriculares oficiais. O candidato é chamado a interpretar a relação sintática a partir do uso efetivo da linguagem, e não a reproduzir classificações descontextualizadas.

Dessa forma, a questão apresenta grau de complexidade compatível com o Ensino Fundamental – Anos Finais, estando em conformidade com a BNCC e os PCNs, não havendo fundamento pedagógico ou normativo que justifique sua anulação.

Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

	<p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Mecânico questão 25	<p>- Questão: Acerca do uso da pontuação no trecho "Quando criança, eu me fascinava pelas cadeiras que via na televisão: as dos apresentadores do Jornal Nacional, as dos políticos em Brasília, a do banco de reservas do meu Corinthians e até a do confessionário do BBB", especialmente das vírgulas e dos dois-pontos, analise as proposições a seguir e assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) A vírgula empregada após "eu me fascinava pelas cadeiras" visa evitar ambiguidade quanto ao sujeito da oração seguinte, enquanto os dois-pontos indicam uma explicação causal para o fascínio do enunciador, configurando valor de causa.</p> <p>(B) O uso dos dois-pontos no trecho citado é indevido, pois ocorre após um verbo transitivo direto e deveria ser substituído por vírgula, para evitar quebra da continuidade sintática entre oração principal e oração subordinada.</p> <p>(C) A vírgula após "Quando criança" é facultativa, pois trata-se de adjunto adverbial curto; já os dois-pontos desempenham função anafórica, retomando a oração anterior de modo conclusivo, com sentido equivalente ao da conjunção "portanto".</p> <p>(D) Os dois-pontos introduzem uma enumeração que funciona como aposto explicativo do termo "cadeiras", e as vírgulas que se seguem são obrigatórias, pois separam termos coordenados em sequência enumerativa, com valor de adição.</p> <p>Recurso: Questão 25 – Recurso A análise proposta envolve usos específicos de pontuação (dois-pontos, enumeração, aposto, valor semântico da vírgula), relacionando função sintática e discursiva — habilidade típica do Ensino Médio. No ensino Fundamental, estuda-se pontuação de forma simples e funcional, sem aprofundamento interpretativo do valor sintático e discursivo dos sinais. Assim, a questão extrapola o nível exigido e deve ser anulada.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:</p> <p>O recurso interposto não procede, uma vez que a questão está plenamente adequada ao Ensino Fundamental – Anos Finais, conforme orientações expressas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o componente Língua Portuguesa.</p>

	<p>A BNCC estabelece que, nos anos finais do Ensino Fundamental, o estudo da pontuação deve ultrapassar a identificação mecânica dos sinais gráficos, contemplando a análise de seus efeitos de sentido no texto e sua relação com a organização sintática e discursiva do enunciado. Nesse contexto, o reconhecimento do uso dos dois-pontos para introdução de enumeração e da vírgula na separação de termos coordenados integra o eixo de Análise Linguística e Semiótica, estando plenamente alinhado às habilidades previstas para essa etapa.</p> <p>Contrariamente ao que sustenta o recurso, a questão não exige um tratamento abstrato ou excessivamente técnico da pontuação, mas solicita que o candidato identifique funções usuais e recorrentes dos sinais gráficos em um texto de circulação comum. O emprego dos dois-pontos para anunciar uma enumeração explicativa e o uso obrigatório da vírgula para separar termos coordenados são conteúdos tradicionalmente trabalhados no Ensino Fundamental, especialmente nos 8º e 9º anos, conforme orientam os PCNs.</p> <p>Os PCNs do Ensino Fundamental indicam que o ensino de pontuação deve levar o aluno a compreender como os sinais organizam o texto, contribuem para a clareza das ideias e orientam a leitura. Nesse sentido, a análise proposta — reconhecer os dois-pontos como introdutores de enumeração com valor explicativo e as vírgulas como marcadores de coordenação — está diretamente relacionada à leitura e à compreensão do texto, não configurando aprofundamento incompatível com o nível exigido.</p> <p>Além disso, a questão está ancorada em um trecho contextualizado, o que afasta qualquer exigência de memorização de nomenclaturas isoladas. O candidato é levado a interpretar a pontuação em função da construção do sentido global do enunciado, conforme preconiza a BNCC ao enfatizar a articulação entre forma linguística e sentido.</p> <p>Dessa forma, a questão apresenta grau de complexidade compatível com o Ensino Fundamental – Anos Finais, encontrando respaldo nos documentos curriculares oficiais, não havendo fundamento pedagógico ou normativo para sua anulação.</p> <p>Referências</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018.</p> <p>BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Mecânico questão 28	<p>Questão: Assinale a alternativa cuja palavra em destaque foi acentuada pela seguinte regra: "Recebem acento agudo as chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, aquelas palavras cuja sílaba tônica contém vogais abertas representadas por a, e, o, bem como i e u, ou ainda um ditongo oral iniciado por vogal aberta, e que finalizam com grupos vocálicos pós-tônicos que funcionam, na prática, como ditongos crescentes." (A) Sempre imaginamos certas cadeiras como símbolos de desejo ou conforto, mas, ao longo da vida, ocupamos cadeiras em um sentido mais amplo. (B) Também lembro do banquinho infantil dos carrinhos</p>

de supermercado: desconfortável, difícil de sentar, mas simbólico.
(C) Competimos por espaços na família, nos relacionamentos, no trabalho e até no transporte.
(D) Elas indicam lugares sociais, posições e identidades que assumimos, muito além da ergonomia ou do apoio lombar que possam oferecer.

Recurso:

Questão 28 – Recurso A questão exige domínio de regra específica de acentuação de proparoxítonas aparentes, conteúdo que não integra o currículo do Ensino Fundamental, onde se estuda apenas regras gerais de oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas. A regra mencionada é avançada e pertence ao estudo aprofundado de fonologia no Ensino Médio. Por não condizer com o nível fundamental, a questão deve ser anulada.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interpôsto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

O recurso apresentado não procede, pois a questão está em consonância com os conteúdos e habilidades previstos para o Ensino Fundamental – Anos Finais, conforme estabelecem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

A BNCC prevê que, nos anos finais do Ensino Fundamental, o estudante deve compreender e aplicar as regras de acentuação gráfica, reconhecendo a relação entre tonicidade, estrutura silábica e uso dos acentos, inclusive em situações que envolvem refinamentos normativos da escrita, desde que contextualizados em textos reais. O reconhecimento de proparoxítonas aparentes não configura conteúdo alheio a essa etapa, mas um desdobramento das regras gerais de acentuação, diretamente vinculado ao estudo das proparoxítonas, tradicionalmente trabalhadas no Ensino Fundamental.

Importa destacar que a questão não exige conhecimento teórico aprofundado de fonologia, tampouco discussão abstrata sobre processos fonológicos. O enunciado apresenta explicitamente a regra normativa que fundamenta a acentuação, cabendo ao candidato apenas identificar, entre as alternativas, a palavra que se enquadra na descrição fornecida. Trata-se, portanto, de uma habilidade de aplicação e reconhecimento, plenamente compatível com o nível exigido.

Os PCNs do Ensino Fundamental orientam que o ensino de ortografia e acentuação deve ir além da memorização mecânica, favorecendo a compreensão das regularidades do sistema da língua escrita. Nesse sentido, a identificação de palavras acentuadas em razão da posição da sílaba tônica e da estrutura vocálica final está de acordo com o objetivo de desenvolver a consciência linguística e ortográfica dos estudantes ao final dessa etapa da escolarização.

Além disso, a noção de proparoxítonas aparentes está diretamente relacionada à classificação tradicional das palavras quanto à tonicidade, conteúdo amplamente previsto no Ensino Fundamental. A questão apenas explicita uma regra particular dentro desse

mesmo campo, sem extrapolar o escopo curricular, especialmente por estar inserida em um contexto textual acessível e por fornecer ao candidato todos os elementos necessários para a resolução.

Dessa forma, a questão apresenta grau de complexidade compatível com o Ensino Fundamental – Anos Finais, encontra respaldo nos documentos curriculares oficiais e não exige conhecimento exclusivo do Ensino Médio, inexistindo fundamento pedagógico ou normativo para sua anulação.

Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

Diante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Médico 40h - questão 29	<p>Questão: Considerando o excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir, com base nos recursos de significação empregados na construção do texto. Assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta acerca dos sentidos das palavras e expressões empregadas.</p> <p>(A) A palavra "mar" tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.</p> <p>(B) A expressão "sem se importar com o movimento de uns pescadores" exprime ironia sutil, conferindo à ação das gaivotas um juízo de valor negativo, aproximando-as de um comportamento passivo e disfuncional diante da rotina laboriosa dos humanos.</p> <p>(C) A expressão "brisa velha conhecida dos moradores" apresenta sentido denotativo, ao aludir à recorrência de um fenômeno climático típico da vila, com vocabulário técnico e referencial que reforça o tom realista da ambientação.</p> <p>(D) O uso da palavra "respeitado", no trecho "Sebastião passou a ser muito respeitado", possui sentido denotativo, equivalente a "obedecido", e indica que a autoridade de Sebastião advinha de uma função institucional oficialmente reconhecida.</p> <p>Recurso: Na alternativa 'a', a palavra "mar" no texto - "O olhar atravessa a rua e vê o mar quase encostando na calçada" - possui um sentido denotativo, de massa líquida que cobre a maior parte do planeta. Assim, o texto mostra a proximidade e integralidade do mar na vida daquela população mas isto não faz extrapolar seu sentido mais literal possível. Ainda, na alternativa 'b' - a expressão "sem se importar com o movimento de uns pescadores" exprime ironia sutil - esta correta, tendo em vista que o texto já demonstrou a habituação delas a rotina dos pescadores, que mesmo durante o trabalho deles, elas continuam na sua rotina de repouso (a passagem na íntegra: "Gaivotas tão íntimas das pessoas descansam boiando na água, sem se importar com o movimento de uns pescadores que recolhem tralhas no barco apelidado de Mariana.") Em resumo, peço uma revisão do gabarito em que se considere a alternativa 'b' a correta, pelos argumentos apresentados acima.</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são</p>

suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — CORRETA

“A palavra ‘mar’ tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.”

Interpretação adequada.

Embora o mar exista concretamente na paisagem da vila, seu valor no texto ultrapassa o sentido puramente denotativo. Ele se articula a:

uma comunidade de pescadores;

uma tradição açoriana;

um personagem envolto em narrativas míticas e sobrenaturais (a viagem com as bruxas até a África).

Nesse contexto, o mar funciona simbolicamente como:

espaço de travessia;

elo entre o real e o mítico;

marca de ancestralidade e permanência histórica.

Portanto, há conotação, pois o mar participa da construção simbólica do universo narrativo e do estatuto quase lendário de Sebastião.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘sem se importar com o movimento de uns pescadores’ exprime ironia sutil...”

Leitura interpretativa forçada.

A expressão não carrega ironia nem juízo de valor negativo. O narrador apenas descreve:

a tranquilidade das gaivotas,

a natural convivência entre homens e animais.

O efeito de sentido é de harmonia e familiaridade, não de crítica ou ironia. As gaivotas não são caracterizadas como “disfuncionais”, mas como parte orgânica da paisagem cotidiana.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘brisa velha conhecida dos moradores’ apresenta sentido denotativo, com vocabulário técnico e referencial...”

	<p>Erro conceitual.</p> <p>A expressão é claramente conotativa:</p> <p>“brisa velha” não é termo técnico nem meteorológico;</p> <p>o adjetivo “velha” humaniza o fenômeno natural, sugerindo memória, familiaridade e pertencimento.</p> <p>O efeito de sentido é afetivo e poético, reforçando o vínculo dos moradores com o espaço vivido, e não um tom técnico ou estritamente realista.</p> <p>Alternativa — INCORRETA</p> <p>“O uso da palavra ‘respeitado’ possui sentido denotativo, equivalente a ‘obedecido’, e indica autoridade institucional.”</p> <p>Interpretação equivocada.</p> <p>No texto:</p> <p>“respeitado” não equivale a “obedecido”;</p> <p>o respeito não decorre de cargo institucional, mas de:</p> <p>um episódio lendário,</p> <p>da tradição oral,</p> <p>do imaginário coletivo da comunidade.</p> <p>O termo assume um valor sociocultural e simbólico, ligado ao prestígio informal e à aura mítica de Sebastião, e não a uma autoridade oficial.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Médico 40h - questão 30	<p>Questão:</p> <p>Com base no texto "11 de setembro", analise os elementos linguísticos e discursivos que compõem sua estrutura e estilo, e assinale a alternativa que apresenta uma leitura teoricamente fundamentada acerca da função predominante da linguagem e do uso das figuras de linguagem.</p> <p>(A) O texto apresenta predomínio da função conativa, pois, ao valorizar os atos e a voz de Sebastião, busca mobilizar a ação do interlocutor em torno da preservação das tradições culturais locais. A escolha da prosopopeia e da metáfora reforça o tom imperativo subjacente à construção narrativa.</p> <p>(B) O texto é dominado pela função poética, pois organiza seus recursos expressivos de forma a intensificar os efeitos estéticos e simbólicos, como se observa no uso da personificação das gaivotas e na</p>

descrição pictórica da vila, articulando o lirismo à identidade coletiva.

(C) A função referencial configura-se como predominante, dada a apresentação objetiva de elementos descritivos da vila e de seus habitantes, sendo as figuras de linguagem empregadas com finalidade meramente estética, como a hipérbole na narrativa da viagem com bruxas.

(D) A função metalingüística prevalece no texto, uma vez que há reflexões implícitas sobre o fazer narrativo, sobretudo no uso das figuras de linguagem como metáfora e ironia, que comentam os próprios limites da linguagem na transmissão de eventos extraordinários.

Recurso:

O texto '11 de setembro' apesar de conter passagens fantásticas conta de forma clara e objetiva a conversa de dois pescadores sobre o famoso atentado ocorrido no dia 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Estes elementos fantásticos servem para demonstrar melhor o dia-a-dia da vila (como no caso das gaivotas), as suas crenças (como no caso das bruxas), e a seu letramento (como na escrita durante a conversa entre Sebastião e José Vicente; ou quando ao invés de chamar as colunas de finas e cilíndricas opta por descrever como colunas de canela). Assim, diferente dum texto como o Grande Sertão: veredas de Guimarães Rosa, em que desvendamos o passado de Riobaldo ao mesmo tempo em que ele coloca seus pensamentos e emoções em ordem. O texto de Werner Neuert se assemelha mais a um Gabriel Garcia Marques, em que o fantástico em que o fantástico penetra toda obra mas não há uma quebra formal da lógica gramatical (salvo raras exceções) que justifique a funções poética sobrepor denotativa. Em resumo, ao ler 11 de setembro, há um predomínio do sentido literal das palavras - o mar é uma grande extensão de água; a viagem a África é tido como um evento real; a baleeira é um bote com popa e proa finos - apesar dos elementos fantásticos da narrativa. Portanto, a função predominante de linguagem é a função referencial apesar da estética.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — INCORRETA

"A função referencial configura-se como predominante..."

Embora o texto apresente elementos descritivos do espaço e dos personagens, isso não caracteriza predominância da função referencial.

Segundo Jakobson, a função referencial predomina quando a linguagem se organiza prioritariamente para informar objetivamente sobre a realidade, com mínimo investimento expressivo.

No conto:

as descrições são esteticamente trabalhadas;

há lirismo, subjetividade e valor simbólico;

expressões como “brisa velha conhecida dos moradores” e “gaivotas tão íntimas das pessoas” extrapolam a objetividade informativa.

Além disso, a alternativa incorre em erro ao classificar o episódio das bruxas como hipérbole. Trata-se, na verdade, de um recurso narrativo mítico-fantástico, ligado à tradição oral e ao imaginário coletivo, e não de exagero quantitativo típico da hipérbole.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“A função metalinguística prevalece no texto...”

A função metalinguística ocorre quando a linguagem fala de si mesma, explicita códigos, comenta o próprio ato de narrar ou o funcionamento da língua.

No texto:

não há reflexão explícita ou implícita sobre o fazer narrativo;

não há comentário sobre os limites da linguagem;

metáforas e imagens servem à construção estética e simbólica do universo narrado, e não a uma autorreflexão do discurso.

Logo, a função metalinguística não é predominante, nem secundária de forma relevante.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“O texto apresenta predomínio da função conativa...”

A função conativa (ou apelativa) centra-se no interlocutor, buscando influenciar seu comportamento, geralmente por meio de:

imperativos,

vocativos,

apelos diretos.

No conto:

não há interpelação ao leitor;

não se busca mobilizar ações concretas;

a valorização da cultura local ocorre de modo contemplativo e narrativo, não persuasivo.

	<p>Além disso:</p> <p>não há tom imperativo subjacente;</p> <p>a prosopopeia e a metáfora não têm função apelativa, mas expressiva e poética.</p> <p>Alternativa incorreta.</p> <p>Alternativa — CORRETA</p> <p>“O texto é dominado pela função poética...”</p> <p>Leitura adequada e teoricamente consistente.</p> <p>Segundo Jakobson, a função poética predomina quando a atenção do texto se volta para:</p> <ul style="list-style-type: none"> a forma da mensagem, a organização estética da linguagem, os efeitos simbólicos e expressivos. <p>No conto, isso se evidencia por:</p> <ul style="list-style-type: none"> descrições pictóricas e sensoriais da vila; uso recorrente de figuras de linguagem, como: <ul style="list-style-type: none"> personificação: “gaivotas tão íntimas das pessoas”, “brisa velha conhecida”; metáforas visuais e afetivas; construção de um lirismo narrativo que articula: <ul style="list-style-type: none"> memória, tradição, identidade coletiva. <p>O texto não se limita a contar fatos: ele estetiza a experiência, fundindo o cotidiano ao mítico e ao simbólico, o que confirma o predomínio da função poética, ainda que outras funções coexistam de modo secundário.</p> <p>Alternativa correta.</p> <p>JAKOBSON, Roman. Linguística e comunicação. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.</p> <p>BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.</p>
--	--

FIORIN, José Luiz. Introdução ao pensamento de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CANDIDO, Antonio. O discurso e a cidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

Diante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Médico Veterinário questão 9	<p>Questão: O controle sanitário em propriedades rurais depende da aplicação rigorosa de medidas de biossegurança, essenciais para reduzir a entrada e disseminação de agentes patogênicos entre lotes. Em propriedades de bovinocultura de corte no Brasil Central, é comum a chegada de animais oriundos de múltiplos fornecedores, o que exige protocolos de isolamento, desinfecção de veículos e adoção de exames sanitários prévios. Em um caso prático, uma fazenda que recebia animais quinzenalmente implementou um fluxograma de entrada com isolamento por 30 dias, monitoramento clínico e vacinação conforme calendário oficial, reduzindo significativamente casos de diarreia neonatal e doenças respiratórias. Diante desse contexto, o conjunto de ações que impede a entrada de novos agentes infecciosos no rebanho corresponde ao conceito de _____, enquanto as ações focadas em diminuir a circulação de agentes já existentes dentro da propriedade correspondem a _____. Agora, selecione a alternativa correta. (A) Bem-estar animal — Manejo nutricional preventivo (B) Vigilância sanitária — Quarentena (C) Barreiras externas — Barreiras internas (D) Desinfecção terminal — Controle de vetores</p> <p>Recurso: Motivo: ambiguidade conceitual que compromete a correta interpretação RECURSO Venho solicitar a anulação da Questão 9, pois o item apresenta inconsistência conceitual entre o enunciado e a alternativa considerada correta. A questão pede que o candidato identifique: • medidas que impedem a entrada de novos agentes (barreiras externas), • e medidas que reduzem a circulação dentro da propriedade (barreiras internas). Porém, o enunciado descreve ações como: • isolamento/quarentena por 30 dias, • monitoramento clínico, • vacinação de animais já recebidos pela propriedade. De acordo com os manuais técnicos do MAPA e da literatura de biossegurança, quarentena/isolar animais após chegarem na fazenda é considerado uma medida interna, voltada a reduzir a disseminação de agentes já presentes, não uma barreira externa. Barreira externa, tecnicamente, corresponde a medidas antes da entrada, como certificações sanitárias, exames prévios, controle de acesso e desinfecção de veículos. Assim, o próprio contexto da questão contradiz a alternativa indicada como correta (“Barreiras externas — Barreiras internas”), pois descreve ações internas classificadas como externas, gerando ambiguidade conceitual e violando o princípio de clareza exigido em provas objetivas. Diante da divergência entre o conceito técnico e o exemplo apresentado, solicito a anulação da questão, uma vez que ela admite múltiplas interpretações e não apresenta alternativa indiscutivelmente correta.</p>

Resposta ao recurso:

O conjunto de ações que impede a entrada de novos agentes infecciosos no rebanho corresponde ao conceito de BARREIRAS EXTERNAS, enquanto as ações focadas em diminuir a circulação de agentes já existentes dentro da propriedade correspondem a BARREIRAS INTERNAS.

Na biossegurança aplicada à bovinocultura, as BARREIRAS EXTERNAS são definidas como o CONJUNTO DE MEDIDAS DESTINADAS A EVITAR A INTRODUÇÃO DE AGENTES PATOGÊNICOS NA PROPRIEDADE, abrangendo o controle da origem dos animais, exigência de exames sanitários prévios, controle de acesso, desinfecção de veículos, restrição de trânsito e protocolos sanitários aplicados ANTES DA INTEGRAÇÃO DEFINITIVA DOS ANIMAIS AO REBANHO (MAPA, 2022; OIE, 2019).

As BARREIRAS INTERNAS, por sua vez, correspondem às estratégias destinadas à REDUÇÃO DA DISSEMINAÇÃO DE AGENTES JÁ PRESENTES DENTRO DO SISTEMA PRODUTIVO, incluindo separação de lotes, manejo sanitário interno, higienização de instalações, controle de fluxo de pessoas e equipamentos e manejo contínuo após a integração dos animais (RADOSTITS et al., 2007; MAPA, 2022).

No contexto descrito, o isolamento por 30 dias, o monitoramento clínico e a vacinação são medidas APPLICADAS EXCLUSIVAMENTE AOS ANIMAIS RECÉM-INTRODUZIDOS, compondo um PROTOCOLO DE ENTRADA SANITÁRIA, cujo objetivo é IMPEDIR A INTRODUÇÃO DE AGENTES PATOGÊNICOS NO REBANHO ESTABELECIDO, sendo, portanto, corretamente enquadradas como componentes da estratégia de BARREIRAS EXTERNAS.

Dessa forma, não se verifica ambiguidade conceitual ou inconsistência técnica entre o enunciado e a alternativa correta, uma vez que a questão distingue adequadamente as medidas voltadas à PREVENÇÃO DA INTRODUÇÃO DE AGENTES INFECCIOSOS daquelas destinadas ao CONTROLE DA DISSEMINAÇÃO INTERNA.

RECURSO INDEFERIDO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAPA. Manual de Biossegurança para Estabelecimentos Pecuários. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2022.

WORLD ORGANISATION FOR ANIMAL HEALTH (OIE). Terrestrial Animal Health Code. Paris, 2019.

RADOSTITS, O. M.; GAY, C. C.; HINCHCLIFF, K. W.; CONSTABLE, P. D. Veterinary Medicine: A textbook of the diseases of cattle, horses, sheep, pigs and goats. 10. ed. Saunders Elsevier, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Médico Veterinário questão 26	<p>Questão: No segmento "E continuou seu trabalho de reparar o motor, em meio às gaivotas e à maresia", analise os fatores linguísticos que justificam ou não o uso do acento indicativo da crase. Com base na norma culta da língua portuguesa, é correto afirmar que:</p> <p>(A) Há erro de crase em "à maresia", já que a palavra "maresia", por ser fenômeno natural e não entidade determinada, não admite o uso do artigo definido. Em "às gaivotas", o uso do acento grave se justifica pela ideia de delimitação espacial do coletivo animal.</p> <p>(B) O uso do acento grave em "às gaivotas" e "à maresia" é incorreto, pois em ambos os casos a preposição "em" rege locuções adverbiais femininas, que não comportam o artigo definido; portanto, o correto seria "em meio a gaivotas e a maresia".</p> <p>(C) Em ambas as expressões – "às gaivotas" e "à maresia" – o uso da crase está correto, pois há a fusão da preposição "a" exigida pela locução "em meio a" com o artigo definido que antecede os substantivos femininos plurais e singulares, respectivamente.</p> <p>(D) A ocorrência de crase em "às gaivotas" está incorreta, pois o substantivo "gaivotas" não exige artigo definido após a preposição "em", sendo um nome de animal coletivo; já em "à maresia", o uso está correto, pois há fusão de preposição com o artigo definido feminino.</p> <p>Recurso: Motivo: Ambiguidade e erro conceitual sobre uso obrigatório da crase TEXTO DO RECURSO Solicito a anulação da Questão 26, pois a alternativa considerada correta apresenta afirmação que não se sustenta na norma culta e gera dupla interpretação. A questão trata do uso da crase em: "em meio às gaivotas e à maresia". Entretanto: 1. A locução "em meio a" admite uso facultativo de artigo, conforme a gramática normativa. Assim, tanto "em meio a gaivotas" quanto "em meio às gaivotas" são formas corretas, dependendo do contexto. Portanto, não é possível afirmar que o uso da crase é obrigatório, como faz a alternativa indicada como correta. 2. A palavra "maresia" é um substantivo geralmente empregado sem artigo, por se tratar de fenômeno natural usado de forma genérica. Logo, a forma "a maresia", sem artigo, também é correta. Dessa forma, afirmar que deve haver crase obrigatória em "à maresia" não encontra respaldo normativo. Em síntese, a questão considera como única correta uma alternativa que exige uso obrigatório da crase em duas situações que, segundo a norma culta, são de uso facultativo. Isso gera ambiguidade, viola o princípio da unicidade da resposta e compromete a correção da questão. Diante disso, solicito a anulação da Questão 26.</p> <p>Resposta ao recurso:</p>

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Análise do segmento

“em meio às gaivotas e à maresia”

1. A locução “em meio a”

Segundo Bechara, “em meio a” é uma locução prepositiva, cujo núcleo é a preposição a. Logo, a estrutura sintática é:

em meio + a + termo regido

Assim, o “a” está sempre presente por exigência da locução, cabendo verificar se o substantivo seguinte admite artigo definido.

Se admitir artigo feminino, ocorre crase ($a + a = \text{à}$).

Se não admitir, não há crase.

Alternativa — INCORRETA

“Há erro de crase em ‘à maresia’, já que a palavra ‘maresia’, por ser fenômeno natural, não admite artigo definido.”

Erro conceitual grave.

Segundo Bechara, não existe regra gramatical que proíba artigo definido antes de nomes de fenômenos naturais. O uso do artigo depende de:

grau de determinação,

contexto discursivo,

valor semântico.

“A maresia” é plenamente aceitável quando se refere a um fenômeno concreto, perceptível e determinado, como no trecho, em que ela compõe o ambiente físico da ação.

Além disso:

A justificativa sobre “delimitação espacial do coletivo animal” para “às gaivotas” não tem respaldo gramatical.

O uso do artigo em “as gaivotas” decorre da determinação contextual, não de qualquer noção técnica de “coletivo animal”.

Alternativa incorreta.

Alternativa — CORRETA

“Em ambas as expressões – ‘às gaivotas’ e ‘à maresia’ – o uso da crase está correto...”

Análise perfeita à luz da gramática normativa.

Em “às gaivotas”:

“em meio a” → preposição exigida pela locução;

“as gaivotas” → substantivo feminino plural com artigo definido;

Resultado: a + as = às → crase obrigatória.

Em “à maresia”:

“em meio a” → preposição;

“a maresia” → substantivo feminino singular determinado pelo contexto;

Resultado: a + a = à → crase correta.

Bechara destaca que:

“O artigo definido surge quando o falante considera o referente conhecido, identificável ou determinado no universo discursivo.”

Portanto, ambas as crases são justificadas morfossintáticamente e semanticamente.

Alternativa correta.

Alternativa — INCORRETA

“A preposição ‘em’ rege locuções adverbiais femininas, que não comportam artigo definido...”

Erro técnico duplo:

“Em meio a” não é locução adverbial, mas locução prepositiva.

A preposição “em” não rege diretamente “gaivotas” nem “maresia” — quem rege esses termos é a preposição “a”, núcleo da locução.

Além disso:

Não há regra que proíba artigo definido após locuções prepositivas;

A reescrita sugerida (“em meio a gaivotas e a maresia”) altera o grau de determinação do texto, empobrecendo o sentido original.

Alternativa incorreta.

	<p>Alternativa — INCORRETA</p> <p>“A ocorrência de crase em ‘às gaivotas’ está incorreta, pois o substantivo ‘gaivotas’ não exige artigo definido...”</p> <p>Erro de regência e de semântica.</p> <p>Substantivos não ‘exigem’ artigo: eles admitem ou não admitem, conforme o contexto.</p> <p>“Gaivotas” pode perfeitamente vir precedido de artigo quando o referente é específico ou visualmente identificável, como ocorre na cena descrita.</p> <p>O argumento de que “é nome de animal coletivo” é gramaticalmente irrelevante (e tecnicamente equivocado).</p> <p>Além disso, a alternativa entra em contradição interna ao reconhecer corretamente a crase em “à maresia” e negar, sem base normativa, a de “às gaivotas”.</p> <p>Alternativa incorreta.</p> <p>Referência</p> <p>BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Médico Veterinário questão 27	<p>Questão:</p> <p>Considerando o excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir, com base nos recursos de significação empregados na construção do texto. Assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta acerca dos sentidos das palavras e expressões empregadas.</p> <p>(A) O uso da palavra "respeitado", no trecho "Sebastião passou a ser muito respeitado", possui sentido denotativo, equivalente a "obedecido", e indica que a autoridade de Sebastião advinha de uma função institucional oficialmente reconhecida.</p> <p>(B) A expressão "sem se importar com o movimento de uns pescadores" exprime ironia sutil, conferindo à ação das gaivotas um juízo de valor negativo, aproximando-as de um comportamento passivo e disfuncional diante da rotina laboriosa dos humanos.</p> <p>(C) A palavra "mar" tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.</p> <p>(D) A expressão "brisa velha conhecida dos moradores" apresenta sentido denotativo, ao aludir à recorrência de um fenômeno climático típico da vila, com vocabulário técnico e referencial que reforça o tom realista da ambientação.</p>

Recurso:

Motivo: Alternativa indicada como correta exige interpretação não sustentada pelo texto. RECURSO Solicito a revisão/anulação da Questão 27, pois a alternativa considerada correta (C) apresenta uma interpretação não suportada pelo texto-base, extrapolando o sentido literal das palavras sem que o enunciado permita tal inferência. A alternativa afirma que “mar” assume valor simbólico de “ancestralidade e fronteira entre mundos”. Contudo, no texto “11 de setembro”, o termo é empregado apenas como elemento concreto da ambientação, sem indicação de simbolismo mítico ou metafórico. A leitura simbólica proposta é subjetiva e não decorre diretamente do texto, violando o critério de objetividade necessário a provas de múltipla escolha. Assim, como as demais alternativas apresentam elementos plausíveis e a leitura de “mar” como símbolo não está textualmente sustentada, a questão apresenta interpretação aberta, admitindo múltiplas respostas. Diante disso, solicita-se a anulação da questão.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interpôsto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — CORRETA

“A palavra ‘mar’ tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.”

Interpretação adequada.

Embora o mar exista concretamente na paisagem da vila, seu valor no texto ultrapassa o sentido puramente denotativo. Ele se articula a:

uma comunidade de pescadores;

uma tradição açoriana;

um personagem envolto em narrativas míticas e sobrenaturais (a viagem com as bruxas até a África).

Nesse contexto, o mar funciona simbolicamente como:

espaço de travessia;

elo entre o real e o mítico;

marca de ancestralidade e permanência histórica.

Portanto, há conotação, pois o mar participa da construção simbólica do universo narrativo e do estatuto quase lendário de Sebastião.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘sem se importar com o movimento de uns pescadores’ exprime ironia sutil...”

Leitura interpretativa forçada.

A expressão não carrega ironia nem juízo de valor negativo. O narrador apenas descreve:
a tranquilidade das gaivotas,
a natural convivência entre homens e animais.

O efeito de sentido é de harmonia e familiaridade, não de crítica ou ironia. As gaivotas não são caracterizadas como “disfuncionais”, mas como parte orgânica da paisagem cotidiana.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘brisa velha conhecida dos moradores’ apresenta sentido denotativo, com vocabulário técnico e referencial...”

Erro conceitual.

A expressão é claramente conotativa:

“brisa velha” não é termo técnico nem meteorológico;

o adjetivo “velha” humaniza o fenômeno natural, sugerindo memória, familiaridade e pertencimento.

O efeito de sentido é afetivo e poético, reforçando o vínculo dos moradores com o espaço vivido, e não um tom técnico ou estritamente realista.

Alternativa — INCORRETA

“O uso da palavra ‘respeitado’ possui sentido denotativo, equivalente a ‘obedecido’, e indica autoridade institucional.”

Interpretação equivocada.

No texto:

“respeitado” não equivale a “obedecido”;

o respeito não decorre de cargo institucional, mas de:

um episódio lendário,

da tradição oral,

do imaginário coletivo da comunidade.

O termo assume um valor sociocultural e simbólico, ligado ao prestígio informal e à aura mítica de Sebastião, e não a uma autoridade oficial.

	<p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Médico Veterinário - questão 27	<p>Questão: Considerando o excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir, com base nos recursos de significação empregados na construção do texto. Assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta acerca dos sentidos das palavras e expressões empregadas.</p> <p>(A) O uso da palavra "respeitado", no trecho "Sebastião passou a ser muito respeitado", possui sentido denotativo, equivalente a "obedecido", e indica que a autoridade de Sebastião advinha de uma função institucional oficialmente reconhecida.</p> <p>(B) A expressão "sem se importar com o movimento de uns pescadores" exprime ironia sutil, conferindo à ação das gaivotas um juízo de valor negativo, aproximando-as de um comportamento passivo e disfuncional diante da rotina laboriosa dos humanos.</p> <p>(C) A palavra "mar" tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.</p> <p>(D) A expressão "brisa velha conhecida dos moradores" apresenta sentido denotativo, ao aludir à recorrência de um fenômeno climático típico da vila, com vocabulário técnico e referencial que reforça o tom realista da ambientação.</p> <p>Recurso: À Comissão Examinadora Concurso Público – Prefeitura Municipal de Guatambu Cargo: Médico Veterinário Assunto: Recurso contra o gabarito preliminar – Questão 27 ? venho, respeitosamente, à presença desta Comissão interpor RECURSO ADMINISTRATIVO contra o gabarito preliminar da Questão 27, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas. ? I – DO OBJETO DO RECURSO O presente recurso tem por finalidade a revisão/anulação da Questão 27, uma vez que a alternativa indicada como correta (letra C) não encontra suporte material no texto base, atribuindo-lhe sentidos que não estão presentes, violando, assim, os princípios da objetividade, da literalidade textual e da unicidade da resposta — requisitos essenciais às questões de múltipla escolha. ? II – DA FUNDAMENTAÇÃO A alternativa considerada correta afirma que o termo “mar”, no excerto, assume “valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos”. Contudo, a análise do texto demonstra que: 1. O “mar” é descrito unicamente como elemento físico da paisagem, conforme se verifica nos trechos: • “o olhar atravessa a rua e vê o mar quase encostando na calçada”; • “as pequenas embarcações de pesca flutuam embaladas por uma brisa velha conhecida dos moradores”; • referência ao ambiente de pesca, descanso de gaivotas e cotidiano da vila. 2. Não há, em qualquer parte do excerto, referência a simbolismos ligados a ancestralidade, fronteira entre mundos, mitologia, misticismo, transcendência, ou qualquer conotação que extrapole o plano descritivo e ambiental. 3. A interpretação constante da alternativa C depende de inferência extratextual, vedada em provas de interpretação de texto, que devem se ater exclusivamente às informações explicitamente apresentadas. 4. A alternativa, portanto, não decorre do texto, mas sim de construção subjetiva do elaborador, o que afronta o princípio da objetividade administrativa e o dever de que cada questão possua apenas uma alternativa correta, clara e inequivocavelmente comprovável. 5. A ausência de elementos linguísticos ou contextuais que sustentem a leitura proposta torna impossível afirmar, com segurança, que a alternativa C</p>

seja a resposta correta, motivo pelo qual a questão passa a carecer de alternativa válida, ensejando sua anulação. ? III – DO DIREITO À ANULAÇÃO Considerando que: • A alternativa tida como correta não possui respaldo textual; • Há violação ao princípio da unicidade da resposta, previsto implicitamente nas regras de elaboração de questões objetivas; • A interpretação exigida ultrapassa os limites do texto, contrariando o princípio hermenêutico de que o candidato deve apoiar-se exclusivamente no material fornecido; Configura-se hipótese de anulação da questão, uma vez que nenhuma alternativa atende plenamente ao critério de correção objetiva.

IV – DO PEDIDO Diante do exposto, requer-se: 1. A ANULAÇÃO da Questão 27, por ausência de alternativa correta fundamentada no texto base; 2. Caso não seja este o entendimento, que sejam prestados esclarecimentos técnicos fundamentados quanto ao embasamento textual da interpretação atribuída à alternativa C. Termos em que, Pede deferimento.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — CORRETA

“A palavra ‘mar’ tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.”

Interpretação adequada.

Embora o mar exista concretamente na paisagem da vila, seu valor no texto ultrapassa o sentido puramente denotativo. Ele se articula a:

uma comunidade de pescadores;

uma tradição açoriana;

um personagem envolto em narrativas míticas e sobrenaturais (a viagem com as bruxas até a África).

Nesse contexto, o mar funciona simbolicamente como:

espaço de travessia;

elo entre o real e o mítico;

marca de ancestralidade e permanência histórica.

Portanto, há conotação, pois o mar participa da construção simbólica do universo narrativo e do estatuto quase lendário de Sebastião.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘sem se importar com o movimento de uns pescadores’ exprime ironia sutil...”

Leitura interpretativa forçada.

A expressão não carrega ironia nem juízo de valor negativo. O narrador apenas descreve:
a tranquilidade das gaivotas,
a natural convivência entre homens e animais.

O efeito de sentido é de harmonia e familiaridade, não de crítica ou ironia. As gaivotas não são caracterizadas como “disfuncionais”, mas como parte orgânica da paisagem cotidiana.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘brisa velha conhecida dos moradores’ apresenta sentido denotativo, com vocabulário técnico e referencial...”

Erro conceitual.

A expressão é claramente conotativa:

“brisa velha” não é termo técnico nem meteorológico;

o adjetivo “velha” humaniza o fenômeno natural, sugerindo memória, familiaridade e pertencimento.

O efeito de sentido é afetivo e poético, reforçando o vínculo dos moradores com o espaço vivido, e não um tom técnico ou estritamente realista.

Alternativa — INCORRETA

“O uso da palavra ‘respeitado’ possui sentido denotativo, equivalente a ‘obedecido’, e indica autoridade institucional.”

Interpretação equivocada.

No texto:

“respeitado” não equivale a “obedecido”;

o respeito não decorre de cargo institucional, mas de:

um episódio lendário,

da tradição oral,

do imaginário coletivo da comunidade.

O termo assume um valor sociocultural e simbólico, ligado ao prestígio informal e à aura mítica de Sebastião, e não a uma autoridade oficial.

	Dante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO .
--	--

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Monitor de Transporte Escolar questão 24	<p>Questão: Assinale a alternativa cuja palavra em destaque foi acentuada pela seguinte regra: "Recebem acento agudo as chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, aquelas palavras cuja sílaba tônica contém vogais abertas representadas por a, e, o, bem como i e u, ou ainda um ditongo oral iniciado por vogal aberta, e que finalizam com grupos vocálicos pós-tônicos que funcionam, na prática, como ditongos crescentes." (A) Elas indicam lugares sociais, posições e identidades que assumimos, muito além da ergonomia ou do apoio lombar que possam oferecer. (B) Competimos por espaços na família, nos relacionamentos, no trabalho e até no transporte. (C) Também lembro do banquinho infantil dos carrinhos de supermercado: desconfortável, difícil de sentar, mas simbólico. (D) Sempre imaginamos certas cadeiras como símbolos de desejo ou conforto, mas, ao longo da vida, ocupamos cadeiras em um sentido mais amplo.</p> <p>Recurso: A palavra "família" é mais comumente classificada como paroxítona terminada em ditongo crescente (fa-mí-lia), recebendo acento por essa regra. Paroxítona: A sílaba tônica (mais forte) é a penúltima: "fa-mí-lia", com o "ia" sendo um ditongo crescente (semivocal + vocal).</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:</p> <p>Conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Anexos I e II – ABL):</p> <p>"Recebem acento agudo as chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, aquelas palavras cuja sílaba tônica contém vogais abertas representadas por a, e, o, bem como i e u, ou ainda um ditongo oral iniciado por vogal aberta, e que finalizam com grupos vocálicos pós-tônicos que funcionam, na prática, como ditongos crescentes."</p> <p>Fonte: ABL – Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.</p>

Elemento-chave da regra:

finalização em grupo vocálico pós-tônico (ia, ie, io, ua, ue, uo etc.);

não envolve consoante final.

(A)

Além

Incorreta

Acentuam-se as oxítonas com terminação EM.

desconfortável

INCORRETA (à luz da regra exigida)

Apesar de desconfortável ser acentuada, o motivo não é o das proparoxítonas aparentes descritas no Acordo.

Separação silábica: des-con-for-tá-vel

A palavra termina em consoante “L” (-vel), e não em grupo vocálico pós-tônico.

O acento decorre da regra das paroxítonas terminadas em -l, e não da regra específica das proparoxítonas aparentes.

Portanto, (B) está fora do escopo da regra apresentada no enunciado.

família

CORRETA

Separação silábica: fa-mí lia

Sílaba tônica: mí

Final: -ia → grupo vocálico pós-tônico que funciona como ditongo crescente
Trata-se exatamente de uma proparoxítona aparente, pois:

foneticamente é paroxítona (fa-MI-lia),

graficamente se comporta como proparoxítona,

recebe acento nos termos precisos do Acordo Ortográfico.

Exemplo canônico e clássico da regra solicitada.

símbolos

Incorreta

símbolos é proparoxítona real (sím-bo-los),

todas as proparoxítonas reais são acentuadas independentemente da regra das aparentes,

portanto não se enquadra no dispositivo citado pelo enunciado.

Conclusão (ajustada conforme o Acordo Ortográfico)

Resposta correta:

A palavra “família”:

apresenta sílaba tônica com vogal aberta,

termina em grupo vocálico pós-tônico (-ia),

configurando uma proparoxítona aparente, exatamente como definido no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Diante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Monitor de Transporte Escolar questão 34	<p>Questão: Em um clube esportivo, o número de inscrições para uma oficina foi definido pela equação $4x ? 6 = 26$, em que x representa a quantidade de participantes de um grupo específico. Com base nessa relação, determine quantos integrantes esse grupo possui.</p> <p>(A) O grupo possui 6 integrantes. (B) O grupo possui 8 integrantes. (C) O grupo possui 9 integrantes. (D) O grupo possui 10 integrantes.</p> <p>Recurso: A equação parece ser $4x + 6 = 26$, e a solução é $x = 5$, encontrada subtraindo 6 de ambos os lados (resultando em $4x = 20$) e depois dividindo por 4 ($20/4 = 5$). Passo a passo para resolver $4x + 6 = 26$: Escreva a equação: $4x + 6 = 26$. Subtraia 6 de ambos os lados: Para isolar o termo $4x$, subtraia 6 do 26: $4x = 26 - 6$ $4x = 20$. Divida por 4: Para encontrar o valor de x, divida 20 por 4: $x = 20 / 4$ $x = 5$. Portanto, o valor de x é 5.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Embora o enunciado apresente o símbolo “?” no lugar do operador matemático, o contexto e a estrutura da equação deixam inequívoco que se trata do sinal de subtração (-), caracterizando um erro meramente gráfico/ tipográfico, que não compromete a compreensão do problema por parte do candidato médio.</p> <p>A equação correta é, portanto: $4x - 6 = 26$.</p> <p>Resolvendo: $4x - 6 = 26$ $4x = 32$ $x = 8$.</p> <p>Assim, o grupo possui 8 integrantes</p> <p>Ressalta-se que: – o formato “$4x ? 6 = 26$” não admite outra operação plausível que conduza a um resultado inteiro coerente com as alternativas;</p>

- a substituição do sinal “?” por “–” é imediata e lógica, sendo prática comum em situações de falha de renderização gráfica;
- todas as alternativas são valores inteiros próximos, reforçando que a intenção da questão é a resolução de uma equação linear simples.

Dessa forma, não há impossibilidade de resolução nem prejuízo à objetividade da questão, mas apenas um **erro material evidente**, que não induz a múltiplas interpretações válidas.

Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Nutricionista - questão 11	<p>Questão: PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.</p> <p>Fonte: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/legalizacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view</p> <p>No que se refere ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), registre V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.</p> <p>(_) O PNAE se destina aos estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal, incluindo entidades filantrópicas e escolas confessionais mantidas por entidades sem fins lucrativos.</p> <p>(_) O FNDE repassa recursos financeiros de forma automática e em até 10 parcelas anuais, entre fevereiro e novembro, para as Secretarias Estaduais de Educação e Prefeituras Municipais. Para escolas federais, o FNDE realiza um destaque de créditos orçamentários no início de cada exercício em apenas uma parcela.</p> <p>(_) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, responsável por programas e ações que visam à melhoria da educação básica pública no Brasil.</p> <p>Assinale a alternativa com a sequência CORRETA, de cima para baixo.</p> <p>(A) F, V, F. (B) F, F, F. (C) V, V, F. (D) V, V, V.</p> <p>Recurso: Solicito a revisão da questão referente ao PNAE, especificamente da afirmativa que declara ser realizado repasse “em até 10 parcelas anuais, entre fevereiro e novembro”. A afirmativa está desatualizada e, portanto, incorreta. De acordo com informações oficiais atualizadas do FNDE (2024), os repasses do PNAE passaram a ocorrer em até 8 parcelas anuais, entre fevereiro e setembro, conforme consta no portal oficial do Governo Federal: “Os recursos do PNAE são repassados em até oito parcelas anuais, entre os meses de fevereiro e setembro, para atender os estudantes da educação básica.” (Fonte: Portal Gov.br – FNDE – Programa Nacional de Alimentação Escolar) Essa alteração foi formalizada na Resolução CD/FNDE nº 7, de 2 de maio de 2024, que</p>

	<p>atualizou o cronograma de repasses financeiros, substituindo a regra anteriormente vigente das “10 parcelas”. Dessa forma, a afirmativa que a banca considerou verdadeira não corresponde à legislação atual e deve ser considerada FALSA.</p> <p>Como nenhuma das alternativas disponíveis contempla corretamente a sequência com essa afirmativa como falsa, solicito a anulação da questão.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>O recurso é procedente, pelos motivos a seguir expostos:</p> <p>A afirmativa referente ao repasse de recursos do PNAE não está em conformidade com a legislação vigente, uma vez que menciona a realização dos repasses em até 10 parcelas, quando o normativo atual passou a prever até 8 parcelas anuais.</p> <p>Diante da desatualização normativa da afirmativa e da inexistência de alternativa que reflita corretamente o regramento vigente, a questão torna-se inconsistente.</p> <p>Assim, o recurso é deferido, com a consequente ANULAÇÃO DA QUESTÃO.</p>
Nutricionista - questão 10	<p>Questão: A alimentação escolar constitui direito fundamental dos estudantes da educação básica pública e responsabilidade intransferível do Estado, devendo ser promovida e assegurada em conformidade com as diretrizes previstas nesta Lei. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem por finalidade fomentar o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial dos alunos, potencializar a aprendizagem e o rendimento escolar, além de consolidar hábitos alimentares saudáveis por meio de ações permanentes de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que atendam às necessidades nutricionais durante o período letivo. Nos termos da Lei nº 11.947/2009, são diretrizes da alimentação escolar:</p> <p>I.A inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.</p> <p>II.A universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica.</p> <p>III.A participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada.</p> <p>É CORRETO o que se afirma em:</p> <p>(A) I, II e III. (B) I e III, apenas. (C) I e II, apenas. (D) II e III, apenas.</p> <p>Recurso: Questão 10 Motivo do Recurso: Erro técnico-legal (confusão de termos jurídicos: "Diretriz" vs. "Princípio").</p>

	<p>Justificativa: Solicito a anulação da Questão 10, por ela apresentar uma falha técnica grave na citação da legislação do PNAE (Lei nº 11.947/2009), que induz o candidato a erro.</p> <p>1. Imprecisão do Enunciado: O enunciado solicita que sejam identificadas as DIRETRIZES da alimentação escolar.</p> <p>2. Análise Legal: A Lei nº 11.947/2009 e suas alterações estabelecem categorias distintas: o Art. 2º define as Diretrizes, enquanto o Art. 2º-A define os Princípios do PNAE.</p> <p>3. Erro Material: A Proposição II — "A universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica" — é legalmente classificada como um PRINCÍPIO do PNAE (Art. 2º-A, inciso II), e não como uma Diretriz. As Proposições I e III são corretamente classificadas como Diretrizes (Art. 2º, incisos II e V, respectivamente). O rigor exigido em concursos para Nutricionistas, que trabalham diretamente com a execução dessa lei, requer que a distinção entre Princípios e Diretrizes seja mantida. Ao incluir um Princípio em uma lista que pede Diretrizes, a questão se torna tecnicamente incorreta e inválida. O candidato que demonstra o conhecimento preciso da lei ao excluir a Proposição II é penalizado, pois o gabarito coerente (apenas I e III) não está disponível ou foi misturado indevidamente.</p> <p>Pedido: Anulação da Questão 10 por erro técnico-legal.</p>
Nutricionista - questão 2	<p>Resposta ao recurso:</p> <p>Após análise do recurso, verifica-se que não há erro técnico ou legal na questão.</p> <p>O art. 2º da Lei nº 11.947/2009 dispõe expressamente sobre as diretrizes da alimentação escolar, elencando, entre outras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inciso II – a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem; • Inciso III – a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica; • Inciso IV – a participação da comunidade no controle social e no acompanhamento das ações relacionadas à alimentação escolar. <p>Dessa forma, a assertiva II da questão ("A universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica") está literal e expressamente prevista como DIRETRIZ no art. 2º, inciso III, não havendo qualquer erro de classificação normativa.</p> <p>Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:</p> <p>I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;</p> <p>II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;</p> <p>III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;</p> <p>IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;</p> <p>V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;</p> <p>VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.</p> <p>VII - a garantia de acesso a água potável. (Incluído pela Lei nº 15.276, de 2025)</p> <p>Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm</p> <p>Dessa forma, a questão está correta e o gabarito deve ser mantido, razão pela qual o RECURSO INDEFERIDO.</p>

Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, para promover o acompanhamento, o monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional do país.

Fonte:
<https://www.gov.br/mds/pt-br/acesso-a-informacao/cartade-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-productiva-rural/sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>

O sistema visa promover e garantir o acesso à alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional como direito fundamental do ser humano, de modo a:

I. Formular, articular e implementar, de maneira intersetorial e com a participação da sociedade civil organizada políticas, planos, programas e ações de segurança alimentar e nutricional em âmbitos nacional, estadual e municipal, com vistas em assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

II. Monitorar e avaliar as mudanças que ocorreram na área de alimentação e nutrição.

III. Verificar o impacto dos programas e ações de segurança alimentar e nutricional sobre a população a qual se destinava a política.

É CORRETO o que se afirma em:

(A) I e III, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I, II e III.
(D) II e III, apenas.

Recurso: RECURSO – QUESTÃO SOBRE O SISAN

Venho por meio deste solicitar a revisão da questão referente ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). A alternativa considerada correta inclui a afirmativa II, contudo, seu texto apresenta imprecisão conceitual que compromete sua adequação enquanto resposta válida.

A afirmativa II – “Monitorar e avaliar as mudanças que ocorreram na área de alimentação e nutrição” – encontra-se redigida de forma ampla, utilizando o termo área de modo genérico, o que permite interpretações que extrapolam as atribuições legais do SISAN. O sistema tem como finalidade monitorar, avaliar e acompanhar a segurança alimentar e nutricional no país, bem como seus programas e ações, e não toda e qualquer mudança que ocorra de maneira ampla na área de “alimentação e nutrição”, termo que engloba aspectos biológicos, clínicos, tecnológicos e mercadológicos não necessariamente vinculados à política pública.

Portanto, o uso do termo “área” torna a afirmativa abrangente e imprecisa, não refletindo com precisão o objetivo do SISAN, que se concentra na segurança alimentar e nutricional e no Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

As afirmativas I e III, por sua vez, estão de acordo com o que estabelece o SISAN, descrevendo corretamente suas funções de formular políticas intersetoriais, bem como avaliar impactos das ações implementadas.

Diante do exposto, a alternativa correta deveria ser a letra (A) – I e III apenas, uma vez que a afirmativa II, tal como apresentada, não pode ser considerada plenamente correta.

	<p>Resposta ao recurso:</p> <p>Após análise do recurso, verifica-se que não há imprecisão conceitual na afirmativa II.</p> <p>Conforme dispõe o art. 10 da Lei nº 11.346/2006, compete ao SISAN promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País, o que abrange, no âmbito das políticas públicas, o acompanhamento das mudanças relacionadas à alimentação e à nutrição. A redação da afirmativa deve ser interpretada nesse contexto, não extrapolando as atribuições legais do sistema.</p> <p>Assim, as afirmativas I, II e III estão em conformidade com a legislação vigente. Sendo assim, a questão está mantida e o RECURSO INDEFERIDO.</p>
Nutricionista - questão 2	<p>Questão:</p> <p>O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Trata-se de um sistema de gestão intersetorial, participativa e de articulação entre os três níveis de governo para a implementação e execução das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, para promover o acompanhamento, o monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional do país.</p> <p>Fonte: https://www.gov.br/mds/pt-br/acesso-a-informacao/cartade-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-productiva-rural/sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional</p> <p>O sistema visa promover e garantir o acesso à alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional como direito fundamental do ser humano, de modo a:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. Formular, articular e implementar, de maneira intersetorial e com a participação da sociedade civil organizada políticas, planos, programas e ações de segurança alimentar e nutricional em âmbitos nacional, estadual e municipal, com vistas em assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). II. Monitorar e avaliar as mudanças que ocorreram na área de alimentação e nutrição. III. Verificar o impacto dos programas e ações de segurança alimentar e nutricional sobre a população a qual se destinava a política. <p>É CORRETO o que se afirma em:</p> <p>(A) I e III, apenas. (B) I e II, apenas. (C) I, II e III. (D) II e III, apenas.</p> <p>Recurso:</p> <p>Venho, por meio deste, requerer a anulação da questão 02.</p> <p>A questão afirma no texto apenas que o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é responsável pela promoção, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.</p> <p>Entretanto, o enunciado não descreve de maneira direta os conteúdos presentes no item II e no item III. Assim, a única afirmativa plenamente fundamentada no texto é o item I.</p> <p>As demais dependem de conhecimento externo ou de interpretação ampliada, extrapolando o que está explicitamente apresentado no texto-base. Isso viola o princípio da objetividade exigido em provas</p>

objetivas, nas quais a resposta correta deve ser identificável exclusivamente a partir das informações fornecidas no enunciado.

Dessa forma, quando duas das três afirmativas não encontram respaldo integral no texto, a questão torna-se ambígua e permite dupla interpretação, prejudicando a clareza e a segurança do candidato.

Diante do exposto, solicita-se a anulação da questão, por não apresentar alternativa totalmente correta e plenamente sustentada pelo texto base.

Resposta ao Recurso:

A alegação de que apenas a afirmativa I estaria fundamentada no texto-base não se sustenta. O próprio enunciado informa que o SISAN é responsável por promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do país, o que abrange diretamente o conteúdo das afirmativas II e III.

A afirmativa II, ao tratar do monitoramento e da avaliação das mudanças na área de alimentação e nutrição, decorre logicamente do acompanhamento e monitoramento da segurança alimentar e nutricional. A afirmativa III, por sua vez, é consequência direta do processo de avaliação das políticas públicas, que envolve necessariamente a verificação do impacto dos programas e ações sobre a população-alvo.

Além disso, a questão não se limita à interpretação isolada do texto-base, mas está expressamente vinculada ao conteúdo legal e conceitual do SISAN, conforme previsto na Lei nº 11.346/2006 (art. 10).

Não há ambiguidade, nem exigência de conhecimento externo indevido, mas sim a aplicação correta do conteúdo apresentado no enunciado em consonância com a legislação.

Assim, as afirmativas I, II e III estão em conformidade com a legislação vigente. Sendo assim, a questão está mantida e o **RECURSO INDEFERIDO**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Nutricionista - questão 28	<p>Questão: Com base no texto "11 de setembro", analise os elementos linguísticos e discursivos que compõem sua estrutura e estilo, e assinale a alternativa que apresenta uma leitura teoricamente fundamentada acerca da função predominante da linguagem e do uso das figuras de linguagem.</p> <p>(A) A função metalingüística prevalece no texto, uma vez que há reflexões implícitas sobre o fazer narrativo, sobretudo no uso das figuras de linguagem como metáfora e ironia, que comentam os próprios limites da linguagem na transmissão de eventos extraordinários.</p> <p>(B) A função referencial configura-se como predominante, dada a apresentação objetiva de elementos descritivos da vila e de seus habitantes, sendo as figuras de linguagem empregadas com finalidade meramente estética, como a hipérbole na narrativa da viagem com bruxas.</p> <p>(C) O texto é dominado pela função poética, pois organiza seus recursos expressivos de forma a intensificar os efeitos estéticos e simbólicos, como se observa no uso da personificação das gaivotas e na descrição pictórica da vila, articulando o lirismo à identidade coletiva.</p> <p>(D) O texto apresenta predomínio da função conativa, pois, ao valorizar os atos e a voz de Sebastião, busca mobilizar a ação do interlocutor em torno da preservação das tradições culturais locais. A escolha da prosopopeia e da metáfora reforça o tom imperativo subjacente à construção narrativa.</p> <p>Recurso: Questão 28</p> <p>Motivo do Recurso: Subjetividade e imprecisão na análise da função predominante da linguagem.</p> <p>Justificativa:</p> <p>Solicito a revisão do gabarito ou a anulação da Questão 28, pois a análise de função da linguagem em textos literários pode gerar diferentes interpretações válidas.</p> <p>1. Análise Canônica: O excerto, por ser literário, tem a Função Poética como a dominante, dada a sua ênfase na forma, no ritmo, no uso de figuras de linguagem (personificação, simbolismo) e na busca por efeitos estéticos.</p> <p>2. Risco de Inconsistência: Se a alternativa considerada correta pela banca apresentar alguma incorreção ou imprecisão na descrição dos recursos estilísticos (ex: nomear a figura de linguagem errada) ou não for a que descreve a Função Poética, a questão está objetivamente incorreta. Além disso, a determinação da predominância de uma função é frequentemente subjetiva e discutível em análise textual, ferindo a objetividade necessária em um certame público.</p>

A dependência da subjetividade na análise literária e a possibilidade de imprecisão na alternativa correta justificam a necessidade de reavaliação.
Pedido: Anulação da Questão 28 por subjetividade na análise e potencial imprecisão.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interpuesto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — INCORRETA

“A função referencial configura-se como predominante...”

Embora o texto apresente elementos descritivos do espaço e dos personagens, isso não caracteriza predominância da função referencial.

Segundo Jakobson, a função referencial predomina quando a linguagem se organiza prioritariamente para informar objetivamente sobre a realidade, com mínimo investimento expressivo.

No conto:

as descrições são esteticamente trabalhadas;

há lirismo, subjetividade e valor simbólico;

expressões como “brisa velha conhecida dos moradores” e “gaivotas tão íntimas das pessoas” extrapolam a objetividade informativa.

Além disso, a alternativa incorre em erro ao classificar o episódio das bruxas como hipérbole. Trata-se, na verdade, de um recurso narrativo mítico-fantástico, ligado à tradição oral e ao imaginário coletivo, e não de exagero quantitativo típico da hipérbole.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“A função metalinguística prevalece no texto...”

A função metalinguística ocorre quando a linguagem fala de si mesma, explicita códigos, comenta o próprio ato de narrar ou o funcionamento da língua.

No texto:

não há reflexão explícita ou implícita sobre o fazer narrativo;

não há comentário sobre os limites da linguagem;

metáforas e imagens servem à construção estética e simbólica do universo narrado, e não a uma autorreflexão do discurso.

Logo, a função metalinguística não é predominante, nem secundária de forma relevante.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“O texto apresenta predomínio da função conativa...”

A função conativa (ou apelativa) centra-se no interlocutor, buscando influenciar seu comportamento, geralmente por meio de:

imperativos,

vocativos,

apelos diretos.

No conto:

não há interpelação ao leitor;

não se busca mobilizar ações concretas;

a valorização da cultura local ocorre de modo contemplativo e narrativo, não persuasivo.

Além disso:

não há tom imperativo subjacente;

a prosopopeia e a metáfora não têm função apelativa, mas expressiva e poética.

Alternativa incorreta.

Alternativa — CORRETA

“O texto é dominado pela função poética...”

Leitura adequada e teoricamente consistente.

Segundo Jakobson, a função poética predomina quando a atenção do texto se volta para:

a forma da mensagem,

a organização estética da linguagem,

os efeitos simbólicos e expressivos.

No conto, isso se evidencia por:

descrições pictóricas e sensoriais da vila;

uso recorrente de figuras de linguagem, como:
 personificação: “gaivotas tão íntimas das pessoas”, “brisa velha conhecida”;
 metáforas visuais e afetivas;
 construção de um lirismo narrativo que articula:
 memória,
 tradição,
 identidade coletiva.

O texto não se limita a contar fatos: ele estetiza a experiência, fundindo o cotidiano ao mítico e ao simbólico, o que confirma o predomínio da função poética, ainda que outras funções coexistam de modo secundário.

Alternativa correta.

JAKOBSON, Roman. Linguística e comunicação. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

FIORIN, José Luiz. Introdução ao pensamento de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CANDIDO, Antonio. O discurso e a cidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

Diante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO**.

Nutricionista - questão 25

Questão: À luz dos mecanismos de construção de sentido e da organização textual presentes no excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir:

I. O contraste entre o cotidiano local e o evento internacional evidencia um recurso irônico que minimiza, propositalmente, o impacto global do ocorrido nos Estados Unidos, em prol da valorização de um microcosmo cultural.

II. A caracterização de Sebastião Batista não apenas reafirma a tradição oral como também projeta uma figura mítica, cuja autoridade comunitária transcende a racionalidade e se ancora no simbólico e na ancestralidade.

III. A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida e representada no texto demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens frente ao mundo exterior.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II e III.

- (C) II e III, apenas.
(D) I e II, apenas.

Recurso:

Questão 25

Motivo do Recurso: Ambiguidade e subjetividade na interpretação do narrador (Análise Literária).

Justificativa:

Recorro perante a Questão 25 por ela ser ambígua, especialmente na análise da Proposição III,

o que compromete a objetividade da questão.

1. Análise da Proposição III: A Proposição III afirma que a construção narrativa demonstra um "julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens". O gabarito oficial, ao excluir a Proposição III, nega a existência desse julgamento.

2. Argumento de Crítica Literária: O texto utiliza a ironia ao contrastar um evento global (11 de setembro) com a limitação de horizonte e a interpretação simplista dos personagens.

A ironia é, inherentemente, uma figura de linguagem que carrega uma carga valorativa do narrador sobre o objeto que está sendo descrito. Ao construir esse contraste, o narrador estabelece um juízo de valor

sobre a realidade dos personagens, o que torna a Proposição III defensável e, portanto, correta sob a ótica da crítica literária.

Como a Proposição III é validada por uma interpretação crítica plausível, a questão passa a ter mais

de uma resposta correta (I, II e III), o que viola o princípio da unicidade da resposta em questões objetivas.

Pedido: Anulação da Questão 25 por ambiguidade na interpretação.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interpuesto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Proposição I — VERDADEIRA

"O contraste entre o cotidiano local e o evento internacional evidencia um recurso irônico..."

Análise:

O texto constrói deliberadamente um contraste entre:

o microcosmo da vila (rotina, tradição, mar, gaivotas, motor da baleeira);

e o macroevento histórico global (o atentado de 11 de setembro).

A resposta de Sebastião — "Isso não é cum nós, cumpade. Nós lá avoemo?!" — produz um efeito irônico-discursivo, não no sentido de zombaria, mas de deslocamento de relevância: o evento mundial é narrativamente minimizado, enquanto o universo local é valorizado.

Trata-se de uma ironia estrutural e temática, que reforça a centralidade da cultura local e da experiência comunitária frente ao acontecimento global.

Proposição correta.

Proposição II — VERDADEIRA

“A caracterização de Sebastião Batista não apenas reafirma a tradição oral como também projeta uma figura mítica...”

Análise:

Sebastião é construído como uma figura que:

transita entre o real (pescador, construtor da igreja, organizador das novenas);

e o mítico (viagem com bruxas à África, respeito adquirido por evento sobrenatural).

Sua autoridade:

não é institucional,

nem racional-científica,

mas simbólica, ancorada na ancestralidade, na tradição oral e no imaginário coletivo.

Esse tipo de personagem corresponde à figura do sábio popular / ancião mítico, comum em narrativas que articulam identidade cultural e memória comunitária.

Proposição correta.

Proposição III — FALSA

“A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida (...) demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens...”

Análise:

Não há, no texto, marcas linguísticas de julgamento explícito ou implícito do narrador. A representação da fala popular:

ocorre por meio da variação linguística intencional (“Dois aviões dirrubaram uns edifícios”);

cumpre função verossímil e caracterizadora, não depreciativa.

O narrador mantém uma postura:

descritiva e distanciada,

sem adjetivações avaliativas,

sem ironia direcionada aos personagens como “ignorantes”.

O possível estranhamento é produzido no leitor, não pelo julgamento do narrador.

	<p>Proposição incorreta.</p> <p>Conclusão</p> <p>Estão corretas apenas as proposições I e II.</p> <p>Dante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Nutricionista - questão 25	<p>Questão: À luz dos mecanismos de construção de sentido e da organização textual presentes no excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir:</p> <p>I.O contraste entre o cotidiano local e o evento internacional evidencia um recurso irônico que minimiza, propositalmente, o impacto global do ocorrido nos Estados Unidos, em prol da valorização de um microcosmo cultural.</p> <p>II.A caracterização de Sebastião Batista não apenas reafirma a tradição oral como também projeta uma figura mítica, cuja autoridade comunitária transcende a racionalidade e se ancora no simbólico e na ancestralidade.</p> <p>III.A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida e representada no texto demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens frente ao mundo exterior.</p> <p>É correto o que se afirma em:</p> <p>(A) I e III, apenas. (B) I, II e III. (C) II e III, apenas. (D) I e II, apenas.</p> <p>Recurso: Venho solicitar a reavaliação da questão, pois a alternativa indicada como correta ("D") não contempla adequadamente a interpretação do texto. A análise criteriosa do excerto demonstra que as três assertivas (I, II e III) são verdadeiras, o que torna correta a alternativa (B).</p> <p>Sobre a afirmativa I: O texto constrói um contraste deliberado entre a grandiosidade do evento internacional (11 de setembro) e o cotidiano da comunidade retratada. Esse contraste produz um efeito irônico, amplamente reconhecido na análise discursiva, ao relativizar a dimensão global do fato e enfatizar o microcosmo local. O deslocamento de relevância é intencional e textual, o que valida plenamente a afirmativa.</p> <p>Sobre a afirmativa II: A descrição de Sebastião Batista extrapola a mera referência a um personagem local. Ela ativa elementos da tradição oral, conferindo-lhe traços de figura mítica, cuja autoridade advém do simbólico e do imaginário coletivo. Esse tipo de construção é recorrente na literatura regionalista, ancorada na ancestralidade. Portanto, a afirmativa está alinhada à leitura crítica do texto.</p> <p>Sobre a afirmativa III: A fala de Zé da Alzira é incorporada de modo a evidenciar o julgamento valorativo implícito do narrador, que contrasta a percepção limitada do personagem com a dimensão global dos fatos. A estratégia narrativa indica, sim, uma crítica à</p>

visão restrita daquele universo social — o que sustenta a veracidade da afirmativa. Dessa forma, todas as proposições são coerentes com os mecanismos discursivos e estilísticos do texto. Assim, a única alternativa que realmente corresponde ao conteúdo é (B) I, II e III. Solicito, portanto, a revisão da questão e a correção da resposta.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Proposição I — VERDADEIRA

“O contraste entre o cotidiano local e o evento internacional evidencia um recurso irônico...”

Análise:

O texto constrói deliberadamente um contraste entre:

o microcosmo da vila (rotina, tradição, mar, gaivotas, motor da baleeira);

e o macroevento histórico global (o atentado de 11 de setembro).

A resposta de Sebastião — “Isso não é cum nós, cumpade. Nós lá avoemo?!” — produz um efeito irônico-discursivo, não no sentido de zombaria, mas de deslocamento de relevância: o evento mundial é narrativamente minimizado, enquanto o universo local é valorizado.

Trata-se de uma ironia estrutural e temática, que reforça a centralidade da cultura local e da experiência comunitária frente ao acontecimento global.

Proposição correta.

Proposição II — VERDADEIRA

“A caracterização de Sebastião Batista não apenas reafirma a tradição oral como também projeta uma figura mítica...”

Análise:

Sebastião é construído como uma figura que:

transita entre o real (pescador, construtor da igreja, organizador das novenas);

e o mítico (viagem com bruxas à África, respeito adquirido por evento sobrenatural).

Sua autoridade:

não é institucional,
nem racional-científica,
mas simbólica, ancorada na ancestralidade, na tradição oral e no imaginário coletivo.

Esse tipo de personagem corresponde à figura do sábio popular / ancião mítico, comum em narrativas que articulam identidade cultural e memória comunitária.

Proposição correta.

Proposição III — FALSA

“A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida (...) demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens...”

Análise:
Não há, no texto, marcas linguísticas de julgamento explícito ou implícito do narrador.
A representação da fala popular:

ocorre por meio da variação linguística intencional (“Dois avião dirrubaro uns adifício”);

cumpre função verossímil e caracterizadora, não depreciativa.

O narrador mantém uma postura:

descritiva e distanciada,

sem adjetivações avaliativas,

sem ironia direcionada aos personagens como “ignorantes”.

O possível estranhamento é produzido no leitor, não pelo julgamento do narrador.

Proposição incorreta.

Conclusão

Estão corretas apenas as proposições I e II.

Diante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Nutricionista - questão 36	<p>Questão: Sobre o uso seguro de navegadores de internet, classifique as afirmativas a seguir como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Manter navegadores atualizados reduz vulnerabilidades.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Extensões instaladas em excesso podem comprometer a segurança.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Navegação anônima impede totalmente rastreamento externo.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Navegadores modernos utilizam protocolos seguros como HTTPS.</p> <p>A sequência correta é:</p> <p>(A) V, F, F, F. (B) V, V, F, V. (C) F, V, F, V. (D) V, V, V, F.</p> <p>Recurso: Venho respeitosamente requerer de maneira fundamentada, a anulação da Questão 36, pelos motivos técnicos que exponho a seguir.</p> <p>A banca considerou como correta a alternativa B, que apresenta a sequência V, V, F, V para os quatro itens propostos.</p> <p>No entanto, há um problema no quarto item, que foi marcado como verdadeiro, apesar de ser falso.</p> <p>O item apresenta a seguinte afirmação:</p> <p>“Navegadores modernos utilizam protocolos seguros, como HTTPS.”</p> <p>A validação da banca não corresponde ao funcionamento real da tecnologia, pelas seguintes razões:</p> <p>O protocolo HTTPS é configurado integralmente no servidor, que fornece a conexão segura por meio de certificados SSL/TLS;</p> <p>O navegador não tem capacidade de “utilizar” um protocolo que não lhe é oferecido; ele apenas valida ou recusa a conexão HTTPS disponibilizada pelo servidor;</p> <p>Se o servidor não habilitar HTTPS, o navegador é incapaz de estabelecer comunicação segura, o que demonstra que o protocolo não é uma funcionalidade do navegador.</p> <p>A literatura técnica deixa claro que o navegador não implementa HTTPS; ele apenas acessa serviços seguros quando o servidor os oferece. Assim, o item deveria ser considerado falso.</p> <p>Com isso, a sequência real passa a ser: V – V – F – F, combinação inexistente nas alternativas da questão. Portanto, a questão não apresenta resposta válida.</p> <p>Diante do exposto:</p> <p>a) O item 4 está incorreto tecnicamente; b) A sequência correta não aparece entre as alternativas.</p> <p>Requer-se, portanto, a ANULAÇÃO da Questão 36, por ausência de alternativa correta.</p>

Resposta ao recurso:

O questionamento do candidato não merece acolhimento, pois parte de uma interpretação excessivamente restritiva e tecnicista do enunciado, incompatível com o sentido conceitual adotado na área de segurança da informação e com a literatura técnica amplamente difundida.

A afirmativa “Navegadores modernos utilizam protocolos seguros, como HTTPS” é correta, uma vez que o HTTPS constitui o padrão de segurança efetivamente utilizado na navegação moderna. Embora o certificado SSL/TLS seja configurado no servidor, a utilização do protocolo HTTPS somente se concretiza porque o navegador possui implementação própria e ativa desse protocolo, sendo responsável por executar o *handshake* SSL/TLS, validar certificados digitais, criptografar e descriptografar dados, bem como alertar ou bloquear conexões inseguras.

Conforme descrito na literatura especializada, o HTTPS é uma versão segura do HTTP que protege os dados transmitidos entre o servidor e o navegador, garantindo confidencialidade, integridade e autenticidade das informações. Os navegadores modernos não apenas “aceitam” passivamente conexões HTTPS, mas priorizam esse protocolo, exibem o cadeado de segurança, alertam usuários quando um site não é seguro e, em muitos casos, restringem ou impedem o acesso a páginas sem HTTPS, o que evidencia sua atuação ativa na utilização do protocolo.

Além disso, páginas que não utilizam HTTPS são marcadas como “não seguras”, perdem credibilidade junto aos usuários e sofrem prejuízos em ranqueamento nos mecanismos de busca, demonstrando que o uso do HTTPS está diretamente associado ao funcionamento esperado dos navegadores atuais. Nesse contexto, afirmar que navegadores modernos utilizam protocolos seguros como o HTTPS é tecnicamente correto e alinhado às boas práticas de segurança digital.

Portanto, não há erro no quarto item nem na sequência adotada pela banca. A distinção feita pelo candidato entre “configuração no servidor” e “uso pelo navegador” não invalida a afirmativa, pois o HTTPS depende da atuação conjunta, sendo inegável que o navegador o utiliza como parte essencial do processo de navegação segura. Mantém-se, assim, correta a sequência V, V, F, V, correspondente à alternativa divulgada, inexistindo fundamento para anulação da questão.

Referência: <https://www.locaweb.com.br/blog/temas/codigo-aberto/https/>

RECURSO INDEFERIDO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Professor de Educação Especial - questão 18	<p>Questão: Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) enfatizam a relevância dos conhecimentos trabalhados no ambiente escolar, entendendo-os como fundamentais para o desenvolvimento humano, a formação cidadã e a participação crítica na sociedade. Considerando esse princípio, analise os excertos a seguir:</p> <p>I.A importância atribuída aos conteúdos revela o compromisso da instituição escolar em garantir o acesso aos saberes socialmente elaborados, que se constituem como instrumentos para o desenvolvimento, a socialização, o exercício da cidadania democrática e para a atuação crítica diante de distorções do conhecimento, imposições dogmáticas e cristalização de valores.</p> <p>II.Os conteúdos escolares que são ensinados não devem, portanto, estar em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico.</p> <p>Com base nos excertos e no que estabelecem os PCN, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Está correto apenas o excerto I. (B) Estão corretos os excertos I e II. (C) Estão incorretos os excertos I e II. (D) Está correto apenas o excerto II.</p> <p>Recurso: (Conhecimentos Específicos) Gabarito Preliminar (Assumido) Motivo da Anulação B Erro Técnico-Pedagógico no Excerto II Argumento: O Excerto II afirma que os conteúdos pedagógicos NÃO devem estar em consonância com as questões sociais. Esta afirmação é FALSA e contrária à LDB e aos princípios curriculares, que exigem a contextualização dos conteúdos com a realidade social do aluno. A única alternativa correta é (A) Está correto apenas o excerto I. Dada a incorreção flagrante do gabarito preliminar (B), que induz ao erro ao considerar o Item II como verdadeiro, solicita-se a anulação da Questão 18</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>O excerto I está de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais ao reconhecer que os conteúdos escolares têm papel fundamental na formação integral do estudante, garantindo acesso aos saberes socialmente produzidos, essenciais para o desenvolvimento humano, a socialização, o exercício da cidadania e a atuação crítica na sociedade.</p> <p>O excerto II está incorreto, pois os PCN defendem que os conteúdos escolares devem, sim, estar articulados às questões sociais, culturais e históricas de cada época, possibilitando ao estudante compreender a realidade e intervir criticamente nela.</p> <p>Portanto, questão mantida, gabarito correto: “Está correto apenas o excerto I.”</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>

<p>Professor de Educação Especial - questão 18</p>	<p>Questão: Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) enfatizam a relevância dos conhecimentos trabalhados no ambiente escolar, entendendo-os como fundamentais para o desenvolvimento humano, a formação cidadã e a participação crítica na sociedade. Considerando esse princípio, analise os excertos a seguir:</p> <p>I. A importância atribuída aos conteúdos revela o compromisso da instituição escolar em garantir o acesso aos saberes socialmente elaborados, que se constituem como instrumentos para o desenvolvimento, a socialização, o exercício da cidadania democrática e para a atuação crítica diante de distorções do conhecimento, imposições dogmáticas e cristalização de valores.</p> <p>II. Os conteúdos escolares que são ensinados não devem, portanto, estar em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico.</p> <p>Com base nos excertos e no que estabelecem os PCN, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Está correto apenas o excerto I. (B) Estão corretos os excertos I e II. (C) Estão incorretos os excertos I e II. (D) Está correto apenas o excerto II.</p> <p>Recurso: afirmação é FALSA e contrária à LDB e aos princípios curriculares atuais, que exigem a contextualização e a articulação dos conteúdos com a realidade social, cultural e histórica do aluno para promover uma formação crítica e cidadã. O Excerto I está correto. Portanto, apenas o Excerto I está correto, sendo a alternativa correta (A) Está correto apenas o excerto I. Dada a incorreção flagrante do gabarito preliminar (B), que induz o erro ao considerar a afirmação do Excerto II como correta ou irrelevante, e a divergência com a alternativa correta (A), solicita-se a anulação da Questão 18.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>O excerto I está de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais ao reconhecer que os conteúdos escolares têm papel fundamental na formação integral do estudante, garantindo acesso aos saberes socialmente produzidos, essenciais para o desenvolvimento humano, a socialização, o exercício da cidadania e a atuação crítica na sociedade.</p> <p>O excerto II está incorreto, pois os PCN defendem que os conteúdos escolares devem, sim, estar articulados às questões sociais, culturais e históricas de cada época, possibilitando ao estudante compreender a realidade e intervir criticamente nela.</p> <p>Portanto, questão mantida, gabarito correto: “Está correto apenas o excerto I.”</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
<p>Professor de Educação Especial - questão 18</p>	<p>Questão: Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) enfatizam a relevância dos conhecimentos trabalhados no ambiente escolar, entendendo-os como fundamentais para o desenvolvimento humano, a formação cidadã e a participação crítica na sociedade. Considerando esse princípio, analise os excertos a seguir:</p> <p>I. A importância atribuída aos conteúdos revela o compromisso da instituição escolar em garantir o acesso aos saberes socialmente elaborados, que se constituem</p>

	<p>como instrumentos para o desenvolvimento, a socialização, o exercício da cidadania democrática e para a atuação crítica diante de distorções do conhecimento, imposições dogmáticas e cristalização de valores.</p> <p>II.Os conteúdos escolares que são ensinados não devem, portanto, estar em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico.</p> <p>Com base nos excertos e no que estabelecem os PCN, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Está correto apenas o excerto I. (B) Estão corretos os excertos I e II. (C) Estão incorretos os excertos I e II. (D) Está correto apenas o excerto II.</p> <p>Recurso: O Item II afirma que os conteúdos pedagógicos NÃO devem estar em consonância com as questões sociais. Essa afirmação é FALSA e contrária à LDB e aos princípios curriculares atuais, que exigem a contextualização e a articulação dos conteúdos com a realidade social, cultural e histórica do aluno para promover uma formação crítica e cidadã. O Excerto I está correto. Portanto, apenas o Excerto I está correto, sendo a alternativa correta (A) Está correto apenas o excerto I. Dada a incorreção flagrante do gabarito preliminar (B), que induz o erro ao considerar a afirmação do Excerto II como correta ou irrelevante, e a divergência com a alternativa correta (A), solicita-se a anulação da Questão 18.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>O excerto I está de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais ao reconhecer que os conteúdos escolares têm papel fundamental na formação integral do estudante, garantindo acesso aos saberes socialmente produzidos, essenciais para o desenvolvimento humano, a socialização, o exercício da cidadania e a atuação crítica na sociedade.</p> <p>O excerto II está incorreto, pois os PCN defendem que os conteúdos escolares devem, sim, estar articulados às questões sociais, culturais e históricas de cada época, possibilitando ao estudante compreender a realidade e intervir criticamente nela.</p> <p>Portanto, questão mantida, gabarito correto: “Está correto apenas o excerto I.”</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial questão 18	<p>Questão: Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) enfatizam a relevância dos conhecimentos trabalhados no ambiente escolar, entendendo-os como fundamentais para o desenvolvimento humano, a formação cidadã e a participação crítica na sociedade. Considerando esse princípio, analise os excertos a seguir:</p> <p>I.A importância atribuída aos conteúdos revela o compromisso da instituição escolar em garantir o acesso aos saberes socialmente elaborados, que se constituem como instrumentos para o desenvolvimento, a socialização, o exercício da cidadania democrática e para a atuação crítica diante de distorções do conhecimento, imposições dogmáticas e cristalização de valores.</p> <p>II.Os conteúdos escolares que são ensinados não devem, portanto, estar em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico.</p> <p>Com base nos excertos e no que estabelecem os PCN, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Está correto apenas o excerto I.</p>

- (B) Estão corretos os excertos I e II.
 (C) Estão incorretos os excertos I e II.
 (D) Está correto apenas o excerto II.

Recurso: O Excerto II afirma que os conteúdos pedagógicos NÃO devem estar em consonância com as questões sociais. Esta afirmação é FALSA e contrária à LDB e aos princípios curriculares, que exigem a contextualização dos conteúdos com a realidade social do aluno. A única alternativa correta é (A) Está correto apenas o excerto I. Dada a incorreção flagrante do gabarito preliminar (B), que induz ao erro ao considerar o Item II como verdadeiro, solicita-se a anulação da Questão 18

Resposta ao recurso:

O excerto I está de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais ao reconhecer que os conteúdos escolares têm papel fundamental na formação integral do estudante, garantindo acesso aos saberes socialmente produzidos, essenciais para o desenvolvimento humano, a socialização, o exercício da cidadania e a atuação crítica na sociedade.

O excerto II está incorreto, pois os PCN defendem que os conteúdos escolares devem, sim, estar articulados às questões sociais, culturais e históricas de cada época, possibilitando ao estudante compreender a realidade e intervir criticamente nela.

Portanto, questão mantida, gabarito correto: "Está correto apenas o excerto I."

Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO.**

**Professor de
Educação
Especial
questão 17**

Questão: Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue os itens como Verdadeiros (V) ou Falsos (F):

- () O direito ao respeito envolve a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente.
 () A preservação da imagem e da identidade da criança é parte do direito ao respeito.
 () O ECA permite a exposição pública da imagem da criança, desde que sem fins lucrativos.
 Assinale a alternativa com a sequência CORRETA de cima para baixo.
 (A) V, F, F.
 (B) F, F, V.
(C) V, V, F.
 (D) V, V, V.

Recurso: Gabarito Preliminar (Assumido) Motivo da Anulação

C Inconsistência da Classificação do Item III

Argumento:

O gabarito preliminar assume a sequência V, V, F. O Item III afirma: "O ECA proíbe a exposição da imagem da criança ou adolescente que esteja em situação de violação de direitos e restringe a exposição de imagem em geral, sob qualquer pretexto." Esta afirmação é VERDADEIRA, pois o Art. 17 do ECA garante o direito à imagem e o Art. 247 restringe a exposição midiática de atos infracionais. O gabarito preliminar considera o Item III como Falso (F), o que é incorreto. Dada a incorreção na classificação do Item III, que invalida a sequência correta

	<p>das alternativas, solicita-se a anulação da Questão 17.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Segue gabarito:</p> <p>(_V_) O direito ao respeito envolve a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente.</p> <p>(_V_) A preservação da imagem e da identidade da criança é parte do direito ao respeito.</p> <p>(_F_) O ECA permite a exposição pública da imagem da criança, desde que sem fins lucrativos.</p> <p>Assinale a alternativa com a sequência CORRETA de cima para baixo.</p> <p>As duas primeiras afirmações estão verdadeiras, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), em seu art. 17, assegura o direito ao respeito, compreendendo a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, incluindo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças.</p> <p>A terceira afirmação é falsa, pois o ECA não autoriza a exposição pública da imagem da criança ou do adolescente de forma indiscriminada; ao contrário, protege sua imagem e identidade, independentemente de haver ou não fins lucrativos.</p> <p>Com base no seguinte artigo: Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.</p> <p>https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial - questão 16	<p>Questão: A Lei nº 7.853/1989 estabelece normas gerais para o apoio às pessoas com deficiência e define, em seu Art. 2º, que cabe ao poder público assegurar o pleno exercício de direitos básicos, garantindo igualdade de condições com os demais cidadãos. Entre esses direitos está o acesso dos alunos com deficiência aos mesmos benefícios concedidos aos demais educandos. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um desses benefícios.</p> <p>(A) Concessão de renda mensal vitalícia independentemente de avaliação socioeconômica.</p> <p>(B) Material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo.</p> <p>(C) Acesso automático a programas habitacionais sem critérios de seleção.</p> <p>(D) Fornecimento exclusivo de transporte individualizado e gratuito para todos os níveis de ensino.</p> <p>Recurso: Questão 16 (Conhecimentos Específicos) Gabarito Preliminar (Assumido) Motivo da Anulação C Incorrção Legal e Múltipla Resposta Correta Argumento: A legislação garante aos alunos com deficiência os mesmos benefícios concedidos aos demais educandos. A alternativa (B) Material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo lista benefícios universais e corretos. A alternativa (C) lista serviços especializados (Intérprete de Libras e professor de apoio), que não são benefícios universais concedidos a "demais educandos". A</p>

	<p>divergência entre o gabarito preliminar (C) e a resposta mais precisa (B) configura erro e ambiguidade na interpretação do termo "benefícios", solicitando-se a anulação da questão.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>A alternativa "Material escolar, merenda escolar e bolsas de Estudo" está correta, pois a Lei nº 7.853/1989 assegura às pessoas com deficiência o acesso aos mesmos benefícios oferecidos aos demais educandos, como material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo, em igualdade de condições.</p> <p>A alternativa "Concessão de renda mensal vitalícia independentemente de avaliação socioeconômica." está incorreta, uma vez que a concessão de renda mensal vitalícia não é um benefício educacional automático e depende de critérios legais e avaliação socioeconômica.</p> <p>A alternativa "Acesso automático a programas habitacionais sem critérios de seleção." também está incorreta, pois o acesso a programas habitacionais não ocorre de forma automática, estando sujeito a critérios e políticas específicas, não se caracterizando como benefício educacional previsto na lei.</p> <p>A alternativa "Fornecimento exclusivo de transporte individualizado e gratuito para todos os níveis de ensino." está incorreta, pois a Lei nº 7.853/1989 assegura igualdade de condições e acesso aos mesmos benefícios educacionais oferecidos aos demais educandos, não prevendo atendimento exclusivo ou segregado em instituições especializadas como regra.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial - questão 16	<p>Questão: A Lei nº 7.853/1989 estabelece normas gerais para o apoio às pessoas com deficiência e define, em seu Art. 2º, que cabe ao poder público assegurar o pleno exercício de direitos básicos, garantindo igualdade de condições com os demais cidadãos. Entre esses direitos está o acesso dos alunos com deficiência aos mesmos benefícios concedidos aos demais educandos. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um desses benefícios.</p> <p>(A) Concessão de renda mensal vitalícia independentemente de avaliação socioeconômica. (B) Material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo. (C) Acesso automático a programas habitacionais sem critérios de seleção. (D) Fornecimento exclusivo de transporte individualizado e gratuito para todos os níveis de ensino.</p> <p>Recurso: Questão 16 (Conhecimentos Específicos) Gabarito Preliminar (Assumido) Motivo da Anulação C Incorreção Legal e Múltipla Resposta Correta Argumento: A legislação garante aos alunos com deficiência os mesmos benefícios concedidos aos demais educandos. A alternativa (B) Material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo lista benefícios universais e corretos. A alternativa (C) lista serviços especializados (Intérprete de Libras e professor de apoio), que não são benefícios universais concedidos a "demais educandos". A divergência entre o gabarito preliminar (C) e a resposta mais precisa (B) configura erro e ambiguidade na interpretação do termo "benefícios", solicitando-se a anulação da questão.</p>

	<p>Resposta ao recurso:</p> <p>A alternativa “Material escolar, merenda escolar e bolsas de Estudo” está correta, pois a Lei nº 7.853/1989 assegura às pessoas com deficiência o acesso aos mesmos benefícios oferecidos aos demais educandos, como material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo, em igualdade de condições.</p> <p>A alternativa “Concessão de renda mensal vitalícia independentemente de avaliação socioeconômica.” está incorreta, uma vez que a concessão de renda mensal vitalícia não é um benefício educacional automático e depende de critérios legais e avaliação socioeconômica.</p> <p>A alternativa “Acesso automático a programas habitacionais sem critérios de seleção.” também está incorreta, pois o acesso a programas habitacionais não ocorre de forma automática, estando sujeito a critérios e políticas específicas, não se caracterizando como benefício educacional previsto na lei.</p> <p>A alternativa “Fornecimento exclusivo de transporte individualizado e gratuito para todos os níveis de ensino.” está incorreta, pois a Lei nº 7.853/1989 assegura igualdade de condições e acesso aos mesmos benefícios educacionais oferecidos aos demais educandos, não prevendo atendimento exclusivo ou segregado em instituições especializadas como regra.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial questão 16	<p>Questão: A Lei nº 7.853/1989 estabelece normas gerais para o apoio às pessoas com deficiência e define, em seu Art. 2º, que cabe ao poder público assegurar o pleno exercício de direitos básicos, garantindo igualdade de condições com os demais cidadãos. Entre esses direitos está o acesso dos alunos com deficiência aos mesmos benefícios concedidos aos demais educandos. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um desses benefícios.</p> <p>(A) Concessão de renda mensal vitalícia independentemente de avaliação socioeconômica. (B) Material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo. (C) Acesso automático a programas habitacionais sem critérios de seleção. (D) Fornecimento exclusivo de transporte individualizado e gratuito para todos os níveis de ensino.</p> <p>Recurso: Tema: Direitos da Pessoa com Deficiência Fundamentação: A Lei nº 7.853/1989 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) asseguram às pessoas com deficiência o acesso a direitos relacionados à acessibilidade, entre eles o transporte gratuito, conforme regulamentações específicas dos entes federativos. A concessão de renda mensal vitalícia não ocorre de forma automática, estando condicionada à avaliação socioeconômica, conforme critérios do Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS). Portanto, a alternativa que trata do transporte gratuito é a que melhor se adequa ao texto legal. Pedido: Requer-se a alteração do gabarito para a alternativa que contempla o direito ao transporte gratuito, ou, alternativamente, a anulação da questão.</p>

	<p>Resposta ao recurso:</p> <p>A alternativa “Material escolar, merenda escolar e bolsas de Estudo” está correta, pois a Lei nº 7.853/1989 assegura às pessoas com deficiência o acesso aos mesmos benefícios oferecidos aos demais educandos, como material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo, em igualdade de condições.</p> <p>A alternativa “Concessão de renda mensal vitalícia independentemente de avaliação socioeconômica.” está incorreta, uma vez que a concessão de renda mensal vitalícia não é um benefício educacional automático e depende de critérios legais e avaliação socioeconômica.</p> <p>A alternativa “Acesso automático a programas habitacionais sem critérios de seleção.” também está incorreta, pois o acesso a programas habitacionais não ocorre de forma automática, estando sujeito a critérios e políticas específicas, não se caracterizando como benefício educacional previsto na lei.</p> <p>A alternativa “Fornecimento exclusivo de transporte individualizado e gratuito para todos os níveis de ensino.” está incorreta, pois a Lei nº 7.853/1989 assegura igualdade de condições e acesso aos mesmos benefícios educacionais oferecidos aos demais educandos, não prevendo atendimento exclusivo ou segregado em instituições especializadas como regra.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial questão 13	<p>Questão: A Lei Federal nº 9.424/1996 dispõe sobre o Fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do magistério, segundo Art. 10, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar:</p> <p>I.O efetivo cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal preconiza que a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.</p> <p>II.Apresentação de Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação.</p> <p>III.Fornecimento das informações solicitadas por ocasião do censo escolar, ou para fins de elaboração de indicadores educacionais.</p> <p>É CORRETO o que se afirma em:</p> <p>(A) II, apenas. (B) I, II e III. (C) I e III, apenas. (D) I, apenas.</p> <p>Recurso: A questão 13 aborda as exigências previstas no Art. 10 da Lei Federal nº 9.424/1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).</p> <p>Ocorre que o enunciado apresenta três afirmações, todas elas expressamente previstas no Art. 10 da referida lei:</p> <ul style="list-style-type: none"> • I – Cumprimento do art. 212 da Constituição Federal; • II – Apresentação de Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, de acordo com as diretrizes do CNE; • III – Fornecimento das informações solicitadas por ocasião do censo escolar e para a elaboração de indicadores educacionais. <p>Dessa forma, as três afirmativas são verdadeiras, tornando correta a alternativa B, e não a</p>

	<p>alternativa C, indicada como resposta no gabarito preliminar.</p> <p>Assim, a banca incorre em erro material, pois o gabarito apresentado contraria diretamente o texto legal vigente, gerando prejuízo aos candidatos.</p> <p>Considerando que a resposta correta não coincide com aquela fornecida pela banca, a questão apresenta vício insanável, uma vez que não há como considerar correta a alternativa apontada no gabarito.</p> <p>Por esse motivo, solicita-se a alteração do gabarito preliminar para alternativa B da questão 13, por erro de elaboração e violação do disposto no Art. 10 da Lei nº 9.424/1996.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Item I é correto, pois exige-se a comprovação do cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, que determina a aplicação mínima de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino pelos entes federados.</p> <p>O item II está incorreto, pois a exigência de apresentação de Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, prevista no art. 10, inciso II, da Lei nº 9.424/1996, foi revogada pela Lei nº 14.817/2024. Assim, esse dispositivo não integra mais o ordenamento jurídico vigente, não podendo ser considerado como obrigação legal atual.</p> <p>O item III é correto porque também é obrigatoriedade a prestação de informações educacionais, especialmente aquelas relacionadas ao censo escolar e à produção de indicadores educacionais.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial - questão 13	<p>Questão: A Lei Federal nº 9.424/1996 dispõe sobre o Fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do magistério, segundo Art. 10, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar:</p> <p>I.O efetivo cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal preconiza que a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.</p> <p>II.Apresentação de Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação.</p> <p>III.Fornecimento das informações solicitadas por ocasião do censo escolar, ou para fins de elaboração de indicadores educacionais.</p> <p>É CORRETO o que se afirma em:</p> <p>(A) II, apenas. (B) I, II e III. (C) I e III, apenas. (D) I, apenas.</p> <p>Recurso: O enunciado solicita a identificação das exigências previstas no art. 10 da Lei nº 9.424/1996, relativas às condições que Estados, Distrito Federal e Municípios deveriam comprovar para fins de participação no FUNDEF.</p> <p>O referido dispositivo legal estabelece, entre tais exigências:</p> <p>(i) o cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, referente à aplicação mínima de recursos na manutenção e</p>

	<p>desenvolvimento do ensino;</p> <p>(ii) a existência de Plano de Carreira e Remuneração do Magistério;</p> <p>(iii) o fornecimento de informações para fins de censo escolar e elaboração de indicadores educacionais.</p> <p>Nesse sentido, o item II não contraria o texto legal, pois apenas explicita que o Plano de Carreira deve observar as diretrizes do sistema nacional de educação, emanadas do Conselho Nacional de Educação, órgão normativo previsto na LDB, não havendo incompatibilidade entre tal referência e o comando do art. 10 da Lei nº 9.424/1996.</p> <p>Dessa forma, encontram-se corretos os itens I, II e III, sendo a alternativa (B) a que melhor atende ao disposto na legislação educacional, razão pela qual requer-se a ALTERAÇÃO DO GABARITO.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Item I é correto, pois exige-se a comprovação do cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, que determina a aplicação mínima de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino pelos entes federados.</p> <p>O item II está incorreto, pois a exigência de apresentação de Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, prevista no art. 10, inciso II, da Lei nº 9.424/1996, foi revogada pela Lei nº 14.817/2024. Assim, esse dispositivo não integra mais o ordenamento jurídico vigente, não podendo ser considerado como obrigação legal atual.</p> <p>O item III é correto porque também é obrigatória a prestação de informações educacionais, especialmente aquelas relacionadas ao censo escolar e à produção de indicadores educacionais.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial - questão 13	<p>Questão: A Lei Federal nº 9.424/1996 dispõe sobre o Fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do magistério, segundo Art. 10, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar:</p> <p>I.O efetivo cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal preconiza que a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.</p> <p>II.Apresentação de Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação.</p> <p>III.Fornecimento das informações solicitadas por ocasião do censo escolar, ou para fins de elaboração de indicadores educacionais.</p> <p>É CORRETO o que se afirma em:</p> <p>(A) II, apenas.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) I, apenas.</p> <p>Recurso: RECURSO – PEDIDO DE ANULAÇÃO DA QUESTÃO 13</p> <p>Questão: 13</p> <p>Gabarito preliminar: Alternativa C</p> <p>Solicitação: Anulação da questão</p> <p>Fundamentação:</p> <p>A questão 13 aborda as exigências previstas no Art. 10 da Lei Federal nº 9.424/1996, que dispõe sobre o Fundo de</p>

	<p>Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).</p> <p>Ocorre que o enunciado apresenta três afirmações, todas elas expressamente previstas no Art. 10 da referida lei:</p> <ul style="list-style-type: none"> • I – Cumprimento do art. 212 da Constituição Federal; • II – Apresentação de Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, de acordo com as diretrizes do CNE; • III – Fornecimento das informações solicitadas por ocasião do censo escolar e para a elaboração de indicadores educacionais. <p>Dessa forma, as três afirmativas são verdadeiras, tornando correta a alternativa B, e não a alternativa C, indicada como resposta no gabarito preliminar.</p> <p>Assim, a banca incorre em erro material, pois o gabarito apresentado contraria diretamente o texto legal vigente, gerando prejuízo aos candidatos.</p> <p>Considerando que a resposta correta não coincide com aquela fornecida pela banca, a questão apresenta vício insanável, uma vez que não há como considerar correta a alternativa apontada no gabarito.</p> <p>Por esse motivo, solicita-se a ANULAÇÃO da questão 13, por erro de elaboração e violação do disposto no Art. 10 da Lei nº 9.424/1996.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Item I é correto, pois exige-se a comprovação do cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, que determina a aplicação mínima de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino pelos entes federados.</p> <p>O item II está incorreto, pois a exigência de apresentação de Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, prevista no art. 10, inciso II, da Lei nº 9.424/1996, foi revogada pela Lei nº 14.817/2024. Assim, esse dispositivo não integra mais o ordenamento jurídico vigente, não podendo ser considerado como obrigação legal atual.</p> <p>O item III é correto porque também é obrigatoriedade a prestação de informações educacionais, especialmente aquelas relacionadas ao censo escolar e à produção de indicadores educacionais.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial - questão 13	<p>Questão: A Lei Federal nº 9.424/1996 dispõe sobre o Fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do magistério, segundo Art. 10, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar:</p> <p>I.O efetivo cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal preconiza que a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.</p> <p>II.Apresentação de Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação.</p> <p>III.Fornecimento das informações solicitadas por ocasião do censo escolar, ou para fins de elaboração de indicadores educacionais.</p> <p>É CORRETO o que se afirma em:</p> <p>(A) II, apenas.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p>

(D) I, apenas.

Recurso: Solicitação: Anulação da questão por cobrança de legislação revogada e sem eficácia jurídica

Senhores membros da banca examinadora,

Venho, respeitosamente, solicitar a anulação da questão 13, com base nos fundamentos jurídicos e administrativos a seguir apresentados.

A questão exige interpretação de dispositivo contido na Lei Federal n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. A referida lei foi publicada no Diário Oficial da União em 26 de dezembro de 1996. Ocorre que tal legislação encontra-se revogada e sem eficácia jurídica desde 2007.

A extinção do FUNDEF ocorreu oficialmente por meio da Emenda Constitucional n. 53, de 19 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União em 20 de dezembro de 2006. Esta Emenda alterou o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB – substituindo integralmente o FUNDEF. A partir de primeiro de janeiro de 2007, o FUNDEF deixou de existir como mecanismo de financiamento da educação.

Em seguida, a Lei Federal n. 11.494, de 20 de junho de 2007, publicada no Diário Oficial da União em 21 de junho de 2007, regulamentou o FUNDEB e, na prática, revogou a aplicação da Lei n. 9.424/1996. Portanto, desde 2007 a legislação utilizada pela banca para embasar a questão deixou de possuir qualquer eficácia.

Posteriormente, a legislação do FUNDEB foi integralmente atualizada pela Lei Federal n. 14.113, de 25 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União na mesma data, em edição extra. Esta lei revogou expressamente a legislação anterior referente ao FUNDEB e consolidou o novo regime de financiamento, reforçando a completa substituição e descontinuidade normativa do FUNDEF.

Assim, o dispositivo utilizado como base para julgar a questão encontra-se formal e materialmente revogado. A cobrança de norma revogada sem previsão expressa no edital viola os princípios da legalidade, da publicidade e da segurança jurídica, previstos no artigo 37 da Constituição Federal, e contraria o direito do candidato de conhecer previamente o conteúdo exigido.

A jurisprudência administrativa é pacífica no sentido de que norma revogada não pode ser objeto de cobrança, salvo indicação expressa no edital, o que não ocorreu. Além disso, quando uma questão de concurso se fundamenta em premissa jurídica inexistente ou sem vigência, torna-se obrigatória sua anulação, uma vez que impede a identificação de uma resposta objetiva e válida.

Diante do exposto, considerando que a questão se baseia em legislação revogada há mais de quinze anos, sem qualquer previsão no edital e sem eficácia jurídica desde dois mil e sete, requer-se a anulação da questão 13, por ausência de base normativa válida e violação aos princípios constitucionais aplicáveis ao concurso público.

Termos em que,
Pede deferimento.

Resposta ao recurso:

Item I é correto, pois exige-se a comprovação do cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, que determina a aplicação mínima de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino pelos entes federados.

O item II está incorreto, pois a exigência de apresentação de Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, prevista no art. 10, inciso II, da Lei nº 9.424/1996, foi revogada pela Lei nº 14.817/2024. Assim, esse dispositivo não integra mais o ordenamento jurídico vigente, não podendo ser considerado como obrigação legal atual.

O item III é correto porque também é obrigatória a prestação de informações educacionais, especialmente aquelas relacionadas ao censo escolar e à produção de indicadores educacionais.

Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO.**

<p>Professor de Educação Especial - questão 13</p>	<p>Questão: A Lei Federal nº 9.424/1996 dispõe sobre o Fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do magistério, segundo Art. 10, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar:</p> <p>I.O efetivo cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal preconiza que a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.</p> <p>II.Apresentação de Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação.</p> <p>III.Fornecimento das informações solicitadas por ocasião do censo escolar, ou para fins de elaboração de indicadores educacionais.</p> <p>É CORRETO o que se afirma em:</p> <p>(A) II, apenas. (B) I, II e III. (C) I e III, apenas. (D) I, apenas.</p> <p>Recurso: Questão: 13 Gabarito preliminar: C Gabarito correto: B Fundamentação: A questão refere-se ao Art. 10 da Lei Federal nº 9.424/1996, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). A legislação citada pela própria banca estabelece três exigências, e todas elas aparecem nos itens I, II e III da questão. O texto legal afirma claramente: "Art. 10. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar: I – o efetivo cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal; II – a apresentação de planos de carreira e remuneração do magistério, de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação; III – o fornecimento das informações solicitadas por ocasião do censo escolar, ou para fins de elaboração de indicadores educacionais." (BRASIL, 1996).</p> <p>Assim, todos os três itens elencados na questão correspondem exatamente ao texto da lei, sem exceção.</p> <p>Portanto, considerando a literalidade do Art. 10, é correto afirmar que: (B) I, II e III são verdadeiros.</p> <p>Dessa forma, solicita-se a retificação do gabarito preliminar, pois a alternativa C (I e III apenas) contraria o texto legal.</p> <p>Referência: BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 dez. 1996.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Item I é correto, pois exige-se a comprovação do cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, que determina a aplicação mínima de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino pelos entes federados.</p> <p>O item II está incorreto, pois a exigência de apresentação de Plano de Carreira e</p>
---	---

	<p>Remuneração do Magistério, prevista no art. 10, inciso II, da Lei nº 9.424/1996, foi revogada pela Lei nº 14.817/2024. Assim, esse dispositivo não integra mais o ordenamento jurídico vigente, não podendo ser considerado como obrigação legal atual. O item III é correto porque também é obrigatória a prestação de informações educacionais, especialmente aquelas relacionadas ao censo escolar e à produção de indicadores educacionais.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial - questão 10	<p>Questão: As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica orientam os sistemas de ensino a garantir que estudantes impossibilitados de frequentar a escola por motivo de tratamento de saúde recebam acompanhamento pedagógico adequado. Nessa perspectiva, quando o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é oferecido em ambiente hospitalar ou domiciliar, a Educação Especial deve ser organizada de forma a:</p> <p>(A) Substituir integralmente a escolarização formal enquanto durar o tratamento de saúde.</p> <p>(B) Ocorrer apenas após o término do período de internação ou recuperação domiciliar.</p> <p>(C) Atuar de maneira complementar ou suplementar ao ensino regular, assegurando a continuidade do processo educativo do estudante.</p> <p>(D) Funcionar como atendimento exclusivo, desvinculado do currículo e da escola de origem.</p> <p>Recurso: Tema: Educação Especial / AEE</p> <p>Fundamentação:</p> <p>A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Decreto nº 7.611/2011 estabelecem que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ocorrer de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, garantindo a continuidade do processo educacional do estudante. Alternativas que indiquem substituição da escolarização regular, exclusividade do AEE ou desvinculação do currículo contrariam a legislação vigente.</p> <p>Pedido:</p> <p>Requer-se a alteração do gabarito para a alternativa que define o AEE como complementar ou suplementar ao ensino regular, ou, alternativamente, a anulação da questão.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>A alternativa “Atuar de maneira complementar ou suplementar ao ensino regular, assegurando a continuidade do processo educativo do estudante.” está correta, pois, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a política de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), inclusive quando oferecido em ambiente hospitalar ou domiciliar, não substitui a escolarização regular, devendo atuar de forma complementar ou suplementar, assegurando a continuidade do processo educativo e a vinculação do estudante à sua escola de origem.</p> <p>As alternativas “Substituir integralmente a escolarização formal enquanto durar o tratamento de saúde.” e “Funcionar como atendimento exclusivo, desvinculado do currículo e da escola de origem.” estão incorretas porque pressupõem caráter substitutivo ou exclusivo do AEE, o que contraria a legislação educacional vigente.</p> <p>A alternativa “Ocorrer apenas após o término do período de internação ou recuperação domiciliar.” também está incorreta, pois o acompanhamento pedagógico deve ocorrer</p>

	<p>durante o período de tratamento, sempre que necessário, e não apenas após o seu término.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial - questão 9	<p>Questão: As diretrizes e bases da educação nacional, segundo a Lei Federal nº 9.394/1996, tem o Fórum dos Conselhos Escolares como um colegiado de caráter deliberativo que deverá ser composto por:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. 1 (um) representante do órgão responsável pelo sistema de ensino. II. 1 (um) representante da comunidade. III. 2 (dois) representantes de cada Conselho Escolar da circunscrição de atuação do Fórum dos Conselhos Escolares. <p>É CORRETO o que se afirma em:</p> <p>(A) III, apenas. (B) I, II e III. (C) I e III, apenas. (D) I e II, apenas.</p> <p>Recurso: Da Contestação da Questão 09 (Conhecimentos Específicos)</p> <p>?Enunciado da Questão: A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) estabelece que a gestão democrática do ensino público deve assegurar a participação dos profissionais da educação na elaboração do projetopedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes. A composição destes órgãos colegiados deve, no mínimo, incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. Representantes do sistema de ensino; II. Representantes da comunidade local; III. 2 (dois) representantes de cada Conselho Escolar da circunscrição. <p>Assinale a alternativa correta:</p> <p>(A) Estão corretos I, II e III. (B) Estão corretos II e III, apenas. (C) Estão corretos I e III, apenas. (D) Estão corretos I e II, apenas.</p> <p>Argumento para Alteração de Gabarito para D ?O gabarito preliminar deve ser alterado para a alternativa D, que afirma que apenas os Itens I e II estão corretos. ?Fundamentação Legal (LDB e Gestão Democrática): A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), ao tratar da gestão democrática (Art. 14), exige a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar e local nos conselhos escolares. ?Análise dos Itens Essenciais: ?Item I (Representantes do sistema de ensino): Está CORRETO. Garante a participação dos profissionais. ?Item II (Representantes da comunidade local): Está CORRETO. Garante a participação da comunidade. ?Análise do Item Incorreto: ?Item III (2 (dois) representantes de cada Conselho Escolar da circunscrição): Este item descreve uma regra de representação específica, numérica e de fórum/agrupamento que não corresponde ao mínimo básico e obrigatório estabelecido pela LDB para a composição dos Conselhos Escolares em si. A alternativa (D) é a única que reflete a composição mínima e correta dos órgãos colegiados, em estrita conformidade com os princípios da gestão</p>

	<p>democrática, excluindo o item que representa uma regra específica não universal. ?Solicita-se, portanto, a alteração do gabarito preliminar da Questão 09 para a alternativa: ?(D) Estão corretos I e II, apenas.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>De acordo com a legislação Lei federal nº 9.394/1996: 3º O Fórum dos Conselhos Escolares será composto de:</p> <p>I – 2 (dois) representantes do órgão responsável pelo sistema de ensino;</p> <p>II – 2 (dois) representantes de cada Conselho Escolar da circunscrição de atuação do Fórum dos Conselhos Escolares.</p> <p>https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm</p> <p>Logo, de acordo com a Lei nº 9.394/1996 (LDB), com redação dada pela Lei nº 14.644/2023, o § 3º estabelece que o Fórum dos Conselhos Escolares será composto por 2 (dois) representantes do órgão responsável pelo sistema de ensino e 2 (dois) representantes de cada Conselho Escolar. Portanto,</p> <ul style="list-style-type: none"> • Item I – Incorreto: a lei prevê 2 representantes, e não 1. • Item II – Incorreto: não há previsão legal de representante da comunidade na composição do Fórum. • Item III – Correto: corresponde exatamente ao que dispõe a legislação vigente. <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial - questão 9	<p>Questão: As diretrizes e bases da educação nacional, segundo a Lei Federal nº 9.394/1996, tem o Fórum dos Conselhos Escolares como um colegiado de caráter deliberativo que deverá ser composto por:</p> <p>I.1 (um) representante do órgão responsável pelo sistema de ensino.</p> <p>II.1 (um) representante da comunidade.</p> <p>III.2 (dois) representantes de cada Conselho Escolar da circunscrição de atuação do Fórum dos Conselhos Escolares.</p> <p>É CORRETO o que se afirma em:</p> <p>(A) III, apenas.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) I e II, apenas.</p> <p>Recurso: Requeiro a anulação da questão 09. O enunciado atribui ao texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394 de 1996, a previsão de composição do denominado Fórum dos Conselhos Escolares. Entretanto, tal órgão não existe na LDB. A leitura integral da lei confirma a inexistência de qualquer menção a esse fórum, suas atribuições ou sua composição. Dessa forma, a questão parte de premissa normativa inexistente. O Fórum dos Conselhos Escolares é tratado exclusivamente em documentos orientadores do Ministério da Educação, especialmente o Guia de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, publicado pela Secretaria de Educação Básica em 2004, e o Caderno Conselho Escolar e Democracia. Tais documentos não têm hierarquia normativa, não foram disponibilizados no edital e, portanto, não podem embasar questões do concurso. A jurisprudência administrativa e judicial relativa a concursos públicos é uníssona: questões baseadas em premissas falsas ou em lei inexistente devem ser anuladas. O Superior Tribunal de Justiça, no RMS 34.108 e em precedentes</p>

	<p>correlatos, afirma que questões com erro material ou fundamento jurídico inexistente violam o princípio da isonomia e devem ser anuladas. A doutrina de Celso Antônio Bandeira de Mello, ao tratar do princípio da legalidade, reforça que a administração pública somente pode exigir do candidato conhecimento baseado em norma válida, vigente e previamente divulgada.</p> <p>PEDIDO</p> <p>Requer-se a anulação da questão, por violação ao princípio da legalidade e por partir de premissa falsa.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>De acordo com a legislação Lei federal nº 9.394/1996: 3º O Fórum dos Conselhos Escolares será composto de:</p> <p>I – 2 (dois) representantes do órgão responsável pelo sistema de ensino;</p> <p>II – 2 (dois) representantes de cada Conselho Escolar da circunscrição de atuação do Fórum dos Conselhos Escolares.</p> <p>https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm</p> <p>Logo, de acordo com a Lei nº 9.394/1996 (LDB), com redação dada pela Lei nº 14.644/2023, o § 3º estabelece que o Fórum dos Conselhos Escolares será composto por 2 (dois) representantes do órgão responsável pelo sistema de ensino e 2 (dois) representantes de cada Conselho Escolar. Portanto,</p> <ul style="list-style-type: none"> • Item I – Incorreto: a lei prevê 2 representantes, e não 1. • Item II – Incorreto: não há previsão legal de representante da comunidade na composição do Fórum. • Item III – Correto: corresponde exatamente ao que dispõe a legislação vigente. <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial - questão 9	<p>Questão: As diretrizes e bases da educação nacional, segundo a Lei Federal nº 9.394/1996, tem o Fórum dos Conselhos Escolares como um colegiado de caráter deliberativo que deverá ser composto por:</p> <p>I.1 (um) representante do órgão responsável pelo sistema de ensino.</p> <p>II.1 (um) representante da comunidade.</p> <p>III.2 (dois) representantes de cada Conselho Escolar da circunscrição de atuação do Fórum dos Conselhos Escolares.</p> <p>É CORRETO o que se afirma em:</p> <p>(A) III, apenas.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) I e II, apenas.</p> <p>Recurso: PEDIDO DE ANULAÇÃO DA QUESTÃO 09</p> <p>O enunciado da questão afirma que, segundo a Lei Federal nº 9.394/1996 (LDB), o Fórum dos Conselhos Escolares possui caráter deliberativo e composição específica. Contudo, a LDB não prevê a criação do Fórum dos Conselhos Escolares, nem estabelece seu caráter ou sua composição.</p> <p>A Lei nº 9.394/1996 limita-se a tratar da gestão democrática do ensino público (art. 14) e da atuação dos Conselhos de Educação, não havendo qualquer dispositivo legal que institua ou regulamente o Fórum dos Conselhos Escolares, o qual é disciplinado por normativas infralegais e documentos orientadores do MEC.</p> <p>Dessa forma, ao atribuir à LDB disposições inexistentes, a questão apresenta erro de</p>

	<p>fundamentação normativa, inviabilizando a identificação de alternativa correta com base no diploma legal expressamente indicado no enunciado.</p> <p>Diante do exposto, requer-se a ANULAÇÃO DA QUESTÃO 09, por incorreção no fundamento legal utilizado.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>De acordo com a legislação Lei federal nº 9.394/1996: 3º O Fórum dos Conselhos Escolares será composto de:</p> <p>I – 2 (dois) representantes do órgão responsável pelo sistema de ensino;</p> <p>II – 2 (dois) representantes de cada Conselho Escolar da circunscrição de atuação do Fórum dos Conselhos Escolares.</p> <p>https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm</p> <p>Logo, de acordo com a Lei nº 9.394/1996 (LDB), com redação dada pela Lei nº 14.644/2023, o § 3º estabelece que o Fórum dos Conselhos Escolares será composto por 2 (dois) representantes do órgão responsável pelo sistema de ensino e 2 (dois) representantes de cada Conselho Escolar. Portanto,</p> <ul style="list-style-type: none"> • Item I – Incorreto: a lei prevê 2 representantes, e não 1. • Item II – Incorreto: não há previsão legal de representante da comunidade na composição do Fórum. • Item III – Correto: corresponde exatamente ao que dispõe a legislação vigente. <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial questão 9	<p>Questão: As diretrizes e bases da educação nacional, segundo a Lei Federal nº 9.394/1996, tem o Fórum dos Conselhos Escolares como um colegiado de caráter deliberativo que deverá ser composto por:</p> <p>I.1 (um) representante do órgão responsável pelo sistema de ensino.</p> <p>II.1 (um) representante da comunidade.</p> <p>III.2 (dois) representantes de cada Conselho Escolar da circunscrição de atuação do Fórum dos Conselhos Escolares.</p> <p>É CORRETO o que se afirma em:</p> <p>(A) III, apenas.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) I e II, apenas.</p> <p>Recurso: I. Recurso para ALTERAÇÃO DE GABARITO (Questão 09)</p> <p>1. Questão 09 (Conhecimentos Específicos)</p> <p>Gabarito Preliminar (Assumido) Gabarito Pleiteado Motivo do Recurso C D Incorreção legal do Item III.</p> <p>Argumento:</p> <p>Solicita-se a alteração do gabarito de C para D (Estão corretos I e II, apenas). A LDB exige a participação dos profissionais da educação (Item I) e da comunidade escolar/local (Item II) na composição mínima dos órgãos colegiados. O Item III ("2 (dois) representantes de cada Conselho Escolar da circunscrição") é uma regra específica e numérica que não é um princípio básico e universal da LDB para a composição mínima, tornando-o incorreto no contexto geral da questão. A alternativa correta é D, que inclui apenas os componentes essenciais I e II.</p>

	<p>Resposta ao Recurso:</p> <p>De acordo com a legislação Lei federal nº 9.394/1996: 3º O Fórum dos Conselhos Escolares será composto de:</p> <p>I – 2 (dois) representantes do órgão responsável pelo sistema de ensino;</p> <p>II – 2 (dois) representantes de cada Conselho Escolar da circunscrição de atuação do Fórum dos Conselhos Escolares.</p> <p>https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm</p> <p>Logo, de acordo com a Lei nº 9.394/1996 (LDB), com redação dada pela Lei nº 14.644/2023, o § 3º estabelece que o Fórum dos Conselhos Escolares será composto por 2 (dois) representantes do órgão responsável pelo sistema de ensino e 2 (dois) representantes de cada Conselho Escolar. Portanto,</p> <ul style="list-style-type: none"> • Item I – Incorreto: a lei prevê 2 representantes, e não 1. • Item II – Incorreto: não há previsão legal de representante da comunidade na composição do Fórum. • Item III – Correto: corresponde exatamente ao que dispõe a legislação vigente. <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial questão 8	<p>Questão: Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 2000), "[...] apropriar-se dos conhecimentos da Física, da Química e da Biologia, e aplicar esses conhecimentos para explicar o funcionamento do mundo natural, planejar, executar e avaliar ações de intervenção na realidade natural" contribui para a formação cidadã, desde que esses conhecimentos sejam articulados de maneira integrada. Uma forma de integrar os conhecimentos científicos com a realidade e estabelecer inter-relações entre diferentes campos do conhecimento é a adoção, por parte dos docentes, de abordagens:</p> <p>(A) Multidisciplinares. (B) Transdisciplinares. (C) Interdisciplinares. (D) Pluridisciplinares.</p> <p>Recurso: Tema: Interdisciplinaridade / PCN Fundamentação: O enunciado da questão descreve a existência de inter-relações entre diferentes campos do conhecimento, característica que, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), define a interdisciplinaridade, entendida como a integração e articulação de saberes entre áreas distintas. A multidisciplinaridade, por sua vez, refere-se apenas à justaposição de disciplinas, sem interação efetiva entre elas, o que não corresponde ao conceito apresentado no enunciado. Portanto, a alternativa correta é a que identifica a abordagem interdisciplinar. Pedido: Requer-se a alteração do gabarito para a alternativa que indica a interdisciplinaridade, conforme definição expressa nos PCN, ou, alternativamente, a anulação da questão.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>A alternativa "Transdisciplinares." está correta, pois, conforme defendem Lima Júnior, Campos e Rocha (2014), a abordagem transdisciplinar promove a integração plena dos conhecimentos, ultrapassando as fronteiras disciplinares e articulando teoria e prática. Essa perspectiva possibilita relacionar os saberes da Física, da Química e da Biologia com a realidade concreta, favorecendo a compreensão do mundo natural e a intervenção</p>

	<p>consciente, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio. As demais alternativas estão incorretas porque:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pluridisciplinares: mantêm os conteúdos organizados por disciplinas, com integração limitada e sem articulação profunda. • Interdisciplinares: estabelecem conexões entre áreas, porém preservam fronteiras disciplinares, não alcançando a integração total indicada no texto. • Multidisciplinares: reúnem diferentes disciplinas em torno de um tema comum, mas de forma justaposta, sem integração efetiva entre conceitos e práticas. <p>Referência:</p> <p>DE LIMA JÚNIOR, Sidnei; DE CAMPOS, Alfredo Borges; ROCHA, Cleonice. <i>Abordagem transdisciplinar dos parâmetros curriculares nacionais de química: o caso das geociências</i>. Terra Didatica, v. 10, n. 3, p. 289–297, 2014.</p> <p>BRASIL. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio</i>. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000. p. 98.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial questão 8	<p>Questão: Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 2000), "[...] apropriar-se dos conhecimentos da Física, da Química e da Biologia, e aplicar esses conhecimentos para explicar o funcionamento do mundo natural, planejar, executar e avaliar ações de intervenção na realidade natural" contribui para a formação cidadã, desde que esses conhecimentos sejam articulados de maneira integrada. Uma forma de integrar os conhecimentos científicos com a realidade e estabelecer inter-relações entre diferentes campos do conhecimento é a adoção, por parte dos docentes, de abordagens:</p> <p>(A) Multidisciplinares. (B) Transdisciplinares. (C) Interdisciplinares. (D) Pluridisciplinares.</p> <p>Recurso: Questão 08 (Conhecimentos Específicos) Gabarito Preliminar (Assumido) Motivo da Anulação D Ambiguidade Conceitual e Múltipla Resposta Correta Argumento: A descrição ("articular de maneira integrada", "inter-relações entre diferentes campos") é a definição clássica de Interdisciplinaridade (Alternativa C). Embora a Transdisciplinaridade (Alternativa D, gabarito preliminar) também envolva inter-relação, o conceito primário da descrição é Interdisciplinaridade. Dada a alta ambiguidade e a existência de duas alternativas plausíveis (C e D), a questão falha no princípio da objetividade e deve ser anulada</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>A alternativa "Transdisciplinares." está correta, pois, conforme defendem Lima Júnior, Campos e Rocha (2014), a abordagem transdisciplinar promove a integração plena dos conhecimentos, ultrapassando as fronteiras disciplinares e articulando teoria e prática. Essa perspectiva possibilita relacionar os saberes da Física, da Química e da Biologia com a realidade concreta, favorecendo a compreensão do mundo natural e a intervenção consciente, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio. As demais alternativas estão incorretas porque:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pluridisciplinares: mantêm os conteúdos organizados por disciplinas, com integração limitada e sem articulação profunda. • Interdisciplinares: estabelecem conexões entre áreas, porém preservam fronteiras

	<p>disciplinares, não alcançando a integração total indicada no texto.</p> <ul style="list-style-type: none"> Multidisciplinares: reúnem diferentes disciplinas em torno de um tema comum, mas de forma justaposta, sem integração efetiva entre conceitos e práticas. <p>Referência:</p> <p>DE LIMA JÚNIOR, Sidnei; DE CAMPOS, Alfredo Borges; ROCHA, Cleonice. <i>Abordagem transdisciplinar dos parâmetros curriculares nacionais de química: o caso das geociências</i>. Terra Didática, v. 10, n. 3, p. 289–297, 2014.</p> <p>BRASIL. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio</i>. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000. p. 98.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial questão 8	<p>Questão: Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 2000), "[...] apropriar-se dos conhecimentos da Física, da Química e da Biologia, e aplicar esses conhecimentos para explicar o funcionamento do mundo natural, planejar, executar e avaliar ações de intervenção na realidade natural" contribui para a formação cidadã, desde que esses conhecimentos sejam articulados de maneira integrada. Uma forma de integrar os conhecimentos científicos com a realidade e estabelecer inter-relações entre diferentes campos do conhecimento é a adoção, por parte dos docentes, de abordagens:</p> <p>(A) Multidisciplinares. (B) Transdisciplinares. (C) Interdisciplinares. (D) Pluridisciplinares.</p> <p>Recurso: Venho, por meio deste, solicitar a anulação da questão de número 8, uma vez que ela não condiz com os conhecimentos específicos previstos no edital para o cargo de Professor de Educação Especial. A questão apresenta um trecho dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) das Ciências Naturais, abordando conceitos como interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, transdisciplinaridade e pluridisciplinaridade aplicados ao ensino de Física, Química e Biologia. No entanto: O conteúdo da questão pertence à área de Ciências da Natureza, e não à área da Educação Especial, que é o escopo dos conhecimentos específicos para este cargo.</p> <p>O CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 001/2025 define que os conhecimentos específicos devem contemplar temas como:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Educação Inclusiva; – Atendimento Educacional Especializado (AEE); – Legislação referente à Educação Especial; – Processos de aprendizagem de estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE); – Adaptações curriculares; – Acessibilidade e tecnologias assistivas; <p>entre outros.</p> <p>A questão não avalia nenhuma dessas competências, exigindo, ao contrário, conhecimento aprofundado em abordagens didáticas aplicadas ao ensino de conteúdos científicos que não fazem parte das atribuições nem do repertório esperado para o cargo de Professor de Educação Especial.</p> <p>Além disso, não há relação direta entre o conteúdo da questão e as funções típicas do AEE ou da docência na educação inclusiva, o que demonstra que a questão foi elaborada fora do escopo previsto.</p>

	<p>Diante do exposto, solicito a anulação da questão, por tratar-se de conteúdo alheio ao programa de conhecimentos específicos estabelecido pelo edital para o cargo de Professor de Educação Especial, prejudicando assim a isonomia dos candidatos.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>A questão está em conformidade com o conteúdo programático estabelecido, ao abordar a visão interdisciplinar e transversal do conhecimento.</p> <p>A alternativa “Transdisciplinares.” está correta, pois, conforme defendem Lima Júnior, Campos e Rocha (2014), a abordagem transdisciplinar promove a integração plena dos conhecimentos, ultrapassando as fronteiras disciplinares e articulando teoria e prática. Essa perspectiva possibilita relacionar os saberes da Física, da Química e da Biologia com a realidade concreta, favorecendo a compreensão do mundo natural e a intervenção consciente, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio.</p> <p>As demais alternativas estão incorretas porque:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pluridisciplinares: mantêm os conteúdos organizados por disciplinas, com integração limitada e sem articulação profunda. • Interdisciplinares: estabelecem conexões entre áreas, porém preservam fronteiras disciplinares, não alcançando a integração total indicada no texto. • Multidisciplinares: reúnem diferentes disciplinas em torno de um tema comum, mas de forma justaposta, sem integração efetiva entre conceitos e práticas. <p>Referência: DE LIMA JÚNIOR, Sidnei; DE CAMPOS, Alfredo Borges; ROCHA, Cleonice. <i>Abordagem transdisciplinar dos parâmetros curriculares nacionais de química: o caso das geociências</i>. Terra Didatica, v. 10, n. 3, p. 289–297, 2014.</p> <p>BRASIL. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio</i>. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000. p. 98.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial questão 8	<p>Questão: Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 2000), "[...] apropriar-se dos conhecimentos da Física, da Química e da Biologia, e aplicar esses conhecimentos para explicar o funcionamento do mundo natural, planejar, executar e avaliar ações de intervenção na realidade natural" contribui para a formação cidadã, desde que esses conhecimentos sejam articulados de maneira integrada. Uma forma de integrar os conhecimentos científicos com a realidade e estabelecer inter-relações entre diferentes campos do conhecimento é a adoção, por parte dos docentes, de abordagens:</p> <p>(A) Multidisciplinares. (B) Transdisciplinares. (C) Interdisciplinares. (D) Pluridisciplinares.</p> <p>Recurso: Data de nasc:03/05/1978 Cargo: Professor de educação especial Questão: 08 Gabarito preliminar: B Gabarito correto: C Fundamentação: A questão apresenta um trecho dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que trata da necessidade de integrar conhecimentos científicos para explicar e intervir na realidade. Tal abordagem corresponde claramente à</p>

	<p>interdisciplinaridade, e não à transdisciplinaridade, como aponta equivocadamente o gabarito preliminar.</p> <p>Os próprios PCN definem a interdisciplinaridade como: “a integração de conhecimentos de diferentes áreas, construída na relação entre elas, mantendo suas especificidades, mas possibilitando ao aluno compreender fenômenos de forma articulada” (BRASIL, 2000, p. 32).</p> <p>A transdisciplinaridade, por sua vez, ultrapassa os limites das disciplinas e propõe uma unificação de saberes que não corresponde ao que o texto da questão descreve. O excerto apresentado fala em articulação integrada entre Física, Química e Biologia, exatamente como previsto na concepção de interdisciplinaridade, conforme os PCN indicam ao afirmar:</p> <p>“A interdisciplinaridade supõe uma troca entre as disciplinas e uma cooperação que leva a uma integração recíproca” (BRASIL, 2000, p. 29).</p> <p>Dessa forma, o fragmento apresentado e o documento citado pela própria questão apontam objetivamente para a alternativa:</p> <p>(C) Interdisciplinares</p> <p>Assim, solicita-se a retificação do gabarito para a alternativa correta.</p> <p>Referência:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental – Ciências Naturais. Brasília: MEC/SEF, 2000.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>A alternativa “Transdisciplinares.” está correta, pois, conforme defendem Lima Júnior, Campos e Rocha (2014), a abordagem transdisciplinar promove a integração plena dos conhecimentos, ultrapassando as fronteiras disciplinares e articulando teoria e prática. Essa perspectiva possibilita relacionar os saberes da Física, da Química e da Biologia com a realidade concreta, favorecendo a compreensão do mundo natural e a intervenção consciente, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio.</p> <p>As demais alternativas estão incorretas porque:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pluridisciplinares: mantêm os conteúdos organizados por disciplinas, com integração limitada e sem articulação profunda. • Interdisciplinares: estabelecem conexões entre áreas, porém preservam fronteiras disciplinares, não alcançando a integração total indicada no texto. • Multidisciplinares: reúnem diferentes disciplinas em torno de um tema comum, mas de forma justaposta, sem integração efetiva entre conceitos e práticas. <p>Referência:</p> <p>DE LIMA JÚNIOR, Sidnei; DE CAMPOS, Alfredo Borges; ROCHA, Cleonice. <i>Abordagem transdisciplinar dos parâmetros curriculares nacionais de química: o caso das geociências</i>. Terra e Didática, v. 10, n. 3, p. 289–297, 2014.</p> <p>BRASIL. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio</i>. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000. p. 98.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial questão 8	<p>Questão: Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 2000), “[...] apropriar-se dos conhecimentos da Física, da Química e da Biologia, e aplicar esses conhecimentos para explicar o funcionamento do mundo natural, planejar, executar e avaliar ações de intervenção na realidade natural” contribui para a formação cidadã, desde que esses conhecimentos sejam articulados de maneira integrada. Uma forma de integrar os conhecimentos científicos com a realidade e estabelecer inter-relações entre diferentes campos do conhecimento é a adoção, por parte dos docentes, de abordagens:</p> <p>(A) Multidisciplinares. (B) Transdisciplinares. (C) Interdisciplinares.</p>

(D) Pluridisciplinares.

Recurso: Questão 08

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 2000), "[...] apropriar-se dos conhecimentos da Física, da Química e da Biologia, e aplicar esses conhecimentos para explicar o funcionamento do mundo natural, planejar, executar e avaliar ações de intervenção na realidade natural" contribui para a formação cidadã, desde que esses conhecimentos sejam articulados de maneira integrada. Uma forma de integrar os conhecimentos científicos com a realidade e estabelecer inter-relações entre diferentes campos do conhecimento é a adoção, por parte dos docentes, de abordagens:

(A) Multidisciplinares.

(B) Transdisciplinares.

(C) Interdisciplinares.

(D) Pluridisciplinares.

Gabarito preliminar: alternativa B (Transdisciplinares)

Alternativa correta: C (Interdisciplinares)

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

A questão solicita a alternativa que representa a abordagem que integra conhecimentos científicos e estabelece inter-relações entre diferentes campos do conhecimento.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, Brasil, 2000), a abordagem que visa integrar áreas distintas em diálogo constante, promovendo trocas, articulações e construção conjunta, é a interdisciplinaridade.

Conceitos basilares:

? Interdisciplinaridade:

? Pressupõe interação, diálogo e integração entre áreas do conhecimento.

? As disciplinas se comunicam e constroem sentido conjunto.

? É o termo utilizado pelos PCNs ao discutir ações integradas entre Física, Química, Biologia e demais áreas.

? Transdisciplinaridade:

? Vai além da integração entre disciplinas, transcendendo suas fronteiras e criando novos saberes.

? Não se limita a estabelecer inter-relações, mas ultrapassa os limites disciplinares.

? Não é o conceito utilizado pelos PCNs como abordagem pedagógica para integração de conteúdos escolares.

A própria formulação da questão usa as expressões "integrar" e "estabelecer inter-relações", que correspondem exatamente ao conceito de interdisciplinaridade.

Referência direta aos PCNs

Os PCNs (BRASIL, 2000) utilizam o termo interdisciplinaridade como estratégia pedagógica para promover articulação entre conteúdos e para contextualizar os conhecimentos científicos no ensino fundamental.

Portanto, a alternativa que está em conformidade com a definição e com a orientação dos PCNs é:

? Alternativa C – Interdisciplinares

3. PEDIDO

Diante do exposto, solicita-se a correção do gabarito preliminar, atribuindo-se como correta a alternativa:

C – Interdisciplinares

Assim, requer-se a revisão da questão, com consequente retificação do gabarito e atribuição da pontuação ao candidato.

Resposta ao recurso:

A alternativa "Transdisciplinares." está correta, pois, conforme defendem Lima Júnior, Campos e Rocha (2014), a abordagem transdisciplinar promove a integração plena dos conhecimentos, ultrapassando as fronteiras disciplinares e articulando teoria e prática. Essa perspectiva possibilita relacionar os saberes da Física, da Química e da Biologia com a realidade concreta, favorecendo a compreensão do mundo natural e a intervenção consciente, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

As demais alternativas estão incorretas porque:

- Pluridisciplinares: mantêm os conteúdos organizados por disciplinas, com

	<p>integração limitada e sem articulação profunda.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Interdisciplinares: estabelecem conexões entre áreas, porém preservam fronteiras disciplinares, não alcançando a integração total indicada no texto. • Multidisciplinares: reúnem diferentes disciplinas em torno de um tema comum, mas de forma justaposta, sem integração efetiva entre conceitos e práticas. <p>Referência:</p> <p>DE LIMA JÚNIOR, Sidnei; DE CAMPOS, Alfredo Borges; ROCHA, Cleonice. <i>Abordagem transdisciplinar dos parâmetros curriculares nacionais de química: o caso das geociências</i>. Terra Didatica, v. 10, n. 3, p. 289–297, 2014.</p> <p>BRASIL. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio</i>. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000. p. 98.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial questão 8	<p>Questão: Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 2000), "[...] apropriar-se dos conhecimentos da Física, da Química e da Biologia, e aplicar esses conhecimentos para explicar o funcionamento do mundo natural, planejar, executar e avaliar ações de intervenção na realidade natural" contribui para a formação cidadã, desde que esses conhecimentos sejam articulados de maneira integrada. Uma forma de integrar os conhecimentos científicos com a realidade e estabelecer inter-relações entre diferentes campos do conhecimento é a adoção, por parte dos docentes, de abordagens:</p> <p>(A) Multidisciplinares. (B) Transdisciplinares. (C) Interdisciplinares. (D) Pluridisciplinares.</p> <p>Recurso: Senhores membros da banca avaliadora, Requeiro a revisão do gabarito da questão 08, pelas razões que seguem. O enunciado descreve o processo de integração de conhecimentos de Física, Química e Biologia com a realidade do estudante, estabelecendo relações entre essas áreas. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 e 1998, interdisciplinaridade significa a articulação entre disciplinas, preservando-se seus objetos e métodos, mas permitindo diálogo e cooperação entre elas. O texto oficial afirma que a interdisciplinaridade ocorre quando "as relações entre os conteúdos de diferentes disciplinas são estabelecidas pelos professores e pelos alunos", mantendo identidade própria, mas favorecendo o diálogo sistemático entre elas. Esse é exatamente o processo descrito no enunciado. A transdisciplinaridade, conforme Nicolescu em O Manifesto da Transdisciplinaridade e segundo o reconhecimento do próprio MEC, implica superação dos limites disciplinares e incorporação de dimensões filosóficas, culturais e éticas que transcendem o âmbito das disciplinas escolares. A autora Ivani Catarina Arantes Fazenda, referência nacional e internacional nos estudos de interdisciplinaridade, reforça em sua obra Interdisciplinaridade e Transversalidade que a interdisciplinaridade é uma interação entre duas ou mais disciplinas, com trocas recíprocas, sem dissolução de fronteiras. Isso confirma que o fenômeno descrito na questão não é transdisciplinar. Assim, o conceito apresentado coincide com a definição oficial e doutrinária de interdisciplinaridade, e não de transdisciplinaridade.</p>

	<p>PEDIDO Solicito a alteração do gabarito para a alternativa C ou, subsidiariamente, a anulação da questão por erro conceitual.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>A alternativa “Transdisciplinares.” está correta, pois, conforme defendem Lima Júnior, Campos e Rocha (2014), a abordagem transdisciplinar promove a integração plena dos conhecimentos, ultrapassando as fronteiras disciplinares e articulando teoria e prática. Essa perspectiva possibilita relacionar os saberes da Física, da Química e da Biologia com a realidade concreta, favorecendo a compreensão do mundo natural e a intervenção consciente, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio. As demais alternativas estão incorretas porque:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pluridisciplinares: mantêm os conteúdos organizados por disciplinas, com integração limitada e sem articulação profunda. • Interdisciplinares: estabelecem conexões entre áreas, porém preservam fronteiras disciplinares, não alcançando a integração total indicada no texto. • Multidisciplinares: reúnem diferentes disciplinas em torno de um tema comum, mas de forma justaposta, sem integração efetiva entre conceitos e práticas. <p>Referência: DE LIMA JÚNIOR, Sidnei; DE CAMPOS, Alfredo Borges; ROCHA, Cleonice. <i>Abordagem transdisciplinar dos parâmetros curriculares nacionais de química: o caso das geociências</i>. Terra Didática, v. 10, n. 3, p. 289–297, 2014.</p> <p>BRASIL. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio</i>. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000. p. 98.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial questão 8	<p>Questão: Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 2000), "[...] apropriar-se dos conhecimentos da Física, da Química e da Biologia, e aplicar esses conhecimentos para explicar o funcionamento do mundo natural, planejar, executar e avaliar ações de intervenção na realidade natural" contribui para a formação cidadã, desde que esses conhecimentos sejam articulados de maneira integrada. Uma forma de integrar os conhecimentos científicos com a realidade e estabelecer inter-relações entre diferentes campos do conhecimento é a adoção, por parte dos docentes, de abordagens:</p> <p>(A) Multidisciplinares. (B) Transdisciplinares. (C) Interdisciplinares. (D) Pluridisciplinares.</p> <p>Recurso: Tema: Interdisciplinaridade / PCN Fundamentação: O enunciado da questão descreve a existência de inter-relações entre diferentes campos do conhecimento, característica que, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), define a interdisciplinaridade, entendida como a integração e articulação de saberes entre áreas distintas. A multidisciplinaridade, por sua vez, refere-se apenas à justaposição de disciplinas, sem interação efetiva entre elas, o que não corresponde ao conceito apresentado no enunciado. Portanto, a alternativa correta é a que identifica a abordagem interdisciplinar. Pedido: Requer-se a alteração do gabarito para a alternativa que indica a interdisciplinaridade,</p>

	<p>conforme definição expressa nos PCN, ou, alternativamente, a anulação da questão.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>A alternativa “Transdisciplinares.” está correta, pois, conforme defendem Lima Júnior, Campos e Rocha (2014), a abordagem transdisciplinar promove a integração plena dos conhecimentos, ultrapassando as fronteiras disciplinares e articulando teoria e prática. Essa perspectiva possibilita relacionar os saberes da Física, da Química e da Biologia com a realidade concreta, favorecendo a compreensão do mundo natural e a intervenção consciente, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio. As demais alternativas estão incorretas porque:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pluridisciplinares: mantêm os conteúdos organizados por disciplinas, com integração limitada e sem articulação profunda. • Interdisciplinares: estabelecem conexões entre áreas, porém preservam fronteiras disciplinares, não alcançando a integração total indicada no texto. • Multidisciplinares: reúnem diferentes disciplinas em torno de um tema comum, mas de forma justaposta, sem integração efetiva entre conceitos e práticas. <p>Referência: DE LIMA JÚNIOR, Sidnei; DE CAMPOS, Alfredo Borges; ROCHA, Cleonice. <i>Abordagem transdisciplinar dos parâmetros curriculares nacionais de química: o caso das geociências</i>. Terra e Didática, v. 10, n. 3, p. 289–297, 2014.</p> <p>BRASIL. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio</i>. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000. p. 98.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial - questão 8	<p>Questão: Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 2000), "[...] apropriar-se dos conhecimentos da Física, da Química e da Biologia, e aplicar esses conhecimentos para explicar o funcionamento do mundo natural, planejar, executar e avaliar ações de intervenção na realidade natural" contribui para a formação cidadã, desde que esses conhecimentos sejam articulados de maneira integrada. Uma forma de integrar os conhecimentos científicos com a realidade e estabelecer inter-relações entre diferentes campos do conhecimento é a adoção, por parte dos docentes, de abordagens:</p> <p>(A) Multidisciplinares. (B) Transdisciplinares. (C) Interdisciplinares. (D) Pluridisciplinares.</p> <p>Recurso: A questão apresenta um trecho dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que trata da necessidade de integrar conhecimentos científicos para explicar e intervir na realidade. Tal abordagem corresponde claramente à interdisciplinaridade, e não à transdisciplinaridade, como aponta equivocadamente o gabarito preliminar. Os próprios PCN definem a interdisciplinaridade como: “a integração de conhecimentos de diferentes áreas, construída na relação entre elas, mantendo suas especificidades, mas possibilitando ao aluno compreender fenômenos de forma articulada” (BRASIL, 2000, p. 32). A transdisciplinaridade, por sua vez, ultrapassa os limites das disciplinas e propõe uma unificação de saberes que não corresponde ao que o texto da questão descreve. O excerto apresentado fala em articulação integrada entre Física, Química e Biologia, exatamente como previsto na concepção de interdisciplinaridade, conforme os PCN indicam ao afirmar: “A interdisciplinaridade supõe uma troca entre as disciplinas e uma cooperação que leva a</p>

	<p>uma integração recíproca" (BRASIL, 2000, p. 29). Dessa forma, o fragmento apresentado e o documento citado pela própria questão apontam objetivamente para a alternativa:</p> <p>(C) Interdisciplinares</p> <p>Assim, solicita-se a retificação do gabarito para a alternativa correta.</p> <p>Referência:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental – Ciências Naturais. Brasília: MEC/SEF, 2000.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>A alternativa "Transdisciplinares." está correta, pois, conforme defendem Lima Júnior, Campos e Rocha (2014), a abordagem transdisciplinar promove a integração plena dos conhecimentos, ultrapassando as fronteiras disciplinares e articulando teoria e prática. Essa perspectiva possibilita relacionar os saberes da Física, da Química e da Biologia com a realidade concreta, favorecendo a compreensão do mundo natural e a intervenção consciente, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio. As demais alternativas estão incorretas porque:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pluridisciplinares: mantêm os conteúdos organizados por disciplinas, com integração limitada e sem articulação profunda. • Interdisciplinares: estabelecem conexões entre áreas, porém preservam fronteiras disciplinares, não alcançando a integração total indicada no texto. • Multidisciplinares: reúnem diferentes disciplinas em torno de um tema comum, mas de forma justaposta, sem integração efetiva entre conceitos e práticas. <p>Referência:</p> <p>DE LIMA JÚNIOR, Sidnei; DE CAMPOS, Alfredo Borges; ROCHA, Cleonice. <i>Abordagem transdisciplinar dos parâmetros curriculares nacionais de química: o caso das geociências</i>. Terraes Didatica, v. 10, n. 3, p. 289–297, 2014.</p> <p>BRASIL. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio</i>. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000. p. 98.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial questão 8	<p>Questão: Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 2000), "[...] apropriar-se dos conhecimentos da Física, da Química e da Biologia, e aplicar esses conhecimentos para explicar o funcionamento do mundo natural, planejar, executar e avaliar ações de intervenção na realidade natural" contribui para a formação cidadã, desde que esses conhecimentos sejam articulados de maneira integrada. Uma forma de integrar os conhecimentos científicos com a realidade e estabelecer inter-relações entre diferentes campos do conhecimento é a adoção, por parte dos docentes, de abordagens:</p> <p>(A) Multidisciplinares. (B) Transdisciplinares. (C) Interdisciplinares. (D) Pluridisciplinares.</p> <p>Recurso: Questão: 8 Gabarito preliminar: B Gabarito correto: C Fundamentação: A questão apresenta um trecho dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que trata da necessidade de integrar conhecimentos científicos para explicar e intervir na realidade. Tal abordagem corresponde claramente à</p>

	<p>interdisciplinaridade, e não à transdisciplinaridade, como aponta equivocadamente o gabarito preliminar.</p> <p>Os próprios PCN definem a interdisciplinaridade como:</p> <p>“a integração de conhecimentos de diferentes áreas, construída na relação entre elas, mantendo suas especificidades, mas possibilitando ao aluno compreender fenômenos de forma articulada” (BRASIL, 2000, p. 32).</p> <p>A transdisciplinaridade, por sua vez, ultrapassa os limites das disciplinas e propõe uma unificação de saberes que não corresponde ao que o texto da questão descreve. O excerto apresentado fala em articulação integrada entre Física, Química e Biologia, exatamente como previsto na concepção de interdisciplinaridade, conforme os PCN indicam ao afirmar:</p> <p>“A interdisciplinaridade supõe uma troca entre as disciplinas e uma cooperação que leva a uma integração recíproca” (BRASIL, 2000, p. 29).</p> <p>Dessa forma, o fragmento apresentado e o documento citado pela própria questão apontam objetivamente para a alternativa:</p> <p>(C) Interdisciplinares</p> <p>Assim, solicita-se a retificação do gabarito para a alternativa correta.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>A alternativa “Transdisciplinares.” está correta, pois, conforme defendem Lima Júnior, Campos e Rocha (2014), a abordagem transdisciplinar promove a integração plena dos conhecimentos, ultrapassando as fronteiras disciplinares e articulando teoria e prática. Essa perspectiva possibilita relacionar os saberes da Física, da Química e da Biologia com a realidade concreta, favorecendo a compreensão do mundo natural e a intervenção consciente, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio.</p> <p>As demais alternativas estão incorretas porque:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pluridisciplinares: mantêm os conteúdos organizados por disciplinas, com integração limitada e sem articulação profunda. • Interdisciplinares: estabelecem conexões entre áreas, porém preservam fronteiras disciplinares, não alcançando a integração total indicada no texto. • Multidisciplinares: reúnem diferentes disciplinas em torno de um tema comum, mas de forma justaposta, sem integração efetiva entre conceitos e práticas. <p>Referência:</p> <p>DE LIMA JÚNIOR, Sidnei; DE CAMPOS, Alfredo Borges; ROCHA, Cleonice. <i>Abordagem transdisciplinar dos parâmetros curriculares nacionais de química: o caso das geociências</i>. Terra e Didática, v. 10, n. 3, p. 289–297, 2014.</p> <p>BRASIL. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio</i>. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000. p. 98.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
--	--

Professor de Educação Especial - questão 3	<p>Questão: As diferentes tendências educacionais influenciam diretamente a organização da prática pedagógica na sala de aula, orientando o papel do professor, dos estudantes e dos métodos utilizados no processo de ensino-aprendizagem. Considerando as principais características das tendências educacionais apresentadas, relacione a Coluna I às descrições de métodos correspondentes na Coluna II.</p> <p>Coluna I</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.Tendência Liberal Renovadora Não-diretiva. 2.Tendência Liberal Renovadora Progressiva.
--	---

	<p>3.Tendência Progressista Libertária. Coluna II a.Vivência grupal na forma de autogestão. b.Método baseado na facilitação da aprendizagem. c.Prática pedagógica por meio de experiências, pesquisas e solução de problemas. Assinale a alternativa que apresenta a correlação correta entre as colunas. (A) 1.b, 2.c, 3.a. (B) 1.a, 2.c, 3.b. (C) 1.b, 2.a, 3.c. (D) 1.a, 2.b, 3.c.</p> <p>Recurso: Preliminar Argumento: A correlação correta das tendências pedagógicas é: 1.b (Não-diretiva/Facilitador), 2.c (Progressiva/Ação/Experiências) e 3.a (Libertária/Autogestão). A sequência correta seria (A) 1.b, 2.c, 3.a. Como a alternativa (A) é a única tecnicamente correta e o gabarito preliminar (C) está incorreto, solicita-se a anulação da questão por erro de gabarito</p> <p>Resposta ao recurso: A alternativa gabarito está correta, pois estabelece a relação adequada entre as tendências educacionais e seus respectivos métodos pedagógicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1. Tendência Liberal Renovadora Não-diretiva → (b) Caracteriza-se pelo método baseado na facilitação da aprendizagem, no qual o professor atua como mediador, valorizando a autonomia, os interesses e a autoexpressão do estudante. • 2. Tendência Liberal Renovadora Progressiva → (c) Fundamenta-se em uma prática pedagógica centrada em experiências, pesquisas e solução de problemas, inspirada na pedagogia ativa e no aprender fazendo. • 3. Tendência Progressista Libertária → (a) Defende a vivência grupal sob a forma de autogestão, com participação coletiva, cooperação e rejeição de práticas autoritárias no processo educativo. <p>Referência: Luckesi, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. Editora Cortez, 1994.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
--	--

Professor de Educação Especial questão 3	<p>Questão: As diferentes tendências educacionais influenciam diretamente a organização da prática pedagógica na sala de aula, orientando o papel do professor, dos estudantes e dos métodos utilizados no processo de ensino-aprendizagem. Considerando as principais características das tendências educacionais apresentadas, relacione a Coluna I às descrições de métodos correspondentes na Coluna II.</p> <p>Coluna I</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.Tendência Liberal Renovadora Não-diretiva. 2.Tendência Liberal Renovadora Progressiva. 3.Tendência Progressista Libertária. <p>Coluna II</p> <p>a.Vivência grupal na forma de autogestão. b.Método baseado na facilitação da aprendizagem. c.Prática pedagógica por meio de experiências, pesquisas e solução de problemas.</p> <p>Assinale a alternativa que apresenta a correlação correta entre as colunas.</p> <p>(A) 1.b, 2.c, 3.a.</p>
---	---

- (B) 1.a, 2.c, 3.b.
(C) 1.b, 2.a, 3.c.
(D) 1.a, 2.b, 3.c.

Recurso: Questão 03 (Conhecimentos Específicos)

Gabarito Preliminar (Assumido) Motivo da Anulação

C Inexistência de Gabarito no Preliminar

Argumento:

A correlação correta das tendências pedagógicas é: 1.b (Não-diretiva/Facilitador), 2.c (Progressiva/Ação/Experiências) e 3.a (Libertária/Autogestão). A sequência correta seria (A) 1.b, 2.c, 3.a. Como a alternativa (A) é a única tecnicamente correta e o gabarito preliminar (C) está incorreto, solicita-se a anulação da questão por erro de gabarito

Resposta ao recurso:

A alternativa gabarito está correta, pois estabelece a relação adequada entre as tendências educacionais e seus respectivos métodos pedagógicos:

- 1. Tendência Liberal Renovadora Não-diretiva → (b)
Caracteriza-se pelo método baseado na facilitação da aprendizagem, no qual o professor atua como mediador, valorizando a autonomia, os interesses e a autoexpressão do estudante.
- 2. Tendência Liberal Renovadora Progressiva → (c)
Fundamenta-se em uma prática pedagógica centrada em experiências, pesquisas e solução de problemas, inspirada na pedagogia ativa e no aprender fazendo.
- 3. Tendência Progressista Libertária → (a)
Defende a vivência grupal sob a forma de autogestão, com participação coletiva, cooperação e rejeição de práticas autoritárias no processo educativo.

Referência:

Luckesi, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. Editora Cortez, 1994.

Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Professor de Educação Especial - questão 22	<p>Questão: Rogério é servidor público efetivo do Município de Guatambu e apresentou atestado médico particular, justificando ausência de vinte dias do trabalho por motivo de saúde. Ocorre que o documento foi emitido fora do Município, e Rogério não o submeteu à homologação do órgão médico oficial municipal. Além disso, durante o período de afastamento, ele foi visto trabalhando como instrutor particular de informática, atividade remunerada. Com base na Lei Complementar nº 4/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos de Guatambu), a conduta de Rogério gera quais consequências funcionais?</p> <p>(A) O servidor pode exercer atividade remunerada durante o afastamento, desde que o trabalho não agrave seu estado de saúde, mantendo a licença e a remuneração.</p> <p>(B) A chefia imediata pode validar o atestado médico particular sem necessidade de homologação pelo órgão oficial, devendo apenas registrar o afastamento no prontuário funcional.</p> <p>(C) O laudo médico particular não homologado não produz efeito, e os dias de ausência serão considerados licença sem vencimento, sendo ainda cassada a licença e perdida a remuneração pelo exercício de atividade remunerada durante o afastamento.</p> <p>(D) O laudo médico particular, ainda que não homologado, deve ser aceito como prova suficiente de incapacidade temporária, mantendo-se a remuneração integral.</p> <p>Recurso: Questão 22 (Legislação)</p> <p>Gabarito Preliminar (Assumido) Motivo da Anulação C Ambiguidade e Ausência de Detalhamento Legal</p> <p>Argumento:</p> <p>A questão trata da punição de servidor em licença médica que exerce atividade remunerada. Embora a punição mais comum seja a suspensão da licença e perda de remuneração (Alternativa C), o tipo exato de sanção (suspensão, demissão ou advertência) depende da gravidade e da legislação específica do município, que não foi citada. Dada a ausência de detalhamento da lei municipal e a ambiguidade das possíveis punições em diferentes esferas administrativas, a questão torna-se incompleta e passível de anulação.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato da questão que foi escolhida pelo candidato no sistema para abertura deste recurso, após análise desta banca conclui-se:</p>

	<p>A alegação de ambiguidade e ausência de detalhamento legal não merece acolhimento. A questão não exige do candidato a identificação ou gradação de sanção disciplinar (advertência, suspensão ou demissão), tampouco a valoração da gravidade da conduta em processo administrativo. O que se avalia é o conhecimento acerca das CONSEQUÊNCIAS FUNCIONAIS IMEDIATAS, previstas de forma expressa e objetiva na Lei Complementar nº 4/2001, decorrentes das condutas descritas no enunciado.</p> <p>No tocante ao atestado médico particular não homologado, o Estatuto é claro ao estabelecer que, quando não for homologado o laudo médico, o servidor deve reassumir o exercício, sendo os dias de ausência considerados como LICENÇA SEM VENCIMENTO, sem prejuízo da apuração de responsabilidades. Trata-se de efeito funcional automático, que independe de qualquer juízo discricionário da Administração.</p> <p>Quanto ao exercício de atividade remunerada durante o afastamento, o ART. 73 da Lei Complementar nº 4/2001 dispõe de maneira inequívoca que, NO CURSO DA DOENÇA, o servidor fica impedido de exercer qualquer atividade, remunerada ou gratuita, SOB PENA DE CASSAÇÃO IMEDIATA DA LICENÇA E PERDA TOTAL DA REMUNERAÇÃO, inclusive daquela correspondente ao período já gozado, além do registro funcional para efeitos disciplinares. A lei, portanto, já define de forma objetiva as consequências funcionais dessa conduta, não havendo necessidade de detalhamento adicional.</p> <p>A alternativa considerada correta reflete exatamente a aplicação conjunta e sistemática desses dispositivos legais, pois o enunciado descreve DUAS CONDUTAS CONCOMITANTES praticadas pelo servidor, cada qual com consequência própria prevista no Estatuto. Não há, portanto, ambiguidade, mas sim cumulação legítima de efeitos legais decorrentes de comportamentos distintos.</p> <p>As demais alternativas estão incorretas por admitirem hipóteses expressamente vedadas pela legislação municipal, como a validação de atestado sem homologação, o exercício de atividade remunerada durante afastamento por motivo de saúde ou a aceitação de laudo não homologado como prova suficiente de incapacidade.</p> <p>Dessa forma, a questão apresenta alternativa correta única, com fundamento direto na Lei Complementar nº 4/2001, não se exigindo do candidato interpretação sobre tipos ou gradações de sanção disciplinar, razão pela qual inexiste víncio de ambiguidade ou incompletude normativa.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, a questão está mantida.</p> <p>RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial questão 22	<p>Questão: Rogério é servidor público efetivo do Município de Guatambu e apresentou atestado médico particular, justificando ausência de vinte dias do trabalho por motivo de saúde. Ocorre que o documento foi emitido fora do Município, e Rogério não o submeteu à homologação do órgão médico oficial municipal. Além disso, durante o período de afastamento, ele foi visto trabalhando como instrutor particular de informática, atividade remunerada. Com base na Lei Complementar nº 4/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos de Guatambu), a conduta de Rogério gera quais consequências funcionais?</p> <p>(A) O servidor pode exercer atividade remunerada durante o afastamento, desde que o trabalho não agrave seu estado de saúde, mantendo a licença e a remuneração.</p> <p>(B) A chefia imediata pode validar o atestado médico particular sem necessidade de homologação pelo órgão oficial, devendo apenas registrar o afastamento no prontuário funcional.</p>

(C) O laudo médico particular não homologado não produz efeito, e os dias de ausência serão considerados licença sem vencimento, sendo ainda cassada a licença e perdida a remuneração pelo exercício de atividade remunerada durante o afastamento.

(D) O laudo médico particular, ainda que não homologado, deve ser aceito como prova suficiente de incapacidade temporária, mantendo-se a remuneração integral.

Recurso: Solicito a anulação da questão 22.

A questão exige conhecimento minucioso da Lei Complementar Municipal 4 de 2001, que institui o Estatuto dos Servidores de Guatambu. Todavia, essa legislação municipal não foi disponibilizada no edital, o que viola o princípio constitucional da publicidade previsto no artigo 37 da Constituição Federal. Segundo a doutrina de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, a publicidade é requisito essencial para a validade dos atos administrativos que afetam direitos dos candidatos.

O Tribunal de Contas da União, ao julgar irregularidade em concurso público, firmou entendimento (Acórdão 3.025 de 2015 e Acórdão 1.798 de 2017) de que normas municipais específicas devem ser integralmente disponibilizadas, sob pena de nulidade de questões que delas tratem. O Superior Tribunal de Justiça, no RMS 26.369, também anulou questão baseada em legislação não fornecida aos candidatos.

Além disso, a alternativa considerada correta apresenta efeitos punitivos acumulados, cuja exatidão depende da leitura integral da lei, o que não foi possível devido à ausência do texto completo no edital.

PEDIDO

Requer-se a anulação da questão pela ausência de publicidade normativa e pela violação ao princípio da vinculação ao edital.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato da questão que foi escolhida pelo candidato no sistema para abertura deste recurso, após análise desta banca conclui-se:

A pretensão de anulação não merece prosperar. A questão avalia conhecimento específico acerca do regime jurídico dos servidores públicos do Município de Guatambu, tomando como base a Lei Complementar nº 4/2001, expressamente indicada no enunciado. Trata-se de legislação vigente, pública e de observância obrigatória pelos servidores municipais, cujo estudo é plenamente compatível com concursos que envolvem cargos da administração local.

Não há violação ao princípio da publicidade nem ao princípio da vinculação ao edital. A Constituição Federal assegura a publicidade dos atos administrativos, o que se verifica no caso concreto, uma vez que a Lei Complementar nº 4/2001 é diploma regularmente publicado e acessível aos candidatos. Não existe exigência constitucional ou legal no sentido de que o edital de concurso deva reproduzir integralmente o texto de leis municipais para que estas possam ser objeto de cobrança. A jurisprudência citada pelo candidato refere-se a hipóteses específicas de obscuridade normativa ou ausência total de indicação legal, situações que não se confundem com o presente caso, em que a norma aplicável foi expressamente mencionada.

No mérito, a questão não exige conhecimento minucioso ou aprofundado da legislação, mas sim a compreensão de comandos claros e objetivos do Estatuto. O regime jurídico municipal estabelece, de forma expressa, que o laudo médico particular não homologado não produz efeitos, convertendo-se os dias de ausência em licença sem vencimento, e que, no curso da doença, é vedado ao servidor exercer qualquer atividade, remunerada ou não, sob pena de cassação da licença e perda da remuneração. Tais consequências são funcionais imediatas, e não sanções disciplinares cuja gradação dependeria de processo administrativo.

A alternativa considerada correta apenas reflete a aplicação sistemática desses dispositivos, diante de um quadro fático que descreve duas condutas concomitantes praticadas pelo servidor. Não há ambiguidade nem necessidade de leitura integral da lei para definir tipos de penalidades disciplinares, pois a questão não indaga sobre advertência, suspensão ou demissão, mas exclusivamente sobre os efeitos funcionais previstos diretamente no Estatuto.

As demais alternativas afastam-se frontalmente da legislação municipal ao admitir a validade de atestado não homologado, atribuir competência inexistente à chefia imediata ou permitir o exercício de atividade remunerada durante afastamento por motivo de saúde, razão pela qual não se mostram juridicamente corretas.

Dessa forma, inexistem violação à publicidade normativa, à vinculação ao edital ou ambiguidade apta a comprometer a objetividade da questão, que se encontra em plena conformidade com a Lei Complementar nº 4/2001.

Diante dos argumentos apresentados pela banca, a questão está mantida.

RECURSO INDEFERIDO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Professor de Educação Especial questão 30	<p>Questão: À luz dos mecanismos de construção de sentido e da organização textual presentes no excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir:</p> <p>I.O contraste entre o cotidiano local e o evento internacional evidencia um recurso irônico que minimiza, propositalmente, o impacto global do ocorrido nos Estados Unidos, em prol da valorização de um microcosmo cultural.</p> <p>II.A caracterização de Sebastião Batista não apenas reafirma a tradição oral como também projeta uma figura mítica, cuja autoridade comunitária transcende a racionalidade e se ancora no simbólico e na ancestralidade.</p> <p>III.A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida e representada no texto demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens frente ao mundo exterior.</p> <p>É correto o que se afirma em:</p> <p>(A) I, II e III. (B) II e III, apenas. (C) I e III, apenas. (D) I e II, apenas.</p> <p>Recurso: Gabarito Preliminar (Assumido) Motivo da Anulação D Ambiguidade na Interpretação do Item III</p> <p>Argumento:</p> <p>O Item III afirma: "O texto estabelece um juízo de ignorância da personagem Sebastião em relação aos fatos globais."</p> <p>O texto diz "Isso não é cum nós", o que pode ser interpretado como indiferença, resignação ou sabedoria popular, e não necessariamente ignorância. Dada a alta subjetividade na interpretação da intenção da personagem e a ambiguidade do Item III, a questão falha em ter uma única resposta objetiva, solicitando-se a anulação da Questão 30.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:</p> <p>Proposição I — VERDADEIRA</p> <p>"O contraste entre o cotidiano local e o evento internacional evidencia um recurso irônico..."</p>

Análise:

O texto constrói deliberadamente um contraste entre:

o microcosmo da vila (rotina, tradição, mar, gaivotas, motor da baleeira);

e o macroevento histórico global (o atentado de 11 de setembro).

A resposta de Sebastião — “Isso não é cum nós, cumpade. Nós lá avoemo?!” — produz um efeito irônico-discursivo, não no sentido de zombaria, mas de deslocamento de relevância: o evento mundial é narrativamente minimizado, enquanto o universo local é valorizado.

Trata-se de uma ironia estrutural e temática, que reforça a centralidade da cultura local e da experiência comunitária frente ao acontecimento global.

Proposição correta.

Proposição II — VERDADEIRA

“A caracterização de Sebastião Batista não apenas reafirma a tradição oral como também projeta uma figura mítica...”

Análise:

Sebastião é construído como uma figura que:

transita entre o real (pescador, construtor da igreja, organizador das novenas);

e o mítico (viagem com bruxas à África, respeito adquirido por evento sobrenatural).

Sua autoridade:

não é institucional,

nem racional-científica,

mas simbólica, ancorada na ancestralidade, na tradição oral e no imaginário coletivo.

Esse tipo de personagem corresponde à figura do sábio popular / ancião mítico, comum em narrativas que articulam identidade cultural e memória comunitária.

Proposição correta.

Proposição III — FALSA

“A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida (...) demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens...”

Análise:

Não há, no texto, marcas linguísticas de julgamento explícito ou implícito do narrador. A representação da fala popular:

ocorre por meio da variação linguística intencional (“Dois aviões dirrubaram uns edifícios”);

	<p>cumpre função verossímil e caracterizadora, não depreciativa.</p> <p>O narrador mantém uma postura:</p> <p>descriptiva e distanciada,</p> <p>sem adjetivações avaliativas,</p> <p>sem ironia direcionada aos personagens como “ignorantes”.</p> <p>O possível estranhamento é produzido no leitor, não pelo julgamento do narrador.</p> <p>Proposição incorreta.</p> <p>Conclusão</p> <p>Estão corretas apenas as proposições I e II.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial questão 28	<p>Questão: No excerto narrativo "11 de setembro", a construção coesiva contribui diretamente para a manutenção da unidade temática e para a progressão dos sentidos. Considerando os mecanismos linguísticos de coesão presentes no texto, assinale a alternativa que apresenta uma análise correta quanto aos elementos de coesão e seus efeitos na construção global do texto.</p> <p>(A) O uso de expressões como "nunca mais alguém o chamou de Tião" e "companheira há cinquenta e três anos" reforça a coesão por substituição e por tempo verbal, respectivamente, contribuindo para a construção de identidade do personagem ao longo do texto.</p> <p>(B) A referência a "uns pescadores" e "seu compadre José Vicente" realiza uma coesão exofórica, visto que esses elementos são evocados com base em conhecimento extratextual do leitor, sem que haja qualquer introdução ou vínculo estabelecido no texto.</p> <p>(C) A sequência "Sebastião Batista, 72 anos, descalço e de casaco de lã, faz reparos..." retoma, por meio de anáfora direta, uma personagem introduzida apenas posteriormente, funcionando como antecipação de coesão que desorganiza a linearidade narrativa.</p> <p>(D) A construção "foi ele também o principal construtor da igreja" exemplifica elipse do sujeito, substituído por partícula expletiva, com o objetivo de atenuar a repetição de termos anteriores, ainda que isso comprometa a progressão lógica da narrativa.</p> <p>Recurso: A alternativa apontada como correta (letra A) apresenta imprecisões técnicas na análise dos mecanismos de coesão textual. No trecho “nunca mais alguém o chamou de Tião”, ocorre retomada anafórica por meio de pronome pessoal oblíquo, e não coesão por substituição, conforme afirmado.</p> <p>Além disso, a expressão “companheira há cinquenta e três anos” consiste em adjunto adverbial de tempo, desempenhando função informativa, não configurando mecanismo coesivo responsável pela progressão textual.</p>

Tais equívocos conceituais comprometem a correção da alternativa indicada, inviabilizando a existência de uma única resposta correta, o que justifica o pedido de anulação da questão.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — INCORRETA

“A construção ‘foi ele também o principal construtor da igreja’ exemplifica elipse do sujeito, substituído por partícula expletiva...”

Erro conceitual.

Não há elipse do sujeito nessa construção.

O termo “ele” é um pronome pessoal anafórico, que retoma explicitamente o referente já introduzido (Sebastião Batista).

Não existe “partícula expletiva” em português com essa função; partículas expletivas são típicas de outras línguas (como o it em inglês).

Além disso:

A retomada pronominal não compromete, mas reforça a progressão temática, evitando repetição excessiva do nome próprio.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“A sequência ‘Sebastião Batista, 72 anos...’ retoma, por meio de anáfora direta, uma personagem introduzida apenas posteriormente...”

Incoerência terminológica.

Não há anáfora aqui, pois Sebastião Batista é apresentado pela primeira vez nesse ponto do texto.

Também não se trata de catáfora, pois não há elemento antecipador que será retomado depois.

O trecho corresponde a uma introdução referencial direta de personagem, procedimento clássico da narrativa.

Além disso:

Não há desorganização da linearidade narrativa; pelo contrário, há progressão clara do espaço → personagem → ação.

Alternativa incorreta.

Alternativa — CORRETA

“O uso de expressões como ‘nunca mais alguém o chamou de Tião’ e ‘companheira há cinquenta e três anos’ reforça a coesão por substituição e por tempo verbal, respectivamente...”

Análise adequada e tecnicamente consistente.

1. “Nunca mais alguém o chamou de Tião”

O pronome “o” realiza coesão referencial por substituição, retomando Sebastião Batista sem repetição lexical.

Esse mecanismo mantém a fluidez do texto e contribui para a continuidade temática.

2. “companheira há cinquenta e três anos”

A expressão temporal estabelece uma ancoragem cronológica estável, reforçando a coesão sequencial.

Contribui para a construção identitária do personagem, destacando permanência, tradição e vínculo duradouro.

Assim, a alternativa identifica corretamente dois mecanismos coesivos distintos (referencial e temporal) e seus efeitos discursivos.

Alternativa correta.

Alternativa — INCORRETA

“A referência a ‘uns pescadores’ e ‘seu compadre José Vicente’ realiza uma coesão exofórica...”

Erro de classificação.

Coesão exofórica ocorre quando o referente está fora do texto, dependendo exclusivamente do contexto extralingüístico (situação de fala).

No texto:

“uns pescadores” é introdução endofórica indefinida, perfeitamente comprehensível no universo narrativo;

“seu compadre José Vicente” é explicitamente apresentado, com aposição explicativa (o Zé da Alzira).

Portanto:

	<p>os referentes são textualmente construídos, não dependem de conhecimento extratextual do leitor.</p> <p>Alternativa incorreta.</p> <p>Dante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial - questão 27	<p>Questão: Com base no texto "11 de setembro", analise os elementos linguísticos e discursivos que compõem sua estrutura e estilo, e assinale a alternativa que apresenta uma leitura teoricamente fundamentada acerca da função predominante da linguagem e do uso das figuras de linguagem.</p> <p>(A) O texto é dominado pela função poética, pois organiza seus recursos expressivos de forma a intensificar os efeitos estéticos e simbólicos, como se observa no uso da personificação das gaivotas e na descrição pictórica da vila, articulando o lirismo à identidade coletiva.</p> <p>(B) A função metalinguística prevalece no texto, uma vez que há reflexões implícitas sobre o fazer narrativo, sobretudo no uso das figuras de linguagem como metáfora e ironia, que comentam os próprios limites da linguagem na transmissão de eventos extraordinários.</p> <p>(C) O texto apresenta predomínio da função conativa, pois, ao valorizar os atos e a voz de Sebastião, busca mobilizar a ação do interlocutor em torno da preservação das tradições culturais locais. A escolha da prosopopeia e da metáfora reforça o tom imperativo subjacente à construção narrativa.</p> <p>(D) A função referencial configura-se como predominante, dada a apresentação objetiva de elementos descritivos da vila e de seus habitantes, sendo as figuras de linguagem empregadas com finalidade meramente estética, como a hipérbole na narrativa da viagem com bruxas.</p> <p>Recurso: A questão propõe a identificação do papel de determinados elementos linguísticos na coesão do texto. Contudo, ao analisar as alternativas apresentadas, verifica-se que mais de uma descreve corretamente o fenômeno linguístico observado, seja no âmbito da coesão textual, seja no da progressão temática. Ocorre que o comando da questão não delimita de forma precisa se a análise deveria recair exclusivamente sobre coesão ou sobre interpretação discursiva, permitindo, assim, dupla compreensão do que está sendo exigido do candidato. Essa falta de objetividade compromete a univocidade da questão, uma vez que o candidato pode optar por alternativas distintas, todas linguisticamente defensáveis à luz da norma culta e da linguística textual. Dessa forma, evidencia-se violação aos princípios da objetividade e clareza, indispensáveis à avaliação em concursos públicos.</p> <p>Pedido:</p> <p>Requer-se, portanto, a anulação da questão, ou, alternativamente, a validação de mais de uma resposta correta.</p>

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — INCORRETA

“A função referencial configura-se como predominante...”

Embora o texto apresente elementos descritivos do espaço e dos personagens, isso não caracteriza predominância da função referencial.

Segundo Jakobson, a função referencial predomina quando a linguagem se organiza prioritariamente para informar objetivamente sobre a realidade, com mínimo investimento expressivo.

No conto:

as descrições são esteticamente trabalhadas;

há lirismo, subjetividade e valor simbólico;

expressões como “brisa velha conhecida dos moradores” e “gaivotas tão íntimas das pessoas” extrapolam a objetividade informativa.

Além disso, a alternativa incorre em erro ao classificar o episódio das bruxas como hipérbole. Trata-se, na verdade, de um recurso narrativo mítico-fantástico, ligado à tradição oral e ao imaginário coletivo, e não de exagero quantitativo típico da hipérbole.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“A função metalinguística prevalece no texto...”

A função metalinguística ocorre quando a linguagem fala de si mesma, explicita códigos, comenta o próprio ato de narrar ou o funcionamento da língua.

No texto:

não há reflexão explícita ou implícita sobre o fazer narrativo;

não há comentário sobre os limites da linguagem;

metáforas e imagens servem à construção estética e simbólica do universo narrado, e não a uma autorreflexão do discurso.

Logo, a função metalinguística não é predominante, nem secundária de forma relevante.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“O texto apresenta predomínio da função conativa...”

A função conativa (ou apelativa) centra-se no interlocutor, buscando influenciar seu comportamento, geralmente por meio de:

imperativos,

vocativos,

apelos diretos.

No conto:

não há interpelação ao leitor;

não se busca mobilizar ações concretas;

a valorização da cultura local ocorre de modo contemplativo e narrativo, não persuasivo.

Além disso:

não há tom imperativo subjacente;

a prosopopeia e a metáfora não têm função apelativa, mas expressiva e poética.

Alternativa incorreta.

Alternativa — CORRETA

“O texto é dominado pela função poética...”

Leitura adequada e teoricamente consistente.

Segundo Jakobson, a função poética predomina quando a atenção do texto se volta para:

a forma da mensagem,

a organização estética da linguagem,

os efeitos simbólicos e expressivos.

No conto, isso se evidencia por:

descrições pictóricas e sensoriais da vila;

uso recorrente de figuras de linguagem, como:

personificação: “gaivotas tão íntimas das pessoas”, “brisa velha conhecida”;

	<p>metáforas visuais e afetivas;</p> <p>construção de um lirismo narrativo que articula:</p> <p>memória,</p> <p>tradição,</p> <p>identidade coletiva.</p> <p>O texto não se limita a contar fatos: ele estetiza a experiência, fundindo o cotidiano ao mítico e ao simbólico, o que confirma o predomínio da função poética, ainda que outras funções coexistam de modo secundário.</p> <p>Alternativa correta.</p> <p>JAKOBSON, Roman. Linguística e comunicação. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.</p> <p>BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.</p> <p>FIORIN, José Luiz. Introdução ao pensamento de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>CANDIDO, Antonio. O discurso e a cidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial - questão 27	<p>Questão: Com base no texto "11 de setembro", analise os elementos linguísticos e discursivos que compõem sua estrutura e estilo, e assinale a alternativa que apresenta uma leitura teoricamente fundamentada acerca da função predominante da linguagem e do uso das figuras de linguagem.</p> <p>(A) O texto é dominado pela função poética, pois organiza seus recursos expressivos de forma a intensificar os efeitos estéticos e simbólicos, como se observa no uso da personificação das gaivotas e na descrição pictórica da vila, articulando o lirismo à identidade coletiva.</p> <p>(B) A função metalingüística prevalece no texto, uma vez que há reflexões implícitas sobre o fazer narrativo, sobretudo no uso das figuras de linguagem como metáfora e ironia, que comentam os próprios limites da linguagem na transmissão de eventos extraordinários.</p> <p>(C) O texto apresenta predomínio da função conativa, pois, ao valorizar os atos e a voz de Sebastião, busca mobilizar a ação do interlocutor em torno da preservação das tradições culturais locais. A escolha da prosopopeia e da metáfora reforça o tom imperativo subjacente à construção narrativa.</p> <p>(D) A função referencial configura-se como</p>

predominante, dada a apresentação objetiva de elementos descritivos da vila e de seus habitantes, sendo as figuras de linguagem empregadas com finalidade meramente estética, como a hipérbole na narrativa da viagem com bruxas.

Recurso: A questão propõe a identificação do papel de determinados elementos linguísticos na coesão do texto. Contudo, ao analisar as alternativas apresentadas, verifica-se que mais de uma descreve corretamente o fenômeno linguístico observado, seja no âmbito da coesão textual, seja no da progressão temática. Ocorre que o comando da questão não delimita de forma precisa se a análise deveria recair exclusivamente sobre coesão ou sobre interpretação discursiva, permitindo, assim, dupla compreensão do que está sendo exigido do candidato.

Essa falta de objetividade compromete a univocidade da questão, uma vez que o candidato pode optar por alternativas distintas, todas linguisticamente defensáveis à luz da norma culta e da linguística textual. Dessa forma, evidencia-se violação aos princípios da objetividade e clareza, indispensáveis à avaliação em concursos públicos.

Pedido:

Requer-se, portanto, a anulação da questão, ou, alternativamente, a validação de mais de uma resposta correta.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interpuesto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — INCORRETA

“A função referencial configura-se como predominante...”

Embora o texto apresente elementos descritivos do espaço e dos personagens, isso não caracteriza predominância da função referencial.

Segundo Jakobson, a função referencial predomina quando a linguagem se organiza prioritariamente para informar objetivamente sobre a realidade, com mínimo investimento expressivo.

No conto:

as descrições são esteticamente trabalhadas;

há lirismo, subjetividade e valor simbólico;

expressões como “brisa velha conhecida dos moradores” e “gaivotas tão íntimas das pessoas” extrapolam a objetividade informativa.

Além disso, a alternativa incorre em erro ao classificar o episódio das bruxas como hipérbole. Trata-se, na verdade, de um recurso narrativo mítico-fantástico, ligado à tradição oral e ao imaginário coletivo, e não de exagero quantitativo típico da hipérbole.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“A função metalinguística prevalece no texto...”

A função metalinguística ocorre quando a linguagem fala de si mesma, explicita códigos, comenta o próprio ato de narrar ou o funcionamento da língua.

No texto:

não há reflexão explícita ou implícita sobre o fazer narrativo;

não há comentário sobre os limites da linguagem;

metáforas e imagens servem à construção estética e simbólica do universo narrado, e não a uma autorreflexão do discurso.

Logo, a função metalinguística não é predominante, nem secundária de forma relevante.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“O texto apresenta predomínio da função conativa...”

A função conativa (ou apelativa) centra-se no interlocutor, buscando influenciar seu comportamento, geralmente por meio de:

imperativos,

vocativos,

apelos diretos.

No conto:

não há interpelação ao leitor;

não se busca mobilizar ações concretas;

a valorização da cultura local ocorre de modo contemplativo e narrativo, não persuasivo.

Além disso:

não há tom imperativo subjacente;

a prosopopeia e a metáfora não têm função apelativa, mas expressiva e poética.

Alternativa incorreta.

Alternativa — CORRETA

“O texto é dominado pela função poética...”

Leitura adequada e teoricamente consistente.

Segundo Jakobson, a função poética predomina quando a atenção do texto se volta para:

a forma da mensagem,

a organização estética da linguagem,

os efeitos simbólicos e expressivos.

No conto, isso se evidencia por:

descrições pictóricas e sensoriais da vila;

uso recorrente de figuras de linguagem, como:

personificação: “gaivotas tão íntimas das pessoas”, “brisa velha conhecida”;

metáforas visuais e afetivas;

construção de um lirismo narrativo que articula:

memória,

tradição,

identidade coletiva.

O texto não se limita a contar fatos: ele estetiza a experiência, fundindo o cotidiano ao mítico e ao simbólico, o que confirma o predomínio da função poética, ainda que outras funções coexistam de modo secundário.

Alternativa correta.

JAKOBSON, Roman. Linguística e comunicação. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

FIORIN, José Luiz. Introdução ao pensamento de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CANDIDO, Antonio. O discurso e a cidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

Diante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO**.

Professor de Educação Especial - questão 27	<p>Questão: Com base no texto "11 de setembro", analise os elementos linguísticos e discursivos que compõem sua estrutura e estilo, e assinale a alternativa que apresenta uma leitura teoricamente fundamentada acerca da função predominante da linguagem e do uso das figuras de linguagem.</p> <p>(A) O texto é dominado pela função poética, pois organiza seus recursos expressivos de forma a intensificar os efeitos estéticos e simbólicos, como se observa no uso da personificação das gaivotas e na descrição pictórica da vila, articulando o lirismo à identidade coletiva.</p> <p>(B) A função metalinguística prevalece no texto, uma vez que há reflexões implícitas sobre o fazer narrativo, sobretudo no uso das figuras de linguagem como metáfora e ironia, que comentam os próprios limites da linguagem na transmissão de eventos extraordinários.</p> <p>(C) O texto apresenta predomínio da função conativa, pois, ao valorizar os atos e a voz de Sebastião, busca mobilizar a ação do interlocutor em torno da preservação das tradições culturais locais. A escolha da prosopopeia e da metáfora reforça o tom imperativo subjacente à construção narrativa.</p> <p>(D) A função referencial configura-se como predominante, dada a apresentação objetiva de elementos descritivos da vila e de seus habitantes, sendo as figuras de linguagem empregadas com finalidade meramente estética, como a hipérbole na narrativa da viagem com bruxas.</p> <p>Recurso: Venho solicitar a alteração do gabarito ou a anulação da questão 27, mediante os fundamentos expostos a seguir.</p> <p>1 A FUNÇÃO POÉTICA EXIGE CENTRALIDADE DO CÓDIGO</p> <p>O que não ocorre no texto</p> <p>Roman Jakobson, em Linguística e Comunicação, define a Função Poética como aquela na qual:</p> <p>“a mensagem se volta para si mesma, priorizando o arranjo estético, musical e expressivo da linguagem.”</p> <p>Ou seja, há autocentralidade da forma: ritmo, metáfora estrutural, paralelismo, polissemia intencional.</p> <p>Entretanto, o texto da questão é narrativo-descritivo, apresentando:</p> <ul style="list-style-type: none"> – personagens – tempo – espaço – sequência narrativa – descrição objetiva do cenário <p>Esses elementos correspondem ao que os PCN (1998) classificam como estrutura referencial.</p> <p>2 DOUTRINA LINGUÍSTICA E TEXTUAL</p> <p>Apoio de autores clássicos</p> <p>Fiorin e Savioli, em Para Entender o Texto, afirmam:</p> <p>“Textos narrativos, ainda que contenham recursos expressivos, têm predominância referencial ou emotiva, jamais poética, que exige intencionalidade estética.”</p> <p>Irandé Antunes, em Muito além da gramática, lembra:</p> <p>“A função predominante é definida pela intenção comunicativa, e não pela presença ocasional de figuras de estilo.”</p> <p>Portanto, a FUNÇÃO POÉTICA não pode ser atribuída quando:</p> <ul style="list-style-type: none"> – o texto tem finalidade descritiva; – a estética não é o foco;
--	--

– o código não é o centro da mensagem.

3 PCN CONFIRMAM A PREDOMINÂNCIA REFERENCIAL

Os Parâmetros Curriculares Nacionais destacam que textos narrativos e descritivos cumprem função referencial, pois “organizam o mundo representado”.

O texto da questão apenas descreve a paisagem e o ambiente, logo seu foco é o referente.

4 A ALTERNATIVA D É A MAIS ADEQUADA

E a alternativa A é tecnicamente incorreta

O texto cumpre critérios da função referencial:

- foco em fatos
- descrição objetiva
- intenção informativa
- ausência de preocupação estética deliberada

A opção A força uma leitura poética inexistente.

5 POSSÍVEL AMBIGUIDADE ? ANULAÇÃO

Caso a banca entenda que exista algum elemento estilístico, a questão deve ser anulada porque:

a presença de recursos expressivos não determina função poética
(Gramática de Bechara, seção de funções da linguagem)

O STJ, no RMS 26.369, reforça que questões com interpretação subjetiva ou múltiplas leituras devem ser anuladas.

6 CONCLUSÃO TÉCNICO-JURÍDICA

A predominância linguística do texto é REFERENCIAL, conforme:

- Jakobson
- PCN
- Fiorin & Savioli
- Antunes
- Bechara
- Teoria da Narrativa (Todorov)

A função poética é incorreta.

PEDIDO

Solicita-se:

1 Alteração do gabarito para a alternativa D, ou

2 Subsidiariamente, anulação da questão por subjetividade e violação à objetividade da avaliação.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — INCORRETA

“A função referencial configura-se como predominante...”

Embora o texto apresente elementos descritivos do espaço e dos personagens, isso não caracteriza predominância da função referencial.

Segundo Jakobson, a função referencial predomina quando a linguagem se organiza prioritariamente para informar objetivamente sobre a realidade, com mínimo investimento expressivo.

No conto:

as descrições são esteticamente trabalhadas;
há lirismo, subjetividade e valor simbólico;
expressões como “brisa velha conhecida dos moradores” e “gaivotas tão íntimas das pessoas” extrapolam a objetividade informativa.

Além disso, a alternativa incorre em erro ao classificar o episódio das bruxas como hipérbole. Trata-se, na verdade, de um recurso narrativo mítico-fantástico, ligado à tradição oral e ao imaginário coletivo, e não de exagero quantitativo típico da hipérbole.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“A função metalinguística prevalece no texto...”

A função metalinguística ocorre quando a linguagem fala de si mesma, explicita códigos, comenta o próprio ato de narrar ou o funcionamento da língua.

No texto:

não há reflexão explícita ou implícita sobre o fazer narrativo;

não há comentário sobre os limites da linguagem;

metáforas e imagens servem à construção estética e simbólica do universo narrado, e não a uma autorreflexão do discurso.

Logo, a função metalinguística não é predominante, nem secundária de forma relevante.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“O texto apresenta predomínio da função conativa...”

A função conativa (ou apelativa) centra-se no interlocutor, buscando influenciar seu comportamento, geralmente por meio de:

imperativos,

vocativos,

apelos diretos.

No conto:

não há interpelação ao leitor;

não se busca mobilizar ações concretas;

a valorização da cultura local ocorre de modo contemplativo e narrativo, não persuasivo.

Além disso:

não há tom imperativo subjacente;

a prosopopeia e a metáfora não têm função apelativa, mas expressiva e poética.

Alternativa incorreta.

Alternativa — CORRETA

“O texto é dominado pela função poética...”

Leitura adequada e teoricamente consistente.

Segundo Jakobson, a função poética predomina quando a atenção do texto se volta para:

a forma da mensagem,

a organização estética da linguagem,

os efeitos simbólicos e expressivos.

No conto, isso se evidencia por:

descrições pictóricas e sensoriais da vila;

uso recorrente de figuras de linguagem, como:

personificação: “gaivotas tão íntimas das pessoas”, “brisa velha conhecida”;

metáforas visuais e afetivas;

construção de um lirismo narrativo que articula:

memória,

tradição,

identidade coletiva.

O texto não se limita a contar fatos: ele estetiza a experiência, fundindo o cotidiano ao mítico e ao simbólico, o que confirma o predomínio da função poética, ainda que outras funções coexistam de modo secundário.

Alternativa correta.

JAKOBSON, Roman. Linguística e comunicação. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

	<p>FIORIN, José Luiz. Introdução ao pensamento de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>CANDIDO, Antonio. O discurso e a cidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.</p> <p>Dante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial - questão 27	<p>Questão: Com base no texto "11 de setembro", analise os elementos linguísticos e discursivos que compõem sua estrutura e estilo, e assinale a alternativa que apresenta uma leitura teoricamente fundamentada acerca da função predominante da linguagem e do uso das figuras de linguagem.</p> <p>(A) O texto é dominado pela função poética, pois organiza seus recursos expressivos de forma a intensificar os efeitos estéticos e simbólicos, como se observa no uso da personificação das gaivotas e na descrição pictórica da vila, articulando o lirismo à identidade coletiva.</p> <p>(B) A função metalinguística prevalece no texto, uma vez que há reflexões implícitas sobre o fazer narrativo, sobretudo no uso das figuras de linguagem como metáfora e ironia, que comentam os próprios limites da linguagem na transmissão de eventos extraordinários.</p> <p>(C) O texto apresenta predomínio da função conativa, pois, ao valorizar os atos e a voz de Sebastião, busca mobilizar a ação do interlocutor em torno da preservação das tradições culturais locais. A escolha da prosopopeia e da metáfora reforça o tom imperativo subjacente à construção narrativa.</p> <p>(D) A função referencial configura-se como predominante, dada a apresentação objetiva de elementos descritivos da vila e de seus habitantes, sendo as figuras de linguagem empregadas com finalidade meramente estética, como a hipérbole na narrativa da viagem com bruxas.</p> <p>Recurso: A questão propõe a identificação do papel de determinados elementos linguísticos na coesão do texto. Contudo, ao analisar as alternativas apresentadas, verifica-se que mais de uma descreve corretamente o fenômeno linguístico observado, seja no âmbito da coesão textual, seja no da progressão temática. Ocorre que o comando da questão não delimita de forma precisa se a análise deveria recair exclusivamente sobre coesão ou sobre interpretação discursiva, permitindo, assim, dupla compreensão do que está sendo exigido do candidato. Essa falta de objetividade compromete a univocidade da questão, uma vez que o candidato pode optar por alternativas distintas, todas linguisticamente defensáveis à luz da norma culta e da linguística textual. Dessa forma, evidencia-se violação aos princípios da objetividade e clareza, indispensáveis à avaliação em concursos públicos.</p> <p>Pedido:</p> <p>Requer-se, portanto, a anulação da questão, ou, alternativamente, a validação de mais de uma resposta correta.</p>

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interpuesto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — INCORRETA

“A função referencial configura-se como predominante...”

Embora o texto apresente elementos descritivos do espaço e dos personagens, isso não caracteriza predominância da função referencial.

Segundo Jakobson, a função referencial predomina quando a linguagem se organiza prioritariamente para informar objetivamente sobre a realidade, com mínimo investimento expressivo.

No conto:

as descrições são esteticamente trabalhadas;

há lirismo, subjetividade e valor simbólico;

expressões como “brisa velha conhecida dos moradores” e “gaivotas tão íntimas das pessoas” extrapolam a objetividade informativa.

Além disso, a alternativa incorre em erro ao classificar o episódio das bruxas como hipérbole. Trata-se, na verdade, de um recurso narrativo mítico-fantástico, ligado à tradição oral e ao imaginário coletivo, e não de exagero quantitativo típico da hipérbole.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“A função metalinguística prevalece no texto...”

A função metalinguística ocorre quando a linguagem fala de si mesma, explicita códigos, comenta o próprio ato de narrar ou o funcionamento da língua.

No texto:

não há reflexão explícita ou implícita sobre o fazer narrativo;

não há comentário sobre os limites da linguagem;

metáforas e imagens servem à construção estética e simbólica do universo narrado, e não a uma autorreflexão do discurso.

Logo, a função metalinguística não é predominante, nem secundária de forma relevante.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“O texto apresenta predomínio da função conativa...”

A função conativa (ou apelativa) centra-se no interlocutor, buscando influenciar seu comportamento, geralmente por meio de:

imperativos,

vocativos,

apelos diretos.

No conto:

não há interpelação ao leitor;

não se busca mobilizar ações concretas;

a valorização da cultura local ocorre de modo contemplativo e narrativo, não persuasivo.

Além disso:

não há tom imperativo subjacente;

a prosopopeia e a metáfora não têm função apelativa, mas expressiva e poética.

Alternativa incorreta.

Alternativa — CORRETA

“O texto é dominado pela função poética...”

Leitura adequada e teoricamente consistente.

Segundo Jakobson, a função poética predomina quando a atenção do texto se volta para:

a forma da mensagem,

a organização estética da linguagem,

os efeitos simbólicos e expressivos.

No conto, isso se evidencia por:

descrições pictóricas e sensoriais da vila;

uso recorrente de figuras de linguagem, como:

personificação: “gaivotas tão íntimas das pessoas”, “brisa velha conhecida”;

metáforas visuais e afetivas;

	<p>construção de um lirismo narrativo que articula:</p> <p>memória,</p> <p>tradição,</p> <p>identidade coletiva.</p> <p>O texto não se limita a contar fatos: ele estetiza a experiência, fundindo o cotidiano ao mítico e ao simbólico, o que confirma o predomínio da função poética, ainda que outras funções coexistam de modo secundário.</p> <p>Alternativa correta.</p> <p>JAKOBSON, Roman. Linguística e comunicação. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.</p> <p>BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.</p> <p>FIORIN, José Luiz. Introdução ao pensamento de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>CANDIDO, Antonio. O discurso e a cidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial - questão 27	<p>Questão: Com base no texto "11 de setembro", analise os elementos linguísticos e discursivos que compõem sua estrutura e estilo, e assinale a alternativa que apresenta uma leitura teoricamente fundamentada acerca da função predominante da linguagem e do uso das figuras de linguagem.</p> <p>(A) O texto é dominado pela função poética, pois organiza seus recursos expressivos de forma a intensificar os efeitos estéticos e simbólicos, como se observa no uso da personificação das gaivotas e na descrição pictórica da vila, articulando o lirismo à identidade coletiva.</p> <p>(B) A função metalinguística prevalece no texto, uma vez que há reflexões implícitas sobre o fazer narrativo, sobretudo no uso das figuras de linguagem como metáfora e ironia, que comentam os próprios limites da linguagem na transmissão de eventos extraordinários.</p> <p>(C) O texto apresenta predomínio da função conativa, pois, ao valorizar os atos e a voz de Sebastião, busca mobilizar a ação do interlocutor em torno da preservação das tradições culturais locais. A escolha da prosopopeia e da metáfora reforça o tom imperativo subjacente à construção narrativa.</p> <p>(D) A função referencial configura-se como predominante, dada a apresentação objetiva de elementos descritivos da vila e de seus habitantes,</p>

sendo as figuras de linguagem empregadas com finalidade meramente estética, como a hipérbole na narrativa da viagem com bruxas.

Recurso: A alternativa indicada como correta (letra A) afirma o predomínio da função poética da linguagem no texto. No entanto, o excerto apresenta características simultâneas de função referencial e poética, não sendo possível afirmar, com precisão teórica, qual delas predomina.

O texto organiza-se fundamentalmente por meio da descrição de espaço, personagens e costumes locais, elementos próprios da função referencial, ainda que permeados por recursos expressivos e figurativos. Esses recursos, contudo, não se sobrepõem de modo inequívoco à função informativa e narrativa. Dessa forma, a questão permite mais de uma interpretação teoricamente válida, o que compromete a objetividade da avaliação e justifica a anulação da questão, conforme princípios que regem a elaboração de itens de múltipla escolha.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — INCORRETA

“A função referencial configura-se como predominante...”

Embora o texto apresente elementos descritivos do espaço e dos personagens, isso não caracteriza predominância da função referencial.

Segundo Jakobson, a função referencial predomina quando a linguagem se organiza prioritariamente para informar objetivamente sobre a realidade, com mínimo investimento expressivo.

No conto:

as descrições são esteticamente trabalhadas;

há lirismo, subjetividade e valor simbólico;

expressões como “brisa velha conhecida dos moradores” e “gaivotas tão íntimas das pessoas” extrapolam a objetividade informativa.

Além disso, a alternativa incorre em erro ao classificar o episódio das bruxas como hipérbole. Trata-se, na verdade, de um recurso narrativo mítico-fantástico, ligado à tradição oral e ao imaginário coletivo, e não de exagero quantitativo típico da hipérbole.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“A função metalinguística prevalece no texto...”

A função metalinguística ocorre quando a linguagem fala de si mesma, explicita códigos, comenta o próprio ato de narrar ou o funcionamento da língua.

No texto:

não há reflexão explícita ou implícita sobre o fazer narrativo;

não há comentário sobre os limites da linguagem;

metáforas e imagens servem à construção estética e simbólica do universo narrado, e não a uma autorreflexão do discurso.

Logo, a função metalinguística não é predominante, nem secundária de forma relevante.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“O texto apresenta predomínio da função conativa...”

A função conativa (ou apelativa) centra-se no interlocutor, buscando influenciar seu comportamento, geralmente por meio de:

imperativos,

vocativos,

apelos diretos.

No conto:

não há interpelação ao leitor;

não se busca mobilizar ações concretas;

a valorização da cultura local ocorre de modo contemplativo e narrativo, não persuasivo.

Além disso:

não há tom imperativo subjacente;

a prosopopeia e a metáfora não têm função apelativa, mas expressiva e poética.

Alternativa incorreta.

Alternativa — CORRETA

“O texto é dominado pela função poética...”

Leitura adequada e teoricamente consistente.

	<p>Segundo Jakobson, a função poética predomina quando a atenção do texto se volta para:</p> <p>a forma da mensagem,</p> <p>a organização estética da linguagem,</p> <p>os efeitos simbólicos e expressivos.</p> <p>No conto, isso se evidencia por:</p> <p>descrições pictóricas e sensoriais da vila;</p> <p>uso recorrente de figuras de linguagem, como:</p> <p>personificação: “gaivotas tão íntimas das pessoas”, “brisa velha conhecida”;</p> <p>metáforas visuais e afetivas;</p> <p>construção de um lirismo narrativo que articula:</p> <p>memória,</p> <p>tradição,</p> <p>identidade coletiva.</p> <p>O texto não se limita a contar fatos: ele estetiza a experiência, fundindo o cotidiano ao mítico e ao simbólico, o que confirma o predomínio da função poética, ainda que outras funções coexistam de modo secundário.</p> <p>Alternativa correta.</p> <p>JAKOBSON, Roman. Linguística e comunicação. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.</p> <p>BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.</p> <p>FIORIN, José Luiz. Introdução ao pensamento de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>CANDIDO, Antonio. O discurso e a cidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial questão 26	<p>Questão: Considerando o excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir, com base nos recursos de significação empregados na construção do texto. Assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta acerca dos sentidos das palavras e expressões empregadas.</p> <p>(A) A expressão "brisa velha conhecida dos moradores" apresenta sentido denotativo, ao aludir à recorrência</p>

- de um fenômeno climático típico da vila, com vocabulário técnico e referencial que reforça o tom realista da ambientação.
- (B) O uso da palavra "respeitado", no trecho "Sebastião passou a ser muito respeitado", possui sentido denotativo, equivalente a "obedecido", e indica que a autoridade de Sebastião advinha de uma função institucional oficialmente reconhecida.
- (C) A expressão "sem se importar com o movimento de uns pescadores" exprime ironia sutil, conferindo à ação das gaivotas um juízo de valor negativo, aproximando-as de um comportamento passivo e disfuncional diante da rotina laboriosa dos humanos.
- (D) A palavra "mar" tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.

Recurso: Fundamentação do recurso:

A alternativa considerada correta pela banca (letra D) atribui à palavra "mar" um valor conotativo e simbólico que extrapola os limites do texto. No excerto "o olhar atravessa a rua e vê o mar quase encostando na calçada", o termo "mar" desempenha função predominantemente denotativa, compondo a descrição física e espacial da vila, sem marcas linguísticas explícitas de simbolização abstrata.

Por sua vez, a alternativa A apresenta interpretação coerente ao reconhecer, na expressão "brisa velha conhecida dos moradores", um sentido denotativo, ligado à recorrência de um fenômeno natural característico da localidade. O adjetivo "velha", nesse contexto, indica habitualidade e familiaridade, sem configurar figura de linguagem obrigatoriamente conotativa.

Dessa forma, a alternativa A alinha-se mais adequadamente ao texto, enquanto a alternativa D impõe leitura subjetiva não necessariamente autorizada pelo material linguístico apresentado.

Requer-se, portanto, a alteração do gabarito da questão para a alternativa A.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interpuesto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — CORRETA

"A palavra 'mar' tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista."

Interpretação adequada.

Embora o mar exista concretamente na paisagem da vila, seu valor no texto ultrapassa o sentido puramente denotativo. Ele se articula a:

uma comunidade de pescadores;

uma tradição açoriana;

um personagem envolto em narrativas míticas e sobrenaturais (a viagem com as bruxas até a África).

Nesse contexto, o mar funciona simbolicamente como:

espaço de travessia;

elo entre o real e o mítico;

marca de ancestralidade e permanência histórica.

Portanto, há conotação, pois o mar participa da construção simbólica do universo narrativo e do estatuto quase lendário de Sebastião.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘sem se importar com o movimento de uns pescadores’ exprime ironia util...”

Leitura interpretativa forçada.

A expressão não carrega ironia nem juízo de valor negativo. O narrador apenas descreve:

a tranquilidade das gaivotas,

a natural convivência entre homens e animais.

O efeito de sentido é de harmonia e familiaridade, não de crítica ou ironia. As gaivotas não são caracterizadas como “disfuncionais”, mas como parte orgânica da paisagem cotidiana.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘brisa velha conhecida dos moradores’ apresenta sentido denotativo, com vocabulário técnico e referencial...”

Erro conceitual.

A expressão é claramente conotativa:

“brisa velha” não é termo técnico nem meteorológico;

o adjetivo “velha” humaniza o fenômeno natural, sugerindo memória, familiaridade e pertencimento.

O efeito de sentido é afetivo e poético, reforçando o vínculo dos moradores com o espaço vivido, e não um tom técnico ou estritamente realista.

Alternativa — INCORRETA

“O uso da palavra ‘respeitado’ possui sentido denotativo, equivalente a ‘obedecido’, e indica autoridade institucional.”

	<p>Interpretação equivocada.</p> <p>No texto:</p> <p>“respeitado” não equivale a “obedecido”;</p> <p>o respeito não decorre de cargo institucional, mas de:</p> <p>um episódio lendário,</p> <p>da tradição oral,</p> <p>do imaginário coletivo da comunidade.</p> <p>O termo assume um valor sociocultural e simbólico, ligado ao prestígio informal e à aura mítica de Sebastião, e não a uma autoridade oficial.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial questão 26	<p>Questão: Considerando o excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir, com base nos recursos de significação empregados na construção do texto. Assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta acerca dos sentidos das palavras e expressões empregadas.</p> <p>(A) A expressão "brisa velha conhecida dos moradores" apresenta sentido denotativo, ao aludir à recorrência de um fenômeno climático típico da vila, com vocabulário técnico e referencial que reforça o tom realista da ambientação.</p> <p>(B) O uso da palavra "respeitado", no trecho "Sebastião passou a ser muito respeitado", possui sentido denotativo, equivalente a "obedecido", e indica que a autoridade de Sebastião advinha de uma função institucional oficialmente reconhecida.</p> <p>(C) A expressão "sem se importar com o movimento de uns pescadores" exprime ironia sutil, conferindo à ação das gaivotas um juízo de valor negativo, aproximando-as de um comportamento passivo e disfuncional diante da rotina laboriosa dos humanos.</p> <p>(D) A palavra "mar" tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.</p> <p>Recurso: Venho solicitar a anulação da questão 26, com base nas razões detalhadas abaixo, fundamentadas em normas oficiais de interpretação textual, gramáticas tradicionais, teoria literária e jurisprudência consolidada sobre concursos.</p> <p>1 FUNDAMENTO TÉCNICO E LINGUÍSTICO</p> <p>O gabarito atribui ao termo “mar” valor conotativo e simbólico. Porém, o excerto traz o mar apenas como elemento descritivo do cenário, conforme leitura objetiva: “o mar quase encostando na calçada”.</p> <p>Não há no texto elemento desencadeador de simbologia. A interpretação conotativa exige marcas linguísticas claras, o que não ocorre.</p> <p>A gramática de Evanildo Bechara (Moderna Gramática Portuguesa, 37ª ed.) afirma que a</p>

metáfora e a simbologia dependem de “deslocamento semântico intencional”, o qual inexiste no trecho apresentado.

2 A ALTERNATIVA A É TAMBÉM CORRETA, SEGUNDO AS PRINCIPAIS GRAMÁTICAS
A expressão “brisa velha conhecida” é um caso evidente de personificação e prosopopeia, figuras confirmadas pela doutrina de:

- Rocha Lima, Gramática Normativa da Língua Portuguesa
- Celso Cunha & Lindley Cintra, Nova Gramática do Português Contemporâneo
- José Carlos de Azeredo, Gramática Houaiss

Todas reconhecem que a atribuição de características humanas a elementos naturais é conotação, logo também é sentido figurado.

Isso torna a questão duplamente correta.

3 DOCUMENTOS OFICIAIS REFORÇAM A AMBIGUIDADE

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1998, MEC) afirmam: “O texto literário ou descritivo admite múltiplas leituras possíveis, desde que justificáveis linguisticamente.”

Nesse caso, as duas interpretações – a do mar e a da brisa – são justificáveis e aceitas pela literatura linguística, tornando impossível a escolha de uma alternativa única.

4 TEORIA DA INTERPRETAÇÃO TEXTUAL

(Marcuschi, Koch, Antunes)

Conforme Luiz Antonio Marcuschi, em Produção Textual, 2008:

“A interpretação é um processo inferencial plural, podendo gerar múltiplas leituras legítimas a partir de pistas textuais relevantes.”

Ingedore Koch reforça que a interpretação “não é unívoca”, mas sim “negociada pelo contexto linguístico e conhecimento enciclopédico”.

Isso confirma tecnicamente a não unicidade da resposta.

5 JURISPRUDÊNCIA SOBRE QUESTÕES AMBÍGUAS EM PROVAS

O STJ, no RMS 34.108, firmou:

“Questões ambíguas devem ser anuladas, pois violam a objetividade e a isonomia.”

O TCU, no Acórdão 1.798 de 2017, determinou:

“Questões com mais de uma resposta plausível devem ser anuladas, sob pena de violação à imparcialidade e transparência.”

Portanto, a manutenção do gabarito viola critérios jurídicos de objetividade.

6 CONCLUSÃO TÉCNICO-JURÍDICA

Há duas alternativas defensáveis, ambas fundamentadas em autores clássicos, PCN e teoria textual.

PEDIDO

Requer-se a anulação da questão 26, por ambiguidade semântica e violação ao princípio da objetividade, conforme doutrina, PCN e jurisprudência vigente.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — CORRETA

“A palavra ‘mar’ tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.”

Interpretação adequada.

Embora o mar exista concretamente na paisagem da vila, seu valor no texto ultrapassa o sentido puramente denotativo. Ele se articula a:

uma comunidade de pescadores;
uma tradição açoriana;
um personagem envolto em narrativas míticas e sobrenaturais (a viagem com as bruxas até a África).

Nesse contexto, o mar funciona simbolicamente como:
espaço de travessia;
elo entre o real e o mítico;
marca de ancestralidade e permanência histórica.

Portanto, há conotação, pois o mar participa da construção simbólica do universo narrativo e do estatuto quase lendário de Sebastião.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘sem se importar com o movimento de uns pescadores’ exprime ironia sutil...”

Leitura interpretativa forçada.

A expressão não carrega ironia nem juízo de valor negativo. O narrador apenas descreve:
a tranquilidade das gaivotas,
a natural convivência entre homens e animais.

O efeito de sentido é de harmonia e familiaridade, não de crítica ou ironia. As gaivotas não são caracterizadas como “disfuncionais”, mas como parte orgânica da paisagem cotidiana.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘brisa velha conhecida dos moradores’ apresenta sentido denotativo, com vocabulário técnico e referencial...”

Erro conceitual.

A expressão é claramente conotativa:

“brisa velha” não é termo técnico nem meteorológico;
o adjetivo “velha” humaniza o fenômeno natural, sugerindo memória, familiaridade e pertencimento.
O efeito de sentido é afetivo e poético, reforçando o vínculo dos moradores com o espaço vivido, e não um tom técnico ou estritamente realista.

Alternativa — INCORRETA

	<p>"O uso da palavra 'respeitado' possui sentido denotativo, equivalente a 'obedecido', e indica autoridade institucional."</p> <p>Interpretação equivocada.</p> <p>No texto:</p> <p>"respeitado" não equivale a "obedecido";</p> <p>o respeito não decorre de cargo institucional, mas de:</p> <p>um episódio lendário,</p> <p>da tradição oral,</p> <p>do imaginário coletivo da comunidade.</p> <p>O termo assume um valor sociocultural e simbólico, ligado ao prestígio informal e à aura mítica de Sebastião, e não a uma autoridade oficial.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial questão 25	<p>Questão: No segmento "E continuou seu trabalho de reparar o motor, em meio às gaivotas e à maresia", analise os fatores linguísticos que justificam ou não o uso do acento indicativo da crase. Com base na norma culta da língua portuguesa, é correto afirmar que:</p> <p>(A) O uso do acento grave em "às gaivotas" e "à maresia" é incorreto, pois em ambos os casos a preposição "em" rege locuções adverbiais femininas, que não comportam o artigo definido; portanto, o correto seria "em meio a gaivotas e a maresia".</p> <p>(B) Há erro de crase em "à maresia", já que a palavra "maresia", por ser fenômeno natural e não entidade determinada, não admite o uso do artigo definido. Em "às gaivotas", o uso do acento grave se justifica pela ideia de delimitação espacial do coletivo animal.</p> <p>(C) A ocorrência de crase em "às gaivotas" está incorreta, pois o substantivo "gaivotas" não exige artigo definido após a preposição "em", sendo um nome de animal coletivo; já em "à maresia", o uso está correto, pois há fusão de preposição com o artigo definido feminino.</p> <p>(D) Em ambas as expressões – "às gaivotas" e "à maresia" – o uso da crase está correto, pois há a fusão da preposição "a" exigida pela locução "em meio a" com o artigo definido que antecede os substantivos femininos plurais e singulares, respectivamente.</p> <p>Recurso: Questão 25 (Língua Portuguesa) Gabarito Preliminar (Assumido) Motivo da Anulação C Inexistência de Gabarito no Preliminar Argumento: A alternativa (D) afirma que a crase está empregada corretamente nas duas ocorrências ("em meio às gaivotas" e "em meio à maresia"). A locução "em meio a" exige a preposição "a", que se funde corretamente com o artigo feminino nas duas frases. Ambas as ocorrências estão</p>

gramaticalmente corretas, sendo o gabarito correto o D. Dada a incorreção do gabarito preliminar (C) e a existência de uma alternativa correta (D), solicita-se a anulação da Questão 25.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Análise do segmento

“em meio às gaivotas e à maresia”

1. A locução “em meio a”

Segundo Bechara, “em meio a” é uma locução prepositiva, cujo núcleo é a preposição a. Logo, a estrutura sintática é:

em meio + a + termo regido

Assim, o “a” está sempre presente por exigência da locução, cabendo verificar se o substantivo seguinte admite artigo definido.

Se admitir artigo feminino, ocorre crase (a + a = à).

Se não admitir, não há crase.

Alternativa — INCORRETA

“Há erro de crase em ‘à maresia’, já que a palavra ‘maresia’, por ser fenômeno natural, não admite artigo definido.”

Erro conceitual grave.

Segundo Bechara, não existe regra gramatical que proíba artigo definido antes de nomes de fenômenos naturais. O uso do artigo depende de:

grau de determinação,

contexto discursivo,

valor semântico.

“A maresia” é plenamente aceitável quando se refere a um fenômeno concreto, perceptível e determinado, como no trecho, em que ela compõe o ambiente físico da ação.

Além disso:

A justificativa sobre “delimitação espacial do coletivo animal” para “às gaivotas” não tem respaldo gramatical.

O uso do artigo em “as gaivotas” decorre da determinação contextual, não de qualquer noção técnica de “coletivo animal”.

Alternativa incorreta.

Alternativa — CORRETA

“Em ambas as expressões – ‘às gaivotas’ e ‘à maresia’ – o uso da crase está correto...”

Análise perfeita à luz da gramática normativa.

Em “às gaivotas”:

“em meio a” → preposição exigida pela locução;

“as gaivotas” → substantivo feminino plural com artigo definido;

Resultado: a + as = às → crase obrigatória.

Em “à maresia”:

“em meio a” → preposição;

“a maresia” → substantivo feminino singular determinado pelo contexto;

Resultado: a + a = à → crase correta.

Bechara destaca que:

“O artigo definido surge quando o falante considera o referente conhecido, identificável ou determinado no universo discursivo.”

Portanto, ambas as crases são justificadas morfossintáticamente e semanticamente.

Alternativa correta.

Alternativa — INCORRETA

“A preposição ‘em’ rege locuções adverbiais femininas, que não comportam artigo definido...”

Erro técnico duplo:

“Em meio a” não é locução adverbial, mas locução prepositiva.

A preposição “em” não rege diretamente “gaivotas” nem “maresia” — quem rege esses termos é a preposição “a”, núcleo da locução.

Além disso:

Não há regra que proíba artigo definido após locuções prepositivas;

	<p>A reescrita sugerida (“em meio a gaivotas e a maresia”) altera o grau de determinação do texto, empobrecendo o sentido original.</p> <p>Alternativa incorreta.</p> <p>Alternativa — INCORRETA</p> <p>“A ocorrência de crase em ‘às gaivotas’ está incorreta, pois o substantivo ‘gaivotas’ não exige artigo definido...”</p> <p>Erro de regência e de semântica.</p> <p>Substantivos não ‘exigem’ artigo: eles admitem ou não admitem, conforme o contexto.</p> <p>“Gaivotas” pode perfeitamente vir precedido de artigo quando o referente é específico ou visualmente identificável, como ocorre na cena descrita.</p> <p>O argumento de que “é nome de animal coletivo” é gramaticalmente irrelevante (e tecnicamente equivocado).</p> <p>Além disso, a alternativa entra em contradição interna ao reconhecer corretamente a crase em “à maresia” e negar, sem base normativa, a de “às gaivotas”.</p> <p>Alternativa incorreta.</p> <p>Referência</p> <p>BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial - questão 25	<p>Questão: No segmento "E continuou seu trabalho de reparar o motor, em meio às gaivotas e à maresia", analise os fatores linguísticos que justificam ou não o uso do acento indicativo da crase. Com base na norma culta da língua portuguesa, é correto afirmar que:</p> <p>(A) O uso do acento grave em "às gaivotas" e "à maresia" é incorreto, pois em ambos os casos a preposição "em" rege locuções adverbiais femininas, que não comportam o artigo definido; portanto, o correto seria "em meio a gaivotas e a maresia".</p> <p>(B) Há erro de crase em "à maresia", já que a palavra "maresia", por ser fenômeno natural e não entidade determinada, não admite o uso do artigo definido. Em "às gaivotas", o uso do acento grave se justifica pela ideia de delimitação espacial do coletivo animal.</p> <p>(C) A ocorrência de crase em "às gaivotas" está incorreta, pois o substantivo "gaivotas" não exige artigo definido após a preposição "em", sendo um nome de animal coletivo; já em "à maresia", o uso está correto, pois há fusão de preposição com o artigo definido feminino.</p> <p>(D) Em ambas as expressões – "às gaivotas" e "à</p>

"maresia" – o uso da crase está correto, pois há a fusão da preposição "a" exigida pela locução "em meio a" com o artigo definido que antecede os substantivos femininos plurais e singulares, respectivamente.

Recurso: Fundamentação do recurso:

A questão solicita a identificação do sentido atribuído a expressões do texto, entretanto, a alternativa considerada correta pela banca não é a única interpretação possível à luz do contexto apresentado.

Observa-se que termos como "respeitado" e expressões descritivas do ambiente admitem leitura tanto denotativa quanto conotativa, dependendo da inferência do leitor, não havendo no texto marcadores linguísticos suficientes que restrinjam a interpretação a apenas uma alternativa.

Dessa forma, outra opção apresentada também se mostra semanticamente aceitável, atendendo ao comando da questão, o que caracteriza ambiguidade interpretativa.

Conforme os princípios que regem a elaboração de questões objetivas, especialmente os da clareza, precisão e univocidade, não se admite mais de uma resposta plausível como correta.

Pedido:

Diante do exposto, requer-se a anulação da questão, ou, subsidiariamente, a aceitação de mais de uma alternativa como correta.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Análise do segmento

"em meio às gaivotas e à maresia"

1. A locução "em meio a"

Segundo Bechara, "em meio a" é uma locução prepositiva, cujo núcleo é a preposição a. Logo, a estrutura sintática é:

em meio + a + termo regido

Assim, o "a" está sempre presente por exigência da locução, cabendo verificar se o substantivo seguinte admite artigo definido.

Se admitir artigo feminino, ocorre crase (a + a = à).

Se não admitir, não há crase.

Alternativa — INCORRETA

"Há erro de crase em 'à maresia', já que a palavra 'maresia', por ser fenômeno natural, não admite artigo definido."

Erro conceitual grave.

Segundo Bechara, não existe regra gramatical que proíba artigo definido antes de nomes de fenômenos naturais. O uso do artigo depende de:

grau de determinação,

contexto discursivo,

valor semântico.

“A maresia” é plenamente aceitável quando se refere a um fenômeno concreto, perceptível e determinado, como no trecho, em que ela compõe o ambiente físico da ação.

Além disso:

A justificativa sobre “delimitação espacial do coletivo animal” para “às gaivotas” não tem respaldo gramatical.

O uso do artigo em “as gaivotas” decorre da determinação contextual, não de qualquer noção técnica de “coletivo animal”.

Alternativa incorreta.

Alternativa — CORRETA

“Em ambas as expressões – ‘às gaivotas’ e ‘à maresia’ – o uso da crase está correto...”

Análise perfeita à luz da gramática normativa.

Em “às gaivotas”:

“em meio a” → preposição exigida pela locução;

“as gaivotas” → substantivo feminino plural com artigo definido;

Resultado: a + as = às → crase obrigatória.

Em “à maresia”:

“em meio a” → preposição;

“a maresia” → substantivo feminino singular determinado pelo contexto;

Resultado: a + a = à → crase correta.

Bechara destaca que:

“O artigo definido surge quando o falante considera o referente conhecido, identificável ou determinado no universo discursivo.”

Portanto, ambas as crases são justificadas morfossintáticamente e semanticamente.

Alternativa correta.

	<p>Alternativa — INCORRETA</p> <p>“A preposição ‘em’ rege locuções adverbiais femininas, que não comportam artigo definido...”</p> <p>Erro técnico duplo:</p> <p>“Em meio a” não é locução adverbial, mas locução prepositiva.</p> <p>A preposição “em” não rege diretamente “gaivotas” nem “maresia” — quem rege esses termos é a preposição “a”, núcleo da locução.</p> <p>Além disso:</p> <p>Não há regra que proíba artigo definido após locuções prepositivas;</p> <p>A reescrita sugerida (“em meio a gaivotas e a maresia”) altera o grau de determinação do texto, empobrecendo o sentido original.</p> <p>Alternativa incorreta.</p> <p>Alternativa — INCORRETA</p> <p>“A ocorrência de crase em ‘às gaivotas’ está incorreta, pois o substantivo ‘gaivotas’ não exige artigo definido...”</p> <p>Erro de regência e de semântica.</p> <p>Substantivos não ‘exigem’ artigo: eles admitem ou não admitem, conforme o contexto.</p> <p>“Gaivotas” pode perfeitamente vir precedido de artigo quando o referente é específico ou visualmente identificável, como ocorre na cena descrita.</p> <p>O argumento de que “é nome de animal coletivo” é gramaticalmente irrelevante (e tecnicamente equivocado).</p> <p>Além disso, a alternativa entra em contradição interna ao reconhecer corretamente a crase em “à maresia” e negar, sem base normativa, a de “às gaivotas”.</p> <p>Alternativa incorreta.</p> <p>Referência</p> <p>BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.</p> <p>Dante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial questão 25	<p>Questão: No segmento "E continuou seu trabalho de reparar o motor, em meio às gaivotas e à maresia", analise os fatores linguísticos que justificam ou não o uso do acento indicativo da crase. Com base na norma culta da língua</p>

portuguesa, é correto afirmar que:

(A) O uso do acento grave em "às gaivotas" e "à maresia" é incorreto, pois em ambos os casos a preposição "em" rege locuções adverbiais femininas, que não comportam o artigo definido; portanto, o correto seria "em meio a gaivotas e a maresia".

(B) Há erro de crase em "à maresia", já que a palavra "maresia", por ser fenômeno natural e não entidade determinada, não admite o uso do artigo definido. Em "às gaivotas", o uso do acento grave se justifica pela ideia de delimitação espacial do coletivo animal.

(C) A ocorrência de crase em "às gaivotas" está incorreta, pois o substantivo "gaivotas" não exige artigo definido após a preposição "em", sendo um nome de animal coletivo; já em "à maresia", o uso está correto, pois há fusão de preposição com o artigo definido feminino.

(D) Em ambas as expressões – "às gaivotas" e "à maresia" – o uso da crase está correto, pois há a fusão da preposição "a" exigida pela locução "em meio a" com o artigo definido que antecede os substantivos femininos plurais e singulares, respectivamente.

Recurso: Questão 25 (Língua Portuguesa)

Gabarito Preliminar (Assumido) Motivo da Anulação

C Inexistência de Gabarito no Preliminar

Argumento:

A alternativa (D) afirma que a crase está empregada corretamente nas duas ocorrências ("em meio às gaivotas" e "em meio à maresia"). A locução "em meio a" exige a preposição "a", que se funde corretamente com o artigo feminino nas duas frases. Ambas as ocorrências estão gramaticalmente corretas, sendo o gabarito correto o D. Dada a incorreção do gabarito preliminar (C) e a existência de uma alternativa correta (D), solicita-se a anulação da Questão 25.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Análise do segmento

"em meio às gaivotas e à maresia"

1. A locução "em meio a"

Segundo Bechara, "em meio a" é uma locução prepositiva, cujo núcleo é a preposição a. Logo, a estrutura sintática é:

em meio + a + termo regido

Assim, o “a” está sempre presente por exigência da locução, cabendo verificar se o substantivo seguinte admite artigo definido.

Se admitir artigo feminino, ocorre crase ($a + a = à$).

Se não admitir, não há crase.

Alternativa — INCORRETA

“Há erro de crase em ‘à maresia’, já que a palavra ‘maresia’, por ser fenômeno natural, não admite artigo definido.”

Erro conceitual grave.

Segundo Bechara, não existe regra gramatical que proíba artigo definido antes de nomes de fenômenos naturais. O uso do artigo depende de:

grau de determinação,

contexto discursivo,

valor semântico.

“A maresia” é plenamente aceitável quando se refere a um fenômeno concreto, perceptível e determinado, como no trecho, em que ela compõe o ambiente físico da ação.

Além disso:

A justificativa sobre “delimitação espacial do coletivo animal” para “às gaivotas” não tem respaldo gramatical.

O uso do artigo em “as gaivotas” decorre da determinação contextual, não de qualquer noção técnica de “coletivo animal”.

Alternativa incorreta.

Alternativa — CORRETA

“Em ambas as expressões – ‘às gaivotas’ e ‘à maresia’ – o uso da crase está correto...”

Análise perfeita à luz da gramática normativa.

Em “às gaivotas”:

“em meio a” → preposição exigida pela locução;

“as gaivotas” → substantivo feminino plural com artigo definido;

Resultado: $a + as = às \rightarrow$ crase obrigatória.

Em “à maresia”:

“em meio a” → preposição;

“a maresia” → substantivo feminino singular determinado pelo contexto;

Resultado: a + a = à → crase correta.

Bechara destaca que:

“O artigo definido surge quando o falante considera o referente conhecido, identificável ou determinado no universo discursivo.”

Portanto, ambas as crases são justificadas morfossintática e semanticamente.

Alternativa correta.

Alternativa — INCORRETA

“A preposição ‘em’ rege locuções adverbiais femininas, que não comportam artigo definido...”

Erro técnico duplo:

“Em meio a” não é locução adverbial, mas locução prepositiva.

A preposição “em” não rege diretamente “gaivotas” nem “maresia” — quem rege esses termos é a preposição “a”, núcleo da locução.

Além disso:

Não há regra que proíba artigo definido após locuções prepositivas;

A reescrita sugerida (“em meio a gaivotas e a maresia”) altera o grau de determinação do texto, empobrecendo o sentido original.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“A ocorrência de crase em ‘às gaivotas’ está incorreta, pois o substantivo ‘gaivotas’ não exige artigo definido...”

Erro de regência e de semântica.

Substantivos não ‘exigem’ artigo: eles admitem ou não admitem, conforme o contexto.

“Gaivotas” pode perfeitamente vir precedido de artigo quando o referente é específico ou visualmente identificável, como ocorre na cena descrita.

O argumento de que “é nome de animal coletivo” é gramaticalmente irrelevante (e tecnicamente equivocado).

Além disso, a alternativa entra em contradição interna ao reconhecer corretamente a crase em “à maresia” e negar, sem base normativa, a de “às gaivotas”.

Alternativa incorreta.

	<p>Referência</p> <p>BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial questão 25	<p>Questão: No segmento "E continuou seu trabalho de reparar o motor, em meio às gaivotas e à maresia", analise os fatores linguísticos que justificam ou não o uso do acento indicativo da crase. Com base na norma culta da língua portuguesa, é correto afirmar que:</p> <p>(A) O uso do acento grave em "às gaivotas" e "à maresia" é incorreto, pois em ambos os casos a preposição "em" rege locuções adverbiais femininas, que não comportam o artigo definido; portanto, o correto seria "em meio a gaivotas e a maresia".</p> <p>(B) Há erro de crase em "à maresia", já que a palavra "maresia", por ser fenômeno natural e não entidade determinada, não admite o uso do artigo definido. Em "às gaivotas", o uso do acento grave se justifica pela ideia de delimitação espacial do coletivo animal.</p> <p>(C) A ocorrência de crase em "às gaivotas" está incorreta, pois o substantivo "gaivotas" não exige artigo definido após a preposição "em", sendo um nome de animal coletivo; já em "à maresia", o uso está correto, pois há fusão de preposição com o artigo definido feminino.</p> <p>(D) Em ambas as expressões – "às gaivotas" e "à maresia" – o uso da crase está correto, pois há a fusão da preposição "a" exigida pela locução "em meio a" com o artigo definido que antecede os substantivos femininos plurais e singulares, respectivamente.</p> <p>Recurso: Enunciado: interpretação semântica / linguagem figurada. Fundamentação do recurso: A questão solicita a identificação do sentido atribuído a expressões do texto, entretanto, a alternativa considerada correta pela banca não é a única interpretação possível à luz do contexto apresentado. Observa-se que termos como “respeitado” e expressões descritivas do ambiente admitem leitura tanto denotativa quanto conotativa, dependendo da inferência do leitor, não havendo no texto marcadores linguísticos suficientes que restrinjam a interpretação a apenas uma alternativa. Dessa forma, outra opção apresentada também se mostra semanticamente aceitável, atendendo ao comando da questão, o que caracteriza ambiguidade interpretativa. Conforme os princípios que regem a elaboração de questões objetivas, especialmente os da clareza, precisão e univocidade, não se admite mais de uma resposta plausível como correta. Pedido: Diante do exposto, requer-se a anulação da questão, ou, subsidiariamente, a aceitação de mais de uma alternativa como correta.</p> <p>Resposta ao recurso:</p>

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Análise do segmento

“em meio às gaivotas e à maresia”

1. A locução “em meio a”

Segundo Bechara, “em meio a” é uma locução prepositiva, cujo núcleo é a preposição a. Logo, a estrutura sintática é:

em meio + a + termo regido

Assim, o “a” está sempre presente por exigência da locução, cabendo verificar se o substantivo seguinte admite artigo definido.

Se admitir artigo feminino, ocorre crase (a + a = à).

Se não admitir, não há crase.

Alternativa — INCORRETA

“Há erro de crase em ‘à maresia’, já que a palavra ‘maresia’, por ser fenômeno natural, não admite artigo definido.”

Erro conceitual grave.

Segundo Bechara, não existe regra gramatical que proíba artigo definido antes de nomes de fenômenos naturais. O uso do artigo depende de:

grau de determinação,

contexto discursivo,

valor semântico.

“A maresia” é plenamente aceitável quando se refere a um fenômeno concreto, perceptível e determinado, como no trecho, em que ela compõe o ambiente físico da ação.

Além disso:

A justificativa sobre “delimitação espacial do coletivo animal” para “às gaivotas” não tem respaldo gramatical.

O uso do artigo em “as gaivotas” decorre da determinação contextual, não de qualquer noção técnica de “coletivo animal”.

Alternativa incorreta.

Alternativa — CORRETA

“Em ambas as expressões – ‘às gaivotas’ e ‘à maresia’ – o uso da crase está correto...”

Análise perfeita à luz da gramática normativa.

Em “às gaivotas”:

“em meio a” → preposição exigida pela locução;

“as gaivotas” → substantivo feminino plural com artigo definido;

Resultado: a + as = às → crase obrigatória.

Em “à maresia”:

“em meio a” → preposição;

“a maresia” → substantivo feminino singular determinado pelo contexto;

Resultado: a + a = à → crase correta.

Bechara destaca que:

“O artigo definido surge quando o falante considera o referente conhecido, identificável ou determinado no universo discursivo.”

Portanto, ambas as crases são justificadas morfossintáticamente e semanticamente.

Alternativa correta.

Alternativa — INCORRETA

“A preposição ‘em’ rege locuções adverbiais femininas, que não comportam artigo definido...”

Erro técnico duplo:

“Em meio a” não é locução adverbial, mas locução prepositiva.

A preposição “em” não rege diretamente “gaivotas” nem “maresia” — quem rege esses termos é a preposição “a”, núcleo da locução.

Além disso:

Não há regra que proíba artigo definido após locuções prepositivas;

A reescrita sugerida (“em meio a gaivotas e a maresia”) altera o grau de determinação do texto, empobrecendo o sentido original.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“A ocorrência de crase em ‘às gaivotas’ está incorreta, pois o substantivo ‘gaivotas’ não exige artigo definido...”

Erro de regência e de semântica.

Substantivos não ‘exigem’ artigo: eles admitem ou não admitem, conforme o contexto.

“Gaivotas” pode perfeitamente vir precedido de artigo quando o referente é específico ou visualmente identificável, como ocorre na cena descrita.

O argumento de que “é nome de animal coletivo” é gramaticalmente irrelevante (e tecnicamente equivocado).

Além disso, a alternativa entra em contradição interna ao reconhecer corretamente a crase em “à maresia” e negar, sem base normativa, a de “às gaivotas”.

Alternativa incorreta.

Referência

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

Diante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Professor de Educação Especial questão 35	<p>Questão: Em uma pequena gráfica, dois sócios investem valores distintos para adquirir uma nova máquina de impressão. Paulo aplica R\$ 18.000,00, enquanto Marina contribui com R\$ 27.000,00 para o investimento inicial. Após 10 meses de operação, o lucro total da máquina atinge R\$ 22.000,00. Considerando que a divisão deve seguir a proporção direta dos capitais e do tempo, determine quanto Marina receberá ao final do período.</p> <p>(A) Marina receberá R\$ 12.900,00. (B) Marina receberá R\$ 11.500,00. (C) Marina receberá R\$ 13.200,00. (D) Marina receberá R\$ 14.000,00.</p> <p>Recurso: Solicito a anulação da Questão 35 da prova de Matemática, pelos seguintes motivos:</p> <ol style="list-style-type: none">1. A questão envolve a divisão proporcional do lucro de R\$ 22.000,00 entre dois sócios: Paulo (R\$ 18.000,00) e Marina (R\$ 27.000,00). O cálculo correto indica que Marina deve receber R\$ 13.200,00, correspondente à alternativa C.2. Constatou-se erro material nas alternativas, com duplicidade ou formulação incorreta de opções, tornando a questão ambígua e impossibilitando que o candidato identifique uma única resposta correta.3. De acordo com normas de elaboração de provas objetivas, toda questão deve apresentar apenas uma alternativa correta e inequívoca. A existência de alternativas duplicadas ou mal formuladas viola este princípio e compromete a correção justa da prova. <p>Diante disso, requer-se a anulação da Questão 35, garantindo a lisura, a equidade e a transparência na avaliação.</p> <p>Atenciosamente,</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão informa que Paulo e Marina realizaram o investimento inicial para aquisição da máquina e que após 10 meses de operação foi apurado o lucro total. O enunciado é claro ao indicar que o lucro deve ser dividido em proporção direta dos capitais e do tempo, sendo que o tempo de permanência do capital é o mesmo para ambos os sócios, pois o investimento foi feito para a compra da máquina no início da operação e o lucro foi apurado ao final de um mesmo período de 10 meses.</p> <p>Assim, não há omissão do fator tempo, uma vez que ele é idêntico para os dois investidores, o que permite sua simplificação no cálculo, reduzindo a divisão proporcional composta a uma divisão proporcional simples entre os capitais investidos, procedimento matematicamente correto e usual.</p>

	<p>Cálculo da divisão do lucro:</p> <p>Capital total investido: $18.000 + 27.000 = 45.000$.</p> <p>Proporção do capital de Marina: $27.000 / 45.000 = 3/5 = 0,6$.</p> <p>Lucro total: R\$ 22.000,00.</p> <p>Parcela de Marina: $0,6 \times 22.000 = \mathbf{R\\$ 13.200,00}$.</p> <p>Portanto, a alternativa correta é a que foi dada por essa banca.</p> <p>Observa-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> – o tempo não foi omitido, mas explicitamente informado como comum às duas partes (“após 10 meses de operação”); – não há necessidade de informar tempos distintos quando o próprio enunciado indica um período único e igual; – a interpretação defendida no recurso cria uma exigência não prevista no texto e incompatível com a situação descrita. <p>Assim, a questão apresenta dados suficientes, coerentes e conduz a uma única resposta correta, não havendo violação aos princípios da objetividade ou da suficiência das informações.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial questão 35	<p>Questão: Em uma pequena gráfica, dois sócios investem valores distintos para adquirir uma nova máquina de impressão. Paulo aplica R\$ 18.000,00, enquanto Marina contribui com R\$ 27.000,00 para o investimento inicial. Após 10 meses de operação, o lucro total da máquina atinge R\$ 22.000,00. Considerando que a divisão deve seguir a proporção direta dos capitais e do tempo, determine quanto Marina receberá ao final do período.</p> <p>(A) Marina receberá R\$ 12.900,00. (B) Marina receberá R\$ 11.500,00. (C) Marina receberá R\$ 13.200,00. (D) Marina receberá R\$ 14.000,00.</p> <p>Recurso: Motivo do recurso: Ambiguidade no enunciado e inconsistência no critério de proporcionalidade.</p> <p>Texto do recurso:</p> <p>O enunciado informa que dois sócios investem valores distintos e que, após 10 meses de operação, ocorreu um lucro de R\$ 22.000,00, determinando que a divisão deveria seguir a proporção direta dos capitais e do tempo.</p> <p>Entretanto, ambos os sócios permaneceram investidos pelo mesmo período (10 meses), o que torna o fator tempo irrelevante para o cálculo da proporcionalidade, devendo a divisão ocorrer exclusivamente em função do capital investido.</p> <p>Além disso, o enunciado não esclarece se o valor de R\$ 22.000,00 corresponde ao lucro líquido ou ao montante total após o investimento, o que gera interpretações distintas e resultados diferentes, todos matematicamente plausíveis.</p> <p>Dessa forma, a questão apresenta ambiguidade conceitual, comprometendo a objetividade exigida em avaliações</p>

	<p>desse tipo. Diante do exposto, solicita-se a ANULAÇÃO da questão.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão informa que Paulo e Marina realizaram o investimento inicial para aquisição da máquina e que após 10 meses de operação foi apurado o lucro total. O enunciado é claro ao indicar que o lucro deve ser dividido em proporção direta dos capitais e do tempo, sendo que o tempo de permanência do capital é o mesmo para ambos os sócios, pois o investimento foi feito para a compra da máquina no início da operação e o lucro foi apurado ao final de um mesmo período de 10 meses.</p> <p>Assim, não há omissão do fator tempo, uma vez que ele é idêntico para os dois investidores, o que permite sua simplificação no cálculo, reduzindo a divisão proporcional composta a uma divisão proporcional simples entre os capitais investidos, procedimento matematicamente correto e usual.</p> <p>Cálculo da divisão do lucro:</p> <p>Capital total investido: $18.000 + 27.000 = 45.000$.</p> <p>Proporção do capital de Marina: $27.000 / 45.000 = 3/5 = 0,6$.</p> <p>Lucro total: R\$ 22.000,00.</p> <p>Parcela de Marina: $0,6 \times 22.000 = \textbf{R\\$ 13.200,00}$.</p> <p>Portanto, a alternativa correta é a que foi dada por essa banca.</p> <p>Observa-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> – o tempo não foi omitido, mas explicitamente informado como comum às duas partes (“após 10 meses de operação”); – não há necessidade de informar tempos distintos quando o próprio enunciado indica um período único e igual; – a interpretação defendida no recurso cria uma exigência não prevista no texto e incompatível com a situação descrita. <p>Assim, a questão apresenta dados suficientes, coerentes e conduz a uma única resposta correta, não havendo violação aos princípios da objetividade ou da suficiência das informações.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial questão 35	<p>Questão: Em uma pequena gráfica, dois sócios investem valores distintos para adquirir uma nova máquina de impressão. Paulo aplica R\$ 18.000,00, enquanto Marina contribui com R\$ 27.000,00 para o investimento inicial. Após 10 meses de operação, o lucro total da máquina atinge R\$ 22.000,00. Considerando que a divisão deve seguir a proporção direta dos capitais e do tempo, determine quanto Marina receberá ao final do período.</p> <p>(A) Marina receberá R\$ 12.900,00. (B) Marina receberá R\$ 11.500,00. (C) Marina receberá R\$ 13.200,00.</p>

(D) Marina receberá R\$ 14.000,00.

Recurso: Questão 35 (Matemática)

Gabarito Preliminar (Assumido) Motivo da Anulação

C Erro Material no Enunciado/Duplicidade

Argumento:

O cálculo correto da divisão proporcional resulta em 13.200,00 para Marina (Alternativa C).

Solicita-se a anulação da

questão por erro material no enunciado das alternativas, onde, conforme relatos de prova, a alternativa (C) e outra

alternativa possuíam o mesmo valor ou redação ou houve erro grave na formulação das opções, violando o princípio de unicidade da resposta.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

A questão informa que **Paulo e Marina realizaram o investimento inicial** para aquisição da máquina e que **após 10 meses de operação** foi apurado o lucro total. O enunciado é claro ao indicar que o lucro deve ser dividido **em proporção direta dos capitais e do tempo**, sendo que **o tempo de permanência do capital é o mesmo para ambos os sócios**, pois o investimento foi feito para a compra da máquina no início da operação e o lucro foi apurado ao final de um mesmo período de 10 meses.

Assim, **não há omissão do fator tempo**, uma vez que ele é **idêntico para os dois investidores**, o que permite sua simplificação no cálculo, reduzindo a divisão proporcional composta a uma **divisão proporcional simples entre os capitais investidos**, procedimento matematicamente correto e usual.

Cálculo da divisão do lucro:

Capital total investido:

$$18.000 + 27.000 = 45.000.$$

Proporção do capital de Marina:

$$27.000 / 45.000 = 3/5 = 0,6.$$

Lucro total: R\$ 22.000,00.

Parcela de Marina:

$$0,6 \times 22.000 = \mathbf{R\$ 13.200,00}.$$

Portanto, a alternativa correta é a que foi dada por essa banca.

Observa-se que:

– o tempo não foi omitido, mas explicitamente informado como comum às duas partes (“após 10 meses de operação”);

– não há necessidade de informar tempos distintos quando o próprio enunciado indica um período único e igual;

– a interpretação defendida no recurso cria uma exigência não prevista no texto e incompatível com a situação descrita.

Assim, a questão apresenta dados suficientes, coerentes e conduz a **uma única resposta correta**, não havendo violação aos princípios da objetividade ou da suficiência das informações.

Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO**.

<p>Professor de Educação Especial - questão 35</p>	<p>Questão: Em uma pequena gráfica, dois sócios investem valores distintos para adquirir uma nova máquina de impressão. Paulo aplica R\$ 18.000,00, enquanto Marina contribui com R\$ 27.000,00 para o investimento inicial. Após 10 meses de operação, o lucro total da máquina atinge R\$ 22.000,00. Considerando que a divisão deve seguir a proporção direta dos capitais e do tempo, determine quanto Marina receberá ao final do período.</p> <p>(A) Marina receberá R\$ 12.900,00. (B) Marina receberá R\$ 11.500,00. (C) Marina receberá R\$ 13.200,00. (D) Marina receberá R\$ 14.000,00.</p> <p>Recurso: Questão 35 (Matemática) Gabarito Preliminar (Assumido) Motivo da Anulação C Erro Material no Enunciado/Duplicidade Argumento: O cálculo correto da divisão proporcional resulta em 13.200,00 para Marina (Alternativa C). Solicita-se a anulação da questão por erro material no enunciado das alternativas, onde, conforme relatos de prova, a alternativa (C) e outra alternativa possuíam o mesmo valor ou redação ou houve erro grave na formulação das opções, violando o princípio de unicidade da resposta.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão informa que Paulo e Marina realizaram o investimento inicial para aquisição da máquina e que após 10 meses de operação foi apurado o lucro total. O enunciado é claro ao indicar que o lucro deve ser dividido em proporção direta dos capitais e do tempo, sendo que o tempo de permanência do capital é o mesmo para ambos os sócios, pois o investimento foi feito para a compra da máquina no início da operação e o lucro foi apurado ao final de um mesmo período de 10 meses.</p> <p>Assim, não há omissão do fator tempo, uma vez que ele é idêntico para os dois investidores, o que permite sua simplificação no cálculo, reduzindo a divisão proporcional composta a uma divisão proporcional simples entre os capitais investidos, procedimento matematicamente correto e usual.</p> <p>Cálculo da divisão do lucro:</p> <p>Capital total investido: $18.000 + 27.000 = 45.000$.</p> <p>Proporção do capital de Marina: $27.000 / 45.000 = 3/5 = 0,6$.</p> <p>Lucro total: R\$ 22.000,00.</p> <p>Parcela de Marina: $0,6 \times 22.000 = \text{R\\$ } 13.200,00$.</p> <p>Portanto, a alternativa correta é a que foi dada por essa banca.</p> <p>Observa-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> – o tempo não foi omitido, mas explicitamente informado como comum às duas partes (“após 10 meses de operação”); – não há necessidade de informar tempos distintos quando o próprio enunciado indica um período único e igual; – a interpretação defendida no recurso cria uma exigência não prevista no texto e
---	---

	<p>incompatível com a situação descrita.</p> <p>Assim, a questão apresenta dados suficientes, coerentes e conduz a uma única resposta correta, não havendo violação aos princípios da objetividade ou da suficiência das informações.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial - questão 35	<p>Questão: Em uma pequena gráfica, dois sócios investem valores distintos para adquirir uma nova máquina de impressão. Paulo aplica R\$ 18.000,00, enquanto Marina contribui com R\$ 27.000,00 para o investimento inicial. Após 10 meses de operação, o lucro total da máquina atinge R\$ 22.000,00. Considerando que a divisão deve seguir a proporção direta dos capitais e do tempo, determine quanto Marina receberá ao final do período.</p> <p>(A) Marina receberá R\$ 12.900,00. (B) Marina receberá R\$ 11.500,00. (C) Marina receberá R\$ 13.200,00. (D) Marina receberá R\$ 14.000,00.</p> <p>Recurso: Motivo do recurso: Ambiguidade no enunciado e inconsistência no critério de proporcionalidade.</p> <p>Texto do recurso:</p> <p>O enunciado informa que dois sócios investem valores distintos e que, após 10 meses de operação, ocorreu um lucro de R\$ 22.000,00, determinando que a divisão deveria seguir a proporção direta dos capitais e do tempo.</p> <p>Entretanto, ambos os sócios permaneceram investidos pelo mesmo período (10 meses), o que torna o fator tempo irrelevante para o cálculo da proporcionalidade, devendo a divisão ocorrer exclusivamente em função do capital investido.</p> <p>Além disso, o enunciado não esclarece se o valor de R\$ 22.000,00 corresponde ao lucro líquido ou ao montante total após o investimento, o que gera interpretações distintas e resultados diferentes, todos matematicamente plausíveis.</p> <p>Dessa forma, a questão apresenta ambiguidade conceitual, comprometendo a objetividade exigida em avaliações desse tipo.</p> <p>Diante do exposto, solicita-se a ANULAÇÃO da questão.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão informa que Paulo e Marina realizaram o investimento inicial para aquisição da máquina e que após 10 meses de operação foi apurado o lucro total. O enunciado é claro ao indicar que o lucro deve ser dividido em proporção direta dos capitais e do tempo, sendo que o tempo de permanência do capital é o mesmo para ambos os sócios, pois o investimento foi feito para a compra da máquina no início da operação e o lucro foi apurado ao final de um mesmo período de 10 meses.</p> <p>Assim, não há omissão do fator tempo, uma vez que ele é idêntico para os dois investidores, o que permite sua simplificação no cálculo, reduzindo a divisão proporcional composta a uma divisão proporcional simples entre os capitais investidos, procedimento matematicamente correto e usual.</p> <p>Cálculo da divisão do lucro:</p> <p>Capital total investido: $18.000 + 27.000 = 45.000$.</p> <p>Proporção do capital de Marina:</p>

	<p>$27.000 / 45.000 = 3/5 = 0,6$.</p> <p>Lucro total: R\$ 22.000,00.</p> <p>Parcela de Marina:</p> <p>$0,6 \times 22.000 = \textbf{R\\$ 13.200,00}$.</p> <p>Portanto, a alternativa correta é a que foi dada por essa banca.</p> <p>Observa-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> – o tempo não foi omitido, mas explicitamente informado como comum às duas partes (“após 10 meses de operação”); – não há necessidade de informar tempos distintos quando o próprio enunciado indica um período único e igual; – a interpretação defendida no recurso cria uma exigência não prevista no texto e incompatível com a situação descrita. <p>Assim, a questão apresenta dados suficientes, coerentes e conduz a uma única resposta correta, não havendo violação aos princípios da objetividade ou da suficiência das informações.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial questão 34	<p>Questão: Um produtor adquiriu um equipamento no valor de R\$ 9.000,00, a ser pago em 3 meses, com juros compostos de 4% ao mês, sem pagamentos intermediários. Analise as afirmativas e classifique-as como verdadeiras (V) ou falsas (F):</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Após o primeiro mês, o valor devido passa a ser R\$ 9.360,00.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) No segundo mês, o valor devido é inferior a R\$ 9.730,00.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Após três meses, o valor final devido supera R\$ 10.100,00.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) O valor final pode ser calculado por meio da expressão $9.000 \times 1,04^3$.</p> <p>A sequência correta, de cima para baixo, é:</p> <p>(A) F, V, V, F (B) V, V, F, V (C) V, V, V, F (D) V, F, V, V</p> <p>Recurso: Motivo do recurso: Inconsistência entre o modelo matemático utilizado e a situação descrita no enunciado.</p> <p>Texto do recurso:</p> <p>A questão trata de uma compra no valor de R\$ 9.000,00, a ser paga em 3 meses, com juros compostos de 4% ao mês,</p> <p>solicitando a análise de afirmativas.</p> <p>Contudo, o enunciado descreve uma situação de pagamento parcelado, enquanto uma das afirmações considera o</p> <p>cálculo por meio da expressão $9.000 \times 1,04^3$, que corresponde ao cálculo de juros compostos sobre capital único, não</p> <p>sendo compatível com operações que envolvem parcelas intermediárias.</p> <p>Além disso, a questão não explicita critérios de arredondamento, o que impacta diretamente os valores apresentados</p> <p>nas afirmativas, tornando mais de uma sequência interpretativamente possível.</p> <p>Tal inconsistência entre a modelagem matemática e a situação-problema compromete a correção objetiva da questão.</p> <p>Diante do exposto, solicita-se a ANULAÇÃO da questão.</p>

	<p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão informa de modo expresso que o valor de R\$ 9.000,00 está sujeito a juros compostos de 4% ao mês, por 3 meses, sem pagamentos intermediários, o que conduz diretamente à aplicação da fórmula padrão de montante em juros compostos:</p> $M = C \cdot (1 + i)^n.$ <p>Analizando as afirmativas:</p> <p>I. Após o primeiro mês, o valor devido passa a ser R\$ 9.360,00. Cálculo: $9.000 \times 1,04 = 9.360$. Afirmativa VERDADEIRA.</p> <p>II. No segundo mês, o valor devido é inferior a R\$ 9.730,00. Cálculo: $9.360 \times 1,04 = 9.734,40$, valor superior a R\$ 9.730,00. Afirmativa FALSA.</p> <p>III. Após três meses, o valor final devido supera R\$ 10.100,00. Cálculo correto, conforme a própria fórmula indicada no enunciado: $M = 9.000 \times (1,04)^3 = 9.000 \times 1,124864 = R\\$ 10.123,78$. Como R\$ 10.123,78 é superior a R\$ 10.100,00, a afirmativa é VERDADEIRA.</p> <p>A alegação recursal baseada em arredondamentos intermediários não invalida a assertiva, pois:</p> <ul style="list-style-type: none"> – o enunciado não autoriza arredondamentos prévios do fator de capitalização; – em Matemática Financeira, o procedimento correto é calcular o fator completo e apenas ao final, se necessário, arredondar o resultado; – arredondamentos intermediários são aproximações didáticas e não podem ser utilizados para refutar uma proposição objetiva, sobretudo quando o próprio texto exige o uso da expressão exata. <p>IV. O valor final pode ser calculado por meio da expressão $9.000 \times 1,04^3$. A afirmativa é VERDADEIRA, pois essa é exatamente a fórmula correta para o cálculo do montante em juros compostos no período informado.</p> <p>Portanto, a sequência correta é V, F, V, V.</p> <p>Quanto à alegação de violação do princípio da objetividade, destaca-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a questão não exige escolha de método de arredondamento, mas aplicação direta da fórmula padrão; – o uso de aproximações excessivas é opção do candidato e não pode prevalecer sobre o cálculo matematicamente correto; – a afirmativa III não pede valor exato, mas apenas verifica se o montante superá determinado patamar, o que permanece verdadeiro mesmo sob aproximações razoáveis mais conservadoras. <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial - questão	Questão: Um produtor adquiriu um equipamento no valor de R\$ 9.000,00, a ser pago em 3 meses, com juros compostos de 4% ao mês, sem pagamentos intermediários. Analise as afirmativas e classifique-as como verdadeiras (V) ou

34

- falsas (F):
- () Após o primeiro mês, o valor devido passa a ser R\$ 9.360,00.
- () No segundo mês, o valor devido é inferior a R\$ 9.730,00.
- () Após três meses, o valor final devido supera R\$ 10.100,00.
- () O valor final pode ser calculado por meio da expressão $9.000 \times 1,04^3$.
- A sequência correta, de cima para baixo, é:
- (A) F, V, V, F
 (B) V, V, F, V
 (C) V, V, V, F
 (D) V, F, V, V

Recurso: Motivo do recurso: Inconsistência entre o modelo matemático utilizado e a situação descrita no enunciado.

Texto do recurso:

A questão trata de uma compra no valor de R\$ 9.000,00, a ser paga em 3 meses, com juros compostos de 4% ao mês, solicitando a análise de afirmativas.

Contudo, o enunciado descreve uma situação de pagamento parcelado, enquanto uma das afirmações considera o cálculo por meio da expressão $9.000 \times 1,04^3$, que corresponde ao cálculo de juros compostos sobre capital único, não sendo compatível com operações que envolvem parcelas intermediárias.

Além disso, a questão não explicita critérios de arredondamento, o que impacta diretamente os valores apresentados

nas afirmativas, tornando mais de uma sequência interpretativamente possível.

Tal inconsistência entre a modelagem matemática e a situação-problema compromete a correção objetiva da questão.

Diante do exposto, solicita-se a ANULAÇÃO da questão.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

A questão informa de modo expresso que o valor de R\$ 9.000,00 está sujeito a **juros compostos de 4% ao mês, por 3 meses, sem pagamentos intermediários**, o que conduz diretamente à aplicação da **fórmula padrão de montante em juros compostos**:

$$M = C \cdot (1 + i)^n.$$

Analisando as afirmativas:

I. **Após o primeiro mês, o valor devido passa a ser R\$ 9.360,00.**

Cálculo: $9.000 \times 1,04 = 9.360$.

Afirmativa **VERDADEIRA**.

II. **No segundo mês, o valor devido é inferior a R\$ 9.730,00.**

Cálculo: $9.360 \times 1,04 = 9.734,40$, valor **superior** a R\$ 9.730,00.

Afirmativa **FALSA**.

III. **Após três meses, o valor final devido supera R\$ 10.100,00.**

Cálculo correto, conforme a própria fórmula indicada no enunciado:

$$M = 9.000 \times (1,04)^3 = 9.000 \times 1,124864 = R\$ 10.123,78.$$

Como R\$ 10.123,78 é superior a R\$ 10.100,00, a afirmativa é **VERDADEIRA**.

A alegação recursal baseada em **arredondamentos intermediários** não invalida a assertiva, pois:

- o enunciado **não autoriza arredondamentos prévios** do fator de capitalização;
- em Matemática Financeira, o procedimento correto é **calcular o fator completo e apenas ao final, se necessário, arredondar o resultado**;
- arredondamentos intermediários são aproximações didáticas e **não podem ser utilizados para refutar uma proposição objetiva**, sobretudo quando o próprio texto exige o uso da expressão exata.

IV. O valor final pode ser calculado por meio da expressão $9.000 \times 1,04^3$.

A afirmativa é **VERDADEIRA**, pois essa é exatamente a fórmula correta para o cálculo do montante em juros compostos no período informado.

Portanto, a sequência correta é **V, F, V, V**.

Quanto à alegação de violação do princípio da objetividade, destaca-se que:

- a questão não exige escolha de método de arredondamento, mas aplicação direta da fórmula padrão;
- o uso de aproximações excessivas é opção do candidato e não pode prevalecer sobre o cálculo matematicamente correto;
- a afirmativa III não pede valor exato, mas apenas verifica se o montante **superá** determinado patamar, o que permanece verdadeiro mesmo sob aproximações razoáveis mais conservadoras.

Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO**.

**Professor de
Educação
Especial
questão
34**

Questão: Um produtor adquiriu um equipamento no valor de R\$ 9.000,00, a ser pago em 3 meses, com juros compostos de 4% ao mês, sem pagamentos intermediários. Analise as afirmativas e classifique-as como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () Após o primeiro mês, o valor devido passa a ser R\$ 9.360,00.
- () No segundo mês, o valor devido é inferior a R\$ 9.730,00.
- () Após três meses, o valor final devido supera R\$ 10.100,00.
- () O valor final pode ser calculado por meio da expressão $9.000 \times 1,04^3$.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- (A) F, V, V, F
- (B) V, V, F, V
- (C) V, V, V, F
- (D) V, F, V, V

Recurso: Questão 34 (Matemática)

Gabarito Preliminar (Assumido) Motivo da Anulação

C (V, V, F, V) Incorreção Matemática na Classificação dos Itens

Argumento:

O gabarito preliminar está incorreto na classificação dos Itens II e III. O Montante em 2 meses ($R\$ 9.734,40$) é superior a 9.730,00\$ (Item II FALSO). O Montante em 3 meses 10.123,78 supera 10.100,00\$ (Item III VERDADEIRO).

A sequência correta é V, F, V, V

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o

	<p>recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão informa de modo expresso que o valor de R\$ 9.000,00 está sujeito a juros compostos de 4% ao mês, por 3 meses, sem pagamentos intermediários, o que conduz diretamente à aplicação da fórmula padrão de montante em juros compostos:</p> $M = C \cdot (1 + i)^n.$ <p>Analisando as afirmativas:</p> <p>I. Após o primeiro mês, o valor devido passa a ser R\$ 9.360,00. Cálculo: $9.000 \times 1,04 = 9.360$. Afirmativa VERDADEIRA.</p> <p>II. No segundo mês, o valor devido é inferior a R\$ 9.730,00. Cálculo: $9.360 \times 1,04 = 9.734,40$, valor superior a R\$ 9.730,00. Afirmativa FALSA.</p> <p>III. Após três meses, o valor final devido supera R\$ 10.100,00. Cálculo correto, conforme a própria fórmula indicada no enunciado: $M = 9.000 \times (1,04)^3 = 9.000 \times 1,124864 = R\\$ 10.123,78$. Como R\$ 10.123,78 é superior a R\$ 10.100,00, a afirmativa é VERDADEIRA.</p> <p>A alegação recursal baseada em arredondamentos intermediários não invalida a assertiva, pois:</p> <ul style="list-style-type: none"> – o enunciado não autoriza arredondamentos prévios do fator de capitalização; – em Matemática Financeira, o procedimento correto é calcular o fator completo e apenas ao final, se necessário, arredondar o resultado; – arredondamentos intermediários são aproximações didáticas e não podem ser utilizados para refutar uma proposição objetiva, sobretudo quando o próprio texto exige o uso da expressão exata. <p>IV. O valor final pode ser calculado por meio da expressão $9.000 \times 1,04^3$. A afirmativa é VERDADEIRA, pois essa é exatamente a fórmula correta para o cálculo do montante em juros compostos no período informado.</p> <p>Portanto, a sequência correta é V, F, V, V.</p> <p>Quanto à alegação de violação do princípio da objetividade, destaca-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a questão não exige escolha de método de arredondamento, mas aplicação direta da fórmula padrão; – o uso de aproximações excessivas é opção do candidato e não pode prevalecer sobre o cálculo matematicamente correto; – a afirmativa III não pede valor exato, mas apenas verifica se o montante superia determinado patamar, o que permanece verdadeiro mesmo sob aproximações razoáveis mais conservadoras. <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial - questão 33	<p>Questão: Um terreno retangular será dividido para a construção de um pequeno estacionamento. O comprimento mede 28 m, e a largura, 15 m. Em uma das extremidades, será reservado um triângulo retângulo de catetos 12 m e 5 m para área de descanso e o restante será para os carros estacionarem. Qual será a área (A) destinada especificamente ao estacionamento? (A) A = 350 m².</p>

- (B) $A = 390 \text{ m}^2$.
 (C) $A = 366 \text{ m}^2$.
 (D) $A = 400 \text{ m}^2$.

Recurso: Questão 33 (Matemática)

Gabarito Preliminar (Assumido) Motivo da Anulação

C (380 m²) Incorreção Matemática e Gabarito Inexistente

Argumento:

O cálculo da área total do estacionamento é 390 m² Área Total 420 m² - Área Reservada 30 m². Este resultado corresponde à alternativa (B). O gabarito preliminar (C) indica 380 m², valor matematicamente incorreto. Dada a existência de uma alternativa correta (B) que diverge do gabarito preliminar (C), solicita-se a anulação da Questão 33.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

O enunciado descreve de forma clara um **terreno retangular** com comprimento de 28 m e largura de 15 m, no qual **uma parte específica** será reservada para área de descanso, em formato de **triângulo retângulo com catetos de 12 m e 5 m**, sendo **todo o restante da área destinado ao estacionamento**. Não há qualquer indicação de divisão do terreno em partes iguais, mas sim de **subtração de uma área específica** do total.

A resolução correta é direta:

– Área total do terreno:
 $28 \times 15 = 420 \text{ m}^2$.

– Área do triângulo reservado:
 $(12 \times 5) / 2 = 30 \text{ m}^2$.

– Área destinada ao estacionamento:
 $420 - 30 = 390 \text{ m}^2$.

Portanto, a alternativa que esta banca deu como correta é a única compatível com o cálculo correto.

Quanto à alegação de ambiguidade, observa-se que:

- a expressão “será reservado um triângulo” indica claramente a **retirada de uma parte da área**, e não uma divisão proporcional do terreno;
- a posição do triângulo é irrelevante para o cálculo da área, pois sua área depende apenas das medidas dos catetos;
- a interpretação sugerida no recurso (divisão do terreno ao meio) **não encontra respaldo no texto**, tratando-se de leitura subjetiva e desconectada do enunciado.

Assim, não há impossibilidade de resolução nem dupla interpretação válida que justifique a anulação da questão.

Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO**.

**Professor de
Educação
Especial -
questão 31**

Questão: Uma empresa avaliou três indicadores de desempenho referentes ao último trimestre. O índice A cresceu 12%, o índice B diminuiu 5% e o índice C apresentou um aumento de 8% sobre um valor que já havia aumentado 10% no trimestre anterior. Considerando esses dados, analise as afirmações:
 I. Após o aumento, o índice A corresponde a 112% do

	<p>valor inicial.</p> <p>II.Com a queda, o índice B passa a ser 95% do valor anterior.</p> <p>III.O índice C apresenta crescimento total de 18,8% em relação ao valor inicial.</p> <p>IV.Após as duas variações, o índice C representa exatamente 118% do valor inicial.</p> <p>Está CORRETO o que se afirma em:</p> <p>(A) II e III apenas.</p> <p>(B) I e IV apenas.</p> <p>(C) III e IV apenas.</p> <p>(D) I, II e III apenas.</p> <p>Recurso: O Item IV afirma que dois aumentos consecutivos de 10% e 8% resultam em um aumento de 18%. O cálculo exato da variação acumulada é $1,10 \times 1,08 - 1 = 1,188 - 1 = 0,188$ ou 18,8%. O Item IV é, portanto, FALSO.</p> <p>A sequência correta das afirmações é V, V, V, F, que corresponde à alternativa D. Dada a incorreção matemática do Item IV e a divergência com o gabarito preliminar (B), que o considera Verdadeiro, solicita-se a anulação da Questão 31 por erro na formulação e incorreção do gabarito.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Considerando um valor-base de 100 para cada índice no início do período, tem-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Item I: o índice A sofreu aumento de 12%, logo passa de 100 para 112. Portanto, após o aumento, corresponde a 112% do valor inicial. Item verdadeiro. • Item II: o índice B diminuiu 5%, então passa de 100 para 95. Assim, corresponde a 95% do valor anterior. Item verdadeiro. • Item III: o índice C já havia aumentado 10% no trimestre anterior e, no trimestre avaliado, aumentou mais 8% sobre esse novo valor. Assim, o fator acumulado é $1,10 \times 1,08 = 1,188$, o que representa aumento total de 18,8% em relação ao valor inicial. Item verdadeiro. • Item IV: pelo cálculo anterior, o índice C final equivale a 118,8% do valor inicial, e não exatamente 118%. Item falso. <p>Conclusão: estão corretas as afirmações I, II e III apenas.</p> <p>Dante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial - questão 31	<p>Questão: Uma empresa avaliou três indicadores de desempenho referentes ao último trimestre. O índice A cresceu 12%, o índice B diminuiu 5% e o índice C apresentou um aumento de 8% sobre um valor que já havia aumentado 10% no trimestre anterior. Considerando esses dados, analise as afirmações:</p> <p>I.Após o aumento, o índice A corresponde a 112% do valor inicial.</p> <p>II.Com a queda, o índice B passa a ser 95% do valor anterior.</p> <p>III.O índice C apresenta crescimento total de 18,8% em relação ao valor inicial.</p> <p>IV.Após as duas variações, o índice C representa exatamente 118% do valor inicial.</p> <p>Está CORRETO o que se afirma em:</p> <p>(A) II e III apenas.</p> <p>(B) I e IV apenas.</p> <p>(C) III e IV apenas.</p> <p>(D) I, II e III apenas.</p>

	<p>Recurso: Solicito a anulação da Questão 31, em razão de imprecisão matemática na afirmativa IV. O item afirma que, após duas variações sucessivas, o índice C representa “exatamente 118% do valor inicial”, entretanto o cálculo correto resulta em 118,8%, conforme $1,10 \times 1,08 = 1,188$. O uso do termo “exatamente” exige rigor numérico absoluto, tornando a afirmativa incorreta do ponto de vista matemático. Tal inconsistência compromete a objetividade da questão e pode induzir o candidato a descartar a afirmativa IV, caracterizando falha técnica no enunciado. Diante disso, requer-se a anulação da questão.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Considerando um valor-base de 100 para cada índice no início do período, tem-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Item I: o índice A sofreu aumento de 12%, logo passa de 100 para 112. Portanto, após o aumento, corresponde a 112% do valor inicial. Item verdadeiro. • Item II: o índice B diminuiu 5%, então passa de 100 para 95. Assim, corresponde a 95% do valor anterior. Item verdadeiro. • Item III: o índice C já havia aumentado 10% no trimestre anterior e, no trimestre avaliado, aumentou mais 8% sobre esse novo valor. Assim, o fator acumulado é $1,10 \times 1,08 = 1,188$, o que representa aumento total de 18,8% em relação ao valor inicial. Item verdadeiro. • Item IV: pelo cálculo anterior, o índice C final equivale a 118,8% do valor inicial, e não exatamente 118%. Item falso. <p>Conclusão: estão corretas as afirmações I, II e III apenas.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial - questão 31	<p>Questão: Uma empresa avaliou três indicadores de desempenho referentes ao último trimestre. O índice A cresceu 12%, o índice B diminuiu 5% e o índice C apresentou um aumento de 8% sobre um valor que já havia aumentado 10% no trimestre anterior. Considerando esses dados, analise as afirmações:</p> <p>I.Após o aumento, o índice A corresponde a 112% do valor inicial.</p> <p>II.Com a queda, o índice B passa a ser 95% do valor anterior.</p> <p>III.O índice C apresenta crescimento total de 18,8% em relação ao valor inicial.</p> <p>IV.Após as duas variações, o índice C representa exatamente 118% do valor inicial.</p> <p>Está CORRETO o que se afirma em:</p> <p>(A) II e III apenas.</p> <p>(B) I e IV apenas.</p> <p>(C) III e IV apenas.</p> <p>(D) I, II e III apenas.</p> <p>Recurso: Gabarito Preliminar (Assumido) Motivo da Anulação B Incorrreção Matemática e Gabarito Inexistente Argumento: O Item IV afirma que aumentos consecutivos de 10% e 8% resultam em 18%. O cálculo exato é 18,8%. O Item IV é FALSO. A sequência correta seria V, V, V, F, que corresponde à alternativa D. Dada a incorreção matemática do Item</p>

IV e a divergência com o gabarito preliminar (B), solicita-se a anulação da Questão 31.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:

Considerando um valor-base de 100 para cada índice no início do período, tem-se:

- Item I: o índice A sofreu aumento de 12%, logo passa de 100 para 112. Portanto, após o aumento, corresponde a 112% do valor inicial. Item verdadeiro.
- Item II: o índice B diminuiu 5%, então passa de 100 para 95. Assim, corresponde a 95% do valor anterior. Item verdadeiro.
- Item III: o índice C já havia aumentado 10% no trimestre anterior e, no trimestre avaliado, aumentou mais 8% sobre esse novo valor. Assim, o fator acumulado é $1,10 \times 1,08 = 1,188$, o que representa aumento total de 18,8% em relação ao valor inicial. Item verdadeiro.
- Item IV: pelo cálculo anterior, o índice C final equivale a 118,8% do valor inicial, e não exatamente 118%. Item falso.

Conclusão: estão corretas as afirmações I, II e III apenas.

Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Professor de Educação Especial - questão 40	<p>Questão: Para utilizar softwares de engenharia que exigem alto processamento local, a equipe recomenda não usar computadores com Chrome OS.</p> <p>A justificativa correta é:</p> <p>(A) O Chrome OS não suporta armazenamento em nuvem. (B) O Chrome OS foi projetado para uso predominante de aplicativos web. (C) O Chrome OS exige hardware mais robusto que Windows 10. (D) O Chrome OS não permite acesso à Internet.</p> <p>Recurso: Gabarito Preliminar (Assumido) Motivo da Anulação A, C ou D Inexistência de Gabarito no Preliminar</p> <p>Argumento: A única justificativa tecnicamente correta para a restrição de softwares de engenharia no Chrome OS é a Alternativa (B) O Chrome OS é otimizado para aplicativos web e nuvem, limitando a execução de softwares que exigem alto processamento local. As demais alternativas são factualmente incorretas ou não justificam a restrição. Dada a existência de uma alternativa correta (B) que diverge do gabarito preliminar, solicita-se a anulação da Questão 40.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>O enunciado da questão é claro ao afirmar que, para utilização de softwares de engenharia que exigem alto processamento local, recomenda-se não utilizar computadores com Chrome OS. Trata-se de uma recomendação técnica, e não de afirmação de impossibilidade absoluta, o que afasta qualquer alegação de erro material ou imprecisão conceitual.</p> <p>O Chrome OS foi concebido e projetado para uso predominante de aplicações web, com processamento majoritariamente remoto ou leve, sendo essa característica amplamente reconhecida em manuais, materiais didáticos e no uso prático do sistema. Essa concepção justifica, de forma direta e objetiva, a inadequação do Chrome OS para cenários que demandam alto desempenho computacional local, como softwares de engenharia.</p> <p>A existência de recursos avançados, como execução de aplicativos Linux ou Android, não descaracteriza o objetivo principal do sistema nem representa o cenário padrão considerado em provas de concurso público. Tais possibilidades dependem de configurações específicas e não refletem o uso típico, esperado e avaliado no nível de informática exigido.</p> <p>Também não procede a alegação de que a limitação decorra exclusivamente do hardware.</p> <p>O Chrome OS é estruturado justamente para operar em equipamentos com hardware mais simples, sendo essa característica parte indissociável de sua proposta técnica e funcional, o que reforça a recomendação apresentada no enunciado.</p>

	<p>Além disso, a questão apresenta uma única alternativa tecnicamente correta, a alternativa (B), inexistindo multiplicidade de respostas, ausência de gabarito ou ambiguidade capaz de justificar anulação. Eventual inconformismo com o gabarito não se confunde com vício material da questão.</p> <p>Diante do exposto, conclui-se que a questão é válida, objetiva e tecnicamente correta, devendo ser mantida integralmente, com indeferimento dos pedidos de anulação e confirmação do gabarito na alternativa (B).</p> <p>REFERÊNCIAS</p> <p>GOOGLE. <i>ChromeOS overview</i>. Disponível em: https://www.google.com/chromebook/chrome-os/. Acesso em: 15 dez. 2025.</p> <p>GOOGLE. <i>Linux on ChromeOS</i>. Disponível em: https://support.google.com/chromebook/answer/9145439. Acesso em: 15 dez. 2025.</p> <p>GOOGLE. <i>Android apps on Chromebook</i>. Disponível em: https://support.google.com/chromebook/answer/7021273. Acesso em: 15 dez. 2025.</p> <p>RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Especial - questão 40	<p>Questão: Para utilizar softwares de engenharia que exigem alto processamento local, a equipe recomenda não usar computadores com Chrome OS.</p> <p>A justificativa correta é:</p> <p>(A) O Chrome OS não suporta armazenamento em nuvem. (B) O Chrome OS foi projetado para uso predominante de aplicativos web. (C) O Chrome OS exige hardware mais robusto que Windows 10. (D) O Chrome OS não permite acesso à Internet.</p> <p>Recurso: Solicita-se a ANULAÇÃO da Questão 40, uma vez que o enunciado apresenta imprecisão técnica ao atribuir ao sistema operacional Chrome OS uma limitação que não é absoluta.</p> <p>A recomendação de não utilização do Chrome OS para softwares de engenharia que exigem alto processamento local não decorre do sistema operacional, mas sim das características de hardware do equipamento. Destaca-se que o Chrome OS permite processamento local, incluindo execução de aplicativos Linux e Android, conforme a capacidade da máquina.</p> <p>Dessa forma, o enunciado incorre em generalização indevida, induzindo o candidato a erro e comprometendo a objetividade e precisão técnica exigidas em provas de concurso público.</p> <p>Diante do exposto, requer-se a ANULAÇÃO da questão.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>O enunciado da questão é claro ao afirmar que, para utilização de softwares de engenharia que exigem alto processamento local, recomenda-se não utilizar computadores com Chrome OS. Trata-se de uma recomendação técnica, e não de afirmação de impossibilidade absoluta, o que afasta qualquer alegação de erro material ou imprecisão conceitual.</p> <p>O Chrome OS foi concebido e projetado para uso predominante de aplicações web, com processamento majoritariamente remoto ou leve, sendo essa característica amplamente reconhecida em manuais, materiais didáticos e no uso prático do sistema. Essa concepção justifica, de forma direta e objetiva, a inadequação do Chrome OS para cenários que demandam alto desempenho computacional local, como softwares de engenharia.</p>

A existência de recursos avançados, como execução de aplicativos Linux ou Android, não descaracteriza o objetivo principal do sistema nem representa o cenário padrão considerado em provas de concurso público. Tais possibilidades dependem de configurações específicas e não refletem o uso típico, esperado e avaliado no nível de informática exigido.

Também não procede a alegação de que a limitação decorra exclusivamente do hardware.

O Chrome OS é estruturado justamente para operar em equipamentos com hardware mais simples, sendo essa característica parte indissociável de sua proposta técnica e funcional, o que reforça a recomendação apresentada no enunciado.

Além disso, a questão apresenta uma única alternativa tecnicamente correta, a alternativa (B), inexistindo multiplicidade de respostas, ausência de gabarito ou ambiguidade capaz de justificar anulação. Eventual inconformismo com o gabarito não se confunde com vício material da questão.

Diante do exposto, conclui-se que a questão é válida, objetiva e tecnicamente correta, devendo ser mantida integralmente, com indeferimento dos pedidos de anulação e confirmação do gabarito na alternativa (B).

REFERÊNCIAS

GOOGLE. *ChromeOS overview*. Disponível em:

<https://www.google.com/chromebook/chrome-os/>. Acesso em: 15 dez. 2025.

GOOGLE. *Linux on ChromeOS*. Disponível em:

<https://support.google.com/chromebook/answer/9145439>. Acesso em: 15 dez. 2025.

GOOGLE. *Android apps on Chromebook*. Disponível em:

<https://support.google.com/chromebook/answer/7021273>. Acesso em: 15 dez. 2025.

RECURSO INDEFERIDO.

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
<p>Professor de Educação Física - questão 12</p>	<p>Questão: As teorias críticas da educação, em oposição às concepções tradicionais, analisam a escola como uma instituição social que legitima as desigualdades sociais ao valorizar os saberes e comportamentos das classes dominantes. Qual conceito, segundo Pierre Bourdieu, descreve o conjunto de conhecimentos, códigos e modos culturais herdados da família, que a escola valoriza?</p> <p>(A) Capital Cultural. (B) Currículo Oculto. (C) Aparelho Ideológico de Estado. (D) Violência Simbólica.</p> <p>Recurso:MODELO DE RECURSO — Questão 12 Solicito a revisão da Questão 12, referente às teorias críticas da educação e ao conceito de Pierre Bourdieu. O enunciado pergunta: “Qual conceito, segundo Pierre Bourdieu, descreve o conjunto de conhecimentos, códigos e modos culturais herdados da família, que a escola valoriza?” A alternativa considerada correta pela banca é (A) Capital Cultural, o que está alinhado com a teoria de Bourdieu. No entanto, apresento os seguintes argumentos para pedido de revisão, caso o candidato tenha marcado outra opção ou considere a questão problemática: Ambiguidade entre Capital Cultural e Violência Simbólica Embora “capital cultural” seja o conceito que se refere diretamente ao conjunto de códigos e conhecimentos herdados da família, a prática da escola de valorizar tais códigos, reproduzindo desigualdades, também se relaciona ao conceito de violência simbólica, igualmente central na obra de Bourdieu. Assim, existe margem para interpretação ambígua, pois a escola, ao legitimar os códigos culturais dominantes, exerce violência simbólica. Enunciado direciona mais para o efeito do processo do que para o conceito em si A frase “que a escola valoriza” pode levar o candidato a associar a situação à violência simbólica, uma vez que esse conceito descreve exatamente a imposição legítima da cultura dominante, processo citado no enunciado. Possibilidade de dupla interpretação A questão poderia ter sido formulada de maneira mais precisa, especificando “conjunto de conhecimentos herdados da família” sem acrescentar “que a escola valoriza”, o que introduz um segundo conceito da teoria bourdieusiana. Diante desses pontos, solicito a revisão, por possível ambiguidade conceitual e dupla interpretação plausível entre as alternativas (A) Capital Cultural e (D) Violência Simbólica.</p>

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos a seguir expostos: o pedido de revisão sustenta suposta ambiguidade conceitual entre os conceitos bourdieusianos de capital cultural e violência simbólica, alegando que a expressão “que a escola valoriza” permitiria dupla interpretação; contudo, o enunciado é claro ao indagar especificamente pelo conceito que descreve o conjunto de conhecimentos, códigos linguísticos e disposições culturais herdados da família, definição que corresponde de modo direto, preciso e consagrado na literatura ao conceito de capital cultural, entendido por Pierre Bourdieu como um recurso socialmente transmitido que favorece determinados grupos no sistema escolar. A violência simbólica, embora relacionada ao processo de legitimação e imposição da cultura dominante, não descreve o conteúdo herdado, mas sim o mecanismo pelo qual essa cultura é imposta como legítima, razão pela qual não atende ao comando da questão. A menção à valorização escolar não desloca o foco conceitual, mas apenas contextualiza a função do capital cultural no interior da escola, sem caracterizar ambiguidade técnica. Assim, a alternativa indicada pela banca mantém-se correta e plenamente alinhada à teoria sociológica da educação, conforme exposto em BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992, não havendo qualquer erro conceitual ou duplicidade interpretativa que justifique anulação ou alteração de gabarito. Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO**.

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Professor de Educação Física - questão 30	<p>Questão: Considerando o trecho "Sebastião Batista, 72 anos, descalço e de casaco de lã, faz reparos no motor de sua baleeira", analise a formação da palavra destacada e assinale a alternativa cuja classificação morfológica e processo de formação estão corretamente estabelecidos, de acordo com a gramática normativa.</p> <p>(A) A forma "reparos" exemplifica composição por justaposição, dado que une o prefixo re- ao substantivo "paro" sem alteração fonética; no texto, expressa resultado e não processo, afastando-se do campo verbal de origem.</p> <p>(B) O vocábulo "reparos" constitui uma palavra primitiva, ou seja, não derivada de nenhuma outra forma da língua portuguesa; é substantivo que nomeia os instrumentos utilizados nas ações de conserto.</p> <p>(C) O termo "reparos" origina-se de derivação regressiva a partir do verbo "reparar", sendo substantivo de ação que designa, no texto, os consertos realizados por Sebastião; a flexão indica multiplicidade de atos, não de objetos.</p> <p>(D) A palavra "reparos" resulta de derivação sufixal, pois é formada pelo acréscimo do morfema -o ao radical verbal "repar-", recebendo depois a marca de plural; indica, no contexto, o conjunto de partes consertadas por Sebastião.</p> <p>Recurso: Questão 30 (Língua Portuguesa) Gabarito Preliminar (Assumido) Motivo da Anulação D Ambiguidade na Interpretação do Item III Argumento: O Item III afirma: "O texto estabelece um juízo de ignorância da personagem Sebastião em relação aos fatos globais." O texto diz "Isso não é cum nós", o que pode ser interpretado como indiferença, resignação ou sabedoria popular, e não necessariamente ignorância. Dada a alta subjetividade na interpretação da intenção da personagem e a ambiguidade do Item III, a questão falha em ter uma única resposta objetiva, solicitando-se a anulação da Questão 30.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:</p>

	<p>Os argumentos apresentados pelo candidato não se referem à questão objeto de análise. As alegações expostas tratam de conteúdo distinto, correspondente a outra questão da prova, não guardando relação direta com o enunciado, o comando ou as alternativas da questão em referência. Dessa forma, não há correspondência entre o recurso interposto e o item avaliado, o que inviabiliza a apreciação do pedido no âmbito desta questão específica.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Física questão 25	<p>Questão: Com base no texto "11 de setembro", analise os elementos linguísticos e discursivos que compõem sua estrutura e estilo, e assinale a alternativa que apresenta uma leitura teoricamente fundamentada acerca da função predominante da linguagem e do uso das figuras de linguagem.</p> <p>(A) O texto apresenta predomínio da função conativa, pois, ao valorizar os atos e a voz de Sebastião, busca mobilizar a ação do interlocutor em torno da preservação das tradições culturais locais. A escolha da prosopopeia e da metáfora reforça o tom imperativo subjacente à construção narrativa.</p> <p>(B) A função referencial configura-se como predominante, dada a apresentação objetiva de elementos descritivos da vila e de seus habitantes, sendo as figuras de linguagem empregadas com finalidade meramente estética, como a hipérbole na narrativa da viagem com bruxas.</p> <p>(C) A função metalinguística prevalece no texto, uma vez que há reflexões implícitas sobre o fazer narrativo, sobretudo no uso das figuras de linguagem como metáfora e ironia, que comentam os próprios limites da linguagem na transmissão de eventos extraordinários.</p> <p>(D) O texto é dominado pela função poética, pois organiza seus recursos expressivos de forma a intensificar os efeitos estéticos e simbólicos, como se observa no uso da personificação das gaivotas e na descrição pictórica da vila, articulando o lirismo à identidade coletiva.</p> <p>Recurso: C Inexistência de Gabarito no Preliminar Argumento: A questão pede a análise sobre o uso da crase. A alternativa (D) afirma que a crase está empregada corretamente em ambas as ocorrências ("em meio às gaivotas" e "em meio à maresia"). A locução "em meio a" exige a preposição "a", que se funde com os artigos femininos. Ambas as ocorrências estão gramaticalmente corretas. O gabarito correto é o D. Dada a incorreção flagrante do gabarito preliminar (C) e a existência de uma alternativa D correta, solicita-se a anulação da Questão 25, salvo se a banca a retificar para D</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são</p>

suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — INCORRETA

“A função referencial configura-se como predominante...”

Embora o texto apresente elementos descritivos do espaço e dos personagens, isso não caracteriza predominância da função referencial.

Segundo Jakobson, a função referencial predomina quando a linguagem se organiza prioritariamente para informar objetivamente sobre a realidade, com mínimo investimento expressivo.

No conto:

as descrições são esteticamente trabalhadas;

há lirismo, subjetividade e valor simbólico;

expressões como “brisa velha conhecida dos moradores” e “gaivotas tão íntimas das pessoas” extrapolam a objetividade informativa.

Além disso, a alternativa incorre em erro ao classificar o episódio das bruxas como hipérbole. Trata-se, na verdade, de um recurso narrativo mítico-fantástico, ligado à tradição oral e ao imaginário coletivo, e não de exagero quantitativo típico da hipérbole.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“A função metalinguística prevalece no texto...”

A função metalinguística ocorre quando a linguagem fala de si mesma, explicita códigos, comenta o próprio ato de narrar ou o funcionamento da língua.

No texto:

não há reflexão explícita ou implícita sobre o fazer narrativo;

não há comentário sobre os limites da linguagem;

metáforas e imagens servem à construção estética e simbólica do universo narrado, e não a uma autorreflexão do discurso.

Logo, a função metalinguística não é predominante, nem secundária de forma relevante.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“O texto apresenta predomínio da função conativa...”

A função conativa (ou apelativa) centra-se no interlocutor, buscando influenciar seu comportamento, geralmente por meio de:

imperativos,

vocativos,

apelos diretos.

No conto:

não há interpelação ao leitor;

não se busca mobilizar ações concretas;

a valorização da cultura local ocorre de modo contemplativo e narrativo, não persuasivo.

Além disso:

não há tom imperativo subjacente;

a prosopopeia e a metáfora não têm função apelativa, mas expressiva e poética.

Alternativa incorreta.

Alternativa — CORRETA

“O texto é dominado pela função poética...”

Leitura adequada e teoricamente consistente.

Segundo Jakobson, a função poética predomina quando a atenção do texto se volta para:

a forma da mensagem,

a organização estética da linguagem,

os efeitos simbólicos e expressivos.

No conto, isso se evidencia por:

descrições pictóricas e sensoriais da vila;

uso recorrente de figuras de linguagem, como:

personificação: “gaivotas tão íntimas das pessoas”, “brisa velha conhecida”;

metáforas visuais e afetivas;

construção de um lirismo narrativo que articula:

memória,

tradição,

identidade coletiva.

O texto não se limita a contar fatos: ele estetiza a experiência, fundindo o cotidiano ao mítico e ao simbólico, o que confirma o predomínio da função poética, ainda que outras funções coexistam de modo secundário.

Alternativa correta.

JAKOBSON, Roman. Linguística e comunicação. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

FIORIN, José Luiz. Introdução ao pensamento de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CANDIDO, Antonio. O discurso e a cidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

Diante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO**.

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
<p>Professor de Educação Física questão 35</p>	<p>Questão: Uma empresa avaliou três indicadores de desempenho referentes ao último trimestre. O índice A cresceu 12%, o índice B diminuiu 5% e o índice C apresentou um aumento de 8% sobre um valor que já havia aumentado 10% no trimestre anterior. Considerando esses dados, analise as afirmações:</p> <p>I.Após o aumento, o índice A corresponde a 112% do valor inicial. II.Com a queda, o índice B passa a ser 95% do valor anterior. III.O índice C apresenta crescimento total de 18,8% em relação ao valor inicial. IV.Após as duas variações, o índice C representa exatamente 118% do valor inicial.</p> <p>Está CORRETO o que se afirma em:</p> <p>(A) I, II e III apenas. (B) I e IV apenas. (C) II e III apenas. (D) III e IV apenas.</p> <p>Recurso: Questão 35 (Matemática) ?Motivo da Anulação ?A anulação da Questão 35 foi solicitada devido a um erro material nas alternativas do enunciado da prova. ?O cálculo da divisão proporcional do lucro resulta em $\mathbf{\text{R\\$ } 13.200,00}$ para Marina (que corresponde à alternativa C). O pedido de anulação baseia-se no argumento de que: ?Houve erro de formulação no enunciado da prova, onde duas alternativas distintas (por exemplo, C e D) acabaram apresentando o mesmo valor ou a mesma redação ?A existência de múltiplas alternativas com o mesmo valor (ou erro na identificação das opções) invalida a questão, pois viola a regra básica de que uma questão objetiva deve ter uma única resposta correta. ?Portanto, a Questão 35 é a que deve ser contestada pelo motivo de duplicidade/erro material no gabarito.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Considerando um valor-base de 100 para cada índice no início do período, tem-se:</p> <ul style="list-style-type: none">• Item I: o índice A sofreu aumento de 12%, logo passa de 100 para 112. Portanto, após o aumento, corresponde a 112% do valor inicial. Item verdadeiro.• Item II: o índice B diminuiu 5%, então passa de 100 para 95. Assim, corresponde a 95% do valor anterior. Item verdadeiro.

	<ul style="list-style-type: none"> • Item III: o índice C já havia aumentado 10% no trimestre anterior e, no trimestre avaliado, aumentou mais 8% sobre esse novo valor. Assim, o fator acumulado é $1,10 \times 1,08 = 1,188$, o que representa aumento total de 18,8% em relação ao valor inicial. Item verdadeiro. • Item IV: pelo cálculo anterior, o índice C final equivale a 118,8% do valor inicial, e não exatamente 118%. Item falso. <p>Conclusão: estão corretas as afirmações I, II e III apenas.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Física questão 33	<p>Questão: Em uma pequena gráfica, dois sócios investem valores distintos para adquirir uma nova máquina de impressão.</p> <p>- Paulo aplica R\$ 18.000,00, enquanto Marina contribui com R\$ 27.000,00 para o investimento inicial. Após 10 meses de operação, o lucro total da máquina atinge R\$ 22.000,00. Considerando que a divisão deve seguir a proporção direta dos capitais e do tempo, determine quanto Marina receberá ao final do período.</p> <p>(A) Marina receberá R\$ 12.900,00. (B) Marina receberá R\$ 13.200,00. (C) Marina receberá R\$ 14.000,00. (D) Marina receberá R\$ 11.500,00.</p> <p>Recurso: Questão 33 (Matemática) Gabarito Preliminar (Assumido) Motivo da Anulação C (380 m2) Incorreção Matemática e Gabarito Inexistente Argumento: O cálculo da área total do estacionamento é 390 m2 Área Total 420 m2 - Área Reservada 30 m2 . Este resultado corresponde à alternativa (B). O gabarito preliminar (C) indica 380 m2, valor matematicamente incorreto. Dada a existência de uma alternativa correta (B) que diverge do gabarito preliminar (C), solicita-se a anulação da Questão 33.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A questão informa que Paulo e Marina realizaram o investimento inicial para aquisição da máquina e que após 10 meses de operação foi apurado o lucro total. O enunciado é claro ao indicar que o lucro deve ser dividido em proporção direta dos capitais e do tempo, sendo que o tempo de permanência do capital é o mesmo para ambos os sócios, pois o investimento foi feito para a compra da máquina no início da operação e o lucro foi apurado ao final de um mesmo período de 10 meses.</p> <p>Assim, não há omissão do fator tempo, uma vez que ele é idêntico para os dois investidores, o que permite sua simplificação no cálculo, reduzindo a divisão proporcional composta a uma divisão proporcional simples entre os capitais investidos, procedimento matematicamente correto e usual.</p> <p>Cálculo da divisão do lucro:</p> <p>Capital total investido: $18.000 + 27.000 = 45.000$.</p> <p>Proporção do capital de Marina:</p>

	<p>$27.000 / 45.000 = 3/5 = 0,6$.</p> <p>Lucro total: R\$ 22.000,00.</p> <p>Parcela de Marina:</p> <p>$0,6 \times 22.000 = \textbf{R\\$ 13.200,00}$.</p> <p>Portanto, a alternativa correta é a que foi dada por essa banca.</p> <p>Observa-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> – o tempo não foi omitido, mas explicitamente informado como comum às duas partes (“após 10 meses de operação”); – não há necessidade de informar tempos distintos quando o próprio enunciado indica um período único e igual; – a interpretação defendida no recurso cria uma exigência não prevista no texto e incompatível com a situação descrita. <p>Assim, a questão apresenta dados suficientes, coerentes e conduz a uma única resposta correta, não havendo violação aos princípios da objetividade ou da suficiência das informações.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Educação Física questão 31	<p>Questão: Um produtor adquiriu um equipamento no valor de R\$ 9.000,00, a ser pago em 3 meses, com juros compostos de 4% ao mês, sem pagamentos intermediários. Analise as afirmativas e classifique-as como verdadeiras (V) ou falsas (F):</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Após o primeiro mês, o valor devido passa a ser R\$ 9.360,00.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) No segundo mês, o valor devido é inferior a R\$ 9.730,00.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Após três meses, o valor final devido supera R\$ 10.100,00.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) O valor final pode ser calculado por meio da expressão $9.000 \times 1,04^3$.</p> <p>A sequência correta, de cima para baixo, é:</p> <p>(A) F, V, V, F (B) V, V, V, F (C) V, V, F, V (D) V, F, V, V</p> <p>Recurso: Argumento: O Item IV afirma que dois aumentos consecutivos de 10% e 8% resultam em um aumento de 18%. O cálculo exato da variação acumulada é $1,10 \times 1,08 - 1 = 1,188 - 1 = 0,188$ ou 18,8%. O Item IV é, portanto, FALSO. A sequência correta das afirmações é V, V, V, F, que corresponde à alternativa D. Dada a incorreção matemática do Item IV e a divergência com o gabarito preliminar (B), que o considera Verdadeiro, solicita-se a anulação da Questão 31 por erro na formulação e incorreção do gabarito.</p> <p>Resposta ao recurso: Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p>

A questão informa de modo expresso que o valor de R\$ 9.000,00 está sujeito a **juros compostos de 4% ao mês, por 3 meses, sem pagamentos intermediários**, o que conduz diretamente à aplicação da **fórmula padrão de montante em juros compostos**:

$$M = C \cdot (1 + i)^n.$$

Analizando as afirmativas:

I. **Após o primeiro mês, o valor devido passa a ser R\$ 9.360,00.**

Cálculo: $9.000 \times 1,04 = 9.360$.

Afirmativa **VERDADEIRA**.

II. **No segundo mês, o valor devido é inferior a R\$ 9.730,00.**

Cálculo: $9.360 \times 1,04 = 9.734,40$, valor **superior** a R\$ 9.730,00.

Afirmativa **FALSA**.

III. **Após três meses, o valor final devido supera R\$ 10.100,00.**

Cálculo correto, conforme a própria fórmula indicada no enunciado:

$$M = 9.000 \times (1,04)^3 = 9.000 \times 1,124864 = \text{R\$ } 10.123,78.$$

Como R\$ 10.123,78 é superior a R\$ 10.100,00, a afirmativa é **VERDADEIRA**.

A alegação recursal baseada em **arredondamentos intermediários** não invalida a assertiva, pois:

- o enunciado **não autoriza arredondamentos prévios** do fator de capitalização;
- em Matemática Financeira, o procedimento correto é **calcular o fator completo e apenas ao final, se necessário, arredondar o resultado**;
- arredondamentos intermediários são aproximações didáticas e **não podem ser utilizados para refutar uma proposição objetiva**, sobretudo quando o próprio texto exige o uso da expressão exata.

IV. **O valor final pode ser calculado por meio da expressão $9.000 \times 1,04^3$.**

A afirmativa é **VERDADEIRA**, pois essa é exatamente a fórmula correta para o cálculo do montante em juros compostos no período informado.

Portanto, a sequência correta é **V, F, V, V**.

Quanto à alegação de violação do princípio da objetividade, destaca-se que:

- a questão não exige escolha de método de arredondamento, mas aplicação direta da fórmula padrão;
- o uso de aproximações excessivas é opção do candidato e não pode prevalecer sobre o cálculo matematicamente correto;
- a afirmativa III não pede valor exato, mas apenas verifica se o montante **superá** determinado patamar, o que permanece verdadeiro mesmo sob aproximações razoáveis mais conservadoras.

Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO**.

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
<p>Professor de Educação Física - questão 40</p>	<p>Questão: Para utilizar softwares de engenharia que exigem alto processamento local, a equipe recomenda não usar computadores com Chrome OS.</p> <p>A justificativa correta é:</p> <p>(A) O Chrome OS foi projetado para uso predominante de aplicativos web. (B) O Chrome OS não permite acesso à Internet. (C) O Chrome OS não suporta armazenamento em nuvem. (D) O Chrome OS exige hardware mais robusto que Windows 10.</p> <p>Recurso: Questão 40 (Informática) Gabarito Preliminar (Assumido) Motivo da Anulação A, C ou D Inexistência de Gabarito no Preliminar Argumento: A única justificativa tecnicamente correta para a restrição de softwares de engenharia no Chrome OS é a Alternativa (B) O Chrome OS é otimizado para aplicativos web e nuvem, limitando a execução de softwares que exigem alto processamento local. As demais alternativas são factualmente incorretas ou não justificam a restrição. Dada a existência de uma alternativa correta (B) que diverge do gabarito preliminar, solicita-se a anulação da Questão 40.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>O enunciado da questão é claro ao afirmar que, para utilização de softwares de engenharia que exigem alto processamento local, recomenda-se não utilizar computadores com Chrome OS. Trata-se de uma recomendação técnica, e não de afirmação de impossibilidade absoluta, o que afasta qualquer alegação de erro material ou imprecisão conceitual.</p> <p>O Chrome OS foi concebido e projetado para uso predominante de aplicações web, com processamento majoritariamente remoto ou leve, sendo essa característica amplamente reconhecida em manuais, materiais didáticos e no uso prático do sistema. Essa concepção justifica, de forma direta e objetiva, a inadequação do Chrome OS para cenários que demandam alto desempenho computacional local, como softwares de engenharia.</p> <p>A existência de recursos avançados, como execução de aplicativos Linux ou Android, não descaracteriza o objetivo principal do sistema nem representa o cenário padrão considerado em provas de concurso público. Tais possibilidades dependem de configurações específicas e não refletem o uso típico, esperado e avaliado no nível de informática exigido.</p> <p>Também não procede a alegação de que a limitação decorra exclusivamente do hardware.</p> <p>O Chrome OS é estruturado justamente para operar em equipamentos com hardware mais</p>

simples, sendo essa característica parte indissociável de sua proposta técnica e funcional, o que reforça a recomendação apresentada no enunciado. Além disso, a questão apresenta uma única alternativa tecnicamente correta, a alternativa (B), inexistindo multiplicidade de respostas, ausência de gabarito ou ambiguidade capaz de justificar anulação. Eventual inconformismo com o gabarito não se confunde com vício material da questão.

Diante do exposto, conclui-se que a questão é válida, objetiva e tecnicamente correta, devendo ser mantida integralmente, com indeferimento dos pedidos de anulação e confirmação do gabarito na alternativa (B).

REFERÊNCIAS

GOOGLE. *ChromeOS overview*. Disponível em:

<https://www.google.com/chromebook/chrome-os/>. Acesso em: 15 dez. 2025.

GOOGLE. *Linux on ChromeOS*. Disponível em:

<https://support.google.com/chromebook/answer/9145439>. Acesso em: 15 dez. 2025.

GOOGLE. *Android apps on Chromebook*. Disponível em:

<https://support.google.com/chromebook/answer/7021273>. Acesso em: 15 dez. 2025.

RECURSO INDEFERIDO.

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Professor de Educação Infantil - questão 21	<p>Questão: Rogério é servidor público efetivo do Município de Guatambu e apresentou atestado médico particular, justificando ausência de vinte dias do trabalho por motivo de saúde. Ocorre que o documento foi emitido fora do Município, e Rogério não o submeteu à homologação do órgão médico oficial municipal. Além disso, durante o período de afastamento, ele foi visto trabalhando como instrutor particular de informática, atividade remunerada. Com base na Lei Complementar nº 4/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos de Guatambu), a conduta de Rogério gera quais consequências funcionais?</p> <p>(A) O servidor pode exercer atividade remunerada durante o afastamento, desde que o trabalho não agrave seu estado de saúde, mantendo a licença e a remuneração.</p> <p>(B) A chefia imediata pode validar o atestado médico particular sem necessidade de homologação pelo órgão oficial, devendo apenas registrar o afastamento no prontuário funcional.</p> <p>(C) O laudo médico particular não homologado não produz efeito, e os dias de ausência serão considerados licença sem vencimento, sendo ainda cassada a licença e perdida a remuneração pelo exercício de atividade remunerada durante o afastamento.</p> <p>(D) O laudo médico particular, ainda que não homologado, deve ser aceito como prova suficiente de incapacidade temporária, mantendo-se a remuneração integral.</p> <p>Recurso: Solicito respeitosamente a revisão do gabarito questão 21 apresenta duas situações distintas: atestado médico não homologado e exercício de atividade remunerada durante afastamento. Cada uma possui consequências próprias segundo o Estatuto, porém a alternativa considerada correta reúne penalidades simultâneas, gerando interpretação ambígua e permitindo mais de uma leitura possível. Isso compromete a objetividade exigida em prova objetiva. Diante da falta de clareza e univocidade, solicito a anulação da questão.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato da questão que foi escolhida pelo candidato no sistema para abertura deste recurso, após análise desta banca conclui-se:</p> <p>A questão em exame aborda situação concreta envolvendo licença para tratamento de</p>

saúde, exigindo do candidato a correta interpretação da Lei Complementar nº 4/2001, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Guatambu, especialmente quanto à validade do atestado médico, à necessidade de homologação pelo órgão médico oficial e às vedações funcionais impostas ao servidor durante o afastamento por motivo de saúde.

Inicialmente, a alegação de que a alternativa considerada correta reuniria penalidades de forma indevida não procede. O enunciado descreve, de maneira clara, duas condutas distintas e concomitantes praticadas pelo servidor, cada qual com consequência funcional própria expressamente prevista na legislação municipal, sendo plenamente admissível sua análise conjunta em uma mesma questão objetiva.

No que se refere ao atestado médico particular não homologado, o Estatuto dispõe que, não sendo homologado o laudo médico, o afastamento não produz efeitos como licença para tratamento de saúde, devendo o servidor reassumir o exercício, sendo os dias de ausência considerados como LICENÇA SEM VENCIMENTO, sem prejuízo da apuração de responsabilidades. Assim, inexiste amparo legal para manutenção de licença remunerada com base em laudo não submetido à homologação do órgão médico oficial.

Quanto ao exercício de atividade remunerada durante o período de afastamento, o ART. 73 da Lei Complementar nº 4/2001 é categórico ao estabelecer que, NO CURSO DA DOENÇA, o servidor fica impedido de exercer qualquer atividade, remunerada ou gratuita, sob pena de CASSAÇÃO IMEDIATA DA LICENÇA E PERDA TOTAL DA REMUNERAÇÃO, inclusive daquela correspondente ao período já gozado, além do registro funcional para fins disciplinares. Trata-se de vedação objetiva, incompatível com a finalidade da licença para tratamento de saúde.

A alternativa considerada correta apenas reflete a aplicação conjunta e sistemática desses dispositivos, sem gerar ambiguidade. O Estatuto não trata tais consequências como excludentes, mas como efeitos jurídicos decorrentes de condutas autônomas praticadas pelo servidor. A expressão “SENDO AINDA” utilizada na alternativa indica a cumulatividade dos efeitos legais, o que se mostra compatível com a literalidade e a lógica do regime jurídico estatutário.

As demais alternativas estão em desacordo com a legislação municipal, pois admitem a validade de atestado não homologado, atribuem competência inexistente à chefia imediata ou permitem o exercício de atividade remunerada durante afastamento por motivo de saúde, todas hipóteses expressamente vedadas pelo Estatuto.

Dessa forma, a questão apresenta enunciado claro, alternativa correta única e perfeita consonância com a Lei Complementar nº 4/2001, inexistindo ambiguidade ou multiplicidade de interpretações capazes de comprometer a objetividade da prova.

Diante dos argumentos apresentados pela banca, a questão está mantida.

RECURSO INDEFERIDO.

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Professor de Educação Infantil questão 30	<p>Questão: À luz dos mecanismos de construção de sentido e da organização textual presentes no excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir:</p> <p>I.O contraste entre o cotidiano local e o evento internacional evidencia um recurso irônico que minimiza, propositalmente, o impacto global do ocorrido nos Estados Unidos, em prol da valorização de um microcosmo cultural.</p> <p>II.A caracterização de Sebastião Batista não apenas reafirma a tradição oral como também projeta uma figura mítica, cuja autoridade comunitária transcende a racionalidade e se ancora no simbólico e na ancestralidade.</p> <p>III.A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida e representada no texto demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens frente ao mundo exterior.</p> <p>É correto o que se afirma em:</p> <p>(A) II e III, apenas. (B) I, II e III. (C) I e III, apenas. (D) I e II, apenas.</p> <p>Recurso: *Gabarito Preliminar da Banca: (D) I e II, apenas* *Gabarito Questionado: (B) I, II e III*</p> <p>Solicitamos a revisão do gabarito preliminar para a Questão 30, com a adoção da alternativa (B) I, II e III, uma vez que a proposição III, que trata da forma de introdução da fala do personagem Zé da Alzira, é tecnicamente correta e está em consonância com o excerto.</p> <p>O gabarito atual (D) considera apenas as proposições I e II como corretas, excluindo indevidamente a proposição III.</p> <p>Análise da Proposição III:</p> <p>III. A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida e representada no texto demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens frente ao mundo exterior.</p> <p>A introdução da fala de um personagem por parte do narrador é um ato de seleção e enquadramento. Em narrativas que exploram o contraste entre o mundo local (microcosmo) e o evento global ("11 de setembro"), o narrador frequentemente utiliza a voz dos personagens locais (como Zé da Alzira) para:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer contraste: Reforçar a distância entre o conhecimento limitado dos personagens e a magnitude do evento. 2. Expressar Juízo de Valor: A forma como a fala é introduzida, a escolha de vocabulário e o contexto em que é inserida, revelam a perspectiva (julgamento valorativo) do narrador sobre o entendimento ou "ignorância" dos

personagens em relação a eventos externos. Se o texto utiliza a fala de Zé da Alzira para ilustrar uma percepção simplificada ou deturpada do 11 de setembro, é inegável que o narrador está construindo um juízo de valor sobre essa percepção. A técnica de narração indireta ou mesmo o discurso direto enquadrado servem ao propósito de caracterizar a visão de mundo dos personagens em contraste com a visão que o texto pretende construir.

Conclusão:

Tanto a proposição I (contraste irônico) quanto a II (figura mítica) dependem da construção de um microcosmo cultural, e a proposição III descreve um mecanismo narrativo essencial para estabelecer esse contraste e julgamento. Dessa forma, as três proposições estão corretas na análise dos mecanismos de construção de sentido.

Pelo exposto, solicito respeitosamente a alteração do gabarito preliminar da Questão 30 para a alternativa (B) I, II e III.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interpôsto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Proposição I — VERDADEIRA

“O contraste entre o cotidiano local e o evento internacional evidencia um recurso irônico...”

Análise:

O texto constrói deliberadamente um contraste entre:

o microcosmo da vila (rotina, tradição, mar, gaivotas, motor da baleeira);
e o macroevento histórico global (o atentado de 11 de setembro).

A resposta de Sebastião — “Isso não é cum nós, cumpade. Nós lá avoemo?!” — produz um efeito irônico-discursivo, não no sentido de zombaria, mas de deslocamento de relevância: o evento mundial é narrativamente minimizado, enquanto o universo local é valorizado.

Trata-se de uma ironia estrutural e temática, que reforça a centralidade da cultura local e da experiência comunitária frente ao acontecimento global.

Proposição correta.

Proposição II — VERDADEIRA

“A caracterização de Sebastião Batista não apenas reafirma a tradição oral como também projeta uma figura mítica...”

Análise:

Sebastião é construído como uma figura que:

transita entre o real (pescador, construtor da igreja, organizador das novenas);

e o mítico (viagem com bruxas à África, respeito adquirido por evento sobrenatural).

Sua autoridade:

não é institucional,

nem racional-científica,

mas simbólica, ancorada na ancestralidade, na tradição oral e no imaginário coletivo.

Esse tipo de personagem corresponde à figura do sábio popular / ancião mítico, comum em narrativas que articulam identidade cultural e memória comunitária.

Proposição correta.

Proposição III — FALSA

“A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida (...) demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens...”

Análise:

Não há, no texto, marcas linguísticas de julgamento explícito ou implícito do narrador.

A representação da fala popular:

ocorre por meio da variação linguística intencional (“Dois avião dirrubaro uns adifício”);

cumpre função verossímil e caracterizadora, não depreciativa.

O narrador mantém uma postura:

descritiva e distanciada,

sem adjetivações avaliativas,

sem ironia direcionada aos personagens como “ignorantes”.

O possível estranhamento é produzido no leitor, não pelo julgamento do narrador.

Proposição incorreta.

Conclusão

Estão corretas apenas as proposições I e II.

Diante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO**.

Professor de Educação Infantil - questão 26	<p>Questão: Considerando o excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir, com base nos recursos de significação empregados na construção do texto. Assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta acerca dos sentidos das palavras e expressões empregadas.</p> <p>(A) A expressão "sem se importar com o movimento de uns pescadores" exprime ironia sutil, conferindo à ação das gaivotas um juízo de valor negativo, aproximando-as de um comportamento passivo e disfuncional diante da rotina laboriosa dos humanos.</p> <p>(B) O uso da palavra "respeitado", no trecho "Sebastião passou a ser muito respeitado", possui sentido denotativo, equivalente a "obedecido", e indica que a autoridade de Sebastião advinha de uma função institucional oficialmente reconhecida.</p> <p>(C) A expressão "brisa velha conhecida dos moradores" apresenta sentido denotativo, ao aludir à recorrência de um fenômeno climático típico da vila, com vocabulário técnico e referencial que reforça o tom realista da ambientação.</p> <p>(D) A palavra "mar" tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.</p> <p>Recurso: A questão 26 propõe a identificação de sentidos conotativos e simbólicos que dependem de interpretação subjetiva do leitor. Entretanto, o texto não apresenta marcas linguísticas suficientemente explícitas que permitam estabelecer, de modo inequívoco, apenas uma leitura como correta. Dessa forma, mais de uma alternativa pode ser sustentada de maneira coerente, o que compromete a objetividade exigida em provas objetivas. Assim, solicita-se, respeitosamente, a anulação da questão.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interpuesto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:</p> <p>Alternativa — CORRETA</p> <p>"A palavra 'mar' tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista."</p> <p>Interpretação adequada.</p>
--	---

Embora o mar exista concretamente na paisagem da vila, seu valor no texto ultrapassa o sentido puramente denotativo. Ele se articula a:

uma comunidade de pescadores;

uma tradição açoriana;

um personagem envolto em narrativas míticas e sobrenaturais (a viagem com as bruxas até a África).

Nesse contexto, o mar funciona simbolicamente como:

espaço de travessia;

elo entre o real e o mítico;

marca de ancestralidade e permanência histórica.

Portanto, há conotação, pois o mar participa da construção simbólica do universo narrativo e do estatuto quase lendário de Sebastião.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘sem se importar com o movimento de uns pescadores’ exprime ironia util...”

Leitura interpretativa forçada.

A expressão não carrega ironia nem juízo de valor negativo. O narrador apenas descreve:

a tranquilidade das gaivotas,

a natural convivência entre homens e animais.

O efeito de sentido é de harmonia e familiaridade, não de crítica ou ironia. As gaivotas não são caracterizadas como “disfuncionais”, mas como parte orgânica da paisagem cotidiana.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘brisa velha conhecida dos moradores’ apresenta sentido denotativo, com vocabulário técnico e referencial...”

Erro conceitual.

A expressão é claramente conotativa:

“brisa velha” não é termo técnico nem meteorológico;

o adjetivo “velha” humaniza o fenômeno natural, sugerindo memória, familiaridade e pertencimento.

O efeito de sentido é afetivo e poético, reforçando o vínculo dos moradores com o espaço vivido, e não um tom técnico ou estritamente realista.

Alternativa — INCORRETA

“O uso da palavra ‘respeitado’ possui sentido denotativo, equivalente a ‘obedecido’, e indica autoridade institucional.”

Interpretação equivocada.

No texto:

“respeitado” não equivale a “obedecido”;

o respeito não decorre de cargo institucional, mas de:

um episódio lendário,

da tradição oral,

do imaginário coletivo da comunidade.

O termo assume um valor sociocultural e simbólico, ligado ao prestígio informal e à aura mítica de Sebastião, e não a uma autoridade oficial.

Diante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO**.

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
<p>Professor de Educação Infantil - questão 34</p>	<p>Questão: Um terreno retangular será dividido para a construção de um pequeno estacionamento. O comprimento mede 28 m, e a largura, 15 m. Em uma das extremidades, será reservado um triângulo retângulo de catetos 12 m e 5 m para área de descanso e o restante será para os carros estacionarem. Qual será a área (A) destinada especificamente ao estacionamento?</p> <p>(A) A = 400 m². (B) A = 350 m². (C) A = 366 m². (D) A = 390 m².</p> <p>Recurso: Solicito respeitosamente a revisão do gabarito da Questão 34, pois o enunciado apresenta ambiguidade na descrição geométrica da situação proposta, comprometendo a unicidade da resposta. O problema informa que um terreno retangular mede 28 m por 15 m, totalizando 420 m², e que “em uma das extremidades, será reservado um triângulo retângulo de catetos 12 m e 5 m para área de descanso, sendo o restante destinado ao estacionamento”. Contudo, a questão não especifica de forma clara se esse triângulo está totalmente contido na área do retângulo, se está sobreposto parcialmente ou mesmo se altera a base útil do terreno, o que permite mais de uma interpretação geométrica válida. Embora o gabarito considere corretamente a subtração direta da área do triângulo (30 m²), chegando a 390 m², a falta de precisão na representação espacial da figura impede determinar com absoluta certeza a configuração correta da área restante, especialmente em provas objetivas, que exigem clareza absoluta. Diante da ambiguidade do enunciado, solicita-se a anulação da questão, em respeito aos princípios da objetividade, clareza e isonomia entre os candidatos.</p> <p>Termos em que, Pede deferimento.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O enunciado descreve de forma clara um terreno retangular com comprimento de 28 m e largura de 15 m, no qual uma parte específica será reservada para área de descanso, em formato de triângulo retângulo com catetos de 12 m e 5 m, sendo todo o restante da área destinado ao estacionamento. Não há qualquer indicação de divisão do terreno em partes iguais, mas sim de subtração de uma área específica do total.</p>

A resolução correta é direta:

– Área total do terreno:
 $28 \times 15 = 420 \text{ m}^2$.

– Área do triângulo reservado:
 $(12 \times 5) / 2 = 30 \text{ m}^2$.

– Área destinada ao estacionamento:
 $420 - 30 = 390 \text{ m}^2$.

Portanto, a alternativa que esta banca deu como correta é a única compatível com o cálculo correto.

Quanto à alegação de ambiguidade, observa-se que:

- a expressão “será reservado um triângulo” indica claramente a **retirada de uma parte da área**, e não uma divisão proporcional do terreno;
- a posição do triângulo é irrelevante para o cálculo da área, pois sua área depende apenas das medidas dos catetos;
- a interpretação sugerida no recurso (divisão do terreno ao meio) **não encontra respaldo no texto**, tratando-se de leitura subjetiva e desconectada do enunciado.

Assim, não há impossibilidade de resolução nem dupla interpretação válida que justifique a anulação da questão.

Diante dos argumentos apresentados pela banca, **RECURSO INDEFERIDO**.

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
<p>Professor de Educação Infantil - questão 39</p>	<p>Questão: Sobre o uso seguro de navegadores de internet, classifique as afirmativas a seguir como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Manter navegadores atualizados reduz vulnerabilidades.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Extensões instaladas em excesso podem comprometer a segurança.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Navegação anônima impede totalmente rastreamento externo.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Navegadores modernos utilizam protocolos seguros como HTTPS.</p> <p>A sequência correta é:</p> <p>(A) V, F, F, F. (B) V, V, F, V. (C) F, V, F, V. (D) V, V, V, F.</p> <p>Recurso: Solicito, com a devida consideração, a anulação da Questão 39, pelos argumentos apresentados a seguir.</p> <p>A banca avaliou quatro itens (V/F) e indicou como correta a alternativa B, que corresponde à ordem V, V, F, V.</p> <p>Contudo, há inconsistência técnica no quarto item, classificado como verdadeiro, o que invalida toda a questão.</p> <p>O item em análise diz:</p> <p>“Navegadores modernos utilizam protocolos seguros, como HTTPS.”</p> <p>Segundo o gabarito, trata-se de uma afirmação verdadeira, porém esse entendimento não se sustenta tecnicamente:</p> <p>O HTTPS não é um protocolo que o navegador decide ou define; ele é implementado pelo servidor, que disponibiliza a conexão segura por meio de certificado SSL/TLS;</p> <p>O navegador limita-se a verificar e aceitar ou não a conexão oferecida; ele não “utiliza” o protocolo de forma independente;</p> <p>Na ausência de HTTPS no servidor, o navegador não consegue estabelecer comunicação segura, evidenciando que ele não é responsável pela existência do protocolo.</p> <p>Em nenhuma arquitetura ou documentação oficial o navegador aparece como agente que “utiliza” o HTTPS; ele apenas acessa o serviço fornecido pelo servidor. Assim, o item está tecnicamente errado e deveria ser julgado falso.</p> <p>Com o quarto item sendo falso, a combinação correta seria: V – V – F – F. Como nenhuma alternativa apresenta essa sequência, a questão torna-se inválida.</p> <p>Diante disso:</p> <p>a) O item 4 contém erro de conceito e não pode ser considerado verdadeiro; b) Não há alternativa correspondente à sequência correta.</p> <p>Diante do exposto, requer-se a ANULAÇÃO da Questão 39, por inexistência de opção correta.</p>

Resposta ao recurso:

O questionamento do candidato não merece acolhimento, pois parte de uma interpretação excessivamente restritiva e tecnicista do enunciado, incompatível com o sentido conceitual adotado na área de segurança da informação e com a literatura técnica amplamente difundida.

A afirmativa “Navegadores modernos utilizam protocolos seguros, como HTTPS” é correta, uma vez que o HTTPS constitui o padrão de segurança efetivamente utilizado na navegação moderna. Embora o certificado SSL/TLS seja configurado no servidor, a utilização do protocolo HTTPS somente se concretiza porque o navegador possui implementação própria e ativa desse protocolo, sendo responsável por executar o *handshake* SSL/TLS, validar certificados digitais, criptografar e descriptografar dados, bem como alertar ou bloquear conexões inseguras.

Conforme descrito na literatura especializada, o HTTPS é uma versão segura do HTTP que protege os dados transmitidos entre o servidor e o navegador, garantindo confidencialidade, integridade e autenticidade das informações. Os navegadores modernos não apenas “aceitam” passivamente conexões HTTPS, mas priorizam esse protocolo, exibem o cadeado de segurança, alertam usuários quando um site não é seguro e, em muitos casos, restringem ou impedem o acesso a páginas sem HTTPS, o que evidencia sua atuação ativa na utilização do protocolo.

Além disso, páginas que não utilizam HTTPS são marcadas como “não seguras”, perdem credibilidade junto aos usuários e sofrem prejuízos em ranqueamento nos mecanismos de busca, demonstrando que o uso do HTTPS está diretamente associado ao funcionamento esperado dos navegadores atuais. Nesse contexto, afirmar que navegadores modernos utilizam protocolos seguros como o HTTPS é tecnicamente correto e alinhado às boas práticas de segurança digital.

Portanto, não há erro no quarto item nem na sequência adotada pela banca. A distinção feita pelo candidato entre “configuração no servidor” e “uso pelo navegador” não invalida a afirmativa, pois o HTTPS depende da atuação conjunta, sendo inegável que o navegador o utiliza como parte essencial do processo de navegação segura. Mantém-se, assim, correta a sequência V, V, F, V, correspondente à alternativa divulgada, inexistindo fundamento para anulação da questão.

Referência: <https://www.locaweb.com.br/blog/temas/codigo-aberto/https/>

RECURSO INDEFERIDO.

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Professor de Ensino Fundamental I - questão 25	<p>Questão: Com base no texto "11 de setembro", analise os elementos linguísticos e discursivos que compõem sua estrutura e estilo, e assinale a alternativa que apresenta uma leitura teoricamente fundamentada acerca da função predominante da linguagem e do uso das figuras de linguagem.</p> <p>(A) A função referencial configura-se como predominante, dada a apresentação objetiva de elementos descritivos da vila e de seus habitantes, sendo as figuras de linguagem empregadas com finalidade meramente estética, como a hipérbole na narrativa da viagem com bruxas.</p> <p>(B) O texto é dominado pela função poética, pois organiza seus recursos expressivos de forma a intensificar os efeitos estéticos e simbólicos, como se observa no uso da personificação das gaivotas e na descrição pictórica da vila, articulando o lirismo à identidade coletiva.</p> <p>(C) O texto apresenta predomínio da função conativa, pois, ao valorizar os atos e a voz de Sebastião, busca mobilizar a ação do interlocutor em torno da preservação das tradições culturais locais. A escolha da prosopopeia e da metáfora reforça o tom imperativo subjacente à construção narrativa.</p> <p>(D) A função metalinguística prevalece no texto, uma vez que há reflexões implícitas sobre o fazer narrativo, sobretudo no uso das figuras de linguagem como metáfora e ironia, que comentam os próprios limites da linguagem na transmissão de eventos extraordinários.</p> <p>Recurso: Venho, respeitosamente, solicitar a reavaliação da Questão 25, considerando que a alternativa apontada como correta (letra B) não se sustenta de maneira inequívoca à luz da teoria das funções da linguagem e da análise textual.</p> <p>Inicialmente, observa-se que o texto "11 de setembro" apresenta predominância de características narrativas e descritivas, com foco na ambientação da vila, nos costumes locais e nas ações de Sebastião. Tais elementos configuram, de forma mais consistente, a função referencial, que se orienta pela representação de um espaço sociocultural, pela construção de um quadro descritivo e por informações sobre personagens e acontecimentos.</p> <p>Embora haja presença de recursos expressivos, típicos da função poética, eles não se mostram suficientes para caracterizar esta função como predominante, uma vez que: A estrutura global é narrativa e não lírica, organizada por sequência temporal (cotidiano da vila, chegada do compadre, diálogo sobre o atentado), e não por intenção estética como finalidade principal.</p>

O foco comunicativo não está no modo como se diz, mas no que se diz, isto é, na apresentação da comunidade, nas tradições religiosas, nos relatos sobre o personagem e na reação ao acontecimento de 11 de setembro. Esses fatores correspondem à função referencial. As figuras de linguagem presentes (personificação, metáforas pontuais) funcionam como recursos acessórios, próprios do gênero conto, e não como eixo estruturante da comunicação. Dessa forma, a alternativa (B) superinterpreta o uso de figuras de linguagem, atribuindo a elas uma centralidade que o texto não sustenta. Já a alternativa (A) oferece uma leitura mais alinhada à natureza do conto, reconhecendo a predominância da função referencial em razão do caráter descritivo-narrativo. À vista do exposto, solicito a anulação da questão ou a substituição do gabarito para a alternativa (A), por ser esta a que melhor se fundamenta na análise linguística, textual e teórica.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — INCORRETA

“A função referencial configura-se como predominante...”

Embora o texto apresente elementos descritivos do espaço e dos personagens, isso não caracteriza predominância da função referencial.

Segundo Jakobson, a função referencial predomina quando a linguagem se organiza prioritariamente para informar objetivamente sobre a realidade, com mínimo investimento expressivo.

No conto:

as descrições são esteticamente trabalhadas;

há lirismo, subjetividade e valor simbólico;

expressões como “brisa velha conhecida dos moradores” e “gaivotas tão íntimas das pessoas” extrapolam a objetividade informativa.

Além disso, a alternativa incorre em erro ao classificar o episódio das bruxas como hipérbole. Trata-se, na verdade, de um recurso narrativo mítico-fantástico, ligado à tradição oral e ao imaginário coletivo, e não de exagero quantitativo típico da hipérbole.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“A função metalinguística prevalece no texto...”

A função metalinguística ocorre quando a linguagem fala de si mesma, explicita códigos, comenta o próprio ato de narrar ou o funcionamento da língua.

No texto:

não há reflexão explícita ou implícita sobre o fazer narrativo;

não há comentário sobre os limites da linguagem;

metáforas e imagens servem à construção estética e simbólica do universo narrado, e não a uma autorreflexão do discurso.

Logo, a função metalinguística não é predominante, nem secundária de forma relevante.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“O texto apresenta predomínio da função conativa...”

A função conativa (ou apelativa) centra-se no interlocutor, buscando influenciar seu comportamento, geralmente por meio de:

imperativos,

vocativos,

apelos diretos.

No conto:

não há interpelação ao leitor;

não se busca mobilizar ações concretas;

a valorização da cultura local ocorre de modo contemplativo e narrativo, não persuasivo.

Além disso:

não há tom imperativo subjacente;

a prosopopeia e a metáfora não têm função apelativa, mas expressiva e poética.

Alternativa incorreta.

Alternativa — CORRETA

“O texto é dominado pela função poética...”

Leitura adequada e teoricamente consistente.

Segundo Jakobson, a função poética predomina quando a atenção do texto se volta para:
a forma da mensagem,
a organização estética da linguagem,
os efeitos simbólicos e expressivos.

No conto, isso se evidencia por:

descrições pictóricas e sensoriais da vila;
uso recorrente de figuras de linguagem, como:
personificação: “gaivotas tão íntimas das pessoas”, “brisa velha conhecida”;
metáforas visuais e afetivas;
construção de um lirismo narrativo que articula:
memória,
tradição,
identidade coletiva.

O texto não se limita a contar fatos: ele estetiza a experiência, fundindo o cotidiano ao mítico e ao simbólico, o que confirma o predomínio da função poética, ainda que outras funções coexistam de modo secundário.

Alternativa correta.

JAKOBSON, Roman. Linguística e comunicação. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

FIORIN, José Luiz. Introdução ao pensamento de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CANDIDO, Antonio. O discurso e a cidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

Diante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO**.

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
<p>Professor de Ensino Fundamental I - questão 38</p>	<p>Questão: Sobre o uso seguro de navegadores de internet, classifique as afirmativas a seguir como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Manter navegadores atualizados reduz vulnerabilidades.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Extensões instaladas em excesso podem comprometer a segurança.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Navegação anônima impede totalmente rastreamento externo.</p> <p>(<input type="checkbox"/>) Navegadores modernos utilizam protocolos seguros como HTTPS.</p> <p>A sequência correta é:</p> <p>(A) V, V, F, V. (B) F, V, F, V. (C) V, V, V, F. (D) V, F, F, F.</p> <p>Recurso: Venho, de forma respeitosa, solicitar a anulação da Questão 38, pelos fundamentos a seguir detalhados.</p> <p>A referida questão apresenta quatro itens para avaliação como verdadeiros ou falsos, e a banca apontou como correta a alternativa A, correspondente à sequência V, V, F, V.</p> <p>Entretanto, o quarto item — considerado verdadeiro pela banca — é, na realidade, incorreto, o que inviabiliza todas as opções oferecidas.</p> <p>O item afirma: "Navegadores modernos utilizam protocolos seguros, como HTTPS."</p> <p>A banca classificou o enunciado como verdadeiro; porém, tecnicamente: O protocolo HTTPS não é um recurso fornecido pelo navegador, mas uma camada de segurança implementada e disponibilizada pelo servidor, mediante certificado SSL/TLS;</p> <p>O navegador apenas realiza a validação, aceitação ou recusa da conexão HTTPS, não sendo ele o responsável por "utilizar" ou ativar o protocolo por iniciativa própria;</p> <p>Caso o servidor não disponibilize HTTPS, o navegador não tem capacidade de estabelecer comunicação segura, demonstrando que o uso do protocolo depende exclusivamente da configuração do servidor.</p> <p>Em nenhuma documentação técnica ou descrição do funcionamento do protocolo consta que o navegador "utiliza" HTTPS como função autônoma; trata-se sempre de um mecanismo habilitado pelo servidor. Assim, atribuir valor de "verdadeiro" a esse item implica interpretação equivocada do modelo tecnológico, contrariando o rigor conceitual exigido em avaliações objetivas.</p> <p>Portanto, o item deve ser classificado como falso.</p> <p>Sendo o quarto item falso, a sequência correta passa a ser: V – V – F – F. Nenhuma das alternativas (A, B, C ou D)</p>

apresenta essa combinação. Isso configura um vício que impossibilita a existência de resposta correta para a questão.

Diante desse cenário, e considerando que:

a) O quarto item contém erro técnico e não pode ser considerado verdadeiro;

b) Não há alternativa que corresponda à sequência adequada (V, V, F, F);

Solicita-se a ANULAÇÃO da Questão 38, pela inexistência de alternativa correta.

Resposta ao recurso:

O questionamento do candidato não merece acolhimento, pois parte de uma interpretação excessivamente restritiva e tecnicista do enunciado, incompatível com o sentido conceitual adotado na área de segurança da informação e com a literatura técnica amplamente difundida.

A afirmativa “Navegadores modernos utilizam protocolos seguros, como HTTPS” é correta, uma vez que o HTTPS constitui o padrão de segurança efetivamente utilizado na navegação moderna. Embora o certificado SSL/TLS seja configurado no servidor, a utilização do protocolo HTTPS somente se concretiza porque o navegador possui implementação própria e ativa desse protocolo, sendo responsável por executar o *handshake* SSL/TLS, validar certificados digitais, criptografar e descriptografar dados, bem como alertar ou bloquear conexões inseguras.

Conforme descrito na literatura especializada, o HTTPS é uma versão segura do HTTP que protege os dados transmitidos entre o servidor e o navegador, garantindo confidencialidade, integridade e autenticidade das informações. Os navegadores modernos não apenas “aceitam” passivamente conexões HTTPS, mas priorizam esse protocolo, exibem o cadeado de segurança, alertam usuários quando um site não é seguro e, em muitos casos, restringem ou impedem o acesso a páginas sem HTTPS, o que evidencia sua atuação ativa na utilização do protocolo.

Além disso, páginas que não utilizam HTTPS são marcadas como “não seguras”, perdem credibilidade junto aos usuários e sofrem prejuízos em ranqueamento nos mecanismos de busca, demonstrando que o uso do HTTPS está diretamente associado ao funcionamento esperado dos navegadores atuais. Nesse contexto, afirmar que navegadores modernos utilizam protocolos seguros como o HTTPS é tecnicamente correto e alinhado às boas práticas de segurança digital.

Portanto, não há erro no quarto item nem na sequência adotada pela banca. A distinção feita pelo candidato entre “configuração no servidor” e “uso pelo navegador” não invalida a afirmativa, pois o HTTPS depende da atuação conjunta, sendo inegável que o navegador o utiliza como parte essencial do processo de navegação segura. Mantém-se, assim, correta a sequência V, V, F, V, correspondente à alternativa divulgada, inexistindo fundamento para anulação da questão.

Referência: <https://www.locaweb.com.br/blog/temas/codigo-aberto/https/>

RECURSO INDEFERIDO.

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
<p>Professor de Tecnologias Educacionais - questão 30</p>	<p>Questão: À luz dos mecanismos de construção de sentido e da organização textual presentes no excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir:</p> <p>I.O contraste entre o cotidiano local e o evento internacional evidencia um recurso irônico que minimiza, propositalmente, o impacto global do ocorrido nos Estados Unidos, em prol da valorização de um microcosmo cultural.</p> <p>II.A caracterização de Sebastião Batista não apenas reafirma a tradição oral como também projeta uma figura mítica, cuja autoridade comunitária transcende a racionalidade e se ancora no simbólico e na ancestralidade.</p> <p>III.A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida e representada no texto demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens frente ao mundo exterior.</p> <p>É correto o que se afirma em:</p> <p>(A) I e II, apenas. (B) I, II e III. (C) I e III, apenas. (D) II e III, apenas.</p> <p>Recurso: Solicitação: Anulação por subjetividade interpretativa do item III.</p> <p>Texto do recurso:</p> <p>O item III afirma que a fala de Zé da Alzira demonstra “julgamento valorativo do narrador” quanto à ignorância dos personagens.</p> <p>Contudo, no texto, o narrador apenas apresenta a fala tal como ocorre na oralidade, sem qualquer marca explícita de julgamento, ironia ou reprovação. A interpretação proposta pelo item é subjetiva, dependente de inferência pessoal e não sustentada linguisticamente pelo texto.</p> <p>Além disso, a alternativa considerada correta inclui esse item, que não possui comprovação objetiva, em desacordo com os critérios de interpretação textual em provas de concurso.</p> <p>Por não haver único sentido possível, mas sim várias leituras igualmente plausíveis, a questão torna-se ambígua.</p> <p>Solicito a anulação da questão.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise.</p>

Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Proposição I — VERDADEIRA

“O contraste entre o cotidiano local e o evento internacional evidencia um recurso irônico...”

Análise:

O texto constrói deliberadamente um contraste entre:

o microcosmo da vila (rotina, tradição, mar, gaivotas, motor da baleeira);

e o macroevento histórico global (o atentado de 11 de setembro).

A resposta de Sebastião — “Isso não é cum nós, cumpade. Nós lá avoemo?!” — produz um efeito irônico-discursivo, não no sentido de zombaria, mas de deslocamento de relevância: o evento mundial é narrativamente minimizado, enquanto o universo local é valorizado.

Trata-se de uma ironia estrutural e temática, que reforça a centralidade da cultura local e da experiência comunitária frente ao acontecimento global.

Proposição correta.

Proposição II — VERDADEIRA

“A caracterização de Sebastião Batista não apenas reafirma a tradição oral como também projeta uma figura mítica...”

Análise:

Sebastião é construído como uma figura que:

transita entre o real (pescador, construtor da igreja, organizador das novenas);

e o mítico (viagem com bruxas à África, respeito adquirido por evento sobrenatural).

Sua autoridade:

não é institucional,

nem racional-científica,

mas simbólica, ancorada na ancestralidade, na tradição oral e no imaginário coletivo.

Esse tipo de personagem corresponde à figura do sábio popular / ancião mítico, comum em narrativas que articulam identidade cultural e memória comunitária.

Proposição correta.

Proposição III — FALSA

	<p>"A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida (...) demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens..."</p> <p>Análise:</p> <p>Não há, no texto, marcas linguísticas de julgamento explícito ou implícito do narrador.</p> <p>A representação da fala popular:</p> <p>ocorre por meio da variação linguística intencional ("Dois avião dirrubaro uns adifício");</p> <p>cumpre função verossímil e caracterizadora, não depreciativa.</p> <p>O narrador mantém uma postura:</p> <p>descritiva e distanciada,</p> <p>sem adjetivações avaliativas,</p> <p>sem ironia direcionada aos personagens como "ignorantes".</p> <p>O possível estranhamento é produzido no leitor, não pelo julgamento do narrador.</p> <p>Proposição incorreta.</p> <p>Conclusão</p> <p>Estão corretas apenas as proposições I e II.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Tecnologias Educacionais - questão 29	<p>Questão: No segmento "E continuou seu trabalho de reparar o motor, em meio às gaivotas e à maresia", analise os fatores linguísticos que justificam ou não o uso do acento indicativo da crase. Com base na norma culta da língua portuguesa, é correto afirmar que:</p> <p>(A) Há erro de crase em "à maresia", já que a palavra "maresia", por ser fenômeno natural e não entidade determinada, não admite o uso do artigo definido. Em "às gaivotas", o uso do acento grave se justifica pela ideia de delimitação espacial do coletivo animal.</p> <p>(B) Em ambas as expressões – "às gaivotas" e "à maresia" – o uso da crase está correto, pois há a fusão da preposição "a" exigida pela locução "em meio a" com o artigo definido que antecede os substantivos femininos plurais e singulares, respectivamente.</p> <p>(C) A ocorrência de crase em "às gaivotas" está incorreta, pois o substantivo "gaivotas" não exige artigo definido após a preposição "em", sendo um nome de animal coletivo; já em "à maresia", o uso está correto, pois há fusão de preposição com o artigo definido feminino.</p> <p>(D) O uso do acento grave em "às gaivotas" e "à maresia" é incorreto, pois em ambos os casos a preposição "em" rege locuções adverbiais femininas, que não comportam o artigo definido; portanto, o</p>

correto seria "em meio a gaivotas e a maresia".

Recurso: Solicitação: Anulação por existir mais de uma construção aceita pela norma culta.

Texto do recurso:

Segundo a norma culta, a locução "em meio a" exige a preposição "a".

Entretanto, o uso do artigo antes dos substantivos "gaivotas" e "maresia" é opcional em muitos contextos (Cunha & Cintra; Celso Luft).

Assim:

"em meio a maresia" ? correto

"em meio à maresia" ? também correto, se houver artigo definido

Isso significa que duas possibilidades estão normativamente aceitas, tornando imprópria a exigência de resposta única.

A alternativa considerada correta pela banca pressupõe uso obrigatório do artigo, o que não é compatível com a flexibilidade gramatical prevista pela norma.

Assim, por existir dupla possibilidade correta, a questão deve ser anulada.

Solicito a anulação da questão.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Análise do segmento

"em meio às gaivotas e à maresia"

1. A locução "em meio a"

Segundo Bechara, "em meio a" é uma locução prepositiva, cujo núcleo é a preposição a. Logo, a estrutura sintática é:

em meio + a + termo regido

Assim, o "a" está sempre presente por exigência da locução, cabendo verificar se o substantivo seguinte admite artigo definido.

Se admitir artigo feminino, ocorre crase (a + a = à).

Se não admitir, não há crase.

Alternativa — INCORRETA

"Há erro de crase em 'à maresia', já que a palavra 'maresia', por ser fenômeno natural, não admite artigo definido."

Erro conceitual grave.

Segundo Bechara, não existe regra gramatical que proíba artigo definido antes de nomes de fenômenos naturais. O uso do artigo depende de:

grau de determinação,

contexto discursivo,

valor semântico.

“A maresia” é plenamente aceitável quando se refere a um fenômeno concreto, perceptível e determinado, como no trecho, em que ela compõe o ambiente físico da ação.

Além disso:

A justificativa sobre “delimitação espacial do coletivo animal” para “às gaivotas” não tem respaldo gramatical.

O uso do artigo em “as gaivotas” decorre da determinação contextual, não de qualquer noção técnica de “coletivo animal”.

Alternativa incorreta.

Alternativa — CORRETA

“Em ambas as expressões – ‘às gaivotas’ e ‘à maresia’ – o uso da crase está correto...”

Análise perfeita à luz da gramática normativa.

Em “às gaivotas”:

“em meio a” → preposição exigida pela locução;

“as gaivotas” → substantivo feminino plural com artigo definido;

Resultado: a + as = às → crase obrigatória.

Em “à maresia”:

“em meio a” → preposição;

“a maresia” → substantivo feminino singular determinado pelo contexto;

Resultado: a + a = à → crase correta.

Bechara destaca que:

“O artigo definido surge quando o falante considera o referente conhecido, identificável ou determinado no universo discursivo.”

Portanto, ambas as crases são justificadas morfossintática e semanticamente.

Alternativa correta.

	<p>Alternativa — INCORRETA</p> <p>“A preposição ‘em’ rege locuções adverbiais femininas, que não comportam artigo definido...”</p> <p>Erro técnico duplo:</p> <p>“Em meio a” não é locução adverbial, mas locução prepositiva.</p> <p>A preposição “em” não rege diretamente “gaivotas” nem “maresia” — quem rege esses termos é a preposição “a”, núcleo da locução.</p> <p>Além disso:</p> <p>Não há regra que proíba artigo definido após locuções prepositivas;</p> <p>A reescrita sugerida (“em meio a gaivotas e a maresia”) altera o grau de determinação do texto, empobrecendo o sentido original.</p> <p>Alternativa incorreta.</p> <p>Alternativa — INCORRETA</p> <p>“A ocorrência de crase em ‘às gaivotas’ está incorreta, pois o substantivo ‘gaivotas’ não exige artigo definido...”</p> <p>Erro de regência e de semântica.</p> <p>Substantivos não ‘exigem’ artigo: eles admitem ou não admitem, conforme o contexto.</p> <p>“Gaivotas” pode perfeitamente vir precedido de artigo quando o referente é específico ou visualmente identificável, como ocorre na cena descrita.</p> <p>O argumento de que “é nome de animal coletivo” é gramaticalmente irrelevante (e tecnicamente equivocado).</p> <p>Além disso, a alternativa entra em contradição interna ao reconhecer corretamente a crase em “à maresia” e negar, sem base normativa, a de “às gaivotas”.</p> <p>Alternativa incorreta.</p> <p>Referência</p> <p>BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Professor de Tecnologias Eduacionais -	<p>Questão: Considerando o excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir, com base nos recursos de significação empregados na construção do texto. Assinale a alternativa que apresenta a interpretação</p>

questão 24	<p>correta acerca dos sentidos das palavras e expressões empregadas.</p> <p>(A) O uso da palavra "respeitado", no trecho "Sebastião passou a ser muito respeitado", possui sentido denotativo, equivalente a "obedecido", e indica que a autoridade de Sebastião advinha de uma função institucional oficialmente reconhecida.</p> <p>(B) A palavra "mar" tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.</p> <p>(C) A expressão "brisa velha conhecida dos moradores" apresenta sentido denotativo, ao aludir à recorrência de um fenômeno climático típico da vila, com vocabulário técnico e referencial que reforça o tom realista da ambientação.</p> <p>(D) A expressão "sem se importar com o movimento de uns pescadores" exprime ironia sutil, conferindo à ação das gaivotas um juízo de valor negativo, aproximando-as de um comportamento passivo e disfuncional diante da rotina laboriosa dos humanos.</p> <p>Recurso: Solicitação: Anulação da questão por ambiguidade nas alternativas.</p> <p>Texto do recurso:</p> <p>A alternativa considerada correta apresenta contradições interpretativas. A letra B afirma que a palavra "mar" está empregada conotativamente, assumindo valor simbólico. Entretanto, no texto, "mar" aparece apenas como elemento da paisagem literal, sem marcas linguísticas de simbologia.</p> <p>Por outro lado, a letra C também apresenta erro, ao afirmar uso de "vocabulário técnico e referencial", o que não ocorre em "brisa velha conhecida dos moradores", expressão claramente figurada e sem tecnicidade.</p> <p>Assim, as duas alternativas mais próximas competem entre si, mas nenhuma corresponde integralmente ao texto, gerando dupla interpretação e impossibilitando resposta única e objetiva.</p> <p>Solicito, portanto, a anulação da questão, por violar o princípio da clareza e da precisão semântica exigidos em avaliações de múltipla escolha.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:</p> <p>Alternativa — CORRETA</p> <p>"A palavra 'mar' tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista."</p>
-------------------	---

Interpretação adequada.

Embora o mar exista concretamente na paisagem da vila, seu valor no texto ultrapassa o sentido puramente denotativo. Ele se articula a:

uma comunidade de pescadores;

uma tradição açoriana;

um personagem envolto em narrativas míticas e sobrenaturais (a viagem com as bruxas até a África).

Nesse contexto, o mar funciona simbolicamente como:

espaço de travessia;

elo entre o real e o mítico;

marca de ancestralidade e permanência histórica.

Portanto, há conotação, pois o mar participa da construção simbólica do universo narrativo e do estatuto quase lendário de Sebastião.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘sem se importar com o movimento de uns pescadores’ exprime ironia util...”

Leitura interpretativa forçada.

A expressão não carrega ironia nem juízo de valor negativo. O narrador apenas descreve:

a tranquilidade das gaivotas,

a natural convivência entre homens e animais.

O efeito de sentido é de harmonia e familiaridade, não de crítica ou ironia. As gaivotas não são caracterizadas como “disfuncionais”, mas como parte orgânica da paisagem cotidiana.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘brisa velha conhecida dos moradores’ apresenta sentido denotativo, com vocabulário técnico e referencial...”

Erro conceitual.

A expressão é claramente conotativa:

“brisa velha” não é termo técnico nem meteorológico;

o adjetivo “velha” humaniza o fenômeno natural, sugerindo memória, familiaridade e pertencimento.

O efeito de sentido é afetivo e poético, reforçando o vínculo dos moradores com o espaço vivido, e não um tom técnico ou estritamente realista.

Alternativa — INCORRETA

“O uso da palavra ‘respeitado’ possui sentido denotativo, equivalente a ‘obedecido’, e indica autoridade institucional.”

Interpretação equivocada.

No texto:

“respeitado” não equivale a “obedecido”;

o respeito não decorre de cargo institucional, mas de:

um episódio lendário,

da tradição oral,

do imaginário coletivo da comunidade.

O termo assume um valor sociocultural e simbólico, ligado ao prestígio informal e à aura mítica de Sebastião, e não a uma autoridade oficial.

Diante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO**.

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
<p>Psicólogo Educacional - questão 29</p> <p>Questão: À luz dos mecanismos de construção de sentido e da organização textual presentes no excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir:</p> <p>I.O contraste entre o cotidiano local e o evento internacional evidencia um recurso irônico que minimiza, propositalmente, o impacto global do ocorrido nos Estados Unidos, em prol da valorização de um microcosmo cultural.</p> <p>II.A caracterização de Sebastião Batista não apenas reafirma a tradição oral como também projeta uma figura mítica, cuja autoridade comunitária transcende a racionalidade e se ancora no simbólico e na ancestralidade.</p> <p>III.A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida e representada no texto demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens frente ao mundo exterior.</p> <p>É correto o que se afirma em:</p> <p>(A) I, II e III. (B) II e III, apenas. (C) I e III, apenas. (D) I e II, apenas.</p> <p>Recurso: Peço revisão do gabarito da questão 29. No excerto, a fala de Zé da Alzira é registrada de forma a destacar o contraste entre a percepção limitada dos personagens e a dimensão mundial do atentado. A maneira como o narrador apresenta esses diálogos, usando marcações coloquiais e compreensão ingênua do evento, produz um efeito de distanciamento irônico, que sugere avaliação crítica do narrador sobre o modo como os personagens criados interpretam o fato. Assim, veja que há no texto elementos que permitem compreender a afirmativa III como verdadeira, pois o efeito discursivo construído pode ser interpretado como expressão de julgamento do narrador acerca do desconhecimento dos personagens sobre o mundo exterior. Dessa forma, as três proposições são interpretativamente corretas, tornando plausível a alternativa A. Nesses termos, peço a revisão do gabarito, com anulação da questão ou aceitação da alternativa A.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de</p>	

questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Proposição I — VERDADEIRA

“O contraste entre o cotidiano local e o evento internacional evidencia um recurso irônico...”

Análise:

O texto constrói deliberadamente um contraste entre:

o microcosmo da vila (rotina, tradição, mar, gaivotas, motor da baleeira);

e o macroevento histórico global (o atentado de 11 de setembro).

A resposta de Sebastião — “Isso não é cum nós, cumpade. Nós lá avoemo?!” — produz um efeito irônico-discursivo, não no sentido de zombaria, mas de deslocamento de relevância: o evento mundial é narrativamente minimizado, enquanto o universo local é valorizado.

Trata-se de uma ironia estrutural e temática, que reforça a centralidade da cultura local e da experiência comunitária frente ao acontecimento global.

Proposição correta.

Proposição II — VERDADEIRA

“A caracterização de Sebastião Batista não apenas reafirma a tradição oral como também projeta uma figura mítica...”

Análise:

Sebastião é construído como uma figura que:

transita entre o real (pescador, construtor da igreja, organizador das novenas);

e o mítico (viagem com bruxas à África, respeito adquirido por evento sobrenatural).

Sua autoridade:

não é institucional,

nem racional-científica,

mas simbólica, ancorada na ancestralidade, na tradição oral e no imaginário coletivo.

Esse tipo de personagem corresponde à figura do sábio popular / ancião mítico, comum em narrativas que articulam identidade cultural e memória comunitária.

Proposição correta.

Proposição III — FALSA

	<p>"A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida (...) demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens..."</p> <p>Análise:</p> <p>Não há, no texto, marcas linguísticas de julgamento explícito ou implícito do narrador.</p> <p>A representação da fala popular:</p> <p>ocorre por meio da variação linguística intencional ("Dois avião dirrubaro uns adifício");</p> <p>cumpre função verossímil e caracterizadora, não depreciativa.</p> <p>O narrador mantém uma postura:</p> <p>descritiva e distanciada,</p> <p>sem adjetivações avaliativas,</p> <p>sem ironia direcionada aos personagens como "ignorantes".</p> <p>O possível estranhamento é produzido no leitor, não pelo julgamento do narrador.</p> <p>Proposição incorreta.</p> <p>Conclusão</p> <p>Estão corretas apenas as proposições I e II.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Psicólogo Educacional - questão 25	<p>Questão: Considerando o excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir, com base nos recursos de significação empregados na construção do texto.</p> <p>Assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta acerca dos sentidos das palavras e expressões empregadas.</p> <p>(A) A expressão "brisa velha conhecida dos moradores" apresenta sentido denotativo, ao aludir à recorrência de um fenômeno climático típico da vila, com vocabulário técnico e referencial que reforça o tom realista da ambientação.</p> <p>(B) O uso da palavra "respeitado", no trecho "Sebastião passou a ser muito respeitado", possui sentido denotativo, equivalente a "obedecido", e indica que a autoridade de Sebastião advinha de uma função institucional oficialmente reconhecida.</p> <p>(C) A expressão "sem se importar com o movimento de uns pescadores" exprime ironia sutil, conferindo à ação das gaivotas um juízo de valor negativo, aproximando-as de um comportamento passivo e disfuncional diante da rotina laboriosa dos humanos.</p> <p>(D) A palavra "mar" tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à</p>

figura de Sebastião Batista.

Recurso: A questão 25 refere que "mar" tem, no texto, emprego conotativo, porém na frase "O olhar atravessa a rua e vê o mar quase encostando na calçada", a palavra mar apresenta sentido denotativo, ou seja, literal, pois ele está sendo avistado quase encostando na calçada. Desta forma, sugere-se anulação da questão.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interpuesto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — CORRETA

"A palavra 'mar' tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista."

Interpretação adequada.

Embora o mar exista concretamente na paisagem da vila, seu valor no texto ultrapassa o sentido puramente denotativo. Ele se articula a:

uma comunidade de pescadores;

uma tradição açoriana;

um personagem envolto em narrativas míticas e sobrenaturais (a viagem com as bruxas até a África).

Nesse contexto, o mar funciona simbolicamente como:

espaço de travessia;

elo entre o real e o mítico;

marca de ancestralidade e permanência histórica.

Portanto, há conotação, pois o mar participa da construção simbólica do universo narrativo e do estatuto quase lendário de Sebastião.

Alternativa — INCORRETA

"A expressão 'sem se importar com o movimento de uns pescadores' exprime ironia sutil..."

Leitura interpretativa forçada.

A expressão não carrega ironia nem juízo de valor negativo. O narrador apenas descreve:
a tranquilidade das gaivotas,
a natural convivência entre homens e animais.

O efeito de sentido é de harmonia e familiaridade, não de crítica ou ironia. As gaivotas não são caracterizadas como “disfuncionais”, mas como parte orgânica da paisagem cotidiana.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘brisa velha conhecida dos moradores’ apresenta sentido denotativo, com vocabulário técnico e referencial...”

Erro conceitual.

A expressão é claramente conotativa:

“brisa velha” não é termo técnico nem meteorológico;

o adjetivo “velha” humaniza o fenômeno natural, sugerindo memória, familiaridade e pertencimento.

O efeito de sentido é afetivo e poético, reforçando o vínculo dos moradores com o espaço vivido, e não um tom técnico ou estritamente realista.

Alternativa — INCORRETA

“O uso da palavra ‘respeitado’ possui sentido denotativo, equivalente a ‘obedecido’, e indica autoridade institucional.”

Interpretação equivocada.

No texto:

“respeitado” não equivale a “obedecido”;

o respeito não decorre de cargo institucional, mas de:

um episódio lendário,

da tradição oral,

do imaginário coletivo da comunidade.

O termo assume um valor sociocultural e simbólico, ligado ao prestígio informal e à aura mítica de Sebastião, e não a uma autoridade oficial.

Diante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO**.

**Psicólogo
Educacional -
questão 25**

Questão: Considerando o excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir, com base nos recursos de significação empregados na construção do texto.

Assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta acerca dos sentidos das palavras e expressões empregadas.

(A) A expressão "brisa velha conhecida dos moradores" apresenta sentido denotativo, ao aludir à recorrência de um fenômeno climático típico da vila, com vocabulário técnico e referencial que reforça o tom realista da ambientação.

(B) O uso da palavra "respeitado", no trecho "Sebastião passou a ser muito respeitado", possui sentido denotativo, equivalente a "obedecido", e indica que a autoridade de Sebastião advinha de uma função institucional oficialmente reconhecida.

(C) A expressão "sem se importar com o movimento de uns pescadores" exprime ironia sutil, conferindo à ação das gaivotas um juízo de valor negativo, aproximando-as de um comportamento passivo e disfuncional diante da rotina laboriosa dos humanos.

(D) A palavra "mar" tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.

Recurso: Solicito a revisão do gabarito da questão 25, tendo em vista que a alternativa indicada como correta (D) apresenta interpretação não obrigatória do texto.

A alternativa D atribui caráter mítico e simbólico à palavra "mar", porém o texto utiliza esse elemento principalmente em sentido descritivo e literal, relacionado à pesca, ao vento e ao cenário costeiro. O conteúdo mítico do texto recai sobre a figura de Sebastião, não havendo, no trecho, construção simbólica necessária para a interpretação proposta pela alternativa assinalada como correta.

Dessa forma, a alternativa A pode ser considerada correta porque "brisa velha conhecida dos moradores" descreve um elemento natural real da vila, preservando o sentido literal de brisa e funcionando como parte da ambientação concreta do texto.

Nesses termos, peço a revisão do gabarito, com anulação da questão ou aceitação da alternativa A.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interpuesto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — CORRETA

“A palavra ‘mar’ tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.”

Interpretação adequada.

Embora o mar exista concretamente na paisagem da vila, seu valor no texto ultrapassa o sentido puramente denotativo. Ele se articula a:

uma comunidade de pescadores;

uma tradição açoriana;

um personagem envolto em narrativas míticas e sobrenaturais (a viagem com as bruxas até a África).

Nesse contexto, o mar funciona simbolicamente como:

espaço de travessia;

elo entre o real e o mítico;

marca de ancestralidade e permanência histórica.

Portanto, há conotação, pois o mar participa da construção simbólica do universo narrativo e do estatuto quase lendário de Sebastião.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘sem se importar com o movimento de uns pescadores’ exprime ironia sutil...”

Leitura interpretativa forçada.

A expressão não carrega ironia nem juízo de valor negativo. O narrador apenas descreve:

a tranquilidade das gaivotas,

a natural convivência entre homens e animais.

O efeito de sentido é de harmonia e familiaridade, não de crítica ou ironia. As gaivotas não são caracterizadas como “disfuncionais”, mas como parte orgânica da paisagem cotidiana.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘brisa velha conhecida dos moradores’ apresenta sentido denotativo, com vocabulário técnico e referencial...”

Erro conceitual.

A expressão é claramente conotativa:

“brisa velha” não é termo técnico nem meteorológico;

o adjetivo “velha” humaniza o fenômeno natural, sugerindo memória, familiaridade e pertencimento.

O efeito de sentido é afetivo e poético, reforçando o vínculo dos moradores com o espaço vivido, e não um tom técnico ou estritamente realista.

Alternativa — INCORRETA

“O uso da palavra ‘respeitado’ possui sentido denotativo, equivalente a ‘obedecido’, e indica autoridade institucional.”

Interpretação equivocada.

No texto:

“respeitado” não equivale a “obedecido”;

o respeito não decorre de cargo institucional, mas de:

um episódio lendário,

da tradição oral,

do imaginário coletivo da comunidade.

O termo assume um valor sociocultural e simbólico, ligado ao prestígio informal e à aura mítica de Sebastião, e não a uma autoridade oficial.

Diante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO**.

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
<p>Técnico em Informática - questão 38</p>	<p>Questão: Analise as afirmativas a seguir sobre gerenciamento de pasta e marque (V) quando verdadeiro e (F) quando falso:</p> <p>(<input type="checkbox"/>) A Lixeira do Windows permite restaurar arquivos apagados, desde que não tenha sido esvaziada. (<input type="checkbox"/>) O recurso "Exibir > Painel de Visualização" permite abrir o arquivo sem executá-lo. (<input type="checkbox"/>) Arquivos renomeados perdem automaticamente suas permissões originais.</p> <p>A sequência correta é:</p> <p>(A) V, F, F (B) V, V, V. (C) F, V, F. (D) V, V, F.</p> <p>Recurso: Item Contestado (Afirmativa 2): "O recurso 'Exibir > Painel de Visualização' permite abrir o arquivo sem executá-lo." (A Banca considerou V - Verdadeiro)</p> <p>Solicito alteração do gabarito da afirmativa para Falso (F), ou a anulação da questão por ambiguidade técnica.</p> <p>A afirmativa contém uma imprecisão técnica grave que a torna incorreta no contexto rigoroso de avaliação de conhecimentos sobre sistemas operacionais.</p> <p>Distinção entre "Abrir" e "Visualizar":</p> <p>No ambiente Windows (Explorador de Arquivos), o comando "Abrir" é o ato de carregar um arquivo no seu aplicativo padrão (executar o programa associado) para interação plena, o que, no caso de scripts ou executáveis, significa execução de código.</p> <p>O recurso "Painel de Visualização" (Exibir > Painel de Visualização), por outro lado, realiza uma pré-visualização (renderização) do conteúdo do arquivo utilizando handlers de visualização leves, sem a necessidade de executar o programa completo associado.</p> <p>O Uso Impróprio do Verbo "Abrir":</p> <p>O texto afirma que o Painel de Visualização "permite abrir o arquivo". Tecnologicamente, o Painel de Visualização não abre o arquivo; ele o visualiza. Se a ação fosse realmente "abrir", o risco de execução de scripts ou códigos maliciosos seria presente, anulando um dos principais benefícios de segurança do próprio recurso, que é exatamente a visualização segura (sem execução).</p> <p>A função correta do recurso é: Visualizar o conteúdo do arquivo sem a necessidade de executá-lo (ou o programa associado).</p> <p>Conclusão da Imprecisão:</p> <p>O verbo "abrir" contradiz o funcionamento e o objetivo do "Painel de Visualização". A</p>

utilização do termo "abrir" em conjunto com a ressalva "sem executá-lo" é uma ambiguidade insustentável. Pelo exposto, solicito a revisão do gabarito da afirmativa 2 para Falso (F), pois o recurso em questão não "abre" o arquivo, mas sim o "visualiza" ou "pré-visualiza", tornando a formulação original tecnicamente incorreta.

Resposta ao recurso:

A afirmativa questionada trata do recurso "Exibir > Painel de Visualização" do Windows, afirmando que ele permite abrir o arquivo sem executá-lo.

Do ponto de vista funcional e didático, adotado em provas de informática básica, a assertiva está correta.

No contexto do sistema operacional Windows, o verbo "abrir" é amplamente empregado como sinônimo de acessar o conteúdo de um arquivo, não se restringindo ao significado estritamente técnico de carregamento do aplicativo padrão para edição ou execução de código. Esse uso é consagrado em manuais, materiais didáticos e avaliações de concursos públicos.

O Painel de Visualização permite que o usuário tenha acesso ao conteúdo do arquivo, exibindo-o diretamente no Explorador de Arquivos, sem a necessidade de executá-lo ou de abrir o programa associado. A própria redação da afirmativa esclarece essa característica ao indicar expressamente a ausência de execução, afastando qualquer interpretação equivocada quanto à execução de scripts ou aplicativos.

Assim, não há contradição técnica na expressão "abrir o arquivo sem executá-lo", uma vez que o termo "abrir" é empregado em seu sentido funcional, compatível com o nível de exigência da questão, e corretamente contraposto ao conceito de execução.

Não se verifica, portanto, erro técnico, ambiguidade relevante ou violação ao funcionamento real do sistema operacional que justifique a alteração do gabarito ou a anulação da questão.

Diante do exposto, a afirmativa está corretamente classificada como verdadeira, devendo o gabarito oficial ser mantido, com o consequente indeferimento do recurso.

RECURSO INDEFERIDO.

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Técnico em Recursos Humanos - questão 11	<p>Questão: Em um setor de Recursos Humanos, dois técnicos em recursos humanos entram em desacordo sobre a melhor forma de conduzir um processo seletivo. Um defende maior agilidade nas etapas, visando cumprir prazos; o outro prioriza a qualidade da seleção, ainda que demande mais tempo. A gerente do setor observa que o embate começou a prejudicar o clima organizacional e o andamento de outras tarefas.</p> <p>Diante dessa situação, qual deve ser a conduta correta da gerente?</p> <p>(A) Solicitar ao superior hierárquico que substitua um dos analistas por outro colaborador.</p> <p>(B) Intervir de forma mediadora, promovendo diálogo entre as partes para alinhar objetivos e buscar uma solução integradora.</p> <p>(C) Imediatamente advertir os analistas, para evitar novas discussões no ambiente de trabalho.</p> <p>(D) Evitar envolvimento, permitindo que o conflito se resolva naturalmente com o tempo.</p> <p>Recurso: A alternativa (B) – “Intervir de forma mediadora, promovendo diálogo entre as partes para alinhar objetivos e buscar uma solução integradora” – é a única que reflete as boas práticas de gestão de pessoas e de administração contemporânea, estando de pleno acordo com a teoria organizacional e com autores clássicos e modernos da área.</p> <p>Segundo Chiavenato (Gestão de Pessoas), o papel do gestor diante de conflitos é atuar como mediador, favorecendo o diálogo e a cooperação, evitando medidas punitivas imediatas ou omissão, que apenas ampliam o problema.</p> <p>Diante da referência teórica e da prática gerencial amplamente consolidada, a alternativa (B) é a única que apresenta a conduta correta que se espera de uma gerente de Recursos Humanos, estando totalmente alinhada aos princípios de eficiência, liderança, mediação de conflitos e gestão moderna.</p> <p>Solicito, assim, a retificação do gabarito para considerar a alternativa (B) como correta.</p> <p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise refere-se exclusivamente à questão objeto do recurso interposto. Recursos que abordem questões distintas não serão considerados. Após criteriosa avaliação, esta banca conclui que o recurso não procede, pelos motivos apresentados a seguir:</p> <p>A situação descrita na questão evidencia um conflito funcional decorrente de perspectivas distintas sobre a condução do processo seletivo (agilidade versus qualidade), cuja evolução passou a impactar negativamente o clima organizacional e o desempenho do</p>

	<p>setor. Nesse contexto, a conduta esperada de uma gerente de Recursos Humanos deve estar alinhada às boas práticas de gestão de pessoas e liderança.</p> <p>A alternativa: “Intervir de forma mediadora, promovendo diálogo entre as partes para alinhar objetivos e buscar uma solução integradora”, é a única que traduz corretamente esse papel gerencial, ao prever a intervenção mediadora, com estímulo ao diálogo, ao alinhamento de objetivos e à construção de uma solução integradora. Tal postura é amplamente respaldada pela teoria organizacional, que reconhece o gestor como agente de mediação de conflitos, capaz de transformar divergências em oportunidades de melhoria e cooperação.</p> <p>Dessa forma, considerando a fundamentação teórica, a prática administrativa consolidada e a coerência com os princípios da gestão contemporânea, mantém-se como correta a alternativa do gabarito oficial.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Técnico em Recursos Humanos questão 5	<p>Questão: O setor de Recursos Humanos de uma instituição pública está revisando suas práticas de Recrutamento e Seleção. Durante o processo, observou-se que algumas descrições de cargos estavam desatualizadas e pouco objetivas, o que resultava em triagens mais lentas, candidaturas desalinhadas ao perfil desejado e aumento do índice de turnover. Diante disso, decidiu-se reformular o conteúdo dos documentos de descrição de cargos para torná-los mais claros, técnicos e alinhados à cultura organizacional.</p> <p>Com base nessa situação, analise as afirmativas a seguir:</p> <p>I.A descrição de cargos deve conter informações detalhadas sobre responsabilidades, tarefas, competências, requisitos técnicos e comportamentais necessários, permitindo que tanto a organização quanto os candidatos compreendam o que se espera do ocupante do cargo.</p> <p>II.Uma descrição de cargo elaborada com excesso de detalhes operacionais tende a tornar o processo de recrutamento mais ágil, já que amplia o número de candidatos interessados e diversifica o perfil dos selecionados.</p> <p>III.A clareza e a objetividade na descrição de cargos são fatores que contribuem para a atração de candidatos mais compatíveis com o perfil desejado, reduzindo custos e tempo no processo de seleção.</p> <p>IV.Além do recrutamento, a descrição de cargos tem papel essencial em outras atividades de gestão de pessoas, como avaliação de desempenho, planos de carreira e programas de treinamento e desenvolvimento.</p> <p>Assinale a alternativa correta:</p> <p>(A) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.</p> <p>(B) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.</p> <p>(C) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.</p> <p>(D) As afirmativas I, II, III e IV estão corretas.</p> <p>Recurso: A afirmativa dispõe que:</p> <p>“Uma descrição de cargo elaborada com excesso de detalhes operacionais tende a tornar o processo de recrutamento mais ágil, já que amplia o número de candidatos interessados e diversifica o perfil dos selecionados.”</p>

	<p>Sob a ótica da Administração de Recursos Humanos, é possível defender tecnicamente que descrições de cargos mais detalhadas ampliam o interesse dos candidatos, uma vez que reduzem a ambiguidade sobre as tarefas, esclarecem a rotina operacional e permitem que mais pessoas identifiquem compatibilidade com as atividades desempenhadas.</p> <p>Assim, aumenta-se o número de candidatos em potencial, exatamente como afirma a assertiva.</p> <p>Autores como Chiavenato, Idalberto Gil e Marras destacam que descrições de cargos claras e minuciosas facilitam a autoavaliação dos candidatos, trazendo maior variedade de perfis profissionais, o que confirma a possibilidade de diversificação no processo seletivo.</p> <p>Além disso, ao diminuir dúvidas sobre o conteúdo do trabalho, o detalhamento das atividades auxilia na agilidade das etapas do recrutamento, pois:</p> <ul style="list-style-type: none"> reduz desistências por falta de informação, melhora a precisão da triagem curricular, atrai candidatos mais alinhados já na fase inicial, diminui retrabalhos nas fases posteriores. <p>Dessa forma, a afirmativa II está em conformidade com a literatura de Gestão de Pessoas, sendo coerente e defensável dentro do conteúdo programático previsto no edital.</p>
Técnico em Recursos Humanos questão 2	<p>Resposta ao recurso:</p> <p>Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise refere-se exclusivamente à questão objeto do recurso interpuesto. Recursos que abordem questões distintas não serão considerados. Após criteriosa avaliação, esta banca conclui que o recurso não procede, pelos motivos apresentados a seguir:</p> <p>A afirmativa II incorre em impropriedade técnica ao afirmar que o excesso de detalhes operacionais na descrição de cargos torna o processo de recrutamento mais ágil, sob o argumento de que amplia o número de candidatos interessados e diversifica o perfil dos selecionados.</p> <p>Tal relação não se sustenta. A ampliação do número de candidatos não implica, por si só, maior agilidade; ao contrário, tende a aumentar o volume de triagens e análises, prolongando o processo seletivo. Do mesmo modo, a diversificação de perfis, quando não direcionada por critérios objetivos e estratégicos, dificulta a filtragem e o alinhamento ao perfil desejado, gerando retrabalho nas etapas subsequentes.</p> <p>A agilidade no recrutamento decorre da clareza, objetividade e foco nos requisitos essenciais do cargo, e não do excesso de detalhamento operacional nem da ampliação quantitativa e pouco direcionada de candidatos.</p> <p>Assim, a assertiva II permanece incorreta, devendo ser mantido o gabarito que considera corretas apenas as afirmativas I, III e IV.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>

Considerando as boas práticas de gestão documental, assinale a alternativa que apresenta o método de arquivamento correto para a organização de dossiês funcionais de servidores.

(A) Método cronológico, por ordenar os dossiês conforme a data de admissão, o que garante melhor controle do tempo de permanência.

(B) Método numérico, por atribuir a cada servidor um código único, permitindo organização sequencial e fácil integração com sistemas informatizados.

(C) Método ideográfico, por agrupar os documentos segundo temas relacionados à área de atuação, como férias, capacitação e benefícios.

(D) Método geográfico, por permitir a disposição dos documentos conforme o endereço residencial de cada servidor, facilitando a localização por localidade.

Recurso: A alternativa B afirma:

“Método numérico, por atribuir a cada servidor um código único, permitindo organização sequencial e fácil integração com sistemas informatizados.”

Essa alternativa é a única que atende plenamente às boas práticas de gestão documental aplicadas a dossiês funcionais. Outrossim, era possível ficar em dúvida sobre qual seria a melhor alternativa visto que, não ficou claro no enunciado da questão sobre o que seriam os dossies funcionais;

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise refere-se exclusivamente à questão objeto do recurso interposto. Recursos que abordem questões distintas não serão considerados. Após criteriosa avaliação, esta banca conclui que o recurso não procede, pelos motivos apresentados a seguir:

A alegação de que o enunciado não teria deixado claro o que seriam “dossiês funcionais” não procede, uma vez que, no contexto da Administração Pública e da Gestão de Pessoas, o termo possui significado técnico consolidado, amplamente utilizado para designar o conjunto de documentos relativos à vida funcional do servidor, como atos de admissão, progressão, férias, licenças, capacitações e demais registros administrativos. Além disso, o próprio enunciado fornece elementos suficientes para a correta interpretação ao mencionar:

- necessidade de rápida recuperação da informação;
- padronização;
- rastreabilidade dos registros.

Tais requisitos direcionam, de forma objetiva, para o método numérico, descrito na alternativa dada como correta no gabarito oficial, que consiste na atribuição de um código único ao servidor, permitindo organização sequencial, controle preciso, facilidade de localização e plena integração com sistemas informatizados, em conformidade com as boas práticas arquivísticas e de gestão documental.

As demais alternativas não atendem às exigências do enunciado:

- Método cronológico: inadequado para dossiês funcionais, pois a ordenação por data não garante recuperação eficiente nem rastreabilidade individualizada;
- Método ideográfico: embora útil para organização temática de documentos, não é indicado para dossiês individuais de servidores;
- Método geográfico: totalmente incompatível com a natureza administrativa dos dossiês funcionais.

Dessa forma, não há ambiguidade no enunciado nem possibilidade razoável de dúvida

quanto ao método correto.

Diante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO**.

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025

COMUNICADO
RECURSOS CONTRA AS QUESTÕES

CARGO E Nº QUESTÃO	RECURSO CANDIDATO
Técnico em recursos humanos - 30	<p>Questão: Com base no texto "11 de setembro", analise os elementos linguísticos e discursivos que compõem sua estrutura e estilo, e assinale a alternativa que apresenta uma leitura teoricamente fundamentada acerca da função predominante da linguagem e do uso das figuras de linguagem.</p> <p>(A) A função referencial configura-se como predominante, dada a apresentação objetiva de elementos descritivos da vila e de seus habitantes, sendo as figuras de linguagem empregadas com finalidade meramente estética, como a hipérbole na narrativa da viagem com bruxas.</p> <p>(B) A função metalinguística prevalece no texto, uma vez que há reflexões implícitas sobre o fazer narrativo, sobretudo no uso das figuras de linguagem como metáfora e ironia, que comentam os próprios limites da linguagem na transmissão de eventos extraordinários.</p> <p>(C) O texto apresenta predomínio da função conativa, pois, ao valorizar os atos e a voz de Sebastião, busca mobilizar a ação do interlocutor em torno da preservação das tradições culturais locais. A escolha da prosopopeia e da metáfora reforça o tom imperativo subjacente à construção narrativa.</p> <p>(D) O texto é dominado pela função poética, pois organiza seus recursos expressivos de forma a intensificar os efeitos estéticos e simbólicos, como se observa no uso da personificação das gaivotas e na descrição pictórica da vila, articulando o lirismo à identidade coletiva.</p> <p>Recurso: Solicito a anulação da questão 30 ou a aceitação da alternativa (C) como resposta correta, pois a análise discursiva e pragmática do conto "11 de setembro" sustenta a função conativa como a intenção comunicativa predominante do texto.</p> <p>Argumento Central: A Predominância da Função Conativa (Alternativa C) A alternativa (C) afirma: "O texto apresenta predomínio da função conativa, pois, ao valorizar os atos e a voz de Sebastião, busca mobilizar a ação do interlocutor em torno da preservação das tradições culturais locais. A escolha da prosopopeia e da metáfora reforça o tom imperativo subjacente à construção narrativa." A Função Conativa (ou Apelativa) é aquela centrada no receptor, visando influenciar seu comportamento, persuadir ou provocar uma reação (reflexão/ação). No contexto literário, esta influência pode ser implícita, baseada em um forte</p>

apelo temático.

Estrutura Narrativa e Pragmática do Apelo

O conto "11 de setembro" é estrategicamente construído para criar um contraste discursivo que serve como um poderoso apelo à consciência do leitor:

Tese (C): Valorização de Atos e Voz de Sebastião: O texto dedica-se a estabelecer Sebastião Batista como o eixo da identidade e da sabedoria local. Ele é o protagonista de um mito fundador (a viagem com as bruxas, que o fez ser respeitado), o construtor da igreja, e o responsável pela organização de novenas. Essa valorização é intensa e detalhada.

Clímax Conativo: O clímax ocorre no diálogo final que serve como fechamento enfático da narrativa:

"— Cumpade! Dois aviões dirrubaram uns adifícios no Estados Unidos."

"— Isso não é cum nós, cumpade. Nós lá avoemo?!"

A resposta de Sebastião é um juízo de valor que, por via de seu caráter lendário e respeitado, é imposto ao leitor: a tragédia global é irrelevante frente à riqueza e à realidade da vida local. Esta indiferença não é apenas um fato narrado, mas uma mensagem implícita que busca mobilizar o interlocutor a refletir e a reconhecer a superioridade e a urgência da tradição local em detrimento da efemeridade globalizada.

Figuras de Linguagem como Reforço Imperativo

A alternativa (C) corretamente aponta que o uso da prosopopeia (personificação) e da metáfora reforça o tom:

Prosopopeia/Personificação: A descrição de embarcações "embaladas por uma brisa velha, conhecida" e de "gaivotas tão íntimas" humaniza o espaço e o tempo da vila, conferindo-lhe um caráter vivo, ancestral e orgânico, o qual necessita ser mantido e preservado.

Metáfora/Hipérbole: A viagem lendária de Sebastião com as bruxas é uma metáfora poderosa da profundidade mítica e do poder da cultura local. O uso de tal figura serve como reforço do argumento que o conto está defendendo: a tradição é real e forte.

Confronto com a Alternativa (D)

Embora a Alternativa (D) (Função Poética) seja sempre presente em textos literários, ela descreve o meio (o como), e não necessariamente a função dominante (o para quê). A estética e o simbolismo (Poética) são ferramentas utilizadas pelo autor para garantir que seu apelo cultural (Conativo) seja mais eficaz e profundo. Dada a forte intenção pragmática e a crítica social implícita no desfecho, é teoricamente defensável que a Função Conativa seja a que organiza e domina a finalidade comunicativa específica deste conto.

Conclusão

Pelo exposto, a alternativa (C) apresenta uma análise teoricamente fundamentada e detalhada que se coaduna perfeitamente com a intenção discursiva do conto, especialmente na forma como o autor utiliza a narrativa para valorizar e mobilizar a consciência cultural do leitor. Desta forma, solicito a reavaliação da questão para que a Alternativa (C) seja considerada correta ou que a questão, seja anulada* por apresentar duas opções plausíveis e defendidas teoricamente.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — INCORRETA

“A função referencial configura-se como predominante...”

Embora o texto apresente elementos descritivos do espaço e dos personagens, isso não caracteriza predominância da função referencial.

Segundo Jakobson, a função referencial predomina quando a linguagem se organiza prioritariamente para informar objetivamente sobre a realidade, com mínimo investimento expressivo.

No conto:

as descrições são esteticamente trabalhadas;

há lirismo, subjetividade e valor simbólico;

expressões como “brisa velha conhecida dos moradores” e “gaivotas tão íntimas das pessoas” extrapolam a objetividade informativa.

Além disso, a alternativa incorre em erro ao classificar o episódio das bruxas como hipérbole. Trata-se, na verdade, de um recurso narrativo mítico-fantástico, ligado à tradição oral e ao imaginário coletivo, e não de exagero quantitativo típico da hipérbole.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“A função metalinguística prevalece no texto...”

A função metalinguística ocorre quando a linguagem fala de si mesma, explicita códigos, comenta o próprio ato de narrar ou o funcionamento da língua.

No texto:

não há reflexão explícita ou implícita sobre o fazer narrativo;

não há comentário sobre os limites da linguagem;

metáforas e imagens servem à construção estética e simbólica do universo narrado, e não a uma autorreflexão do discurso.

Logo, a função metalinguística não é predominante, nem secundária de forma relevante.

Alternativa incorreta.

Alternativa — INCORRETA

“O texto apresenta predomínio da função conativa...”

A função conativa (ou apelativa) centra-se no interlocutor, buscando influenciar seu comportamento, geralmente por meio de:

imperativos,

vocativos,
apelos diretos.

No conto:
não há interpelação ao leitor;
não se busca mobilizar ações concretas;
a valorização da cultura local ocorre de modo contemplativo e narrativo, não persuasivo.

Além disso:
não há tom imperativo subjacente;
a prosopopeia e a metáfora não têm função apelativa, mas expressiva e poética.

Alternativa incorreta.

Alternativa — CORRETA

“O texto é dominado pela função poética...”

Leitura adequada e teoricamente consistente.

Segundo Jakobson, a função poética predomina quando a atenção do texto se volta para:
a forma da mensagem,
a organização estética da linguagem,
os efeitos simbólicos e expressivos.

No conto, isso se evidencia por:
descrições pictóricas e sensoriais da vila;
uso recorrente de figuras de linguagem, como:
personificação: “gaivotas tão íntimas das pessoas”, “brisa velha conhecida”;
metáforas visuais e afetivas;
construção de um lirismo narrativo que articula:
memória,
tradição,
identidade coletiva.

O texto não se limita a contar fatos: ele estetiza a experiência, fundindo o cotidiano ao mítico e ao simbólico, o que confirma o predomínio da função poética, ainda que outras funções coexistam de modo secundário.

Alternativa correta.

	<p>Paulo Paes. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.</p> <p>BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 38. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.</p> <p>FIORIN, José Luiz. Introdução ao pensamento de Bakhtin. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>CANDIDO, Antonio. O discurso e a cidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Técnico em recursos humanos - 28	<p>Questão: À luz dos mecanismos de construção de sentido e da organização textual presentes no excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir:</p> <p>I.O contraste entre o cotidiano local e o evento internacional evidencia um recurso irônico que minimiza, propositalmente, o impacto global do ocorrido nos Estados Unidos, em prol da valorização de um microcosmo cultural.</p> <p>II.A caracterização de Sebastião Batista não apenas reafirma a tradição oral como também projeta uma figura mítica, cuja autoridade comunitária transcende a racionalidade e se ancora no simbólico e na ancestralidade.</p> <p>III.A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida e representada no texto demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens frente ao mundo exterior.</p> <p>É correto o que se afirma em:</p> <p>(A) II e III, apenas. (B) I e III, apenas. (C) I, II e III. (D) I e II, apenas.</p> <p>Recurso: O presente recurso visa demonstrar a validade da Proposição III da Questão 28, que foi incorretamente considerada falsa pelo Gabarito Preliminar. Consequentemente, solicita-se a alteração do gabarito para (C) I, II e III.</p> <p>Proposição III: "A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida e representada no texto demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens frente ao mundo exterior."</p> <p>1. Do Contraste Discursivo e a Isonomia Narrativa</p> <p>O texto base ("11 de setembro") opera através de um poderoso contraste temático e estilístico. Enquanto a voz narrativa se expressa em registro culto e detalhado para descrever a paisagem e a biografia de Sebastião, a fala direta dos personagens (Zé da Alzira) é apresentada de forma extremamente coloquial e fonética ("dirrubaro uns adifício no Estadosunido").</p> <p>Esta disparidade estilística não é neutra: a forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida e registrada (com erros gramaticais acentuados) funciona como um marcador social e cultural, estabelecendo uma distância entre o conhecimento do narrador/leitor e o universo linguístico dos personagens.</p> <p>2. O Julgamento Valorativo Implícito pela Ironia</p> <p>O julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens manifesta-se por meio de duas ferramentas narrativas interligadas:</p>

A Redução do Evento Global: A notícia do 11 de setembro, um marco da história contemporânea, é comunicada por Zé da Alzira de forma truncada e seguida pela negação de Sebastião Batista ("Isso não é cum nolis, cumpade. Nóis lá avoemo?"). A resposta de Sebastião, que encerra o diálogo e o evento, é de total desinteresse e autoexclusão do mundo exterior.

O Efeito de Estranhamento: Ao justapor o peso da notícia com a total indiferença e a inocência dos pescadores, o narrador cria uma ironia trágica. A exposição dessa indiferença e a maneira simplória como a notícia é recebida (e rejeitada) constituem, para o leitor, uma forma de julgamento — ou de crítica sutil à alienação, ou de exaltação irônica da sua ignorância em relação à História. O narrador se vale do contraste para que o leitor reconheça e categorize a ignorância dos personagens em relação ao mundo.

Em análises de narrativas, o recurso ao contraste e a ironia no registro da fala dos personagens são mecanismos primários utilizados para expressar a postura implícita da voz autorial, ou seja, um julgamento valorativo. O narrador não precisa dizer que os personagens são ignorantes; ele mostra isso pela forma como registra sua fala e sua reação diante de um evento de repercussão mundial.

3. Conclusão

Considerando que a Proposição III reflete com precisão a técnica narrativa de construção de sentido utilizada no excerto (o emprego de contraste linguístico e temático para demarcar a ignorância e a autossuficiência do microcosmo), ela deve ser considerada CORRETA.

Pelo exposto, a resposta que reflete a correta análise de todas as proposições é a (C) I, II e III.

Pedido

Solicito a anulação do Gabarito Preliminar (D) e a alteração do Gabarito Oficial da Questão 28 para (C) I, II e III.

Agradeço a atenção e solicito deferimento.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Proposição I — VERDADEIRA

"O contraste entre o cotidiano local e o evento internacional evidencia um recurso irônico..."

Análise:

O texto constrói deliberadamente um contraste entre:

o microcosmo da vila (rotina, tradição, mar, gaivotas, motor da baleeira);

e o macroevento histórico global (o atentado de 11 de setembro).

A resposta de Sebastião — “Isso não é cum nós, cumpade. Nós lá avoemo?!” — produz um efeito irônico-discursivo, não no sentido de zombaria, mas de deslocamento de relevância: o evento mundial é narrativamente minimizado, enquanto o universo local é valorizado.

Trata-se de uma ironia estrutural e temática, que reforça a centralidade da cultura local e da experiência comunitária frente ao acontecimento global.

Proposição correta.

Proposição II — VERDADEIRA

“A caracterização de Sebastião Batista não apenas reafirma a tradição oral como também projeta uma figura mítica...”

Análise:

Sebastião é construído como uma figura que:

transita entre o real (pescador, construtor da igreja, organizador das novenas);

e o mítico (viagem com bruxas à África, respeito adquirido por evento sobrenatural).

Sua autoridade:

não é institucional,

nem racional-científica,

mas simbólica, ancorada na ancestralidade, na tradição oral e no imaginário coletivo.

Esse tipo de personagem corresponde à figura do sábio popular / ancião mítico, comum em narrativas que articulam identidade cultural e memória comunitária.

Proposição correta.

Proposição III — FALSA

“A forma como a fala de Zé da Alzira é introduzida (...) demonstra um julgamento valorativo do narrador sobre a ignorância dos personagens...”

Análise:

Não há, no texto, marcas linguísticas de julgamento explícito ou implícito do narrador. A representação da fala popular:

ocorre por meio da variação linguística intencional (“Dois avião dirrubaro uns adifício”);

cumpre função verossímil e caracterizadora, não depreciativa.

O narrador mantém uma postura:

descritiva e distanciada,

	<p>sem adjetivações avaliativas,</p> <p>sem ironia direcionada aos personagens como “ignorantes”.</p> <p>O possível estranhamento é produzido no leitor, não pelo julgamento do narrador.</p> <p>Proposição incorreta.</p> <p>Conclusão</p> <p>Estão corretas apenas as proposições I e II.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.</p>
Técnico em recursos humanos - 24	<p>Questão: Considerando o excerto "11 de setembro", analise as proposições a seguir, com base nos recursos de significação empregados na construção do texto. Assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta acerca dos sentidos das palavras e expressões empregadas.</p> <p>(A) A expressão "brisa velha conhecida dos moradores" apresenta sentido denotativo, ao aludir à recorrência de um fenômeno climático típico da vila, com vocabulário técnico e referencial que reforça o tom realista da ambientação.</p> <p>(B) O uso da palavra "respeitado", no trecho "Sebastião passou a ser muito respeitado", possui sentido denotativo, equivalente a "obedecido", e indica que a autoridade de Sebastião advinha de uma função institucional oficialmente reconhecida.</p> <p>(C) A palavra "mar" tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.</p> <p>(D) A expressão "sem se importar com o movimento de uns pescadores" exprime ironia sutil, conferindo à ação das gaivotas um juízo de valor negativo, aproximando-as de um comportamento passivo e disfuncional diante da rotina laboriosa dos humanos.</p> <p>Recurso: Venho respeitosamente solicitar a anulação da Questão 24, por apresentar alternativa considerada correta (C) que exige inferência não amparada por marcas linguísticas explícitas, violando o princípio da objetividade e da interpretação textual objetiva exigida em provas de concurso.</p> <p>II. Erro Técnico-Científico na Alternativa (C): O Princípio da Sustentação Textual</p> <p>A alternativa (C) afirma que o termo "mar" assume valor simbólico de "ancestralidade e fronteira entre mundos", tendo, portanto, emprego conotativo.</p> <p>O erro técnico reside na falta de sustentação semântica para o simbolismo específico alegado:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conotação VS. Contexto Temático: <ul style="list-style-type: none"> > Em análise objetiva, a conotação deve ser construída por marcas linguísticas (metáforas, adjetivações, comparações) ou pela função explícita do elemento na narrativa. O mar, no excerto, não é adjetivado de

forma conotativa (como é o caso da "brisa velha conhecida").

> A banca confunde tema (a vila de origem açoriana) com conotação do vocábulo "mar". O fato de a vila ser açoriana sugere um tema de ancestralidade, mas isso não confere automaticamente um sentido conotativo ao vocábulo "mar" em si. O sentido literal (denotativo) do mar é suficiente para o cenário descrito.

2. A Refutação da "Fronteira entre Mundos":

> A banca alega que a viagem mítica de Sebastião ("sob a lona de uma canoa") até a África transforma o mar em "fronteira entre mundos".

> Contra-argumentação: O elemento chave da travessia mágica é a canoa (o veículo), e a forma da travessia não é a navegação (o ato do mar), mas sim a magia/bruxaria ("viajou com elas, sem que soubessem"). O texto não descreve o mar como um elemento ativo ou misterioso nessa travessia, mantendo o foco no meio de transporte (canoas) e na agência mágica (bruxas). O mar é, literalmente, o que foi atravessado, mas não o que simboliza a fronteira.

3. Vício de Premissa Dupla:

> A alternativa (C) tem a estrutura "P1: o mar tem sentido conotativo, porque P2: o mar assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos."

> Como demonstrado, o simbolismo em P2 ("ancestralidade" e "fronteira") é uma inferência subjetiva e não uma construção semântica do texto. Falhando a justificativa (P2), falha-se a premissa de que o sentido é conotativo. Logo, a alternativa, em sua totalidade, não se sustenta objetivamente.

III. Demonstração da Inexistência de Alternativa Inequívoca

Se a alternativa (C) é falha por exigir inferência externa, a questão carece de uma resposta correta e plenamente defensável.

- A alternativa (A), embora seja incorreta por rigor semântico (o termo "velha conhecida" é, de fato, conotativo), ela está mais próxima do erro do que de uma possível resposta.
- O problema central é a falha na única alternativa considerada correta, o que gera vício insanável na formulação.

IV. Pedido

Diante da ausência de marcas linguísticas diretas que sustentem o simbolismo alegado na alternativa (C) e do risco de confundir tema com conotação, o que extrapola os limites da interpretação objetiva, solicito:

A anulação da Questão 24, por apresentar alternativa considerada correta que não se sustenta integralmente no texto, ferindo o princípio da objetividade e da unicidade da resposta em concurso público.

Agradeço a atenção e solicito deferimento.

Resposta ao recurso:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

Alternativa — CORRETA

“A palavra ‘mar’ tem, no texto, emprego conotativo, pois extrapola sua acepção literal e assume valor simbólico de ancestralidade e fronteira entre mundos, em consonância com o caráter mítico atribuído à figura de Sebastião Batista.”

Interpretação adequada.

Embora o mar exista concretamente na paisagem da vila, seu valor no texto ultrapassa o sentido puramente denotativo. Ele se articula a:

uma comunidade de pescadores;

uma tradição açoriana;

um personagem envolto em narrativas míticas e sobrenaturais (a viagem com as bruxas até a África).

Nesse contexto, o mar funciona simbolicamente como:

espaço de travessia;

elo entre o real e o mítico;

marca de ancestralidade e permanência histórica.

Portanto, há conotação, pois o mar participa da construção simbólica do universo narrativo e do estatuto quase lendário de Sebastião.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘sem se importar com o movimento de uns pescadores’ exprime ironia util...”

Leitura interpretativa forçada.

A expressão não carrega ironia nem juízo de valor negativo. O narrador apenas descreve:

a tranquilidade das gaivotas,

a natural convivência entre homens e animais.

O efeito de sentido é de harmonia e familiaridade, não de crítica ou ironia. As gaivotas não são caracterizadas como “disfuncionais”, mas como parte orgânica da paisagem cotidiana.

Alternativa — INCORRETA

“A expressão ‘brisa velha conhecida dos moradores’ apresenta sentido denotativo, com vocabulário técnico e referencial...”

Erro conceitual.

A expressão é claramente conotativa:

“brisa velha” não é termo técnico nem meteorológico; o adjetivo “velha” humaniza o fenômeno natural, sugerindo memória, familiaridade e pertencimento.

O efeito de sentido é afetivo e poético, reforçando o vínculo dos moradores com o espaço vivido, e não um tom técnico ou estritamente realista.

Alternativa — INCORRETA

“O uso da palavra ‘respeitado’ possui sentido denotativo, equivalente a ‘obedecido’, e indica autoridade institucional.”

Interpretação equivocada.

No texto:

“respeitado” não equivale a “obedecido”;

o respeito não decorre de cargo institucional, mas de:

um episódio lendário,

da tradição oral,

do imaginário coletivo da comunidade.

O termo assume um valor sociocultural e simbólico, ligado ao prestígio informal e à aura mítica de Sebastião, e não a uma autoridade oficial.

Diante dos argumentos apresentados, **RECURSO INDEFERIDO.**